NEIL SMITH e sua GEOGRAFIA REVOLUCIONÁRIA

Rita de Cássia Ariza da Cruz
Leônidas de Santana Marques
Fernando Molnar Castro
Manoel Fernandes de Sousa Neto
(Organizadores)



ANNABLUME
GEOGRAFIAS

COLEÇÃO GEOGRAFIA E ADJACÊNCIAS

Direção: Antonio Carlos Robert Moraes, Rita de Cássia Ariza da Cruz e Manoel Fernandes

A denominação "geografia" sempre esteve associada a conhecimentos que se individualizavam por meio da articulação de outros conhecimentos, tendo essa relação de saberes distintos como forte elemento de autoidentificação. A geografia foi, em diferentes momentos e formulações, pensada como um campo de interrelacionamento de estudos tópicos de variados fenômenos e processos. Uma área de diálogos e conexões entre teorias díspares. Uma base comum de aproximação de diferenciadas ciências. Enfim, um campo transdisciplinar, *avant la lettre.*

Não raro este intuito integrador esteve identificado com um conceito, entendido como uma realidade material ou como um ângulo de observação da realidade. Em algumas concepções, a "superfície terrestre" fornecia o indicador que delimitava a especificidade do campo disciplinar, conformando uma ciência telúrica. Em outras visões, o "espaço" cumpria tal função, com o nexo entre os fenômenos advindo da sobreposição de suas espacialidades. A "região", a "paisagem", e o "lugar" também foram mobilizados nas tentativas de construção (ontológica ou epistemológica) do objeto geográfico.

Em tal percurso – razoavelmente linear enquanto geografia "moderna" – foi se sedimentando, teórica e institucionalmente, uma tradição acadêmica contemporânea. Uma tradição com demarcações cambiantes e fronteiras abertas, marcada por fortes influências extradisciplinares. Nessa dinâmica, corporificam-se geografias singulares, umas com pretensão sintética, outras especializadas. Algumas diretamente derivadas de debates com disciplinas específicas, outras almejando um patamar universalizante quase filosófico. Umas de marcado caráter empírico, outras eminentemente teóricas.

Mais que uma eventual "essência" geográfica, a presente coleção visa captar a diversidade e a dinâmica exogâmica que acompanha a história da disciplina. Mapear as geografias e suas adjacências.

Conheça os títulos desta coleção no final do livro.

Neil Smith (1952-2012) tem uma obra reconhecida, variada e premiada, com forte influência teórica e de método no campo das ciências humanas e, em particular, da Geografia. Ocorre, porém, que são poucas as traduções e algumas delas feitas há décadas, dos textos fundamentais desse arguto e instigante geógrafo. O livro Neil Smith e sua Geografia Revolucionária vem para preencher parte dessa imensa lacuna e, a exemplo do livro A Produção Capitalista do Espaço de David Harvey,

CAPES

ISBN 978-65-85936-41-5

9 786585 936415

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária Juliana Farias Motta CRB7/5880

N398
Neil Smith e sua Geografia Revolucionária / Organizadores: Rita de Cássia Ariza da Cruz ... [et al.]. – São Paulo: Annablume, 2024.

254 p. 16 x 23 cm

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-85936-41-5

1. Geografia. 2. Antropologia. I. Cruz, Rita de Cássia Ariza da. II. Marques, Leônidas de Santana. III. Castro, Fernando Molnar. IV. Sousa Neto, Manoel Fernandes de. V. Título.
CDU 91(091)

Índice para catálogo sistemático:
1. Geografia 91
2. História (091)

Neil Smith e sua Geografia Revolucionária

Diagramação
Fernandes Augusto Castro

Capa
João Vasconcelos

Projeto e Produção
Coletivo Gráfico Annablume

Annablume Editora
Área Geografia e Meio Ambiente
Conselho Científico
Antônio Carlos Robert Moraes
Manoel Fernandes
Rita de Cássia Ariza da Cruz

1ª edição: outubro de 2024

© Rita de Cássia Ariza da Cruz, Leônidas de Santana Marques, Fernando Molnar Castro, Manoel Fernandes de Sousa Neto (Organizadores)

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"

Annablume Editora
www.annablume.com.br

Agradecimento

Agradecemos, imensamente, ao Professor Donald Mitchell, responsável pelo acervo bibliográfico de Neil Smith, pela permissão a nós concedida para a publicação dos textos traduzidos e constantes deste livro.

Sumário

Apresentação (Organizadores) 9

1. Geografia, ciência e modos de explanação pós-positivistas 15

2. Natureza como estratégia de acumulação 47

3. Acumulação desastrosa 75

4. As geografias satânicas da globalização: desenvolvimento desigual na década de 1990 97

5. A Geografia do desenvolvimento desigual 123

6. Novo globalismo, novo urbanismo: gentrificação como estratégia urbana global 141

7. Gentrificação e desenvolvimento desigual 167

8. O que aconteceu com a classe? 197

9. O imperativo revolucionário 235

Apresentação

Neil Robert Smith (1952 - 2012) foi um geógrafo e militante marxista, cuja produção teórica sempre manteve uma profunda conexão com a realidade concreta de sua época. Sua obra passou por diferentes áreas da geografia, apesar de, no Brasil, ser mais conhecido por suas discussões acerca da geografia urbana e regional. Ao abordar também temas relacionados com a história do pensamento, geografia política, teoria e método, geografia econômica e discussões ambientais, seus trabalhos sempre buscaram compreender criticamente as contradições da realidade como forma de superá-las.

Seu compromisso com a crítica marxista é muito bem exemplificado através das publicações de alguns de seus livros, que parecem sistematizar, de alguma forma, anos de pesquisas publicadas em artigos menores. Seu primeiro livro, "*Uneven Development: Nature, Capital, and the Production of Space*" - cuja primeira edição é datada de 1984 - resultou da revisão de sua tese de doutorado, realizada sob a supervisão de David Harvey. Nesta obra, aparecem dois temas que Smith perseguirá ao longo de sua vida. O primeiro diz respeito a como a natureza é produzida no capitalismo e passa a circular como mercadoria. O segundo é a relação entre a teoria do desenvolvimento desigual e a produção do espaço.

O primeiro tema, sobre a produção da natureza, foi revisitado por Smith em diversos momentos, conforme esse debate era atualizado por novas questões. Assim, se na primeira edição do livro o foco foi a produção da natureza nas fazendas e a relação campo-cidade, as questões ambientais que emergiram ao longo dos anos 1990 e 2000 fizeram com que Smith atualizasse alguns pontos. Em trabalhos posteriores, o autor começou a discutir como

os desastres naturais passaram a ser utilizados estrategicamente para a superação de barreiras ao processo de acumulação capitalista, a exemplo de como a recuperação de áreas degradadas pode incorporar trabalho vivo, e, ainda, como a natureza pode circular na forma de ativos financeiros.

Já sobre o segundo tema, Smith retomou a teoria do desenvolvimento desigual no final dos anos 1980, quando os movimentos por moradia intensificaram as lutas contra as assim chamadas políticas de melhorias urbanas. Smith percebeu, então, corretamente, que essas políticas de gentrificação promoviam apenas a especulação e a concentração de capital, enquanto expulsavam trabalhadores de suas casas. Os anos estudando os processos de gentrificação que ocorriam, principalmente nos EUA, resultaram no livro "*New Urban Frontier: Gentrification and the Revanchist City*", obra na qual Smith traçou a história dos processos de gentrificação até os textos de Engels sobre a *haussmannização* de Paris, além de discutir como a gentrificação pode acontecer em diferentes escalas, da local até a global, os discursos ideológicos mobilizados para a defesa deste processo, e, claro, como apenas a luta de classes fornece os meios de resistência.

Com os atentados de 11 de setembro de 2001, e o consequente desencadeamento das políticas anti-terroristas dos EUA, Neil Smith mudou o foco de seus trabalhos sobre desenvolvimento desigual e gentrificação, para começar a escrever mais sobre o imperialismo estadunidense. O resultado foi o premiado livro "*American Empire: Roosevelt's Geographer and the Prelude to Globalization*", no qual o autor reconstruiu a trajetória do geógrafo Isaiah Bowman para mostrar como sua concepção geográfica de mundo fora colocada em prática à serviço do império estadunidense. Como Bowman e Smith lecionaram na universidade John Hopkins, este pôde ter contato com os arquivos e documentos daquele eminente geógrafo e estrategista político, responsável por elaborar a geopolítica estadunidense pós-Segunda Guerra. Por este motivo, Bowman tornou-se uma personagem recorrente na obra de Smith, que publicou uma série de artigos sobre sua atuação tanto acadêmica quanto política.

Finalmente, outro livro sobre o imperialismo estadunidense foi o "*The Endgame of Globalization*", onde Smith parece sintetizar seus escritos que relacionavam geografia política e econômica. Para o autor, a globalização deveria ser repensada através dos esforços promovidos pelos EUA, ao longo de todo o século XX, em conquistar o mundo com seus ímpetos

imperialistas. Assim, desde a maior projeção dos EUA após o fim da Primeira Guerra, até a Guerra Fria e o fim dos acordos de Bretton Woods, os EUA sempre tentaram se projetar como a única e inquestionável potência imperial, o que só se concretizou com a globalização dos anos 1990.

Como se vê, a trajetória intelectual de Neil Smith manteve, no decurso do tempo, uma profunda relação com as questões concretas de sua época, e os artigos selecionados para este livro trazem luz a alguns temas discutidos pelo autor, mas ainda pouco conhecidos do público brasileiro. Em 2018, quando o Grupo de Estudos Neil Smith (GENS) foi fundado por estudantes e pesquisadores da Universidade de São Paulo, decidimos que as leituras e discussões seguiriam as linhas temáticas elaboradas por Smith. Desta forma, durante os 4 anos seguintes, conseguimos estudar e contextualizar grande parte de sua produção.

Em nota de rodapé no início de cada capítulo consta o nome dos pesquisadores/as que traduziram os textos. Todos foram revisados e debatidos pelo GENS entre 2023 e 2024, tendo como participantes deste processo: Daniela Marinho, Danilo Cavalcanti, Erica Arakaki, Fernando Molnar, Leônidas Marques, Natasha Ceretti e Sandra Freitas. Cada capítulo contou com uma revisão pormenorizada de dois integrantes do grupo, além de uma última rodada coletiva de revisão das traduções, analisando a construção lógica dos argumentos, refinando os usos dos conceitos centrais da obra de Smith e comparando cada versão com o texto original.

Para este livro, selecionamos nove textos que, transformados em capítulos, apresentam uma certa síntese deste autor que, embora muito lido e citado no Brasil, tem pouquíssimos textos publicados em língua portuguesa. O primeiro capítulo intitula-se *Geografia, ciência e modos de explanação pós-positivistas*, originalmente publicado nos anos 1970, sendo portanto um dos primeiros artigos do autor. Nesse, Smith se propõe a uma perspicaz leitura sobre os métodos científicos, de um modo geral e na Geografia em particular. Tratando do positivismo, da fenomenologia e do marxismo, métodos que continuam sendo base para a produção do conhecimento geográfico no século XXI, o autor vai abrindo caminho para uma visão extremamente rica e rigorosa do fazer acadêmico, algo que só vai se solidificando nas décadas seguintes.

O segundo e o terceiro capítulos desta obra tratam de um dos temas mais importantes da carreira de Neil Smith, que o fazem um autor lido e debatido tanto dentro quanto fora dos limites da Geografia acadêmica: a

natureza na sociedade capitalista. *Natureza como estratégia de acumulação*, segundo capítulo desta coletânea, dá continuidade ao debate sobre produção da natureza, pensada como dimensão chave para o entendimento do capitalismo nos dias atuais. Smith aponta que cada vez mais esse tem se tornado dependente da natureza, e não o contrário como se faz parecer. Há agora uma subsunção real da natureza, o que leva à sua produção capitalista sob todas as formas. Já em *Acumulação desastrosa*, o autor aprofunda sua crítica às ideologias burguesas de natureza externa e universal. Para tanto, Smith tem como referência principal o furacão Katrina e todas as suas consequências nos EUA. Desvelando a noção equivocada de desastre natural, argumenta sobre a financeirização da natureza e a destruição criativa que estão na base da sociedade capitalista.

Os quatro capítulos seguintes aprofundam um debate não menos central nos escritos de Neil Smith: a teoria do desenvolvimento desigual. Em se tratando de uma tradução para a língua portuguesa, essa discussão é ainda mais importante dado que o autor é notadamente reconhecido pela Geografia acadêmica no Brasil pela sua interpretação sobre essa teoria. Em *As geografias satânicas da globalização: desenvolvimento desigual na década de 1990*, Smith destaca o século XX como o século do desenvolvimento desigual. Entendendo a teoria da modernização como subsumida pela teoria da globalização, enxerga esse movimento como parte da neoliberalização que nos tem atravessado. A globalização, nesta linha, deve ser compreendida como fase superior do desenvolvimento desigual e como o imperialismo em sua forma pura. Já em *A geografia do desenvolvimento desigual*, o autor aprofunda suas reflexões sobre a teoria de modo a revisitar parte expressiva do debate clássico sobre esta à luz de vários autores do campo marxista, além do próprio Marx. Partindo do entendimento de que a teoria do desenvolvimento desigual se tornou uma espécie de arcano, podendo ao mesmo tempo explicar tudo e nada, Smith apresenta uma sólida problematização sobre as suas bases políticas. Em suma, vai no sentido de evidenciar a centralidade do desenvolvimento desigual para o desvelamento das geografias do capitalismo no século XXI.

Sem perder de vista a questão do contraditório desenvolvimento do capitalismo, os capítulos 6 e 7 deste livro destacam como o autor reflete sobre o desenvolvimento desigual a partir de uma leitura do espaço urbano. *Novo globalismo, novo urbanismo: gentrificação como uma estratégia urbana global* e *Gentrificação e desenvolvimento desigual* são dois textos de Smith que expõe bem o seu esforço analítico sobre pensar

a cidade a partir de múltiplas escalas. No primeiro texto, olhando para o urbano no início do século XXI, o autor debate como emergiu um novo urbanismo de corte neoliberal que tem na gentrificação uma estratégia fulcral para o desenvolvimento do capital em escala global. Smith ressalta o extraordinário crescimento urbano na Ásia, América Latina e África, por um lado, e a gentrificação generalizada na Europa e América do Norte, por outro. *Gentrificação e desenvolvimento desigual* também oferece uma interessante reflexão, principalmente por se tratar de um texto do início dos anos 1980 que evidencia parte importante da fundamentação teórico-metodológica do autor ao tratar do tema da gentrificação. Smith explicita de modo direto como compreende o processo de transformação urbana em sua relação com o desenvolvimento desigual, em sua dinâmica de equalização e diferenciação. Relacionando, a partir de Marx, os debates sobre valorização, capitalismo tardio e crise, temos aqui um capítulo que mostra como poucos as aproximações que o autor faz com o debate na escala urbana.

Os últimos dois capítulos que fecham esta coletânea da obra de Neil Smith são artigos que trazem de modo singular a sua compreensão de método e práxis. Em *O que aconteceu com a classe?*, o autor discute a complexa relação entre progressismo subversivo e essencialismo reacionário que por vezes povoa o debate identitário que desconsidera a dimensão de classe na análise do real. Sem deixar de concordar com os avanços analíticos em torno da presença de categorias como raça, gênero e etnia no debate científico, Smith mostra os limites de uma crítica não radical da sociedade capitalista que desconsidera a categoria classe. Assim, ressalta o autor, tanto o entendimento da realidade quanto sua superação passam pela retomada da classe enquanto categoria social. *O imperativo revolucionário*, capítulo que fecha este livro, foi um dos últimos textos publicados por Neil Smith em vida. Assim como classe, o autor defende que a noção de revolução deve ser retomada como horizonte do real. Escrevendo em um contexto de desdobramentos da crise de 2008 nos EUA, ele destaca como a política neoliberal, abarcando tanto setores da esquerda quanto da direita, foi nos afastando de qualquer projeto revolucionário. Explanando como as revoluções são constitutivas da nossa História social, Smith nos provoca a uma reflexão que vai para além do aparente beco sem saída do capitalismo hodierno.

De modo precoce, Neil Smith nos deixou em setembro de 2012. De lá para cá, muitos processos e movimentos aconteceram na sociedade capitalista;

e é sempre instigante notar como o pensamento de Smith continua conseguindo ser um referencial para problematizar o mundo que temos e o que queremos. Em tempos de tragédia social nas enchentes do Rio Grande do Sul, Smith nos mostra que desastres naturais não existem! Em tempos de genocídio em Gaza, ele nos alerta para o fato de, em suas geografias satânicas, as classes dominantes da sociedade capitalista escolhem as vidas que valem mais! Em tempos de negação da teoria crítica e do método, Neil Smith e sua Geografia revolucionária denotam a centralidade do rigor científico, da práxis política e do compromisso com a superação de toda forma de exploração e opressão!

1. Geografia, ciência e modos de explanação pós-positivistas[1,2]

Como Lancelot, que procurou o Santo Graal, os geógrafos nos últimos vinte anos têm procurado o paradigma científico. Lancelot falhou, mas aprendeu sobre o prazer de coisas mais terrenas. Assim também ocorreu com os geógrafos.

A busca dos anos sessenta por respeitabilidade científica foi, de todo modo, caótica. A fermentação de ideias foi intensa: hipóteses foram testadas, paradigmas negociados, modelos propostos, teorias sugeridas, explicações oferecidas, sistemas simulados e leis fortemente buscadas. Esta procura por uma ordem foi dirigida mais pelas técnicas disponíveis do que por um conjunto de objetivos coerentes; a realidade foi saqueada em busca da teoria. Um escritor perplexo chegou mesmo a comentar que "o exame da Geografia nos últimos 15 anos lê-se como uma história da Europa em 1848, revoluções por toda a parte, mas nenhuma trazendo qualquer mudança fundamental nas estruturas pré-existentes" (Uzzell, 1976, p. 1). Mas como Alexander Pope supôs e Brian J. L. Berry repetiu: "Toda a discórdia, harmonia não compreendida" (Barry, 1964, p. 2). É possível, então, numa retrospectiva, ver uma coerência em desenvolvimento nos anos sessenta que falhou nos anos setenta, dando lugar, em geral, a uma maior promessa de harmonia.

1. Publicado originalmente como Smith, Neil, "Geography, science and post-positivist modes of explanation", *Revista Progress in Human Geography*, Vol. 3, n. 3, pp. 356-83. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/epdf/10.1177/030913257900300302.

2. Tradução de Rita de Cássia Ariza da Cruz.

A geografia como ciência positivista

Embora ainda não exista uma avaliação abrangente da geografia positivista, surgiram numerosas críticas parciais (Slater, 1975; Eliot Hurst, 1973; Gale, 1972a; Zelinsky, 1975; Burgess, 1976; Mercer, 1977; Gregory, 1978) e abordagens alternativas estão ganhando corpo. Em vez de acrescentar a estas críticas, partirei delas para estabelecer uma posição crítica geral em relação à reivindicação da geografia para o estatuto científico. Este esboço inicial fornecerá um enfoque comum a partir do qual se considerará as três principais abordagens pós-positivistas.

Os sucessos da chamada revolução quantitativa foram adequadamente simbolizados pela publicação de David Harvey, *Explanation in geography*. Comum e corretamente vista como um marco no pensamento geográfico, também pode ser vista como a lápide do positivismo geográfico. O livro foi bem recebido quase sem exceção; as críticas variaram entre o entusiasmo e o extasiamento. O comentário de Wolpert talvez resuma a recepção do livro:

'Harvey poderia ter-nos facilitado a vida a todos ao escrever o livro quinze anos antes' (1971, p. 181). De certa forma, *Explanation* era mais importante pelo que não fazia do que pelo que fazia. Harvey recusou-se explicitamente a definir geografia ou a admitir que tal definição era necessária (1969, p. 3-5). Ele não perguntou se a geografia era uma ciência, mas como deveriam os geógrafos praticar a sua ciência. Certamente a questão tinha sido colocada desta forma antes, por exemplo por Hartshorne (1959, p. 170), mas nunca antes tinha obtido a aprovação geral; nunca antes uma tal proposta teórica tinha parecido ligeiramente consistente com a atividade prática na fronteira da investigação. Num sentido muito real, *Explanation* marcou a chegada da geografia à maturidade. Uma passagem de Thomas Kuhn fornece uma perspectiva:

> […] se os precedentes das ciências naturais servem, (questões de definição) deixarão de ser uma fonte de preocupação, não quando for encontrada uma definição, mas quando os grupos que agora duvidam de seu próprio *status* chegarem a um consenso sobre as suas realizações passadas e presentes. Pode, por exemplo, ser significativo que os economistas argumentem menos sobre se o seu campo é uma ciência do que os praticantes de alguns outros campos

> das encefalopatias sociais. Será isso porque os economistas sabem o que é a ciência? Ou será antes sobre economia que eles concordam? (1970, p. 160-1).

Ao procurarem leis e teorias científicas, ao aplicarem cientificamente modelos e sistemas, ou no mínimo ao testarem hipóteses de acordo com critérios científicos, os geógrafos fizeram da geografia uma ciência. A questão já não é se a geografia tem explicações que correspondam ao modelo da física; por tais critérios não haveria ciências, nem sequer a física como é praticada seria ciência (Harvey, 1969, p. 102). O que é importante é que a nova investigação em geografia, seja ela estritamente 'científica' ou não, já não pode ignorar os critérios científicos segundo os quais as descobertas da disciplina são julgadas internamente.

Com certeza, esta não é bem a ciência em que tanta euforia e hipérbole foram desperdiçadas no início dos anos sessenta (veja, por exemplo, Ackerman, 1963). Daquela ciência é uma "sombra pálida" (Guelke, 1971, p. 50). Apesar disso, o consenso que os geógrafos alcançaram sobre os objetivos da disciplina de fato corresponderam ao que Martin Albrow chama de o paradigma categórico, ou ao que é geralmente referido como o paradigma positivista:

> No paradigma categórico, a ideia de ciência da sociedade envolve uma atitude particular em relação ao que constitui 'dados', uma ênfase no uso da lógica formal e uma teoria explicativa ('hipotético-dedutiva'), que, em combinação, resulta numa concentração em unidades de análise estritamente delimitadas, em conceitos com aplicação o mais ampla possível no tempo e no lugar e na produção de sistemas de propostas universais, idealmente leis da sociedade (Albrow, 1974, p. 184).

Apoiada sobre a premissa da estrita dicotomia entre filosofia e metodologia, teoria e prática, *Explanation in Geography* tentou definir o paradigma categórico da geografia –seus métodos, seus objetivos, suas regras e seus limites. Enfatizou o modelo hipotético-dedutivo (p. 42) com ares funcionalistas experimentais (p. 499), refletindo uma filosofia positivista mais profunda (p. 8). Que o livro de Harvey cristalizou um consenso já existente entre os geográficos é evidente não apenas pelas análises do livro,

mas também pelos consequentes desdobramentos metodológicos. Em 1974, Walmsley pode escrever que o paradigma positivista da ciência natural tinha "sido aceito – embora implicitamente – por geógrafos humanos" (1974, p. 96). Este consenso positivista também não é simplesmente uma criação daqueles que procuram a sua ruína. Defendendo as virtudes do positivismo, Amadeo e Golledge afirmam que "desde cerca de 1954, o trabalho científico em geografia tem sido quase exclusivamente positivismo lógico" (1975, p. iii-iv).

Mas a ascendência da geografia como ciência contemporânea chegou demasiado tarde. A sua função potencial na sociedade capitalista avançada já estava em grande parte formada pelas ciências sociais mais maduras, e a crítica do positivismo estava muito bem desenvolvida antes de a geografia positivista se estabelecer. As aspirações científicas da geografia eram, desde o início, vigorosamente desafiadas dentro da disciplina, mas os seus agressores só podiam oferecer no seu lugar a ortodoxia hartshorniana e uma geografia regional em desmoronamento. Críticas sofisticadas mais recentes, no entanto, como grande parte do estímulo à própria geografia positivista, devem muito aos não-geógrafos. O verdadeiro debate sobre a ciência mal começou.

As primeiras críticas ao positivismo tiveram pouco efeito. A crítica moderada dos geógrafos comportamentais não desafiava o positivismo, mas apenas se juntou a ele, insistindo que os modelos tivessem em conta o "fator subjetivo". Ataques mais duros de humanistas ultrajados rejeitaram o positivismo fora de controle, não o levando a sério. Pelo contrário, críticas posteriores começaram a partir das frustrações e contradições internas do paradigma e examinaram os seus pressupostos tácitos. Se estas críticas partilham um tema comum, é o de que a ciência positivista sofre uma abstração indevida do seu contexto social. Um bom ideal, 'objetivo', uma geografia sem valor, modelada nas ciências naturais, é tão indesejável quanto irrealista. Indesejável, principalmente, porque irrealista; irrealista porque está longe de ser socialmente neutra. Como assume o paradigma positivista, a ciência tem uma função social bastante definida, que afeta tanto os seus métodos como os seus resultados. "As técnicas do conhecimento geram e requerem técnicas de ação" (Ellul, 1967, p. 183); a função da ciência social é fornecer tecnologias de concepção e controle social. A análise das políticas públicas, a teoria do planejamento urbano e regional, a geografia comportamental e a teoria da localização fornecem

tecnologias sociais, assim como a busca por relevância, seja motivada pela compaixão ou pelo carreirismo.

Embora muitos tenham chegado a ver os métodos e ferramentas da geografia como tecnologia da disciplina, poucos viram toda a disciplina como uma tecnologia da sociedade. A 'tecnologia', talvez devido às suas conotações metálicas, permanece associada às ciências naturais aplicadas. O fato de a perspectiva mais ampla não ser considerada não é surpreendente, dados os pressupostos subjacentes ao paradigma categórico. Exigindo uma dicotomia rigorosa entre fato e valor, teoria e prática, e o puro e o aplicado, o positivismo encoraja a investigação interna estreitamente especializada em vez de se intrometer nos assuntos do mundo exterior.

Reconhecendo o papel social mais amplo da ciência, Zelinsky sugere que as ciências sociais podem de fato desenvolver uma capacidade técnica aguda, mas que somente poderiam então resolver problemas humanos fundamentais se tais problemas fossem formulados como *puzzles* técnicos. Esta disparidade crescente entre a perspicácia técnica da ciência e o seu sucesso na resolução de problemas básicos levou a uma "crise de confiança" e a uma "crise de união na própria ciência contemporânea" (Zelinsky, 1973, p. 128). Esta crise não encontrará uma solução na legislação humanitária que tenta subordinar a ciência; ela é endêmica. Para a ciência, a 'agenda oculta', segundo Zelinsky (1975, p. 127), é "como ganhar o controle e manipular os fenômenos em análise".

O que Zelinsky aponta é a dupla função da ciência (incluindo a geografia positivista) dentro da sociedade capitalista: fornecer tanto uma tecnologia como uma ideologia. Mais recentemente, Gregory (1978) esboçou uma análise preliminar, mas sistemática, dessas duas funções na geografia, recorrendo a tradições intelectuais totalmente externas à disciplina. Em particular, ele fez um regresso frutífero a Habermas e Marcuse, cujas análises críticas da ciência como tecnologia representam o tipo de crítica a qual muitos geógrafos desiludidos têm tateado. Embora Gregory se concentre em Habermas, é Marcuse quem tem feito as críticas mais abrangentes e exaustivas à ciência e à tecnologia sob o capitalismo. Escrevendo mais de uma década antes de Zelinsky, Marcuse também concluiu que a tecnologia era um instrumento de controle e dominação social de longo alcance, e insistiu que estas funções de controle não eram arbitrárias, mas incorporadas na estrutura da ciência desde o início:

> Não só a aplicação da tecnologia mas a própria tecnologia é domínio (da natureza e dos homens) – metódico, científico, calculado, controle calculado. Os fins específicos e interesses de domínio não são impostos à tecnologia 'subsequentemente' e do exterior; eles entram na própria construção do aparelho técnico. A tecnologia é sempre um projeto histórico-social: nela é projetado o que uma sociedade e os seus interesses dominantes pretendem fazer com os homens e as coisas (Marcuse, 1968, p. 223).

E em *One dimentional man*:

> Racionalidade e manipulação técnico-científica são soldadas juntas em novas formas de controle social. Pode-se descansar sossegado com a hipótese de que este resultado não científico é o resultado de uma aplicação social específica da ciência? Penso que a direção geral da sua aplicação era inerente à ciência pura, mesmo quando não se buscavam fins práticos (Marcuse, 1972, p. 120-21).

Esta percepção não é nova. No século XVII, Descartes previu que a ciência proveria o conhecimento 'pelo qual podemos ser capazes de nos tornar senhores e possuidores da natureza' (Descartes, ed. 1968, p. 78). O que é novo é que o objeto de estudo científico se expandiu desde o século XVII para incluir a sociedade humana e os indivíduos. Referindo-se explicitamente à ciência social, Marcuse continua:

> O método científico levou ao domínio cada vez m ais eficaz da natureza [e] veio a fornecer os conceitos puros bem como os instrumentos para o domínio cada vez mais eficaz do homem pelo homem através do domínio da natureza. Hoje em dia, o domínio perpetua e estende-se não só *através* da tecnologia, mas *como* tecnologia, e esta última fornece a grande legitimação do poder político em expansão (1972, p. 130).

Marcuse revela as implicações sociais da dupla função da ciência (como fornecedora de tecnologia e ideologia), e as consequências para a metodologia científica social devem ser claras. Não pode haver mito

de um universo imutável, com o cientista adquirindo conhecimentos abstratos sobre ele. As próprias ciências são uma parte do sistema que elas estudam (Boulding, 1967, p. 12). Do mesmo modo, Buttimer conclui que "as perspectivas científicas sociais influenciaram profundamente o que é tomado como 'realidade' na vida ordinária. Nós podemos, de fato, criar realidades pelos nossos modelos. Esta é uma r"esponsabilidade assustadora" (1974, p. 3). A simbiose da ciência (e da tecnologia) com o seu contexto social leva-nos para além do paradigma categórico.

Embora as ciências sociais tenham adotado zelosamente os métodos e a perspectiva do paradigma categórico, receberam poucas das recompensas prometidas. São sobrepovoadas por modelos, hipóteses e sistemas, subpovoadas por teorias e explicações, e mal viram uma lei decente. A frustração interna combinada com tumultos sociais e econômicos mais gerais fomentaram uma crise em toda a ciência social (Bernstein, 1976; Gouldner, 1970; Shaw, 1971; Habermas, 1973), uma crise intensificada pelo velho paradigma do "sentido intelectualmente ruinoso da imutabilidade da ordem social existente" (Scott, 1976, p. 635). A crise não será resolvida pela paragem desesperada da investigação científica ou por um recuo para a subjetividade; nem por um regresso ao positivismo com a 'cabeça enfiada na areia'. Negar as implicações sociais e políticas do paradigma categórico é cortejar o obscurantismo, preferindo o patentemente inadequado a um conhecimento potencialmente mais rico. Pois se um Platão ou um Marx tivessem dito repetidamente o que os cientistas modernos dizem, "que não são responsáveis pelas consequências políticas ou sociais das suas investigações, pareceria mais tolo do que condenável" (Wolin, 1972, p. 67).

A autorrealização, se aceitarmos as conclusões desta crítica, não é simplesmente as nossas hipóteses (Eliot Hurst, 1973, p. 53), mas a nossa visão do mundo científico. E este cientificismo, tal como a crise que ele gerou, não pode ser remediado totalmente a partir do seu interior; a ciência recebe prestígio de sua capacidade de cumprir funções sociais mais amplas. Daí o pessimismo de Johnston perante as possibilidades de mudança interna (1978, p. 202). No entanto, este pessimismo é deslocado, talvez porque Johnston vê as críticas à ciência positivista em termos totalmente negativos – como 'anticiência'. Na realidade, as três principais abordagens pós-positivistas têm sido rigorosamente antipositivistas sem serem de todo anticientíficas. Reconhecem que, na medida em que a crise pode ser enfrentada internamente, exigirá uma reformulação em vez de uma rejeição das questões colocadas pela ciência. Só isto faria delas uma perspectiva

excitante. Mas, além disso, para superar os desígnios cientificistas do positivismo, os modos de explicação pós-positivistas terão também de construir uma linguagem que ajude a alterar toda a função social da ciência.

II Reconstrução

"*It is no flight of fancy*" (não é um voo de fantasia), concluiu Ian Burton em 1963, "para prever o dia em que os geógrafos, para se manterem a par dos desenvolvimentos, devem reaprender a sua arte a cada nova década" (1963, 153). Não que o paradigma categórico esteja morto, muito pelo contrário. Mas está doente. "Gerou grande excitação e depois, como a realidade desmentiu parcialmente a promessa, tornou-se evidente uma sensação de anticlímax e deflação" (Chisholm, 1977, 532). O fato de que Amadeo e Golledge, num dos últimos tratados sobre geografia como ciência, se sentiram obrigados a defender o seu positivismo exclusivo contra métodos científicos alternativos é significativo (1975, iii-iv). "Mas seria ingênuo subestimar até que ponto os pressupostos de enquadramento e as distinções categóricas de uma orientação dominante são ainda amplamente defendidos" (Bernstein, 1976, 226).

No entanto, a geografia está dando origem ao que Albrow chama de o paradigma dialético-técnico. Ao contrário do seu predecessor, o paradigma dialético é menos preocupado com a estabilidade e universalidade do que com o processo, a mudança e a emergência do historicamente novo. Os seus praticantes são um grupo diversificado, muitos dos quais ainda não estão conscientes da identidade do grupo. Eles evitam qualquer tentativa de criar um corpo de princípios gerais em teoria ou método… já que o paradigma dialético é quase um antiparadigma; a sua natureza "revela-se na sua análise, não numa metodologia" (Albrow, 1974, 192). É a emergência deste paradigma na geografia que Bartels (1973) sugere. Ou, como Leslie King observou, "Na medida em que houve uma revolução nos anos sessenta, foi uma revolução nas técnicas e não uma revolução no impulso principal da investigação intelectual… É talvez a última revolução que está hoje em curso" (1976, 293). Três abordagens distintas emergiram até agora dentro do paradigma dialético: fenomenológicas, marxistas, e o que poderíamos chamar de lógico-linguísticas. Internamente, essas abordagens são bastante distintas, partilhando pouco mais do que uma crítica ao positivismo, e uma mudança de ênfase a partir do espaço como tal. Enquanto no paradigma

categórico, seguindo Kant, o espaço era *sine qua non* para a geografia, no paradigma dialético ele tende a ser de importância secundária. Os três temas derivam os seus modos de análise das tradições intelectuais fora da geografia; transcendem os limites artificiais da disciplina e trabalham para os dissolver.

Lógico-linguística

Exceto talvez para Robson (1970), Stephen Gale estava sozinho entre os revisores ao rejeitar *Explanation in Geography*. Ele observa que a discussão de Harvey sobre a teoria geral é uma "tentativa de reificar de novo uma velha concepção da realidade geográfica – isto é, do espaço como um assunto isolado e único" (Gale, 1972a, p. 292). A sua crítica fundamental foi que a visão de Harvey sobre a ciência é míope: Harvey é "prematuro ao afirmar uma perspectiva monolítica para explicação científica" (Gale, 1972a, p. 290). Aquela perspectiva era, claro, positivismo e método hipotético-dedutivo. Gale explica:

> A visão de Harvey da metodologia científica compromete-o com linguagens descritivas e inferenciais verdadeiramente-funcionais. Mas o seu argumento para empregar esta classe de linguagens científicas não se baseia numa investigação da natureza dos problemas ou observações geográficas; é antes uma função da exigência (explícita no modelo hipotético-dedutivo) de afirmações objetivas e universais que podem ser ultimamente validadas de uma forma fidedigna e funcional. Neste sentido, a metodologia e a filosofia não podem ser consideradas independentes e, portanto, a posição metodológica de Harvey influencia efetivamente a sua filosofia da geografia (1972a, p. 291).

Para Gale, é simplesmente irracional que a metodologia deva ditar a filosofia. A linguagem da explicação deve ser o servo, não o mestre, da nossa filosofia, da nossa *Weltanschauung*, da própria realidade. Os acontecimentos no mundo de hoje, se podemos parafrasear Ackerman (1963), tornam essencial que os geógrafos adotem tal visão; não por quaisquer aspirações chauvinistas de um nicho na fronteira da investigação,

mas por um compromisso maior com a espécie humana. Nas palavras de Gunnar Olsson, "Se nós em nossos papéis de cientistas sociais, cidadãos e engenheiros sociais não reconhecermos esta marca de uma metodologia positivista [falso rigor] pelo que é, então podemos ficar com uma sociedade que espelha as técnicas pelas quais a medimos e faz eco da linguagem em que falamos sobre ela" (1974, 18). Para Gale e Olsson, o imperativo da crítica de Marcuse é claro. Considerando não ser possível nem desejável inverter o crescimento da tecnologia, a função dos cientistas sociais deveria ser a de criar tecnologias para controle, mas, ao mesmo tempo, infundi-las com objetivos diversos e uma perspectiva autoconsciente da sua função social. Embora aceitando grande parte da análise de Marcuse, eles não aceitariam demasiado prontamente o desespero que caracterizou o seu trabalho posterior, nem aceitariam a dependência de Marcuse de minorias marginais para dar início à revolta política que permitiria à ciência mudar internamente. Em vez disso, eles acreditavam que a ciência iniciaria sua própria revolta e encontrariam pistas e inspiração na crítica de Habermas a Marcuse.

Ao contrário de Marcuse, Habermas prevê uma separação rigorosa entre ciência natural e ciência social. O desenvolvimento histórico da tecnologia é de fato o crescimento do controle humano sobre a natureza externa, mas na medida em que as preocupações técnicas em vez de substanciais preocupações práticas vêm determinar as relações entre indivíduos, e entre estes e a estrutura social (natureza interna), a tecnologia ultrapassou a sua jurisdição. Assim, a "dominação do homem pelo homem através da dominação da natureza", que Marcuse detecta, é igualmente ameaçadora para Habermas (1970, p. 81-122). Mas, de acordo com Habermas, a tendência para o estrito raciocínio técnico de dominar a comunicação entre seres humanos pode ser invertida pelo desenvolvimento de uma autoconcepção não técnica da sociedade enraizada na 'interação comunicativa'. Esta é a tarefa da ciência social que, ao contrário da ciência natural, é potencialmente autorreflexiva (Habermas, 1971, p. 63). Ou seja, a ciência social deveria estabelecer um corpo de conhecimentos escritos não na linguagem tecnológica de controle (a relação das sociedades humanas com a natureza externa), mas na linguagem prática da interação comunicativa (a relação interna entre seres humanos), que é inacessível à instrumentalidade da tecnologia.

Gale e Olsson aceitam este argumento apenas em parte. Recusando-se inicialmente a importar "ideias das escolas hermenêuticas e dialéticas

da Europa continental" (Olsson, 1970, p. 230), Olsson desenvolveu o seu pensamento nessa direção e, desde então, reconheceu a semelhança entre o seu ponto de vista e o de Habermas (Olsson, 1972, p. 18). Seria enganador deixar o assunto aqui, entretanto, pois a coincidência da abordagem de Gale e Olsson com a de Habermas é menos deliberada do que acidental. Isto torna-se claro nas suas substantivas análises lógico-linguísticas. A ciência e a tecnologia desenvolveram-se demasiado no molde categórico, segundo Gale e Olsson, para que a solução de Habermas – uma ciência social baseada na interação comunicativa – permaneça viável. Nenhuma teoria de comunicação prática contrária a atual linguagem de controle social, ou fundida com ela, poderia agora desmantelar as suas funções de controle. Em vez disso, Olsson e, particularmente, Gale tomaram uma posição pragmática, preferindo adotar uma linguagem técnica com vingança e é aqui nas suas prescrições que a dialética da sua crítica se dissolve.

As ciências sociais descreveram geralmente o mundo, utilizando um dos dois tipos de linguagem: linguagem discursiva quotidiana e linguagem baseada numa lógica duplamente valorizada de verdade-funcional. A primeira é repleta de ambiguidade, a segunda é um instrumento de controle aparentemente unidimensional na ciência. Os problemas não residem tanto na linguagem em si (são cálculos puros), mas nas 'regras de correspondência' que ligam a sintaxe à semântica, sinal com significado (Olsson, 1971). Na linguagem comum, os conceitos mudam de significado historicamente, mas permanecem denotados pelo mesmo signo, a mesma palavra. Metodologias científicas alternativas, para evitar ambiguidade e a possibilidade de conduzir o desenvolvimento da sociedade para fins não considerados, deixariam de procurar um cálculo exclusivo e neutro; adotariam muitas linguagens, cada uma expressando um espectro de significado diferente através das suas regras de correspondência particulares. O desenvolvimento dessas linguagens dissolveria, assim, a distinção positivista entre descrição e prescrição.

Substituir a velha linguagem científica por novas que, conscientemente, incorporam fins assim como meios é engenharia social, segundo Olsson. "Com base numa combinação de conhecimento científico e política visionária […] engenharia social responsável" é a única forma de recuperar o controle social sobre o desenvolvimento científico e tecnológico que, por sua vez, é cada vez mais responsável pela direção do desenvolvimento global da sociedade. A ciência torna-se conscientemente tecnológica, não mais retomando a divisão entre

pura e aplicada. Assim, Gale e Olsson seguem tradições na filosofia da ciência totalmente diferentes das que inspiraram a *Explanation* de Harvey. Tomando de empréstimo excitantes tradições filosóficas pós-positivistas que se desenvolveram apenas nos últimos 25 anos, eles têm defendido a lógica deontológica, a lógica preferencial, muitas lógicas valorizadas e afins, na análise das questões sociais. O seu trabalho, substantivo desde 1970, incluiu uma reinterpretação dentro de um quadro lógico-linguístico de alguns dos temas principais do paradigma categórico – planejamento, análise espacial, geografia comportamental, o problema da regionalização, e tomada de decisões locais. Estas reformulações, eles esperam, fornecerão melhores ferramentas para a resolução de problemas sociais básicos, ainda que essas ferramentas, elas mesmas, abriguem prescrições.

A abordagem lógico-linguística destina-se a fornecer uma tecnologia que, quando aplicada, coopta e toma o lugar da tecnologia antiga. Enquanto os principais cientistas separarem a sua busca objetiva por conhecimento da aplicação desse conhecimento, a tecnologia tem sua própria dinâmica; seu crescimento não é inteiramente controlado ou controlável. Se a abordagem lógico-linguística fosse bem-sucedida, os cientistas sociais produziriam a tecnologia de forma consciente. Nem a ciência, nem os cientistas seriam mais semiautônomos do controle da sociedade. Mas a lógico-linguística tem tido pouco sucesso e poucos convertidos. Os seus objetivos são obscuros, os seus métodos tortuosos, e os seus pressupostos, embora geralmente perspicazes, são por vezes extraordinariamente ingênuos. Tal como a tecnologia positivista, é a-histórica e apresenta-se como apolítica; apolítica porque a tecnologia é vista como um projeto não de uma classe em particular, mas da humanidade como um todo. É, portanto, a humanidade como um todo que a tecnologia parece ameaçar. Mais sofisticada matematicamente do que as abordagens quantitativas anteriores, a lógico-linguística tenta vencer o positivismo no seu próprio jogo. Na sua tentativa de descarrilar a velha tecnologia aproveitando as mais recentes filosofias linguísticas, baseia-se na atual ideologia científica para a sua legitimação. Ironicamente, foi esta ideologia que condenou a abordagem lógico-linguística à obscuridade, pois a tentativa de introduzir juízos de valor na ciência através das regras de correspondência de lógicas não padronizadas contradiz os princípios mais firmemente defendidos do positivismo: a 'objetividade', a dicotomia fato-valor, e uma visão causa-

efeito da realidade. A matemática era demasiado heterodoxa, para não mencionar demasiado complexa, e os potenciais convertidos só fariam o esforço se o objetivo parecesse valer a pena. Mas o objetivo nunca poderia ser totalmente articulado, uma vez que contradizia demasiado o núcleo da ideologia positivista em que se baseava para a sua realização. Tal como em *Walden 2*, a lógico-linguística só poderia ser bem-sucedida se o seu público compreendesse e aprovasse a sua aparente intenção.

Na melhor das hipóteses, a lógico-linguística encontra-se antes do seu tempo; simples assim. Na pior das hipóteses, é um emaranhado de contradições com implicações sociais e políticas altamente duvidosas no meio atual. Sentindo, embora implicitamente, esta contradição entre teoria e contexto político, a reação decepcionante de Gale foi renovar a velha tese sobre o fim da ideologia (Gale, 1977). A contradição não desaparecerá, contudo, ao obliterar um dos seus lados apenas em teoria. Olsson, com um regresso frutuoso a Hegel, começou a levar mais a sério a dialética (Olsson, 1974b; p. 1975).

2. Fenomenologia

Edward Relph:

> Muito do debate recente sobre questões ambientais, eu considerei tanto insatisfatório como inquietante. Insatisfatório porque as análises do comportamento ou de problemas particulares são tão frequentemente mecânicas e abstratas, simplificando o mundo em estruturas ou modelos facilmente representados que ignoram muita da sutileza e significado da experiência quotidiana. Inquietante porque estas estruturas simplificadas servem frequentemente de base a propostas para a concepção de ambientes e a manipulação de pessoas e lugares em padrões que se supõe serem mais eficientes. Estas discussões são geralmente formuladas em termos científicos de objetividade, fatos e teoria que parecem ter-se tornado amplamente aceitos como os únicos termos válidos e rigorosos para explicar e resolver problemas ambientais (1976, prefácio).

E Anne Buttimer:

> A fenomenologia baralha as águas para aqueles que acreditam na separação entre os modos 'subjetivo' e 'objetivo' do conhecimento; questiona os pressupostos e fundamentos ideológicos dos modelos científicos convencionais (1976, p. 291).

Em reação contra os aspectos mais grosseiros do positivismo, a fenomenologia tem se tornado cada vez mais popular nas ciências sociais. Como Relph e Buttimer sugerem, a fenomenologia não enfatiza as conceitualizações abstratas e as pretensões objetivas do positivismo, mas uma preocupação mais concreta com a experiência vivida. O mais óbvio é que oferece um subentendimento alternativo de ambiente e paisagem, fazendo uma distinção clara entre espaço (o objeto abstrato da análise científica) e lugar (a experiência dos objetos no espaço, no mundo quotidiano ou *Lebenswelt*). Yi-Fu Tuan chegou ao ponto de definir a "ligação afetiva entre as pessoas e o lugar" como "topofilia" (1974a, p. 4). Este enfoque no lugar é mais um começo do que uma preocupação exclusiva (Buttimer, 1976, p. 287).

Embora uma reação contra a ciência positivista, a abordagem fenomenológica não precisa ser irreconciliavelmente oposta a ela. Pode, antes, ser vista como uma construção "crítica, sobre o conhecimento científico" (Yi-Fu Tuan, 1976, p. 274). Que há pouco consenso mesmo sobre isto é típico da diversidade da fenomenologia; uma diversidade que caracteriza tanto as suas raízes filosóficas como as suas aplicações práticas (ver o recente diálogo entre Relph, 1977; Buttimer, 1977; e Yi-Fu Tuan, 1977). Aqueles que recorrem à fenomenologia procuram inspiração principalmente em Husserl, e é através dele mais do que em qualquer sentido ativo que a sua perspectiva herda a dialética. No presente contexto, contudo, uma discussão sobre alternativas concretas à ciência positivista parece mais frutuosa para examinar a fenomenologia através dos olhos de Alfred Schutz. Muito inspirado por Husserl, Schutz abordou diretamente o problema da construção de metodologias alternativas aceitáveis para as ciências sociais. Ele fez isso tentando evitar a ruptura filosófica, característica do positivismo, entre 'objeto' e 'sujeito', e as consequências mais empiristas da sociologia emergente de Weber.

Schutz (1970) distingue as ciências naturais e sociais em termos não dos objetos que estudam, mas das construções mentais que empregam.

Enquanto as ciências naturais abstraem diretamente dos *Lebenswelt*, excluindo assim de consideração as pessoas, a cultura e a atividade humana, as ciências sociais abstraem das construções de senso comum através das quais as pessoas experimentam o *Lebenswelt*. Categorias objetivas das ciências sociais são construções de segundo grau; a experiência subjetiva do *Lebenswelt* é uma construção primária (Schutz, 1970, p. 10-12). Schutz esperava que este método abstrairia suficientemente as experiências quotidianas para merecer o rótulo de 'ciência', utilizando ao mesmo tempo construções que permanecem enraizadas nessa mesma experiência. Tendo assim trazido o objeto do conhecimento (a realidade conhecida) dentro do sujeito (o conhecedor) utilizando a categoria *Lebenswelt*, restava fazer o oposto; trazer o sujeito dentro do objeto. "Como", em outras palavras, "é possível formar conceitos subjetivos e uma teoria objetivamente verificável das estruturas de significação subjetiva?" (1970, p. 15). A resposta de Schutz é que a *Lebenswelt* compreende 'estruturas intersubjetivas' de significado: partilhamos o mundo quotidiano com outros e partilhamos ou compreendemos muitas das suas interpretações e experiências. As explicações científicas sociais empregam, portanto, construções com significados intersubjetivos; desta intersubjetividade, a objetividade torna-se possível. Além disso, é uma objetividade capaz de transmitir a emoção, o sentimento e o sentido da vida quotidiana.

Esta discussão metodológica é, em si mesma, algo abstrato e, como salienta Richard Bernstein, "o principal valor da fenomenologia, na medida em que diz respeito à compreensão da vida social e política, não reside no seu elaborado andaime intelectual […]. Pelo contrário, a sua principal contribuição para a reestruturação da corporação social e política é a forma como nos obriga a examinar criticamente a tomada de partido do mundo social e político" (Bernstein, 1976, p. 252). Assim, entre os geógrafos atraídos pela fenomenologia – logicamente, os estudos mais gratificantes examinaram de forma crítica e concreta a intersubjetividade do lugar. Não é surpreendente, dada a abstração da metodologia de Schutz, que tais estudos tenham se apoiado mais nas transcendentais 'essências da ciência' de Husserl em busca de um quadro filosófico orientador; isso parece mais fenomenológico. Na medida em que este enfoque oferece perspectivas sobre as relações mais amplas entre indivíduos e entre a humanidade e a natureza, continuará a ser frutífero, mas os seus perigos já são aparentes. Isso tem levado a uma confusão tensa entre a fenomenologia e a 'geografia humanista', uma confusão

que achata o humanismo. Na prática, a fenomenologia tende a significar geografia humanista (Yi-Fu Tuan, 1974b), embora, como Relph muito corretamente insiste, "a fenomenologia não conduz necessariamente ao humanismo" (1977, p. 179). Esta confusão entre duas tradições distintas permitiu a Entrikin chegar ao ponto de dizer que "a geografia humanista é mais bem caracterizada pelo ecletismo em relação ao método" (1976, p. 627). Sobre o ecletismo, ele está certamente correto, sobre o método, de modo algum. Pois a distinção fundamental entre a fenomenologia e o humanismo – a remontar ao simples nível da afirmação de Entrikin de que humanismo pode ser melhor entendido 'como uma forma de crítica' – é que a fenomenologia tem um método, ou métodos, por força da sua crítica dialética; o humanismo tem apenas uma atitude.

As análises de Schutz são um antídoto útil para a confusão entre geografia humanista e fenomenologia. Caso contrário, a abordagem fenomenológica torna-se vulnerável à sucessiva 'forma de crítica'. Endossando uma afirmação algo hiperbólica de George Steiner, Gould escreve: "Todas as evidências sugerem que as formas da realidade são matemáticas…O humanista está na posição tenaz desses espíritos lesados que continuam a ver a terra como uma mesa plana depois de ter sido circunnavegada" (1974, 9). Não se pode negar que o humanismo tem experimentado dificuldades crescentes na interpretação da sociedade capitalista avançada. Mas isto acontece porque essa sociedade não é criada pelo humanismo, mas pelo trabalho e pelo capital, pela política e pela ciência. Na medida em que podem ser produzidas e reproduzidas, as formas da realidade não são mais rigidamente matemáticas do que qualquer outra coisa. Face à crise do paradigma categórico e ao crescimento do seu sucessor, Gould, com a sua realidade categórica e matematicamente moldada, é ele próprio eminentemente qualificado a se tornar um futuro presidente dos terraplanistas.

A abordagem fenomenológica enfrenta críticas mais sérias. Ao contrário da abordagem lógico-linguística, ela não considera de forma séria a sociedade externa ao indivíduo. As suas possíveis percepções são, portanto, limitadas. No entanto, tal como a lógico-linguística, a fenomenologia tende a 'isolar e separar o que é inseparável e dialeticamente interrelacionado' (Bernstein, 1976, p. 232). Com o crescimento da ciência e da consciência científica, a experiência dos *Lebenswelt* emprega cada vez mais construções científicas, ainda que a fenomenologia tenha sido relutante em explicar a experiência científica da realidade. A tentativa de transcender a dicotomia subjetivo-objetivo é apenas parcialmente bem-sucedida, pois embora a

fenomenologia possa encantar-nos com relatos de experiências individuais e culturais, também nos frustrará pela sua incapacidade de transmitir coerentemente a objetividade brutal de muito da experiência quotidiana. Ela pode dizer pouco sobre a criação social e a manipulação da realidade. "A fenomenologia, ao limitar-se à aparência do mundo, é incapaz de penetrar na realidade objetiva…Ela não pode penetrar na estrutura objetiva da relação histórica do homem com a natureza, que difere do significado consciente de muitas maneiras" (Burgess, 1976, p. 19-20). Embora Relph tenha estado particularmente atento ao problema, a conclusão do seu *Place and Placeness* oferece uma clara ilustração da dificuldade da fenomenologia em transcender o nível da aparência e da ação individual. Discutindo a destruição do lugar nas sociedades capitalistas avançadas, Relph conclui: "Mas uma coisa é clara – quer o mundo em que vivemos tenha uma geografia sem lugar ou uma geografia de lugares significativos, *a responsabilidade sobre isso é somente nossa*" (1976, 147; itálico acrescentado).

Na medida em que a fenomenologia se degenerou em geografia humanista, ou pior, geografia comportamental (Lago, 1978), a sua perspectiva é mais estreita. O próprio Relph afirma que a geografia humanista tende a ser exclusiva, restrita e conservadora (1977, p. 178-79). Não é por acaso que Yi-Fu Tuan passou a encarar a geografia humanista como simplesmente mais um "subcampo na nossa disciplina" (1977), e que Entrikin vê a geografia humanista como uma "consciência pré-científica do nosso ambiente" (1976, p. 625). A ambiguidade do 'pré-cientificismo' – prioridade conceitual expressa na linguagem da prioridade temporal – é particularmente reveladora no contexto do humanismo. Pior ainda, o humanismo trata do futuro como trata da ciência, negando-a. A negação, contudo, volta-se contra si mesma; num mundo onde o monopólio da ciência sobre o conhecimento está em rápida expansão, o humanismo deve ou competir com a ciência – uma batalha perdida antes de começar – ou aceitar uma jurisdição decrescente. A destruição do lugar ocorre a mando de forças sociais objetivas que nem o humanismo nem, no final, a fenomenologia, podem apreender plenamente. A concepção de Yi-Fu Tuan, do geógrafo humanista como não apenas o produtor da investigação científica, mas também a ponte – o 'intelectual intermediário' (1976, p. 274) entre a arte e a ciência, é sintomática da situação difícil do humanismo. A história é demasiado familiar. Faz lembrar perturbadoramente a 'síntese' de Hartshorne e os espasmos finais da geografia regional.

3. Marxismo

a) Relações homem-meio: A relação entre a humanidade, e as relações 'homem-natureza' ou 'homem-ambiente' naturais são a principal preocupação da geografia. Nenhum outro tema persistente surge de *All Possible Worlds* de James. Embora tenham alterado periodicamente as suas percepções desta relação, os geógrafos têm se mostrado relutantes em traçar o desenvolvimento histórico dessa relação. Fazê-lo seria ver versões contemporâneas (principalmente positivistas) da relação não como universais, mas sim como historicamente contingentes e exigindo uma explicação histórica. O argumento de Glacken para uma integração metodológica da natureza e da história tomou a necessária perspectiva histórica: "Se o problema for considerado histórico, alcançaremos uma melhor compreensão dos processos de crescimento cultural e dos processos da natureza" (Glacken, 1956, p. 87).

Pode-se ler em Marx, no mesmo sentido:

> Em toda concepção da história até o presente esta base real da história [a relação material das sociedades humanas com a natureza] tem sido totalmente negligenciada ou então considerada como uma questão menor bastante irrelevante para o curso da história. A verdadeira produção de vida parece ser a história primitiva, enquanto a verdadeiramente histórica parece estar separada da vida ordinária, algo extra-super-territorial. Com isto, a relação do homem com a natureza é excluída da história e, portanto, é criada a antítese da natureza e da história (Marx e Engels, ed. 1970, p. 59).

Para Marx, se não Glacken (1967), a ação das sociedades humanas na natureza é a verdadeira base da sua relação de desenvolvimento histórico. O trabalho, portanto, é 'um processo em que participam tanto o homem como a Natureza, e em que o homem por sua própria vontade inicia, regula e controla as reações materiais entre si e a Natureza' (Marx, ed. 1967, volume 1, p. 177). A ciência, ela própria um produto humano, intervém através do processo de trabalho para regular esta relação com a Natureza. Nesta medida, Marx e Marcuse poderiam concordar que a ciência, materializada no trabalho, estende o domínio social sobre a

natureza. O rápido crescimento industrial que acompanhava os primeiros produtos de base exigia não só ferramentas e maquinaria, mas também um conhecimento rudimentar dos processos naturais. Com origem aqui, o crescimento da ciência moderna seguiu uma lógica consistente com o desenvolvimento do capitalismo. Ao contrário de Marcuse, que vê na maior independência da ciência atual uma autonomia crescente e irreversível, a maioria dos marxistas concorda que a ciência e a tecnologia continuam a ser os produtos de uma sociedade de classes, desenvolvendo-se numa direção vagamente (como nos anos cinquenta e sessenta) ou mais fortemente determinada e limitada (como no final dos anos setenta) pela estrutura do capitalismo: determinada, mais precisamente, pelos imperativos da acumulação de capital e pelas relações de classe entre trabalho e capital (Mattick, 1972). Separada do papel histórico da ciência sob o capitalismo, ou da crise do capitalismo como um todo, a recente crise na ciência social torna-se incompreensível (Shaw, 1971).

Nem para Marx nem para Hegel eram a natureza e a sociedade uma dualidade grosseira; a sociedade para Hegel era ela própria uma 'segunda natureza'. Embora não esteja hoje em voga, esta conceitualização da sociedade é antiga. Segundo Cícero, "somos os senhores absolutos daquilo que a terra produz… Nós paramos, dirigimos e viramos os rios: em suma, pelas nossas mãos procuramos, pelas nossas várias operações neste mundo, fazer, por assim dizer, outra Natureza" (citado por Glacken, 1956, p. 72). A primeira natureza de Hegel é "um mundo de coisas que existem fora do homem, como uma ocorrência cega. O mundo dos homens tal como ele toma forma no Estado, na lei, na sociedade e na economia, é para ele 'segunda natureza'". Enquanto para Hegel a segunda natureza é 'razão manifesta, espírito objetivo', para Marx deve ser "descrita nos termos aplicados à primeira: nomeadamente, como a área da ausência de conceitos, onde a necessidade cega e o acaso cego coincidem". A "segunda natureza" é, ainda, a "primeira" (Schmidt, 1971, p. 42-43).

No entanto, a distinção entre uma 'primeira' e uma 'segunda' natureza não é tão clara em Marx como sugere a exposição de Schmidt. Tal como Habermas, Schmidt pressupõe na prática uma separação entre a criação humana e a natureza não trabalhada enquanto ao mesmo tempo a nega em teoria. Marx rejeitou explicitamente essa separação na prática, bem como na teoria. Escrevendo nos anos 1840, antes do período da colonização europeia mais intensiva, Marx já podia afirmar que, à exceção de alguns remansos negligenciados, a natureza 'externa' já estava sendo domesticada;

a paisagem não trabalhada era praticamente inexistente. O desenvolvimento econômico progressivo trouxe uma crescente dominação humana com a natureza. De modo algum planejado socialmente, a direção deste desenvolvimento foi o resultado anárquico da competição econômica e da luta de classes. Dado o poder crescente de dominação dentro da natureza, a sociedade capitalista exigiu a compreensão do seu próprio funcionamento interior e a ciência social foi concebida para este fim.

A economia política desenvolveu-se primeiro como uma tentativa de elucidar os processos sociais através de uma explicação da economia capitalista. Na medida em que forneceu tal conhecimento, a economia política tornou-se um instrumento vital para um desenvolvimento econômico maior e mais eficiente. Tal como a física, foi, portanto, um pré-requisito e um produto do crescimento do capitalismo. A-histórica, entretanto, e convencida de que as leis econômicas eram universais, a economia política do século XVIII era cada vez mais inadvertida à sua tarefa pelo desenvolvimento contínuo do próprio capitalismo. Em meados do século XIX, de acordo com Marx, as leis, teorias e fórmulas dessa economia política:

> […] levam-nas impressas em letras inequívocas que pertencem a um estado da sociedade, no qual o processo de produção tem o domínio sobre o homem, em vez de ser controlado por ele […]. [Elas] parecem ao intelecto burguês ser uma necessidade tão óbvia imposta pela Natureza como o próprio trabalho produtivo. Assim, as formas de produção social que precederam a forma burguesa, são tratadas pela burguesia em grande medida da mesma forma com que os Padres da Igreja trataram as religiões pré-cristãs (Marx, ed. 1967, volume 1, p. 81).

Então, como agora, a ciência social procurou descobrir universos da ação humana. Mas a relação com a natureza, a base da ação humana, é em si mesma altamente dinâmica, pelo que esta autoimagem da ciência como procura do universal está destinada à perpétua e periódica refutação. Mais uma ideologia do que uma ciência no final do século XIX, a economia política clássica não podia resolver nem os seus velhos problemas nem os novos problemas precipitados pelo crescimento industrial, revolta proletária e crescente crítica socialista (Shaw, 1975, p. 76-77). Cedendo lugar à economia neoclássica, a economia política perdeu o político tanto

no assunto como no nome. Não mais capazes de considerar o caráter social e político da sociedade capitalista sem parecerem manifestamente ideológicos, os economistas deixaram outros cientistas sociais para preencher a lacuna. Ao preenchê-la, a geografia, a antropologia, a sociologia e a psicologia foram radicalmente redefinidas no início do século XX. A sociologia, acima de tudo, triunfou. Academicamente, tinha a vantagem de levar a sério a economia neoclássica, procurando assim explicações universais e centrando-se mais nas relações de consumo social do que nas relações de produção. Mais genericamente, a sociologia criou um produto essencial ao capitalismo avançado, cuja sobrevivência dependia cada vez mais da capacidade de iniciar e alterar hábitos de consumo, preservar a 'comunidade' no caos espacial, regular relações industriais e conflitos de classe, compreender a sociedade como um todo funcional, e lidar com o aumento da criminalidade e desvio. Este último permitiu que a psicologia triunfasse como um serviço de reparação mental.

Enquanto a urbanização do século XIX parecia a muitos uma intromissão indevida na natureza, a rápida explicação global do capitalismo parecia representar um progresso civilizado. Ainda inseguros sobre como lidar com o primeiro, os geógrafos prestavam mais atenção ao segundo. Em 1900, as principais nações imperialistas tinham estabelecido distintas escolas nacionais de geografia, dentro das quais os geógrafos dirigiam as suas pesquisas para as colônias, o mundo inexplorado e os restos rurais da metrópole, refinando os seus talentos como exploradores, cartógrafos, cronistas de uso da terra, estudantes de processos naturais e artistas que retratavam e descreviam a harmonia natural. Só para além da cidade é que a relação entre a humanidade e a natureza parecia reter alguma integridade e equilíbrio considerados naturais. Apesar de se ter concentrado na natureza rural, G. P. Marsh não conseguiu fundar uma escola de geografia americana precoce e isto não foi um acidente (Mercer, 1977). Continuava a haver uma necessidade insuficiente de mais do que um conhecimento esporádico dos efeitos da humanidade sobre a natureza. Num país e numa economia capitalista internacional, com novos mundos ainda por conquistar, a verdadeira necessidade era legitimar a conquista. Só três quartos de século mais tarde, quando a expansão territorial se aproximava do seu limite, é que Marsh seria ressuscitado como homem antes do seu tempo (Mumford, 1946).

A geografia atingiu o seu maior poder ideológico nos primeiros anos deste século. Como Hudson argumenta num trabalho bem documentado e persuasivo, "não foram os 'grandes homens velhos' que fizeram a

nova geografia. Foi antes a nova geografia, tal como exigido pelo novo imperialismo, que fizeram as suas carreiras como geógrafos" (Hudson, 1977, p. 13). O objetivo de servir o império era muitas vezes bastante consciente. Segundo o Coronel Sir Thomas H. Holdich, que foi eleito presidente da Royal Geographical Society em 1917: "O direito do homem branco de encher a terra e subjugá-la sempre foi inquestionável, porque se baseia no princípio de que o seu domínio e senhorio tende a melhorar o mundo e endireitar os caminhos para a paz e as bênçãos das civilizações a seguir" (citado em Hudson, 1977, p. 16; ver também Folke, 1973). Uma visão social darwinista do progresso e da civilização proporcionou um propulsor ideológico comum a países europeus e particularmente ao imperialismo britânico; da mesma forma, a Grã-Bretanha de Mackinder e os mares britânicos. A geopolítica, ao justificar a ascensão do fascismo alemão e o determinismo ambiental, ao implicar que os problemas sociais eram naturais e humanamente insolúveis, proporcionaram mais apoio ideológico. O que a geografia legitimava era o domínio alargado do capitalismo dentro da natureza.

A expansão imperial estava essencialmente concluída em 1918 e os impérios precisavam de administradores em vez de exploradores, funcionários públicos em vez de investigadores. Assim, as lentes profissionais da geografia, funcionalmente fracas e um pouco redundantes, foram trocadas por outras mais fortes; os geógrafos viraram o seu olhar, por mais gentil que fosse, para a ciência. Embora na prática isto significasse recorrer a metodologias kantianas e neokantianas que há muito dominavam a forte escola alemã, não implicava a aceitação de um positivismo lógico de sangue puro, como Guelke (1977) sugeriu. Importado para outras escolas por Hartshorne, em particular, o kantianismo durante algum tempo estimulou uma nova atividade. Com a consequente ênfase no único e não no universal, no entanto, a geografia pagou muito por seu ilustre pedigree kantiano. A disciplina estava enfeitiçada durante grande parte deste século, não pelo kantianismo em geral, mas por uma das suas versões historicistas do final do século XIX. É bastante extraordinário que a dicotomia nomotético-ideográfica, importada de Windelband e Rickert (Hartshorne, 1959, p. 146-72; Schmidt, 1971, p. 48-49), tenha dirigido a visão geográfica durante tanto tempo. A sua centralidade sustentada no método – o debate lógico foi um sintoma não só da orientação ideológica da geografia, mas também da estagnação intelectual e de um certo culto da personalidade. Apesar de outras disciplinas terem sido influenciadas pela mesma tradição – a lógica

social, por exemplo, através de Max Weber (Therborn, 1976, 280-83) –, elas nunca estiveram tão dependentes dela. Em meados do século XX, as contribuições técnicas e ideológicas da geografia eram mínimas (exceto talvez na inteligência e planejamento militares) devido a este isolamento das questões e desenvolvimentos intelectuais principais. Só nos anos 1960 é que a geografia começou a trocar a sua leitura historicista de Kant por um positivismo mais solto, mais moderno e rigorosamente anti-histórico.

A mudança de enfoque para o positivismo, a ciência e o universal foi igualmente uma viragem para a tecnologia. Implícito na última 'nova geografia' estava um entendimento generalizado de que a humanidade tinha desenvolvido um controle substantivo sobre as suas relações com a natureza; o seu domínio dentro da natureza oferecia uma liberdade considerável para o mundo social. Assim, a análise espacial, modelização urbana, avaliação de recursos, gestão ambiental, análise ecológica e estudos de transporte expandiam os campos de investigação nos anos sessenta. Incrementando uma busca científica, o exame das relações homem-ambiente na geografia estava cada vez mais preocupado com o controle. Isto é por vezes explícito, como na conclusão de que "a ciência na geografia cuidará de si mesma se a nossa tecnologia produzir resultados sobre problemas significativos" (Wolpert, 1976, p. 362). Geralmente visto como uma reação ao

Processamento de números colocado em uma torre de marfim, a procura de relevância (Smith, 1971; 1973) e a mudança para a análise das políticas públicas (Berry, 1972) são apenas o resultado lógico do positivismo. Numa altura em que a tecnologia social sofisticada era menos procurada, a geografia inicial das relações homem-mundo funcionava mais como ideologia do que como tecnologia. O oposto é verdadeiro do paradigma categórico. Percebendo tanto a ironia como as potenciais implicações políticas desta inversão, Burgess identifica uma distinção única partilhada pela geografia nazi e soviética: têm sido peculiarmente "bem sucedidas como disciplinas, na medida em que tanto os grupos dirigentes como o Estado lhes permitiram ter uma palavra a dizer sobre o que estava acontecendo" (Burgess, 1976; p. 1978).

b) o marxismo como ciência: se a resposta fenomenológica ao excesso de técnicas de controle é um restabelecimento do humano e a resposta lógico-linguística é uma revolução lógica dentro da ciência, a resposta marxista é uma revolução política na qual a ciência se torna autoconscientemente política. Porque a cientificidade do marxismo é tão amplamente mal

compreendida, Karl Popper deve ser felicitado por se comprometer a avaliar o seu estatuto científico; especialmente por sofrer uma severa dificuldade – uma ignorância autoconfessada da dialética (Popper, 1940). A sua avaliação pode ser resumida no título: *The poverty of historiscism*. O historicismo (ou seja, o método de Marx) não é científico. Existe uma certa disparidade, entretanto, entre a noção de história de Marx e o historicismo de Sir Karl. De fato, a disparidade é tão grande que se imagina se Popper pegou o seu conhecimento de Marx, do Capital, ou do *Reader's Digest*. Mas talvez isto seja demasiado duro. No prefácio da segunda edição, Sir Karl afirma com orgulho (em itálico): "Tenho mostrado que, por razões estritamente lógicas, é impossível para nós prever o curso futuro da história". Nisto, senão em nenhum outro lugar, ele concorda com Marx, pois certamente nenhum marxista afirmaria a sua ciência como sendo positivista. Recordamos August Lösch: "Se o meu modelo não se conforma com a realidade, é a realidade que está errada".

A representação de Popper do marxismo não justifica nem a inteligência de Marx nem a sua própria. Ver a ciência da história de Marx como necessariamente preocupada com a predição é totalmente errado. Contra a interpretação errada de Popper, uma passagem dos escritos da prisão de Gramsci do início dos anos trinta fornece um amplo 'contrafato':

> Colocando o problema como uma busca por leis, de linhas regulares, uniformes e constantes, está ligado com a necessidade, olhada de uma forma algo infantil e ingênua, de resolver peremptoriamente o problema prático da previsibilidade dos acontecimentos históricos. Uma vez que, por uma estranha viragem de perspectivas, 'parece' que as ciências naturais proporcionam a capacidade de prever a evolução dos processos naturais, a metodologia histórica só foi concebida como 'científica' se e na medida em que, permite 'prever' abstratamente o futuro da sociedade (Gramsci, 1957, 100).

Não mais do que nos dias de Galileu ou Newton ou Darwin, existem critérios fixos imutáveis de prática científica. O trabalho da ciência, como qualquer outro trabalho, altera-se a si próprio e ao seu objeto pela atividade. O homem "opõe-se à Natureza como uma das suas próprias forças, pondo em movimento braços e pernas, cabeça e mãos, as forças naturais do seu corpo, a fim de se apropriar das produções da Natureza de uma forma

adaptada aos seus próprios desejos. Ao agir assim sobre o mundo exterior e ao mudá-lo, ele muda ao mesmo tempo a sua própria natureza" (Marx, ed. 1967, volume 1, p. 177).

Sob o capitalismo, a classe trabalhadora é definida pela sua função produtiva. O trabalhador assalariado transforma o material natural numa mercadoria, trabalhando sobre ele, infundindo-o com o seu próprio trabalho. No entanto, nada nunca é dele. Uma casa, por exemplo, é vendida e o trabalhador é alienado do que produziu. Ele não tem qualquer direito ou reivindicação sobre a casa, apenas uma nostalgia persistente como ele poderia ter sobre as paisagens da sua infância. Os tons humanistas da categoria disfarçam o significado teórico preciso da alienação em Marx, pois a descoberta final de Marx foi a dinâmica por detrás da alienação, a dinâmica central do sistema capitalista. Extraindo mais-valia sob a forma de lucro do trabalhador assalariado, o capitalista compete com outros capitalistas. Para permanecer lucrativo, portanto, ele deve continuamente acumular mais e mais capital como base de mais e mais lucro para compensar a concorrência, de modo que as necessidades de capital venham a dominar as necessidades do trabalho; economia política e economia neoclássica são as ciências das necessidades do capital. Von Thunen compreendeu perfeitamente a forma desta dominação:

> […] o próprio capital é apenas o resultado do trabalho humano […] Parece bastante incompreensível que o homem possa ter se enquadrado ao domínio do capital, seu próprio produto; e como na realidade isto é indiscutível, involuntariamente a questão se coloca: Como é que o trabalhador conseguiu passar de mestre do capital – como seu criador – a seu escravo? (citado em Marx, ed. 1967, volume I, p. 621).

Para a ciência, "apropriar-se das produções da natureza" em pensamento não é, portanto, uma questão fácil, uma vez que as 'produções' oferecem sempre dois lados. "Toda a ciência seria supérflua", segundo Marx, "se a aparência e a essência das coisas coincidissem diretamente" (ed. 1967, volume III, p. 817). A ciência pode captar a objetividade da realidade não por uma observação neutra, que apreenderá apenas formas aparentes, mas pelo envolvimento consciente na natureza que procura conhecer. "A questão se a verdade objetiva pode ser atribuída ao pensamento humano não é uma

questão de teoria mas sim uma questão de ordem prática. O homem tem de provar a verdade, ou seja, a realidade e o poder, o lado positivo do seu pensamento na prática" (Marx e Engels, ed. 1970, p. 121). A objetividade é parte integrante do processo de apropriação do conhecimento, e não uma norma externa (Hartsock, a publicar); *sendo* objetiva e *tendo* um objetivo são coisas novamente consistentes uma juntamente com a outra. Somente em se investigando e participando da relação de classe entre trabalho e capital é que a ciência social pode explicar a realidade, bem como o aparecimento da sociedade capitalista.

Cada vez mais na moda, o marxismo tem atraído muitos radicais de esquerda à deriva. Para alguns esta é uma genuína transição intelectual, para outros um movimento acadêmico (Anderson, 1977, 37). Paralelamente à confusão entre a fenomenologia e o humanismo, esta deriva tem encorajado a confusão entre o marxismo e a geografia radical. A diferença deve agora ser clara. Como ciência, o marxismo escolhe o seu tema-sujeito de acordo com a sua teoria; a geografia radical faz o contrário. Assim, documentando, aplaudindo e, em certa medida, iniciando a ascensão da geografia radical, David Smith explica que os geógrafos têm tradicionalmente ignorado muitos 'fenômenos sociais' importantes: "segregação racial, pobreza, fome, mortalidade infantil, morbidade, toxicodependência, doença mental, suicídio, ilegitimidade, desvio sexual, serviços de bem-estar, cuidados médicos, crime, justiça, a incidência de áreas ou regiões de privação social, e assim por diante" (1971, p. 156). Esta lista é impressionante, mas deriva da observação puramente empírica e não de uma compreensão teórica da inter-relação destes 'fenômenos sociais', ou de uma compreensão da sua relação com processos menos obviamente 'relevantes', tais como a produção e a reprodução do ambiente construído, os padrões de investimento industrial, a relação dos serviços sociais com o processo de produção capitalista e o papel da ciência e da ideologia. A geografia radical, embora seja um avanço positivo para além do paradigma categórico, tem apenas uma coerência negativa – a sua oposição à geografia não-radical – e sem qualquer teoria, falta-lhe uma estratégia global de ação prática. Isto não a condena de forma alguma à irrelevância, mas efetivamente a limita e frustra os seus adeptos. Preocupado com esta falta de teoria científica, mas recusando-se a reconhecer a cientificidade do marxismo, os estudos empíricos posteriores de Smith caíram de novo nos ditames científicos do positivismo na busca por conhecimentos sobre estes fenômenos relevantes. Tal conhecimento, afirma, é um pré-requisito para alterar as diversas injustiças (Smith, 1974,

p. 297). Este é o primeiro perigo da geografia radical, que se dissolverá num positivismo aparentemente benevolente; o radicalismo de hoje transforma-se no reformismo de amanhã. O segundo perigo é que a geografia radical, em busca da teoria científica, coopte o marxismo.

Na Europa Ocidental e no Norte de América, a cooptação da linguagem marxista no paradigma categórico "sem transmitir a essência do pensamento marxista, impediu efetivamente o verdadeiro florescimento do pensamento marxista" (Harvey, 1973, p. 127). Com a confusão entre abordagens marxistas e radicais dentro da geografia, muitos radicais já têm o jargão marxista, a abordagem histórica, a perspectiva materialista e até mesmo um rabisco da dialética. Aqui, é inútil distinguir os marxistas dos radicais, dissecando os detalhes do seu pensamento e elaborando um balanço. O que é vital para o marxismo é distinguir os argumentos, as análises e as vias de abordagem que contribuem para uma melhor subavaliação teórica da realidade, ao mesmo tempo que informam e reforçam a luta prática da classe trabalhadora:

> Na realidade, pode-se 'prever' na medida em que se age, na medida em que se aplica um esforço voluntário e, portanto, contribui concretamente para o resultado 'previsto'. A previsão revela-se assim não como um ato científico de conhecimento, mas como a expressão abstrata do esforço feito, a forma prática de criar um desejo coletivo (Gramsci, 1971, p. 438).

c) Desenvolvimento desigual: entre as alternativas ao paradigma categórico, o marxismo gera, de longe, o maior fermento. A investigação substantiva abrange um amplo espectro teórico, incluindo o subdesenvolvimento, o imperialismo, as relações homem-ambiente, a economia política urbana, a habitação, o planejamento e a crítica das ideologias geográficas (Peet, 1977a). Muito deste trabalho tenta tecer uma compreensão do espaço nas análises teóricas de Marx (Harvey, 1973; 1975; Doherty, 1973; Anderson, 1975; Peet, 1973). Caracterizado inicialmente pelos esforços um tanto mecânicos para conciliar 'classe e espaço' ou 'espaço e sociedade', as abordagens marxistas desenvolveram rapidamente uma base teórica mais sofisticada (Harvey, 1977; 1978; Pickvance, 1976; Anderson, 1977; Hudson, 1977; Burgess, 1977; Doherty, 1977; Slater, 1977; Buchanan, 1977).

De forma alguma, entretanto, o fetiche ortodoxo do espaço foi superado. Este fetiche faz com que "as relações entre pessoas, grupos sociais ou classes apareçam como relações entre áreas ou lugares" (Anderson, 1975, 11). Uma relíquia mais recente da busca da identidade científica dos anos sessenta, o conceito de espaço como objeto de estudo discreto, sobrevive na mais avançada literatura marxista. Na medida em que encoraja a teoria marxista a inverter a sua negligência histórica em relação aos aspectos espaciais do capitalismo, a ênfase no espaço é produtiva. Quando incentiva a discussão da 'dialética espacial', todavia (Peet, 1977b; Santos, 1977) – presumivelmente a ser distinguida da 'dialética temporal', 'dialética social', 'dialética política' e 'dialética econômica' –, a ênfase no espaço logo se revela uma barreira, não um catalisador, para um maior desenvolvimento teórico. Peet ilustra a teoria da dialética espacial' com a relação exploratória entre núcleo e periferia; "as relações espaciais são vistas como refletindo as relações sociais" (l977b, p. 235). Apesar da intenção de Peet, esta 'reflexão' bastante nebulosa distingue a sociedade do espaço e, juntamente com a primazia atribuída às relações sociais, concede ao espaço uma autonomia ontológica desordenada. As 'relações espaciais' não 'refletem' simplesmente 'relações sociais'; sem a periferia espacial não poderia haver uma relação sólida entre ela e o núcleo. Longe de serem relações diferentes, o social e o espacial são aspectos diferentes de uma única relação. Podemos separá-los ocasionalmente por conveniência analítica, mas não podemos defini-los como separados na prática se todo o nosso projeto for para os combinar. Soja percebe o problema com precisão, mas é incapaz de o resolver na prática, uma vez que é incapaz de submergir a dicotomia socioespacial. Ao propor a 'dialética socioespacial', resolve-o filosoficamente, utilizando uma dose severa de excesso de terminologia (Soja, 1978).

Isto pode ter sido um ponto acadêmico, mas as suas ramificações são sérias. A 'geografia marxista' foi definida como "a parte de toda uma ciência que trata da inter-relação entre os processos sociais, por um lado, e o ambiente natural e os processos espaciais, por outro" (Peet, 1977b, p. 254; ver também Peet, 1975). Mas se a referência ao marxismo foi omitida, isto poderia igualmente servir como uma definição de geografia social ortodoxa (ver, por exemplo, Jones, 1975, p. 3). Fiel ao seu marxismo, a 'geografia marxista' transcenderia os limites disciplinares; fiel à sua geografia, observá-los-ia. A contradição não será resolvida enxertando uma tradição na outra (Buch-Hansen e Nielson, 1977, 2). Somente será resolvida remodelando

uma tradição no quadro da outra. Aqui, pelo menos, "a filosofia é a luta de classes em teoria" (Althusser, 1976, p. 58).

Entre as teorias que foram além de uma simples preocupação com o espaço abstrato e objetivado, há um foco que emerge lentamente: o desenvolvimento desigual. Marx discutiu os efeitos da centralização e concentração econômica (ed. 1967, volume I, p. 624-28), mas dentro das limitações da sua suposição de trabalho anterior de que todo o mundo seria visto como uma única nação com um modo de produção capitalista universalmente estabelecido (ed. 1967, volume I, p. 584). Para compreender o imperialismo (Lenin, ed. 1975), o subdesenvolvimento (Amin, 1976; Kay, 1975) e a limitada capacidade de sobrevivência do capitalismo (Luxemburgo, ed. 1955), os marxistas subsequentes tiveram de flexibilizar a suposição de Marx. Só recentemente, no entanto, o desenvolvimento desigual tem sido considerado em escalas diferentes da escala internacional (Mandel, 1962, 91, p. 361-63). Um produto e um pré-requisito da acumulação capitalista, o desenvolvimento desigual resulta inicialmente de um investimento desigual na atividade produtiva, de acordo com os níveis locais de produtividade. Estes, por sua vez, são uma função da sofisticação tecnológica e da extensão da divisão e organização política do trabalho; estas últimas forças não só determinam um desenvolvimento desigual, mas também são determinadas por ele. Esta dialética funciona não só a nível internacional, no qual o papel dos Estados-nação é sobrevalorizado, mas em toda a economia, em diferentes escalas, embora profundamente relacionadas (Soja, 1978; Smith et al., 1977). À escala urbana têm sido feitos trabalhos sobre o declínio da cidade de Nova Iorque (EdeI, 1977; Alcaly e Mermelstein, 1977), sobre suburbanização (Walker, 1978), reordenamento (Lamarche, 1976), gentrificação (Smith, 1979). À escala regional e nacional, foram realizados trabalhos na Escócia (Carter, 1974), Irlanda (Regan e Walsh, 1976), Nordeste de Inglaterra (Carney el al., 1976), Nordeste americano (Hei1, 1978; Fox, 1979), e Tanzânia (Doherty, 1977). A teoria geral para integrar estes estudos começa também a emergir (Harvey, 1977; 1978; Soja, 1978; Lefebvre, 1976).

O desenvolvimento desigual não é de modo algum um problema exclusivo da investigação marxista, mas tem a vantagem de estar teoricamente fundamentado na teoria de acumulação de Marx. Permite-nos ver o espaço não simplesmente como um objeto fetichizado ou abstração conceitual, mas como um conjunto de relações concretas que são continuamente produzidas e reproduzidas de acordo com as leis do desenvolvimento

capitalista. Uma compreensão teórica do desenvolvimento desigual secreta, portanto, uma compreensão do espaço. Afinal de contas, foi Marx quem escreveu:

> A base de cada divisão de trabalho bem desenvolvida, e provocada pela troca de mercadorias, é a separação entre a cidade e o campo. Pode dizer-se que toda a história econômica da sociedade se resume no movimento desta antítese (ed. 1967, volume I, p. 352).

Não podemos mais, como Marx, entretanto, "passar daí para o presente". É o elo vital de uma teoria integrada de desenvolvimento desigual. Como Raymond Williams demonstrou eloquentemente, esta antítese foi super sedimentada à escala mundial pela relação entre o núcleo e a periferia. Esta última é apenas a nova forma de um processo antigo (Williams, 1975, p. 335). Não podemos esperar compreender as relações entre os mundos desenvolvidos e subdesenvolvidos sem compreender também os níveis de desenvolvimento desigual imbricados dentro deles.

Na medida em que o marxismo pode ampliar e rever as suas teorias para corresponder a uma realidade em mudança, pode escapar à ossificação que ele detecta noutras abordagens; pode permitir "que as engrenagens do intelecto voltem a engrenar com a dinâmica da mudança" (Peet, 1977b, 249). Este é o dom crucial da dialética. Mas tem a sua cara de Janus. Quando a sua tradicional 'vitalidade e variedade' (Anderson, 1976, 67) dá lugar a frases mortas e degeneradas, o marxismo torna-se vulnerável a crítica e cooptação superficial e doutrinária.

III Conclusão

O paradigma dialético abre novas questões e oferece novas perspectivas – sobre as antigas. O debate determinismo-possibilismo, por exemplo, nunca foi resolvido; simplesmente morreu de tédio quando os geógrafos o perceberam como irrelevante e improdutivo (Harvey, 19f'9, p. 404). Não resolvido, ele ressurge. Se, quando o faz, os cientistas sociais veem as relações homem-natural numa perspectiva histórica, se compreendem a dialética entre a natureza e as sociedades humanas, se aceitam a função da

ciência social como geradora tanto de tecnologia como de ideologia para a sociedade capitalista, então um debate ressuscitado sobre o determinismo será tanto relevante como produtivo.

Sem este retorno a um terreno intelectual mais sofisticado, a geografia se desenvolverá em outras direções. Com toda a probabilidade ela trocará seu velho fetiche, o espaço, por um novo: o tédio. Os 'geógrafos' que levaram a sério o paradigma categórico especializaram-se a tal ponto que a contribuição contínua para as revistas de geografia tem mais a ver com a sobrevivência acadêmica do que a audiência alcançada. As numerosas fronteiras de investigação que procuram são mapeadas em revistas de investigação mais especializadas para além do horizonte disciplinar da geografia. Aqueles que permanecem leais ao antigo núcleo da geografia são, na maioria, aqueles que nunca foram demasiado encantados com a "nova geografia" – os seus números, fórmulas, computadores e, eventualmente, a sua relevância política. Tendo se afastado perceptivamente dos falsos rigores da fronteira eles se encontram na natureza selvagem. É irônico que, para preservar a integridade das suas preocupações disciplinares tradicionais contra a superespecialização, os geógrafos só possam recorrer a abordagens que promovam a derrubada das fronteiras disciplinares.

John Hopkins University

Agradecimentos

Uma variedade de pessoas leu, criticou e comentou gentilmente os rascunhos deste documento: Malcolm Forbes, Richard Bernstein, Nancy Hartsock Phil O'Keefe, David Harvey, Michael Eliot Hurst e Stephen Gale. Agradecimentos especiais são devidos a Joe Doherty, cujo apoio e encorajamento são inestimáveis.

2. Natureza como estratégia de acumulação[3,4]

Uma mercadoria, de acordo com economistas políticos clássicos, inclui e combina um valor de uso e um valor de troca. O valor, eles reconheceram, era o produto do trabalho humano; para Marx, era medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário. O capital, ele argumentou, era "valor em movimento", e a acumulação de capital era o processo pelo qual sociedades capitalistas multiplicavam o valor social através da exploração de trabalho. O capitalismo sempre empregou a força de trabalho para investir valor nos valores de uso extraídos da natureza, então o que poderia significar sugerir, como o título deste artigo faz, que a natureza se tornou uma estratégia de acumulação? É cada vez mais evidente, quero argumentar, que nas últimas três décadas, uma nova dimensão da produção capitalista da natureza transformou consideravelmente a relação social com o mundo natural.

"Por volta de dezembro de 1910", Virginia Woolf comentou celebremente: "a natureza humana mudou". Por volta da mesma época James Joyce pensou ter percebido o rompimento do espaço, um *insight* recuperado mais de meio século depois por Henri Lefebvre, que destacou o nascimento do cubismo a partir de *Les Demoiselles d'Avignon* (pintura de 1908 de Picasso), como o momento de uma nova "produção do espaço"[5]. É agora lugar-

3. Originalmente publicado como Smith, Neil. "Nature as Accumulation Strategy." *Socialist Register* n. 43, 2007, pp. 16-36. Disponível em: https://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/5856/2752.

4. Tradução de José Arnaldo dos Santos Ribeiro Junior. O tradutor agradece as leituras de Marta Inez Medeiros Marques e Daniel Sanfelici.

5. Virginia Woolf, 'Mr. Bennett and Mrs. Brown', in *The Captain's Bed and Other Essays*, New York: Harcourt Brace, 1956, p. 25; Stephen Kern, *The Culture of Time and Space*, 1880-1918, Cambridge: Harvard University Press, 1983; Henri Lefebvre, *The Production of Space*, Oxford: Basil Blackwell, 1991, p. 96.

comum pensar esse período anterior à Primeira Guerra Mundial como prova severa de novas concepções de espaço (e tempo), encarnadas não simplesmente no modernismo cultural e artístico, mas também em tais inovações científicas como a teoria da relatividade e a mecânica quântica, em concordância com as mudanças na geografia histórica do capitalismo[1]. Muito menos comum, pelo menos no discurso político, é uma séria reflexão a respeito da observação de Woolf que, depois de tudo, tinha a ver com a natureza humana do espaço ou tempo. A reivindicação dela é tradicionalmente tratada como enigmática, metafórica, uma reivindicação mais literária que literal, que emanou de discussões acaloradas no do círculo Bloomsbury em Londres. Depois de tudo o que poderia significar que a natureza humana – o paradigma da imutabilidade aparente – tinha mudado? E ainda Woolf estava próxima de uma resposta, antecipando não obstante fantasiosamente uma mudança real na relação social com a natureza – exceto que não iria realmente materializar por outro meio século. A proposição central aqui explorada é que nós estamos atualmente vivendo um período no qual o núcleo da relação socioeconômica com a natureza está sendo dramaticamente transformado.

NATUREZA CAPITALIZADA – NATUREZA BANCÁRIA

A partir dos 1980 e 1990, uma gama extraordinária de novas mercadorias ecológicas entrou em operação. Ironicamente, eles devem sua existência, em primeiro lugar e principalmente, para o sucesso do movimento ambientalista na década de 1960 e 1970. A subsequente legislação e regulamentação ambiental, que se desenvolveu de modo bastante desigual através de diferentes contextos nacionais e locais, procurou limitar a espoliação ambiental nas mãos do capital e, no processo – às vezes deliberadamente, às vezes não –, criou certa escassez do que pode ser chamado "destruição natural permitida". Isso, por sua vez, levou ao desenvolvimento de mercados inteiramente novos em "bens" ecológicos e (especialmente) em "maus"[6]. Enquanto a tradicional mercadorização da natureza geralmente envolvia a extração de valores de

6. *This in turn led to the development of entirely new markets in ecological 'goods' and (especially) 'bads'*. Trata-se de um trecho de difícil tradução. Outra possibilidade seria a seguinte: Isto, por sua vez, levou ao desenvolvimento de mercados inteiramente novos em produtos ecológicos e não-ecológicos. Mas nessa tradução o aspecto "irônico" de Neil Smith, expresso pelas aspas, é subtraído.

uso, como matéria-prima para a produção capitalista – madeira para mesas, petróleo para energia, minério de ferro para o aço, vários grãos para o pão –, esta nova geração de mercadorias ecológicas é diferente. Se elas tornam ou não a matéria-prima em produção futura é incidental para sua produção. Em vez disso, essas mercadorias são simultaneamente escavadas (em termos de valor de troca) de relações sócio-naturais preexistentes, e como parte de sua produção elas são reinseridas ou permanecem enraizadas na natureza socializada – quanto mais "natural" melhor. O capitalismo verde pode ser considerado como um meio de suavizar os impactos ambientais da exploração capitalista da natureza, ou simplesmente criticado como verniz ambiental para exploração sustentada, mas qualquer que seja a verdade dessas proposições, o significado de capitalismo verde é muito mais profundo. Tornou-se nada menos que uma estratégia importante para mercadorização ecológica, mercadificação e financeirização que radicalmente intensifica e aprofunda a penetração da natureza pelo capital.

Considere o exemplo das áreas úmidas. Reconhecendo o valor socioeconômico e o bem-estar dos habitats de zonas úmidas e o perigo de seu desaparecimento em face do desenvolvimento urbano, suburbano, agrícola e de recursos, o estado em várias escalas implementou leis destinadas a mitigar a perda de tais ambientes. Nos Estados Unidos, no final dos anos 1980, por exemplo, George W. H. Bush, buscando diferenciar-se de um antecessor cujo desdém pelo ambientalismo era lendário ("quando você viu uma sequoia", disse celebremente o governador da Califórnia Ronald Reagan, "você já viu todas elas"), e com a intenção de se tornar "o presidente ambiental", insistiu que não haveria "perda líquida de áreas úmidas". Como a nova legislação ambiental cada vez mais requereu e incorporou a conservação de áreas úmidas, um mercado de "créditos de áreas úmidas" rapidamente emergiu. Este processo foi definido em lei federal como segue:

> Restauração, criação, aprimoramento e, em casos excepcionais, preservação de áreas úmidas realizadas expressamente para os propósitos de compensação por perdas inevitáveis de áreas úmidas antes das ações de desenvolvimento, quando tal compensação não puder ser alcançada no local de desenvolvimento[7].

7. Federal Register. Federal Guidance for the Establishment, Use and Operation of Mitigation Banks, 60(28), 28 November 1995, pp. 58605-58614.

Na sua forma mais simples, um construtor que objetiva desenvolver uma área de zona úmida pode viver de acordo com os requisitos de conservação através da compra de créditos de proprietários que concordam em sequestrar quantias proporcionais de qualquer desenvolvimento futuro, ou de empresas que fazem da reconstrução ou expansão de zonas úmidas anteriormente degradadas o seu negócio. Nos anos 1990 isso inspirou uma florescente indústria da "mitigação bancária de áreas úmidas" nos Estados Unidos, para facilitar, coordenar e gerenciar a criação, a troca e a operação bancária de créditos de áreas úmidas[8].

Neste caso, a mercadoria produzida é, no sentido mais imediato, a restauração ou conservação da área úmida, e seu valor repousa precisamente no fato de que não pode ser consumida produtivamente. Em termos marxistas, o processo inteiro produz uma nova economia da escassez, nomeada de áreas úmidas mitigáveis, que não existia anteriormente. Mais-valia é extraída ou do trabalho morto dormente na destruição primeira do local – trabalho morto que agora subitamente encontra um novo valor de troca para que se possa anexar – ou do trabalho de restauração. Mais do que qualquer coisa, porém, os créditos de zonas úmidas resultantes representam um empate na renda da terra produzida pela amenidade nova ou conservada, um crédito com apenas uma conexão simbólica momentânea com o trabalho específico que lhe deu origem. Qualquer que seja suas características físicas ou ecológicas, portanto, o valor de uso central das áreas úmidas restauradas é precisamente sua habilidade de armazenar valor de troca sob as novas condições de escassez criadas.

O caso das zonas úmidas e créditos bancários está longe de ser anômalo. Quando muito, é algo de retardatário na indústria de mercadorias ecológicas. A ideia de créditos de poluição surgiu pela primeira vez nos anos 1970, mas somente na década de 1980 um primeiro modelo foi feito para estes florescentes mercados de *commodities* ecológicas que emergem na forma da troca de "dívida pela natureza". Envolvem várias combinações de ONGs, dívida de restauração de bancos e governos, e agências internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, bem como governos devedores. Uma porção da dívida nacional seria perdoada se as nações devedoras – quase todas do sul global – concordassem em preservar

8. Morgan M. Robertson, 'No Net Loss: Wetland Restoration and the Incomplete Capitalization of Nature', *Antipode*, 32(4), 2000; Morgan M. Robertson, 'The Neoliberalization of Ecosystem Services: Wetland Mitigation Banking and Problems in Environmental Governance', *Geoforum*, 35(3), 2004.

várias áreas de terra "natural". Estas foram logo substituídos em escopo e complexidade e o modelo proliferou. Nos Estados Unidos a lei do Ar Limpo de 1990, uma revisão de 1972, foi um divisor de águas no momento regulatório da capitalização da natureza.

Hoje, as mais conhecidas mercadorias ecológicas são provavelmente aquelas produzidas por programas de sequestro de carbono. Um esforço declarado para desacelerar ou minimizar o aquecimento global, trabalham é feito de um modo similar ao crédito de áreas úmidas: para absorver dióxido de carbono da atmosfera, proprietários de extensas terras florestais (geralmente em países tropicais mais pobres) são pagos para não cortarem suas florestas, enquanto grandes poluidores nas partes mais industrializadas do mundo podem comprar estes créditos como meio de permitir que eles continuem a poluir. Alternativamente, as empresas que reduzirem suas emissões – não apenas carbono, dióxido de enxofre, óxido nitroso e muitos outros poluentes – acima dos níveis prescritos pelas regulações local, nacional ou internacional (por exemplo os acordos de Quioto) ganham créditos que podem ser vendidos no mercado para produtores que não conseguem atingir suas reduções de emissões exigidas. Na primavera de 2006, os créditos de carbono na Europa estavam sendo vendidos no mercado aberto por cerca de 30 euros a tonelada, embora a volatilidade dos preços dessa nova mercadoria tenha rapidamente causado um impacto negativo[9]. Outros mercados para créditos da natureza têm emergido para muitas mercadorias ecológicas: créditos de biodiversidade, créditos de pesca, créditos de poluição do ar e da água, créditos de pássaros raros e assim por diante. Na Geórgia, a International Paper está criando o ameaçado pica-pau do penacho vermelho em suas próprias terras; créditos de pica-pau são comercializados em cem mil dólares e a International Paper espera no futuro ganhar mais de 250 mil dólares por estes créditos[10]. A natureza é cada vez mais transformada num banco de biodiversidade; como observou Cindi Katz, a abrangente "conversão da natureza em recurso em algum livro contábil global alterou fundamentalmente seu status e sua temporalidade"[11].

9. Ver BRUNNENGRABER, A. The political economy of the Kyoto Protocol. **Socialist Register**, vol 43, p. 213-230, mar 2007.

10. R. Bayon, 'Making Money in Environmental Derivatives', *The Milken Institute Review*, March, 2002; Kevin St. Martin, 'Making Space for Community Resource Management in Fisheries', *Annals of the Association of American Geographers*, 91, 2001.

11. Cindi Katz, 'Whose Nature, Whose Culture? Private Productions of Space and the Preservation of Nature', in B. Braun and N. Castree, eds., *Remaking Reality: Nature at the Millenium*, New York: Routledge, 1998.

Considerando que a mercadificação da natureza tem sido defendida como uma melhora favorável ao mercado de destruição ambiental, é também amplamente entendido que seus efeitos não são totalmente positivos. Na medida em que o local de mitigação pode estar a quilômetros ou continentes de distância do local de benefícios, esta mercadificação é mais provável para aprofundar o desenvolvimento desigual e intensificar a pobreza. O agricultor camponês costa-riquenho que recebe créditos de sequestro de carbono para não cortar a floresta pode experimentar uma colheita de uma só vez, mas nenhuma melhoria permanente do padrão de vida da família, enquanto a empresa poluidora estadunidense comprando créditos contribui não somente para continuar a poluição, mas para intensificar a acumulação de capital. Em paralelo, a desigualdade intensificada ocorre quando reservas protegidas são entregues para ecoturismo, na medida em que os ricos do mundo, cuja riqueza tem como premissa o "desenvolvimento", são capazes de consumir uma natureza supostamente primitiva desde que esta permaneça primitiva, subdesenvolvida. Nem é claro que tais créditos trabalhem mesmo em termos ecológicos. Créditos da biodiversidade podem deixar vários habitats da Amazônia intactos, por exemplo (ou talvez não), mas a pobreza intensificada de habitantes locais, frequentemente leva para significativa senão acelerada degradação ambiental de qualquer modo. Da mesma forma, enquanto a restauração de zonas úmidas na América do Norte é regulamentada, não há nenhuma garantia relativa à qualidade ou mesmo o resultado a médio prazo dessa restauração, e certamente não há evidência de redução global de perda de zonas úmidas. Se alguém toma uma perspectiva geográfica ampla na mitigação de zonas úmidas, é tentador parafrasear a avaliação de Engels de "a questão da habitação": a burguesia não tem solução para o problema ambiental, eles movem-na ao redor[12].

O desenvolvimento de mercados e mercadorias ecológicas nem é acidental nem simplesmente uma consequência não intencional de outra legislação ambiental bem-intencionada. Como Morgan M. Robertson afirmou, a mercantilização e ação bancária de tais mercadorias é crucial "na criação e estabilização de novas áreas para a atividade capitalista"[13]. Mercadificação da natureza é precisamente o ponto. Um comitê da Academia Nacional

12. ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Trad. B. A. SCHUMANN. Prefácio de José Paulo NETTO. São Paulo: Boitempo, 2008.

13. Robertson, 'The Neoliberalization', p. 362.

de Ciências estadunidense estima que, entre 1953 e 2000, mais de 1 bilhão de dólares foi investido em mitigação nos Estados Unidos, permitindo cobrir possivelmente 24 mil acres[14]. A indústria estabeleceu sua própria associação organizadora em 1998, a Associação Nacional do Banco de Mitigação, que visa "promover a legislação federal e a política de regulação". Sua conferência de 2006, que atraiu os desenvolvedores da conservação (sem contradição), empresas de gestão ambiental, prestadores de "serviços" ambientais, reguladores federais e estaduais, investidores e representantes do corpo de Engenheiros do Exército dos Estados Unidos, entre outros, foi intitulado "Banco Ambiental: Cultivando Esta Fronteira Verde"[15].

Para estes e outros capitalistas ambientais, a natureza de fato tornou-se uma nova fronteira, e ao contrário das "fronteiras" anteriores, essa virou quase instantaneamente financeira. Rapidamente surgiu um mercado de "derivativos ambientais" no qual créditos ecológicos são agrupados juntos e vendidos em massa para financiadores bancários especulativos no aumento dos preços dos créditos já estabelecidos. O Banco Mundial abriu seu Fundo BioCarbon em 2004, capitalizado com 30 milhões de dólares iniciais e mirando 100 milhões de dólares, que permite aos investidores (investimento mínimo de 2,5 milhões de dólares) contribuir para sequestro de carbono em troca de uma renda girada pela venda de créditos. Desde 2005, em linha com alvos de Quioto, a União Europeia começou a negociação de créditos de carbono e regulação. Enquanto nos Estados Unidos a Agência de Proteção Ambiental executa um sistema de comércio de emissões puramente voluntário, como a Bolsa Climática de Chicago, recentemente estabelecida pelos capitalistas verdes e organizações não governamentais.

Isso intensificou a mercadorização, mercadificação e financeirização da natureza, é claro, num elemento intrigante de um projeto maior do neoliberalismo[16]. A substituição neoliberal da medição econômica do mercado privado pelo cálculo social, e sua insistência que qualquer coisa de valor social deve ser negociável no mercado global, aplica-se precisamente para o surgimento de novos mercados em *commodities* ecológicas, mitigação bancária e derivativos ambientais. O poder deste agrupamento da natureza em pedaços negociáveis de capital não deve ser subestimado,

14. Bayon, 'Making Money'.

15. http://www.mitigationbankingconference.com

16. Randy Martin, *The Financialization of Everyday Life*, Philadelphia: Temple University Press, 2002.

mas nem deve ser exagerado. A neoliberalização da natureza está longe de ser completa, tem seus obstáculos, é tudo menos um processo suave[17]. Dito isto, enquanto a financeirização da natureza só pode estar em sua infância, o seu alcance e trajetória já estão se tornando claros.

Créditos financiados para áreas úmidas e carbono, emissões industriais e vida selvagem são parte de um largo processo pelo qual a produção da natureza está sendo dramaticamente intensificada e suas dimensões multiplicadas. A colonização da biologia terrestre é uma parte muito importante deste processo. Biotecnologia permite à ciência penetrar e transformar o núcleo de formas de vida específica e isto tem uma miríade de resultados. Por um lado, novas mercadorias são produzidas, como sementes geneticamente modificadas, culturas e outros organismos, eles próprios envolvendo a mercadorização numa escala completamente nova: mercadorias subatômicas, tais como genes fabricados em laboratórios. Estes, por sua vez, desencadearam um episódio frenético de bioprospecção em que piratas corporativos vasculham o mundo natural para material genético patenteável. Isto pode envolver o envio de cientistas doutores aventureiros para a Amazônia para coletar amostras – corsários da natureza futura? –, mas também poderia envolver a fabricação em laboratório de mamíferos geneticamente transformados. Donna Haraway tem explorado as implicações disto em relação a um dos primeiros mamíferos geneticamente modificados, Oncomouse™, produzido pela Universidade de Harvard e agora propriedade registrada pela Dow Chemical[18]. As aplicações medicinais e cirúrgicas de uma miríade de novas mercadorias genéticas aumentam as perspectivas de um mundo *cyborg*, ela sugere, que dissolve as nítidas fronteiras entre natureza não-humana e humana.

A PRODUÇÃO DA NATUREZA, DE TODAS AS FORMAS

A natureza capitalista sempre foi mercadorizada, no sentido de que os valores de uso naturalmente fornecidos, seja minério de ferro ou força de

17. Scott Prudham, 'Commodifying GMOs in Canada: Some Recent (Mis)adventures', *Antipode*, forthcoming; Noel Castree, 'Commodifying What Nature?', *Progress in Human Geography*, 27(3), 2003; Robertson, 'The Neoliberalization of Ecosystem Services'

18. Donna J. Haraway, *Modest_Witness@Second_Millennium.Female©_Meets_OncoMouse™*, New York: Routledge, 1997.

trabalho ou serviços como a capacidade de transporte, são arrancadas para o consumo produtivo e, por sua vez, alteram a forma da natureza: a terra é escavada, o solo é colonizado, os trabalhadores são transformados pelo trabalho (fisicamente e mentalmente, para melhor ou pior), e a tecnologia de transporte encurta a distância temporal entre lugares espacialmente separados. A provisão social de sustento sempre envolveu certa "produção da natureza"[19]. Em sociedades capitalistas, entretanto, a produção da natureza se transforma de uma realidade fragmentada e incidental a uma condição sistêmica da existência social, a partir de uma singularidade local numa ambição global. A noção de produção da natureza – literalmente a alteração da forma da natureza recebida (quer essa natureza tenha ou não sido previamente transformada pelo trabalho humano) – pode soar bastante quixotesca, na medida em que a natureza parece ser o epítome do que não é e nem pode ser socialmente produzido. No entanto, a produção universal da natureza estava escrita no DNA da ambição capitalista desde o início; a globalização neoliberal é apenas a sua mais recente encarnação.

A produção da natureza sob o capitalismo gera suas próprias ideologias distintas. Por um lado, a objetivação radical da natureza no processo de produção industrial tanto gera e reafirma a posição da natureza como uma realidade externa vis-à-vis a sociedade, a humanidade, o social. A natureza é amplamente concebida como um reino da causalidade ou criação humana e também o repositório de objetos identificáveis – subatômico e molecular, organismos específicos e espécies, corpos "terrestres", e assim por diante. A ciência moderna a serve conceitualmente de tais objetos como alvos discretos do trabalho social instrumental e, simultaneamente, ratifica a presente tutela de uma exploração externa do mundo natural. Mas as sociedades ocidentais, entre outras, geralmente também consideram os seres humanos como, eles mesmos, temas da natureza, parte integrante do mundo natural. Por mais instintiva que a concepção externalista da natureza possa ser hoje, na Europa do século XVIII estava longe de ser geral. Além do mais, ideologias teológicas e absolutistas da natureza eram totalmente antagônicas às concepções de natureza externa. Em face disto, é claro, uma natureza totalmente diferente e para além da sociedade é uma

19. SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**: Natureza, Capital e a Produção do Espaço. Trad. Eduardo de Almeida NAVARRO. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, capítulo 2; Neil Smith, 'The Production of Nature', in George Robertson and Melinda Mash, eds., *FutureNatural*, London: Routledge, 1996; Margaret FitzSimmons, 'The Matter of Nature', *Antipode*, 21(2), 1989; Noel Castree, 'The Nature of Produced Nature: Materiality and Knowledge Construction in Marxism', *Antipode*, 27(1), 1995.

ideia sustentável, um absurdo literalmente, e a concepção externalista promoveu seu próprio *alter ego*: a natureza pode ser de fato externa à sociedade, mas é ao mesmo tempo universal. Isto é, o mundo inteiro – humanos e não-humanos – está sujeito a eventos e processos naturais. A contradição entre essas concepções externalista e universalista tornou-se uma marca registrada de ideologias capitalistas da natureza[20].

Em uma seção notável em *A ideologia alemã*, Marx e Engels captaram o poder desta produção capitalista da natureza. Respondendo criticamente ao idealismo de Feuerbach, eles observaram que o comércio, a ciência e a indústria são providos com sua matéria-prima pela atividade sensorial dos seres humanos:

> E de tal modo é essa atividade, esse contínuo trabalhar e criar sensíveis, essa produção, a base de todo o mundo sensível, tal como ele existe agora, que, se ela fosse interrompida mesmo por um ano apenas, Feuerbach não só encontraria uma enorme mudança no mundo natural, como também sentiria falta de todo o mundo dos homens e de seu próprio dom contemplativo, e até mesmo de sua própria existência.

"Nisso subsiste", eles continuaram, "a prioridade da natureza exterior":

> Essa natureza que precede a história humana não é a natureza na qual vive Feuerbach; é uma natureza que hoje em dia, salvo talvez em recentes formações de ilhas de corais australianas, não existe mais em lugar nenhum e, portanto, também não existe para Feuerbach[21].

Embora Marx nunca tenha desenvolvido essa crítica de maneira abrangente, suas implicações são claras. Na medida em que a contradição não resolvida entre um mundo externo e um mundo universal marca as ideologias capitalistas da natureza, a resposta crítica não é simplesmente

20. SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**, capítulo 1.

21. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Prefácio de Emir Sader. Trad. Luciano Cavini MARTORANO, Nélio SCHNEIDER e Rubens ENDERLE. São Paulo: Boitempo, 2007.

uma negação de um ou de ambos os componentes dessa ideologia; como sempre, essa ideologia não é simplesmente errada, mas sim apresenta uma visão distorcida e invertida do mundo, com suas origens em uma perspectiva de classe muito específica. A externalidade e a universalidade da natureza são suficientemente reais, mas não devem ser tomadas como dados ontológicos. A ideologia da natureza externa-universal remonta a um mundo supostamente edênico, pré-humano ou supra-humano, apagando sistematicamente os próprios *processos* de externalização que fazem tal ideologia sensível. (Por corolário, é claro, essa concepção externa da natureza torna-se uma poderosa ferramenta ideológica para justificar as diferenças raciais, de gênero, de classe, sexuais e outras formas de diferença e desigualdade como "naturais" em vez de sociais em sua gênese). Crucial aqui é o eclipse do processo capitalista de trabalho através do qual a natureza é mercadorizada e, assim, externalizada. Por outro lado, para Marx e Engels, o trabalho social é central para a natureza, tanto que a produção da natureza se torna "a base de todo mundo sensível tal como existe agora".

Se vivemos hoje em meio à "natureza social"[22], nada disso de forma alguma nega o poder ou a existência de processos "naturais". A gravidade, os processos biológicos, a mudança química e geológica não podem ser sumariamente suspensas, e de modo algum devem suas origens ou operação contínua ao trabalho social, por mais que seus efeitos possam, de várias maneiras limitadas, ser contrariados, alterados, reencaminhados ou projetados de maneira diferente: voar em um avião é uma poderosa forma de contrariar a gravidade – enquanto durar o combustível –, mas o trabalho envolvido na produção do avião, e fazê-lo voar, somente afirma poderosamente as chamadas leis da natureza. Desnecessário dizer que a ciência "natural" tem feito um trabalho sem precedente para decifrar como a natureza funciona, mas essa conquista histórico-mundial tem um custo. Os processos de externalização e objetificação facilitaram esforços desordenados no *domínio* da natureza, mas a resultante falta de autorreflexividade – a recusa em incorporar um entendimento de como o trabalho humano, em grande parte cientificamente dirigido, tem ele mesmo transformado o mundo "natural" – tem sido altamente destrutivo. De um lado, a regressão aparentemente infinita de descobertas físicas e cosmológicas de partículas menores e subatômicas, registradas apenas como sinais ou imagens eletrônicas em

22. Bruce Braun e Noel Castree, eds., *Social Nature*, London: Routledge, 2001.

uma tela de computador, ou como resultados matemáticos abstratos, cada vez mais parece refletir a lógica operativa científica mais do que o que pode ou não estar acontecendo "na natureza". Por outro lado, a falta de tal reflexividade não só tem facilitado uma grande transformação industrial da natureza, como também promoveu uma cegueira social de base ampla sobre os resultados destrutivos desse processo, da poluição do ar e da água ao armamento nuclear e o aquecimento global. A potência teórica do trabalho de Donna Haraway é precisamente a integração desse *insight* sobre a centralidade do trabalho em sua revisão da natureza biotecnológica.

Dois esclarecimentos são importantes aqui. Primeiro, muitos marxistas e críticos argumentam que as sociedades humanas em geral, e o capitalismo em particular, tentam certa dominação da natureza. Para a Escola de Frankfurt, de um lado do espectro político, a dominação da natureza sempre foi concebida como uma condição inevitável do metabolismo humano com a natureza[23]. Por outro lado, ecologistas profundos, hipótese de Gaia, e outros essencialistas ecológicos reconhecem uma tentativa paralela de dominação, mas rejeitam-na não como inevitável, mas como uma escolha social destrutiva. Não há dúvida de que a intenção ampla da ciência em uma sociedade capitalista está explicitamente destinada à dominação da natureza, mas esse projeto encarna uma externalização agressiva da natureza, como vimos, e, de diferentes maneiras, essa externalização da natureza também está incorporada, seja qual for o grau de lamentação, na tese da dominação da natureza. A tese da *produção* da natureza, pelo contrário, não só não assume tal dominação abrangente, mas deixa radicalmente abertas as formas pelas quais a produção social pode criar resultados acidentais, involuntários, mesmo contra eficazes em relação à natureza. Em termos políticos, a tese da dominação da natureza é um beco-sem-saída: se essa dominação é um aspecto inevitável da vida social, as únicas alternativas são uma política antissocial (literalmente) da natureza ou então uma resignação à outra dominação mais gentil. O Partido Verde alemão dividiu-se exatamente nesta fissura nos anos 1980, com um grupo indo na direção do eco-anarquismo enquanto outro se juntou ao *Bundestag*.

O segundo esclarecimento é relacionado ao primeiro. A tese da produção da natureza não faz nenhuma pretensão do controle da natureza. Na melhor

23. Alfred Schmidt, *The Concept of Nature in Marx*, London: New Left Books, 1971; William Leiss, *The Domination of Nature*, Boston: Beacon Press, 1974.

das hipóteses, podemos querer pensar sobre uma hegemonia gramsciana sobre a natureza, mas mesmo aquela formulação pode ser muito radical. Assim como os capitalistas nunca controlam inteiramente o processo de produção, seus resultados, ou o capitalismo global que ele gera, então a sociedade capitalista não controla inteiramente a natureza. Aquecimento Global e organismos geneticamente modificados são certamente socialmente produzidos, mas eles não são totalmente controlados. Nem sociedades futuras devem cogitar qualquer fronteira de controlar a natureza.

Da mesma forma, também deve ser enfatizado que a produção da natureza não é de modo algum sinônimo de uma visão social construcionista da natureza[24]. Enquanto a melhor consideração construcionista enfatiza a combinação material e discursiva da construção da natureza[25] e frequentemente convida a uma discussão sobre raça, gênero, sexualidade e outras formas de diferença social em relação à natureza, a conexão entre materialidade e discurso frequentemente permanece vaga, as origens sociais dos discursos são subespecificados, e a fonte da mudança em dadas construções sociais da natureza é obscura: a natureza é vista (voz passiva) como uma coisa ou outra em tais construções, mas os processos sociais pelos quais ela pode vir a ser vista de maneira diferente são raramente abordados. Na melhor das hipóteses, o discurso em si é frequentemente visto para orientar a mudança social, e o construcionismo discursivo vem substituir, em vez de aumentar, qualquer foco sustentado na produção social ou na economia política e social da natureza. A tese da produção da natureza, por outro lado, expressa a geração histórica do discurso ideológico dentro de mudanças nas práticas produtivas sociais – natureza "externa", por exemplo, como expressão da mercadorização da natureza.

A explosão da mercadorização e capitalização ecológicas aprofundou significativamente a produção da natureza. Tornou-se um mantra do construcionismo dos anos 1990 que a natureza é discursiva de todas as maneiras, mas se a dramática transformação da "natureza social"[26] sinaliza hoje alguma coisa é que a *regulação e a produção* da natureza ameaçam penetrar de todas as maneiras. Taxas de câmbio e taxas de juros, mercados de créditos e mercados

24. Ver, por exemplo, William Boyd, W. Scott Prudham e Rachel A. Schurman, 'Industrial Dynamics and the Problem of Nature', *Society and Natural Resources*, 14, 2001, p. 557

25. Ver, por exemplo, Braun e Castree, *Social Nature*.

26. Erik Swyngedouw, 'Modernity and Hybridity: Nature, *Regeneracionismo*, and the Production of Spanish Waterscapes', *Annals of the Association of American Geographers*, 89, 1999.

de ações sempre afetam em alguma parte a regulação da extração de matérias-primas, mas o aprofundamento da produção da natureza hoje acrescenta uma dimensão totalmente nova. Embora este processo esteja certamente na infância, ele está se intensificando rapidamente, e os mercados financeiros estão cada vez mais em posição de influenciar, se não orquestrar, uma gama de políticas ambientais: quais formas de poluição são produzidas e quais são erradicadas, quanto de degradação ambiental é aceitável, onde deve ir e onde não deve ir, quem paga. A capitalização da natureza explicitamente regulamenta tais decisões sociais de acordo com os mercados financeiros. Quando o preço de créditos ecológicos muda, faz as prioridades do investimento mudarem também; quando o tempo muda, o preço dos créditos de poluição também muda, à medida que os operadores antecipam maior ou menor geração de eletricidade. Quando o interesse e a taxa de câmbio mudam, as políticas ambientais são diretamente afetadas pelo movimento do capital entrando ou saindo. Foi exatamente esta lógica que levou Lawrence Summers, economista chefe do Banco Mundial antes de tomar a presidência de Harvard, a argumentar que a África era "subpoluída": a perda de vidas induzida ambientalmente em países mais desenvolvidos era mais cara para a economia mundial em comparação com o barateamento da vida (perda salarial) na África.

A vitória fundamental da política ambiental do final do século XX foi precisamente destacar e isolar a destruição ambiental como resultado integral dos padrões capitalistas de produção e consumo. Se ainda incompletas, o mercado tem agora retomado e recolonizado práticas ambientais. O antagonismo mútuo e amargo é substituído pela parceria financeira "o que é bom para natureza" é também "bom para o lucro"[27]. Isso representa uma abrangente cooptação política e vitória para o capital, e uma derrota para políticas ambientais e socialistas. Para o capital, o mais importante não representa apenas uma vitória ideológica, mas uma extraordinária oportunidade econômica na medida em que abre um domínio totalmente novo para a acumulação de capital. Qualquer escolha sobre que tipos de ambientes e paisagens devem ser produzidos e, para que fins, passa cada vez mais da aparência de qualquer discussão social ampla para um estreito controle de classe orquestrado através do mercado.

Se a mercadorização e a financeirização da natureza de todas as maneiras marca a nova fase da produção da natureza, um deslocamento

27. Matthew Wald, 'What's Kind to Nature Can be Kind to Profits', *The New York Times*, 17 May, 2006.

paralelo também está em andamento. A fantasia que orienta a conquista biotecnológica da natureza envolve nada menos que um esforço para ignorar a externalidade real da natureza que o capitalismo mesmo promulgou. A dependência da disponibilidade de natureza externa para cada ciclo de produção representa um obstáculo considerável e fonte de insegurança para o capital. Na medida em que os organismos podem ser extraídos e construídos para reproduzir-se continuamente, a necessidade de saque continuado de natureza externa por matérias-primas é atenuada. A reprodução social da natureza em laboratório – seja num parque científico universitário ou num campo de um agricultor empresarial, numa sala de cirurgia do hospital ou num regime diário de fármacos –, obviamente, não suplanta inteiramente o poder ou necessidade da natureza externa. Em vez disso, ela absorve plenamente a natureza e completamente dentro dos circuitos do capital. Apesar da maior voracidade do capitalismo em aspirar uma natureza supostamente externa em busca de valores de uso mercantil, também podemos vislumbrar o início de um novo regime capitalista em que a tarefa de produzir uma natureza utilizável começa a passar da chamada natureza externa para a assim chamada natureza social.

Cada vez mais a reprodução social da natureza gradativamente infiltra qualquer resquício de natureza reconhecidamente externa. A "segunda natureza", nos termos de Hegel ou Marx, é hoje cada vez menos produzida de fora e em oposição à primeira natureza; em vez disso, a primeira natureza vem ser produzida a partir de dentro e como parte desta segunda natureza em si[28]. Tal autorreprodução do valor – reproduzindo biologicamente o Oncomouse™ no laboratório, ou sementes geneticamente modificadas em um campo ou fábrica corporativa – é o sonho erótico do capital, cada vez mais ao alcance de alguns setores de produção. A natureza não é só "melhorada", mas esta natureza melhorada também se reproduz com muito pouco trabalho adicional. Se essa natureza escapar, no entanto – um Oncomouse™ livre ousando reproduzir nas paredes de seu laboratório de Harvard ou sementes geneticamente modificadas livres para reproduzir em campos vizinhos de Saskatchewan –, deve ser caçada, remercadorizada, privatizada, certamente levada a tribunal para determinar a sua propriedade e, caso sua propriedade seja considerada não sancionada, morta[29].

28. SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual (Edição, etc.)**.

29. Prudham, 'Commodifying GMOs in Canada'

DA FORMAL PARA A REAL SUBSUNÇÃO DA NATUREZA

Então como é que estes desenvolvimentos transformam nossa compreensão teórica e política da relação social com a natureza? Muitos marxistas e críticos igualmente assumem que a concepção marxiana de natureza pode ser equiparada com o reino de valores de uso, considerando o valor de troca como a contribuição social para a forma mercadoria. Enquanto partes do volume 1 de *O capital* podem ser lidas desta forma, o mesmo trabalho produz um argumento muito mais matizado que evita uma simples externalização da natureza. Marx é bastante eloquente sobre as maneiras pelas quais o desenvolvimento do capitalismo intensifica e transforma não apenas a natureza de Feuerbach, mas a natureza *humana* em geral, como *trabalho*. A manufatura esmaga o trabalhador sob o que ele chama de "Juggernaut" do capital. Enterrado dentro de sua discussão sobre o destino do trabalho nas mãos do capital está um argumento que agora aplica-se ao destino da natureza.

Na produção simples, diz Marx, "a organização do processo de trabalho-social é puramente subjetiva": na medida em que trabalhadores individuais são contratados ou não, eles concordam em vender sua força de trabalho por um salário ou não, e eles ainda mantêm o controle considerável sobre o processo de produção imediata. A acumulação de capital também é ainda organizada em grande parte por meio da expansão da mais-valia absoluta, isto é, números cada vez maiores de trabalhadores estão empregados em mais lugares extensivos de produção usando mais e mais matéria-prima. A indústria moderna, que assume o lugar da produção simples, não só intensifica a dependência do trabalhador no sistema de produção, mas, diz Marx, inverte a polaridade do poder. A indústria moderna constitui "um organismo produtivo, que é puramente objetivo, em que o trabalhador se torna um mero apêndice de uma condição material já existente de produção". A acumulação de capital aqui é cada vez mais realizada na forma da mais-valia relativa, obtida através da intensificação da produção via inovação tecnológica e outras formas de controle do trabalho. O trabalhador é cada vez mais despojado de seu controle e individualidade, tornado no "trabalhador coletivo". Sistemas elaborados de máquinas industriais operam "somente por meio de trabalho associado", em que "o caráter

cooperativo do processo de trabalho é […] necessidade técnica ditada pelo instrumento de trabalho" e não pelo trabalhador[30].

Histórica e logicamente essa mudança tem um papel importante na crítica de Marx do capitalismo e sua evolução. Ele codificou em termos de uma distinção entre a subsunção formal e a subsunção real do trabalho ao capital. A subsunção formal do trabalho ocorreu quando os trabalhadores entraram numa relação salarial com o capital, mas ainda mantiveram algum controle imediato, criativo sobre o processo de trabalho diário. A subsunção real do trabalho ao capital ocorreu quando os trabalhadores se tornaram engrenagens nas máquinas da indústria moderna, daí a valência invertida do poder. Eles não eram somente subsumidos como resultado da relação salarial direta, pois estavam agora incluídos no âmbito da rede multidimensional da tecnologia e da organização social capitalista. Se Marx estava teorizando em um mundo que mal conhecia ainda a linha de montagem moderna, nem o Estado intervencionista, essa percepção pode, no entanto, ser generalizada para além dos estreitos limites da fábrica industrial. Seja no trabalho de escritório ou no transporte de materiais para o mercado, seja na extração de matéria-prima ou na fábrica global, os trabalhadores modernos estão ainda mais intensamente integrados no que os marxistas autonomistas usualmente chamaram de "fábrica social".

Marx concebeu a mudança formal para a real subsunção do trabalho em termos simultaneamente históricos e analíticos, e mesmo a intenção de germinação histórica e analítica aplica-se ao quadro conceptual necessário para compreender a produção atual da *natureza*. Com a subsunção formal da natureza, a acumulação de capital é facilitada predominantemente por uma expansão contínua na conversão do material extraído em objetos de produção. Mais e mais petróleo e madeira, algodão e carvão são extraídos para a produção. O colonialismo funcionou como uma estratégia fundamental para, entre outras coisas, esta subsunção formal da natureza. Seja por meios econômicos ou militares (ou mais geralmente ambos), as classes dominantes nos centros de produção capitalista exploram a terra em busca de valores de uso apropriados, envolvendo o transporte ou o trabalho como parte deste processo. As lutas para o fim formal do colonialismo na África, Ásia e Caribe, que começaram após a Primeira Guerra Mundial e

30. MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I. Trad. Reginaldo SANT'ANNA. 27ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2010, p.442.

se intensificaram após a Segunda Guerra Mundial, podem ter abolido o controle estrangeiro direto dos muitos governos coloniais, mas fez muito menos para circunscrever o poder da Europa e cada vez mais da América do Norte do controle corporativo sobre a extração de recursos.

A transformação para *real* subsunção é marcada não apenas pela intensificação desta dependência da acumulação de capital sobre a natureza. Em vez disso, tem lugar uma mudança nos dois lados. Primeiro, enquanto o capital tem sempre circulado através da natureza, seja na produção agrícola ou na "melhoria" da terra de uma miríade de tipos, a subsunção real da natureza não só intensifica essa circulação, mas transforma-o de um efeito incidental da acumulação de capital a uma estratégia destinada: o que antes eram consequências não intencionais se tornam objetivos estratégicos. A produção da natureza tornou-se capitalizada "de todas as formas". Segundo, o processo inverso, ou seja, a circulação da natureza através de capital, é igualmente transformado de um processo acessório para um processo estratégico. Isso ocorre de duas maneiras. Em termos de biotecnologia, as naturezas produzidas – seja no corpo do OncoMouse™, nas crias de uma ovelha escocesa clonada, no perfil genético de sementes ou em outros produtos orgânicos (vegetais ou animais) – circulam como mercadorias em tudo, desde objetos de pesquisa a órgãos e fluidos corporais doadores, carne e pão, produtos farmacêuticos e leite. Este aprofundamento tecnológico eleva a um novo patamar a apropriação da mais-valia relativa em vez da mais-valia absoluta.

Mas ao mesmo tempo, essas naturezas produzidas circulam financeiramente sob a vestimenta de mercadorias futuras, créditos ecológicos, ações de empresas, derivativos ambientais, e assim por diante. O resíduo da natureza nestes "instrumentos" financeiros pode não ser imediatamente visível, mas isso dificilmente é o ponto; mercadorias financeirizadas não existiriam sem a dependência anterior do valor de troca a algum aspecto (produzido) da natureza. Assim como o preço das mercadorias de uma faixa de zona úmida ou de um lote residencial é igualmente invisível até que seja estabelecido por uma negociação social, a contribuição da natureza para um crédito de mitigação ou um derivativo ambiental permanece escondida até que um investigador seja obrigado a justificar ou determinar o que a mercadoria social subjacente realmente parece. Nesse momento, quando os especuladores acham que a redução do preço de seus créditos e derivativos nem sequer lhes dá direito a uma reclamação sobre parte de um pântano da Flórida, mas reside no carbono que há muito tempo se dissipou na atmosfera ou que nunca se produziu, tanto o poder como a vulnerabilidade

da financeirização da natureza tornam-se manifestamente evidentes. Assim como a subsunção real do trabalho despoja o trabalhador da individualidade, a subsunção real da natureza, através de sua capitalização e financeirização, despoja a natureza de sua especificidade: uma tonelada de US$40 de carbono costarriquenho não produzido é inteiramente equiparável – mercadoria equivalente – com uma tonelada de US$ 40 dólares de carbono produzido a partir da indústria de petróleo de Houston. Através da sua financeirização, a mercadoria real – carbono produzido e não produzido – é agora parte integrante da teia multidimensional da tecnologia e da organização social capitalista, em suma, a fábrica social. E se o carbono é ou não liberado para atmosfera torna-se, literalmente, uma questão capitalista ambígua.

Esta distinção entre a subsunção formal e real da natureza tem sido explorada por William Boyd, Scott Prudham e Rachel Schurman[31]. Eles produzem um argumento contundente de que as diferentes formas da natureza traduzem diferentes modos de organização da produção industrial; a estrutura da indústria do diamante é bastante diferente da criação de gado, por exemplo, devido em parte à natureza diferente dadas as condições de disponibilidade de matéria-prima, transmutabilidade e comercialidade. A subsunção real da natureza, eles sugerem, ocorre quando "certos sistemas biológicos – em contraste marcante com setores extrativistas – são industrializados e pode ser feita para funcionar como força produtiva em si mesma"[32]. Sua análise subsequente faz uma série de distinções, por exemplo, entre indústrias baseadas na natureza e não-baseadas na natureza, mas a conexão fundamental alinha a subsunção formal e real do trabalho com a divisão entre indústrias biológicas e não-biológicas. "A chave para entender a diferença entre subsunção formal e real da natureza", eles afirmaram, "está na diferença entre sistemas biológicos e não-biológicos e a capacidade única de manipular a produtividade biológica"[33]. Para eles, sob a subsunção formal da natureza, os capitalistas "confrontam a natureza como um conjunto exíguo de propriedades materiais", enquanto na subsunção real da natureza, os capitalistas são capazes "de tomar posse e transformar a produção natural"[34].

31. Boyd et al., 'Industrial Dynamics'.

32. Ibid., p. 555

33. Ibid., p. 564.

34. Ibid., p. 557.

Por mais poderoso que seja o foco na mudança biotecnológica, essa análise reduz rapidamente a distinção entre subsunção real e formal àquela entre indústrias biológicas e não biológicas. Num nível muito simples, a agricultura e a pesca sempre cultivaram ou confrontaram a natureza – solo, animais (domesticados ou não), clima – como forças produtivas[35]. Por corolário, a natureza nunca foi simplesmente "exógena" para Marx, mesmo quando apenas formalmente subsumida pelo capital. Boyd, Prudham e Schurman, notam que, para Marx, "a distinção entre subsunção formal e real do trabalho transformou-se na distinção entre mais-valia relativa e absoluta". Mas isso é apenas parte da história. O que está faltando aqui é um reconhecimento do papel crucial desempenhado por uma *cooperação* que, para Marx, era produto da natureza dos seres humanos no mais profundo sentido[36]. Sem o trabalho humano cooperativo – o poder inato de trabalhar em conjunto e a maior capacidade criativa da cooperativa em comparação com os trabalhadores individualizados –, a hegemonia histórica da mais-valia relativa sobre a mais-valia absoluta teria sido impossível. Foi precisamente o poder da organização tecnológica e social, para aproveitar essa capacidade da cooperação humana, que possibilitou a subsunção real do trabalho (e a institucionalização da mais-valia relativa).

Subjacente e em parte explicando esta lacuna sobre o trabalho e a natureza é uma adesão explícita por esses autores a uma concepção externa da natureza: na verdade eles definem a natureza como "o não humano, mundo biogeofísico", deixando pouco espaço para qualquer "natureza" no trabalho, como Marx teorizou, ou para o trabalho como fulcro da produção da natureza[37]. Mais importante ainda, a fusão da natureza biológica *versus* a não-biológica com a subsunção real *versus* a formal da natureza não só elide a biologia da natureza *humana*, mas também localiza a subsunção real da natureza demasiado estreitamente no mundo biológico. Mesmo a subsunção formal da natureza sempre implantou sistemas biológicos como forças produtivas, como a agricultura industrial, e a subsunção da natureza hoje, embora crucialmente biológica, não é inteiramente assim. A

35. Cf. "Parece um paradoxo, por exemplo, considerar o peixe que ainda não foi pescado meio de produção da pesca. Mas, até hoje, não se inventou a arte de pescar em águas onde não haja peixes". MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I. Trad. Reginaldo SANT'ANNA. 27ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2010, p.215.

36. Ibid., capítulo 13.

37. Boyd et al., 'Industrial Dynamics', p. 568. Para um conhecimento revisado e mais sofisticado da crítica às ideologias externas da natureza, ver Prudham, 'Commodifying GMOs in Canada'.

subsunção real da natureza também é orquestrada pela explosão dos direitos de propriedade intelectual, por exemplo, que, por trás do capital, penetrou na natureza, através do núcleo da descoberta científica e da invenção (biológica ou não), reforçando a evolução das reivindicações relativas à produção artística e cultural de mercadorias. Igualmente importante são os créditos ecológicos, os mercados de mitigação derivativos ambientais – todos os exemplos do que Marx chamou de "capital fictício"[38] – também desempenham um papel central. Da mesma forma que as hipotecas e as pensões passaram a fazer parte do cotidiano de muitos trabalhadores durante o século XX, desempenhando um papel crucial na socialização da subsunção real do trabalho para além do local de trabalho (estreitamente definido), o capital fictício de créditos ecológicos e mercados ambientais de derivativos é fundamental para socializar a subsunção real da natureza.

O teórico da regulação Michel Aglietta argumentou que, por volta do início do século XX – precisamente o período em que Woolf anunciou a transformação da natureza humana, e Lefebvre alegou que o espaço tinha mudado –, uma mudança radical ocorreu nas condições de reprodução do capital[39]. Olhando especificamente para os Estados Unidos, Aglietta argumentou que "o regime de acumulação predominantemente extensiva" se estendeu horizontalmente através da construção de "camadas sucessivas" de inovação industrial. Por outro lado, o "regime intensivo de acumulação" que assume historicamente inverte essa prioridade. Ele cria "um novo modo de vida", integrando novas formas de consenso social e novas formas de regulação estatal com a transformação das forças produtivas[40]. O fordismo resultante baseou-se na mudança histórica da subsunção formal para a subsunção real do trabalho, ou, como diz Aglietta "a criação de meios coletivos de produção", enraizados como estão no trabalho cooperativo[41]. Essa transição agora está sendo replicada um século mais tarde no que diz respeito à subsunção real da natureza. A produção extensiva da natureza que tem caracterizado o capitalismo desde a sua infância, desde a década de 1970, foi caracterizada e cada vez mais substituída por uma produção intensiva da natureza.

38. Karl Marx, *Capital*, Volume III, New York: International Publishers, 1967, chapters 25 and 29

39. Michel Aglietta, *A Theory of Capitalist Regulation*, London: New Left Books, 1979.

40. Ibid., pp. 71-2.

41. Ibid. p. 79.

CONCLUSÃO: NATUREZA COMO ESTRATÉGIA DE ACUMULAÇÃO

Com base em sua pesquisa sobre organismos geneticamente transformados, incluindo o OncoMouse™, Donna Haraway concluiu no final de 1990 que o corpo agora representa uma estratégia de acumulação do capital: "A própria vida é uma estratégia de acumulação do capital". Cindi Katz ampliou isso sugerindo que a natureza por si só pode agora representar uma estratégia de acumulação do capital[42]. Como o paralelo com a análise de Aglietta indica, o surgimento da natureza como uma estratégia de acumulação não se aplica apenas às mudanças da produção da natureza, mas às mudanças no seu consumo também. A indústria de alimentos naturais, que nasceu do ambientalismo hippie da década de 1960, rapidamente se tornou uma empresa capitalista multibilionária. As companhias petrolíferas, entre as maiores poluidoras do mundo, rotineiramente anunciam a dizimação da natureza promovida por elas como ambientalmente amigável, sobretudo ao defender a compra de créditos de carbono. A reciclagem, por vezes uma demanda impostora por ambientalistas marginais, é agora (quaisquer que sejam seus outros méritos) um grande setor industrial, que não só goza de subsídio estatal significativo e é executado em alguns estados dos Estados Unidos pela máfia, mas tem forçosamente alistado o trabalho dos consumidores – classificando, armazenando e até mesmo entregando materiais recicláveis – em uma subsunção muito real da vida diária ao capital[43]. Em 2006, o Walmart, a maior cadeia de varejo do mundo e emblema do consumismo capitalista, anunciou que estava "se tornando verde" com métodos orgânicos, fontes e produtos. Não é de admirar que os ambientalistas do establishment possam chegar tardiamente à percepção óbvia de que o ambientalismo liberal está morto[44]. Na verdade, é apenas morto como um movimento anticapitalista; está muito vivo, prosperando e lucrando como uma empresa multibilionária nas salas de reuniões dos mesmos poderes capitalistas que uma vez desafiou.

42. Haraway, *Modest_Witness*, p. 65ver também David Harvey, 'The Body as Accumulation Strategy', *Society and Space*, 40, 1998, pp. 401-21; Cindi Katz, 'Whose Nature'.

43. Ver ROGERS, H. Garbage Capitalism's Green Commerce. **Socialist Register**, vol 43, p. 231-253, mar 2007.

44. Michael Schellenberger e Ted Nordhaus, 'The Death of Environmentalism. The Politics of Global Warming in a Post-environmental World', 2004, available at http://www.thebreakthrough.org.

A remanescente oposição conservadora ao ambientalismo não deve ser considerada como contrária a este argumento. No que diz respeito às zonas úmidas, por exemplo, a Suprema Corte dos Estados Unidos parece estar muito mais sensível quanto ao seu apoio à legislação já existente sobre elas, sem a qual o mercado de mitigação das zonas úmidas não poderá se expandir tão rapidamente como seria de outra forma. Em Quioto, a recusa dos Estados Unidos em aceitar os protocolos acordados pela grande maioria do mundo é amplamente vista como uma rejeição estritamente conservadora e um tanto pugilista do ambientalismo. Mas em ambos os casos esses desafios à legislação ambiental não representam tanto uma rejeição de toda e qualquer política ambiental – George W. Bush é o filho do "presidente ambiental" – quanto uma proteção de algumas prerrogativas capitalistas sobre os outros. No que diz respeito às zonas úmidas, a luta é muito sobre a santidade da propriedade privada, contando com os proprietários individuais contra o governo grande. A rejeição dos Estados Unidos aos acordos de Quioto representa um conflito interno da classe dominante entre os capitalistas da energia mais "amigáveis" – pense a publicidade da BP – e caubóis capitalistas mais agressivos que, embora muito felizes em investir no mercado ambiental, veem seus lucros imediatos em termos de produção de energia direta para um mercado em expansão. A rejeição dos Estados Unidos ao Protocolo de Quioto indica uma disputa dentro da classe dominante mundial sobre os detalhes de como lucrar com a nova consciência ambiental e quem consegue lucrar com a nova capitalização da natureza. Em um nível, os chamados conservadores simplesmente ainda não alcançaram as oportunidades do capitalismo ambiental e entrarão para a história como tal. Por outro lado, eles estão do lado de uma indústria de energia que está fazendo lucros privados recordes, enquanto apresenta-se como ambientalista.

Tal como acontece com a subsunção do trabalho, não há nítida distinção histórica entre a subsunção formal e real da natureza. Assim como as *sweatshops* proliferam em muitas indústrias na Ásia, América Latina e África, a expansão extensiva do capital para a natureza continua a ser uma poderosa fronteira de acumulação de capital, seja como bioprospecção na Amazônia ou perfuração de petróleo no Ártico dos Estados Unidos; a margem externa desta expansão extensiva hoje é transplanetária: a colonização vindoura, a exploração científica e explotação daquilo que ainda chamamos "espaço exterior". O que hoje é novo não é que essa integração horizontal da natureza em capital tenha cessado, mesmo se em algumas áreas seja significativamente circunscrita, pois muitas matérias-primas se

tornam muito mais escassas, mais difíceis de localizar e mais caras para extrair. Pelo contrário, em parte em resposta a estas restrições crescentes, uma nova fronteira na produção da natureza se abriu rapidamente, ou seja, uma *integração vertical da natureza* no capital. Isso não envolve apenas a produção da natureza "de todas as formas", mas sua financeirização simultânea "até o fim". O capital já não se contenta em simplesmente saquear uma natureza cada vez mais disponível, mas sim em se mover cada vez mais para produzir uma natureza inerentemente social como base de novos setores de produção e acumulação. A natureza é cada vez mais reproduzida seletivamente como seu próprio mercado.

Escrevendo em meados dos anos 1970, Aglietta detectou uma "crise do regime de acumulação" intensiva, uma crise que, em retrospecto, hoje reconhecemos como o prenúncio de uma nova fase de acumulação e de um reestruturado capitalismo dominado pelo neoliberalismo e pela assim chamada globalização[45]. Na década de 1980 a apropriação crescente da natureza como uma estratégia de acumulação contribuiu para a resolução deste regime de crise; hoje, promete fornecer o sistema nervoso de uma nova fase da acumulação capitalista. Nada disso acontece sem contradição, é claro, mas não menos importante é que a nova capitalização vertical da natureza torna o destino do capitalismo mais dependente da natureza, não menos. No passado, recessões econômicas e depressões tradicionalmente provocaram uma desaceleração na apropriação da natureza, um irônico benefício ambiental em meio a dificuldades econômicas. No entanto, com a intensificação da natureza como uma estratégia de acumulação, a destruição do valor incorporado em créditos e mercadorias ecológicas alcança mais o núcleo do capital e ameaça uma maior destruição ambiental. O mesmo sistema de crédito que supostamente protege uma zona úmida ou floresta pode levar à sua destruição quando o próprio sistema de crédito desmorona.

No entanto, isso não acontece sem oposição política. Na medida em que a natureza é mais intensamente integrada em capital como uma estratégia de acumulação, a abrangência desta produção social da natureza sob o capitalismo se torna mais e mais evidente, e a necessidade de uma resposta política ampla cada vez mais urgente. Por exemplo, é importante lutar contra as culturas geneticamente modificadas porque elas podem contaminar e alterar para sempre outros organismos, incluindo seres humanos, mas se a análise aqui tem algum significado, também sugere que um foco tão estreito sobre o

45. Aglietta, *A Theory of Capitalist Regulation*, p. 99.

valor de uso da natureza não é apenas limitador, mas distorcido, e improvável para gerar um desafio político bem-sucedido à produção estratégica da natureza por si só. Assim como a classe capitalista global arroga para si o poder abrangente sobre a produção da natureza, um poder camuflado na linguagem dos mercados, da propriedade privada e do livre comércio, uma resposta adequada deve ser igualmente ambiciosa. Em suma, enquanto as lutas sobre os organismos geneticamente modificados, a biotecnologia, as condições de trabalho e saúde, e outros meios de capitalização da natureza são de importância central, e tenham de ser combatidos e vencidos, é muito importante ter um olhar de longo prazo sobre as relações sociais constitutivas. Falando francamente, se a produção da natureza é uma realidade histórica, o que seria uma produção verdadeiramente democrática da natureza? A possibilidade está lá, nas palavras de Virginia Woolf, olhando para frente e não para trás, de pensar como a natureza deve ser alterada. E pensar que tipo de poder social será necessário para democratizar essa produção da natureza.

NOTAS

Sou muito grato a Deborah Cowen e Scott Prudham por seus argumentos perspicazes e sugestões que ajudaram imensamente na preparação deste documento

1 WOOLF, Virginia. Mr. Bennett and Mrs. Brown. *In: The Captain's Bed and Other Essays*. New York: Harcourt Brace, 1956, p. 25; KERN, Stephen. *The Culture of Time and Space*, 1880-1918. Cambridge: Harvard University Press, 1983; LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Oxford: Basil Blackwell, 1991, p. 96.

2 FEDERAL REGISTER. Federal Guidance for the Establishment, Use and Operation of Mitigation Banks, 60(28), 28 November 1995, p. 58605-58614.

3 ROBERTSON, Morgan M. No Net Loss: Wetland Restoration and the Incomplete Capitalization of Nature. *Antipode*, 32(4), 2000; ROBERTSON, Morgan M. The Neoliberalization of Ecosystem Services: Wetland Mitigation Banking and Problems in Environmental Governance. *Geoforum*, 35(3), 2004.

4 See the essay by Brunnengräber in this volume.

5 BAYON, R. Making Money in Environmental Derivatives. *The Milken Institute Review*. March, 2002; ST. MARTIN, Kevin. Making Space for Community Resource Management in Fisheries. *Annals of the Association of American Geographers*, 91, 2001.

6 KATZ, Cindi. Whose Nature, Whose Culture? Private Productions of Space and the Preservation of Nature. *In:* BRAUN, B. and CASTREE, N. (ed.). *Remaking Reality:* Nature at the Millenium. New York: Routledge, 1998.

7 ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.* Trad. B. A. SCHUMANN. Prefácio de José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2008.

8 Robertson. The Neoliberalization, p. 362.

9 Bayon. Making Money.

10 Disponível em: http://www.mitigationbankingconference.com

11 MARTIN, Randy. *The Financialization of Everyday Life*. Philadelphia: Temple University Press, 2002.

12 PRUDHAM, Scott. Commodifying GMOs in Canada: Some Recent (Mis)adventures. *Antipode*, forthcoming; CASTREE, Noel. Commodifying What Nature? *Progress in Human Geography*, 27(3), 2003; Robertson. The Neoliberalization of Ecosystem Services.

13 HARAWAY, Donna J. *Modest_Witness@Second_Millennium.Female©_ Meets_OncoMouse™*. New York: Routledge, 1997.

14 SMITH, Neil. *Desenvolvimento Desigual:* Natureza, Capital e a Produção do Espaço. Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, capítulo 2; SMITH, Neil. The Production of Nature. *In:* ROBERTSON, George and MASH, Melinda (ed.). *Future Natural*. London: Routledge, 1996; FITZSIMMONS, Margaret. The Matter of Nature. *Antipode*, 21(2), 1989; CASTREE, Noel. The Nature of Produced Nature: Materiality and Knowledge Construction in Marxism. *Antipode*, 27(1), 1995.

15 SMITH, Neil. *Desenvolvimento Desigual,* capítulo 1.

16 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã.* Prefácio de Emir Sader. Trad. Luciano Cavini Martorano, Nélio Schneider e Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2007.

17 BRAUN, Bruce and CASTREE, Noel (ed.). *Social Nature*. London: Routledge, 2001.

18 SCHMIDT, Alfred.. *The Concept of Nature in Marx*. London: New Left Books, 1971;

LEISS, William. *The Domination of Nature*. Boston: Beacon Press, 1974.

19 See for example: William Boyd, W. Scott Prudham and Rachel A. Schurman, Industrial Dynamics and the Problem of Nature. *Society and Natural Resources*, 14, 2001, p. 557.

20 See for example: Braun and Castree, *Social Nature*.

21 SWYNGEDOUW, Erik. Modernity and Hybridity: Nature, *Regeneracionismo*, and the Production of Spanish Waterscapes. *Annals of the Association of American Geographers*, 89, 1999.

22 WALD, Matthew. What's Kind to Nature Can be Kind to Profits. *The New York Times*, 17 May, 2006.

23 SMITH, Neil. *Desenvolvimento Desigual.*

24 Prudham. Commodifying GMOs in Canada.

25 MARX, Karl. *O Capital:* Crítica da Economia Política: livro I. Trad. Reginaldo Sant'anna. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 442.

26 Boyd *et al.* Industrial Dynamics.

27 *Ibid.,* p. 555

28 *Ibid.,* p. 564.

29 *Ibid.,* p. 557.

30 Cf. "Parece um paradoxo, por exemplo, considerar o peixe que ainda não foi pescado meio de produção da pesca. Mas, até hoje, não se inventou a arte de pescar em águas onde não haja peixes". MARX, Karl. *O Capital:* crítica da economia política: livro I. Trad. Reginaldo Sant'anna. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 215.

31 *Ibid.,* capítulo 13.

32 Boyd *et al.* Industrial Dynamics. p. 568. For a revised, more sophisticated recognition of the critique of external ideologies of nature, see: Prudham. Commodifying GMOs in Canada.

33 MARX, Karl. *O Capital*. v. III. New York: International Publishers, 1967, chapters 25 and 29.

34 AGLIETTA, Michel. *A Theory of Capitalist Regulation*. London: New Left Books, 1979.

35 *Ibid.,* p. 71-2.

36 *Ibid.,* p. 79.

37 Haraway. *Modest_Witness*, p. 65; see also: HARVEY, David. The Body as Accumulation Strategy. *Society and Space*, 40, 1998, p. 401-21; KATZ, Cindi. Whose Nature.

38 See the essay by Heather Rogers in this volume.

39 SCHELLENBERGER, Michael and NORDHAUS, Ted. The Death of Environmentalism. The Politics of Global Warming in a Post-environmental World. 2004, available at http://www.thebreakthrough.org.

40 AGLIETTA, Michel. *A Theory of Capitalist Regulation*, p. 99.

3. Acumulação desastrosa[46,47]

Nos Estados Unidos, durante a primavera e o verão de 2005, longos debates sobre "design inteligente" chegaram ao ponto de ebulição. Há muito tempo um favorito da direita cristã que nunca se reconciliou com algumas das implicações causais e temporais da biologia e geologia modernas, o design inteligente representa um criacionismo renovado, a crença antievolutiva de que o mundo é muito complicado para não ter sido criado de outra forma que fosse diferente das ações de um ser divino inteligente. Com as contestações judiciais se aproximando, que, se bem-sucedidas, potencialmente exigiriam que os distritos escolares do Kansas e da Pensilvânia ensinassem a doutrina sobrenatural nas aulas de ciências; com o presidente George W. Bush declarando, em agosto de 2005, que o design inteligente deveria ser ensinado; e com os cientistas mobilizando-se contra essa intrusão política e religiosa injustificada no currículo de ciências, esta e a chamada gripe aviária pareciam ser as questões polêmicas da temporada política de outono. Entretanto, uma coisa engraçada aconteceu no caminho para o confronto judicial sobre o design inteligente. No momento em que os processos judiciais foram devidamente convocados em dezembro de 2005 e as contestações dos fundamentalistas cristãos foram severamente rejeitadas, a questão desapareceu consideravelmente do debate público.

46. Originalmente pulicado como Smith, Neil. Disastrous Accumulation, South Atlantic Quarterly Vol. 106, n. 4, 2007, pp. 769-787. Disponível em: https://read.dukeupress.edu/south-atlantic-quarterly/article-abstract/106/4/769/3387/Disastrous-Accumulation.

47. Tradução de Natasha Ceretti Maria.

A oposição destacou com sucesso a insanidade de ensinar Deus em pé de igualdade com o processo natural, mas recebeu um suporte crucial totalmente imprevisto e indesejado: o furacão Katrina. Se a doutrina do design inteligente tivesse algum mérito era difícil escapar da conclusão de que o Katrina, que chegou em 29 de agosto devastando Nova Orleans e o norte da Costa do Golfo, ao custo estimado de 1.570 vidas, devesse representar algum tipo de "meteorologia inteligente".

O tsunami do Oceano Índico oito meses antes, com um número estimado de cerca de 226 mil mortos, ainda estava recente na imaginação pública, e cinco semanas após o Katrina, terremoto no Paquistão e na Caxemira matou 74 mil pessoas. Nesse ínterim, o furacão Stan, embora totalmente apagado da memória dos Estados Unidos, matou mais pessoas na Guatemala do que o Katrina na Costa do Golfo. O design inteligente começou a parecer menos inteligente e manifestamente cruel. Os cristãos mais cautelosos evitaram abraçar tal absurdo patente.

No entanto, o apelo à intervenção divina não foi totalmente abandonado. Uma história circulou na "esteira" [no rastro] do Katrina sobre o cristão fundamentalista, capitalista global e televangelista Pat Robertson, que foi candidato presidencial republicano de 1988 e que, mais recentemente, pediu o assassinato do presidente venezuelano Hugo Chavez – uma recomendação que qualifica como potencial terrorista sob as novas leis antiterroristas da Grã-Bretanha.

Não se sabe se este multimilionário e frequentador assíduo da Casa Branca realmente acredita que o furacão Katrina expressou "a ira de Deus" na cidade natal da celebridade lésbica da televisão Ellen DeGeneres, embora tais invocações de meteorologia inteligente sejam a assinatura do *modus operandi* de Robertson. Sobre os comentários do deputado americano Richard Baker de Baton Rouge, no entanto, não há dúvida. Impressionantemente, esse funcionário eleito da Louisiana realmente se alegrou com a morte da classe trabalhadora, geralmente idosos afro-americanos nas enchentes do Katrina: "Finalmente limpamos as habitações públicas em Nova Orleans", comentou Baker, enquanto os corpos inchados flutuavam pelas ruas de Nova Orleans. "Não poderíamos fazer isso, mas Deus fez".[1]

O apelo ao sobrenatural como forma de compreender os eventos catastróficos abrange o espectro social desde os mais poderosos até os impotentes. Para ambos, pode fornecer algum tipo de conexão com eventos além do nosso controle imediato, mas no caso dos poderosos fornece o benefício adicional

de disfarçar para os outros o verdadeiro poder social que possuem sobre a tradução de um evento catastrófico em um desastre social. Por mais estranho que possa parecer, o apelo à causalidade *natural*, na medida em que coloca uma natureza autônoma, totalmente externa, definida em oposição ao que é humano e social, acaba realizando praticamente o mesmo trabalho que as invocações do sobrenatural. Ambos deslocam a responsabilidade pelos desastres "naturais" para além da prerrogativa social.

No entanto, sob frio exame filosófico, por mais insustentável que seja essa estrita separação conceitual entre natureza e sociedade, mesmo assim fundamenta em parte significativa os preconceitos ideológicos mais profundos das sociedades ocidentais em relação à natureza. Se Deus é mantido como autor exclusivo da natureza ou se a natureza é celebrada como sua própria autora monódica, a exterioridade radical da natureza, seja o que for que ela permita, fornece facilmente um álibi para a exploração e opressão social. Acusações de "antinaturalidade" da homossexualidade, por exemplo – ou de qualquer conduta social que desafie normas sociais – apela (com grande ignorância para a surpreendente variedade de práticas sexuais da natureza devendo ser notada) à rígida autoridade de tal natureza externa imutável. Herbert Marcuse uma vez colocou o ponto de forma mais ampla: com um olhar menos voltado para a religião do que para a tecnologia, ele observou que a ciência moderna "veio para fornecer os conceitos puros, bem como os instrumentos para a dominação cada vez mais eficaz do homem pelo homem através da dominação da natureza".[2] Uma crença na externalidade objetiva da natureza foi uma dessas concepções e um catalisador vital para que as formas modernas de dominação tomassem contorno.

Sejam as maquinações da natureza dadas por Deus ou autoconcedidas (como ciência), o extraordinário poder social atribuído a uma forma tão rigidamente externa da natureza oferece para patifes um refúgio fértil de muitos matizes. George W. Bush procurou se esconder por trás da mentira deslocada de uma natureza autônoma, enquanto ele tentava desesperadamente desviar-se da responsabilidade pelo espetáculo do cataclismo raça-classe, que foi o Katrina. "A tempestade não discriminou", argumentou Bush audaciosamente, "e o esforço de recuperação também não o fará[3]".

O que pode ser considerado natural é uma das questões políticas mais profundas em qualquer sociedade, precisamente porque a natureza *não* é uma presença totalmente externa no cosmos, mas o próprio mundo – um

mundo que inclui diferentes sociedades e as pessoas nelas como elementos poderosos. A natureza é de fato, universalmente, embora seletivamente, como um espelho para reconhecer e projetar modelos específicos de ordem social. A ideologia da natureza externa é suficientemente real e carrega um poder social extraordinário, mas é comprovadamente ineficaz e até absurda por si só. Se a natureza é externa, como podemos entender as maneiras pelas quais diferentes sociedades organizam e racionalizam seus envolvimentos no mundo natural?

Portanto, igualmente poderosas do ponto de vista ideológico são as reivindicações opostas à universalidade da natureza, à inclusão da natureza e, em particular, a uma natureza cujos elementos e produtos são necessários para a sobrevivência e de cujas leis e processos não podem escapar. Visões ecológicas do mundo, como Gaia e outras, são muitas vezes enraizadas nesta visão de uma natureza universal, assim como muitas visões poéticas e religiosas, mas aqui o ponto crucial é que as concepções externas e universais da natureza são mutuamente exclusivas; nas ideologias contemporâneas da natureza, de fato essas noções contraditórias não apenas se misturam, mas são mutuamente dependentes. Elas se alimentam uma da outra. Assim, a alegação de que algum aspecto do comportamento social é antinatural (por exemplo, homossexualidade) não apenas apela para as "regras" de natureza externa "lá fora" para orientação, mas o faz para impor a ordem *universal* aparentemente ditada por essa mesma natureza. É essa dialética intensa e nunca resolvida entre exterioridade e universalidade que fornece a marca das ideologias burguesas da natureza, abrindo o espaço intelectual em que essa ideologia pode funcionar e, ao mesmo tempo, disfarçando seu próprio poder político[4].

A ideia de um desastre natural, portanto, é tudo menos inocente. Na medida em que um desastre é tornado natural, com a implicação de que as instituições sociais são absolvidas de qualquer responsabilidade por suas causas e feitos, hoje não existe desastre natural[5]. Vendo com horror Nova Orleans devastada pelo Katrina, as audiências televisivas globais dificilmente precisaram da teoria para chegar à mesma conclusão.

Natureza como Estratégia de Acumulação

Talvez de forma surpreendente, muitos na mais imparcial indústria de seguros dos Estados Unidos chegaram a uma conclusão bem semelhante.

No ano seguinte ao furacão e suas consequências, as seguradoras pagaram cerca de US$41 bilhões em sinistros relacionados ao Katrina. Embora compensassem os danos causados pelo vento e pela chuva, essas corporações se recusaram a pagar a maior parte dos danos causados pelas enchentes que afetaram cerca de 200 mil casas somente em Nova Orleans responsáveis pela maior parte da perda de vidas e danos materiais. Os danos causados por enchentes não eram cobertos por apólices de seguro residencial comuns, alegaram as seguradoras em uma discussão sobre o que era considerado *natural*. Quando processadas, as seguradoras argumentaram que a exclusão de danos causados por inundações em suas políticas não reconhecia nenhuma distinção entre inundações naturais e inundações "produzidas pelo homem". Isso foi crucial no que diz respeito ao Katrina, na medida em que o colapso dos diques construídos pelo Corpo de Engenheiros do Exército dos Estados Unidos foi a causa imediata da inundação. Mas, um juiz federal que decidiu a favor dos proprietários dos imóveis determinou que, como a inundação resultou de causas "provocadas pelo homem", ou seja, a falha dos diques, e como as apólices não excluíam especificamente esses desastres "provocados pelo homem", as seguradoras eram de fato responsáveis[6].

Na verdade, as companhias de seguros e suas empresas controladoras emergiram como as principais beneficiárias do furacão: para elas, o Katrina não foi uma tempestade, mas uma bonança de subscrições altamente lucrativas. Apesar da proliferação de ações judiciais e da marca inflacionária do Katrina, o setor de seguros obteve um lucro total de US$43 bilhões em 2005 e antecipou o crescimento do lucro da indústria fonográfica de US$60 bilhões em 2006. Esses lucros "obscenos", como um ex-comissário de seguros do Texas os rotulou, são alimentados principalmente pelo aumento dos prêmios após o Katrina, especialmente ao longo das costas do Golfo e do Atlântico, onde aumentaram "até dez vezes em relação às taxas do ano passado"7. As ações das companhias de seguros, consequentemente, tiveram um salto de 12% em valor nos últimos três meses de uma tranquila temporada de furacões no Atlântico em 2006 (que não viu nenhum movimento compensatório de queda nos prêmios, expondo talvez a assimetria endêmica de poder no livre mercado), pois a indústria atraiu não apenas corretores de ações, mas banqueiros de investimento e gestores de fundos *hedge*[8]. Estes últimos capitalistas financeiros têm sido especialmente investidores agressivos em resseguros, a parte da indústria que segura as próprias seguradoras. Inspirados pelas estranhas oportunidades de lucro

que os desastres naturais criam, relata o *New York Times* que "aplicações financeiras têm se acumulado no resseguro"[9].

Mas de onde veio esse capital em primeiro lugar, e de que forma a financeirização do desastre torna a natureza uma estratégia de acumulação? No processo do trabalho, a exterioridade e a universalidade da natureza são atualizadas na produção social. Divorciado pela relação social do trabalho assalariado de qualquer relação social com seus materiais, o trabalhador exterioriza a natureza como *objeto* de trabalho, mas ao mesmo tempo, ao transformar a natureza da matéria-prima, ele ou ela a universaliza efetivamente como um amálgama de natureza social e não social. O que se aplica à escala individual dá-se igualmente à escala da sociedade e, portanto, a natureza circula ao lado do valor nos ventrículos do capital global. Desde a existência de mercados, a natureza sempre foi mercantilizada, mas sob as condições sociais que permitem a produção capitalista, este ciclo de mercantilização é completado com a compra e a venda da natureza humana – incorporada na força de trabalho – por um salário. Nesse sentido, a natureza sempre foi um elemento indispensável de acumulação de capital, e é a missão particular do *mainstream* do movimento ambiental tentar tornar esse engajamento necessário menos prejudicial.

Nas últimas décadas, porém, a natureza tornou-se uma estratégia de acumulação de forma muito mais intensa[10]. A extensa extração do planeta para matérias-primas avança rapidamente, incluindo até a busca por água fora da terra, mas a fronteira da exploração da natureza está cada vez mais marcada por uma produção intensiva da natureza via biotecnologia, pesquisa médica, tecnologia da informação, patenteamento da natureza, biopirataria e assim por diante. A natureza continua a ser absorvida pelo capital e a circular por meio dos seus circuitos, seja como água ou como óleo, força de trabalho ou engenhosidade, mas o inverso é cada vez mais importante: o capital circula nas veias da natureza – literalmente[11].

Se as empresas de tecnologia têm liderado esse desvelamento da natureza como estratégia de acumulação, nenhum setor do capital quer ficar à margem. Para a indústria de seguros, os lucros de desastres não são "estranhos", mas o gênio do próprio capitalismo, lucrando com a destruição social. O geógrafo Gilbert White, um defensor antigo, incisivo e persistente, bem como crítico da política de gerenciamento de enchentes (ou da falta dela), que, na maioria das vezes, tendia a exacerbar o problema em vez de resolvê-lo, fez *lobby* para o seguro contra enchentes nos Estados Unidos e

apontou explicitamente para o papel das gerações de seguros na ampliação da escala e do perigo dos desastres[12].Duas síndromes estão em ação aqui. Por um lado, existe o chamado efeito dique, pelo qual o estado (nacional ou local), sob pressão dos proprietários e seguradoras para fornecer proteção contra inundações, tenta resolver o risco de inundações construindo e reconstruindo diques mais altos e melhores. Isso tem o efeito de conter cada vez mais inundações de pequeno e médio porte, ao mesmo tempo em que garante que qualquer dilúvio que rompa os diques seja maciço. Como essa contradição passou a ser entendida na década de 1960, não apenas por meio do trabalho de White, as soluções de engenharia foram combinadas com as financeiras por meio de uma inundação nacional de sistemas de seguro. No entanto, a condição de que o seguro estaria disponível apenas em áreas onde os planos locais de prevenção e redução de enchentes funcionassem era fraca e facilmente contornada e, como os diques mais altos pareciam oferecer mais segurança, o desenvolvimento mais intenso se seguiu em muitos casos, garantindo que, quando um desastre ocorrer novamente, as perdas de vidas e de propriedades serão ainda mais intensas.

Em Nova Orleans, essa lógica desenvolvimentista de acumulação foi exacerbada por dois outros processos integrais. Não só havia uma longa história de reconstrução e elevação de diques até níveis de "tempestade grau máximo mais 1" (neste caso, uma tempestade de categoria 4) e uma expansão urbana de longo prazo alimentada por negligentes ou inexistentes apólices de seguro de inundação, mas o desenvolvimento de terras "não melhoradas" também diminuiu radicalmente a extensão das zonas úmidas que protegem a cidade de inundações. Além disso, a drenagem da terra resultou na sua subsidência em até dois a três metros, tanto quanto uma esponja dessecada desmorona tornando-a ainda mais vulnerável a inundações[13].

Por outro lado, as seguradoras lucram com investimentos de risco na medida em que podem cobrar prêmios altos, portanto, é realmente seu melhor interesse encorajar, dentro de certos limites estatísticos de risco, o redesenvolvimento de terras costeiras, várzeas e outras áreas propensas a inundações. Desastres são bons para o negócio de seguros. Eles podem atingir algumas empresas menores e mais marginais e reduzir os lucros periodicamente, mas alimentam os medos e a insegurança dos proprietários de imóveis em relação à perda financeira e desencadeiam um aumento de apólices com prêmios inflacionados. Infelizmente, a pesquisa pioneira de White foi amplamente canalizada em prescrições políticas burocráticas

que mordiscavam a margem das causas sociais fundamentais do desastre, enquanto as condições para tais desastres foram constantemente feitas e refeitas em escalas mais altas.

Com a intenção de penetrar ainda mais no "mercado" do desastre em busca dos ganhos de lucros – literalmente – inesperados, várias companhias de seguros, não contentes com os ganhos registrados, têm procurado obscurecer e reafirmar simultaneamente a distinção entre a proveniência "natural" e "terrorista" dos desastres. As companhias de seguros Allstate e State Farm, que juntas seguram mais de um terço das residências dos Estados Unidos, se uniram a vários legisladores da Flórida para propor uma legislação que limita a responsabilidade de seguro das empresas no caso de futuros desastres "naturais". Eles apelam para o programa de seguro terrorista já aprovado pelo Congresso, segundo o qual, no caso de um ataque terrorista declarado, o subsídio federal da indústria de seguros entra em ação assim que a indústria paga certa quantia. No caso de desastres provocados por terroristas, o limite é de 25 bilhões de dólares; as seguradoras estão pressionando para definir esse limite em 4,5 bilhões de dólares para desastres "naturais"[14].

O desastre também significa oportunidade para outros setores do capital. Ecoando os sentimentos sem repetir as palavras do Representante Richard Baker da Louisiana, o colunista do *New York Times*, David Brooks, também escrevendo enquanto os corpos visíveis das vítimas forneciam evidências gráficas do lado macabro da riqueza capitalista, aplaudiu o fato de que o Katrina havia criado "uma lousa em branco" (embora ainda debaixo d'água) e que da "tragédia surge a oportunidade". "Se apenas construirmos novos prédios e permitirmos que as mesmas pessoas voltem para seus antigos bairros", ele julgou, "então a cidade de Nova Orleans se tornará tão degradada e disfuncional quanto antes". O que o sobrenatural não conseguiu, ao que parece, Brooks estava pronto para ordenar por meios sociais[15].

Para alguns, a meia-vida de luto em Nova Orleans, mesmo quando os apresentadores de TV trabalhavam totalmente sem um roteiro relatando as cenas mais horríveis, foi determinada mais pela temporalidade do movimento do capital do que pelo ciclo de vidas terrivelmente perdidas. Poucas horas depois do rompimento dos diques, os investidores correram para a cidade ou enviaram seu dinheiro em busca de propriedades com desconto – craigslist.org na verdade postou um anúncio de propriedade

"em qualquer condição ou local" no mesmo dia em que a tempestade os atingiu. Um incorporador local, dono de quinze hotéis no bairro francês e arredores e no centro turístico de Nova Orleans, fez uma oferta por mais vinte hotéis na região três semanas após a tempestade; um empresário de Miami enviou para um agente imobiliário de Nova Orleans 10 milhões de dólares com instruções para comprar rápido e anunciar "sem problemas de inundação". Os incorporadores da Flórida, que se especializaram em compras de propriedades de baixo custo pós-desastre, foram especialmente virulentos, mas incorporadores de todos os Estados Unidos entraram em ação. Enquanto os comentários de notícias ainda lamentavam o possível fim da vida da cidade, os compradores de imóveis interessados superavam os vendedores em vinte para um. "Isso levanta a questão", sugeriu um repórter do *Los Angeles Times*, "que tipo de moradia – se houver – estará disponível sem um salário de seis dígitos"[16].

É um axioma entre os pesquisadores de desastres que a recuperação e a reconstrução pós-desastre seguem e até exacerbam as tendências e trajetórias pré-desastre[17]. Essa pressa para reconstruir o que é familiar está muito em evidência em Nova Orleans. A profundidade da tragédia resultou, em primeiro lugar, do desmantelamento sistemático do apoio do Estado às populações da antiga classe trabalhadora que se tornaram excedentes na reestruturação da "nova" economia, e essa tendência continua com força total. Embora a Agência Federal de Gerenciamento de Emergências (FEMA), agora um braço do Departamento de Segurança Interna, tenha desencorajado sistematicamente o retorno de residentes deslocados e dispersos, os empregos na reconstrução da cidade estão sendo canalizados para trabalhadores mexicanos e centro-americanos a quem os empregadores podem pagar (com a conveniência do governo federal) irrisórios salários abaixo do mínimo para condições de trabalho perigosas, moradia precária e poucos serviços, tudo sem benefícios, sindicato ou mesmo segurança mínima no emprego. Os empresários (moradores ou não) receberam tratamento preferencial em relação aos meros moradores, podendo retornar à cidade militarizada antes do restante da população.

A desigualdade de uma cidade já escandalosamente desigual está se intensificando. A gentrificação que as elites da cidade perseguiram antes do Katrina, em associação com a indústria do turismo, é agora o modelo para amanhã: o muito alardeado Urban Land Institute insiste que o plano de reconstrução "deve ignorar linhas e práticas socioeconômicas – reais ou percebidas – do passado". Enquanto isso, os novos arquitetos urbanistas,

embora elogiem da boca para fora as moradias de baixa renda em resposta a duras críticas, estão de olho no prêmio de continuar de onde Deus parou e redesenhar grande parte da Costa do Golfo com moradias de baixa renda suficientes para atrair pessoas para administrar cassinos e restaurantes e cuidar dos filhos dos ricos. "Bem-vindo", lamenta um arquiteto, ao "neourbanismo de Bush"[18].

A financeirização do desastre é relativamente recente. Na maior parte do mundo não existe seguro contra inundações ou qualquer outra forma de seguro contra desastres e, nos Estados Unidos, o primeiro programa nacional de seguro contra inundações não foi criado até 1968 e não foi bem divulgado. O seguro privado contra inundações tornou-se mais disponível recentemente, com subsídios do governo, mas seus prêmios são proibitivos para a maioria das pessoas. A financeirização da natureza e do desastre em particular também se desenvolveu ao longo de um caminho alternativo. Desde a década de 1990, a Chicago Mercantile Exchange (CME) e vários mercados financeiros europeus negociam contratos futuros ambientais dedicados a riscos e poluentes ambientais. Entre os mais comuns estão os créditos de sequestro de carbono, créditos de mitigação de zonas úmidas, créditos de espécies para pássaros específicos (International Paper negocia créditos de pica-pau-de-cabeça-vermelha[19]) e outros créditos ambientais e derivativos e, desde 1999, o CME tem negociado em "derivativos climáticos". Os futuros do clima operam exatamente como os futuros de *commodities*, exceto que, em vez de serem baseados na produção de laranjas ou barrigas de porco, os índices compilados para futuros do clima são baseados em medidas quantitativas do clima, como temperaturas. O índice mede o número de "graus-dias" em que as temperaturas de um mês estão acima ou abaixo dos níveis normais, permitindo que os investidores apostem nas condições climáticas futuras. A maior inspiração por trás desse mercado são as empresas de energia que querem proteger suas apostas contra padrões extremos de uso de energia relacionados ao clima. Outros tipos de índices meteorológicos são possíveis, e um protótipo de mercado de "furacões futuros" está atualmente sendo discutido. De acordo com algumas estimativas, os futuros do clima, que tiveram 1 milhão de negócios em 2005, agora representam uma indústria de 8 bilhões de dólares[20].

Na medida em que fornecem seguro financeiro contra eventos extremos, empresas de energia e outras – se apostarem corretamente – obtêm do clima e de outros mercados futuros climáticos o que Deus infelizmente não pode fornecer: meteorologia inteligente.

O mercado meteorológico fornece um meio alternativo de lidar com desastres. Mas, à medida que se estabeleceu, os principais participantes do mercado são cada vez mais especuladores cujo único interesse no clima é a capacidade de lucrar com sua financeirização. A natureza é remodelada como o mais novo cassino. Os profissionais de marketing de futuros sobre o clima chegaram a propor que, como os mercados representam uma concentração extraordinária de "informações", a maneira como as pessoas apostam pode ser usada para prever o clima. (Para que isso não soe exageradamente retrógrado, precisamos lembrar apenas que o ex-secretário de defesa Donald Rumsfeld iniciou brevemente um programa semelhante em 2004, pelo qual as apostas do público sobre onde os terroristas atacariam seriam usadas para prever onde e quando).

Este mercado futuro de clima tem seu lado nebuloso. Como acontece com qualquer cassino, os vencedores ganham apenas na medida em que os perdedores perdem, e a expansão do mercado de futuros para eventos naturais expande a oportunidade de um colapso financeiro tanto quanto de uma bonança financeira. Na medida em que tais previsões sem conteúdo passam para moeda real e contribuem para esforços equivocados de redução de desastres, a produção social de desastres penetra ainda mais profundamente no invólucro político-econômico da sociedade capitalista. O mercado de futuros climáticos hoje cobre dezoito cidades dos Estados Unidos, nove na Europa, seis no Canadá e duas no Japão. Portanto, intensifica a invisibilidade das cidades africanas, latino-americanas e de muitas cidades asiáticas, contribuindo para o aprofundamento da disparidade geográfica na resposta a desastres. Nessas partes do mundo, podemos supor que, além da pobreza geral das pessoas, sua maior vulnerabilidade e os efeitos resilientes do racismo global e a comparativa falta de reparação financeira para desastres também resulta de certa subcapitalização da natureza. Não só não há seguro eficaz contra tais desastres em tais lugares, como também a quantidade de valor econômico que o capital pode retirar da reconstrução pós-desastre é mínima.

Existe uma alternativa: Cuba

Em 5 de setembro de 2004, a tempestade tropical Ivan atingiu a força de um furacão no Oceano Atlântico. Continuando para o Oeste, em direção ao Caribe, chegou a uma série de ilhas, enquanto reunia força em uma enorme

tempestade de categoria 5, com 500 quilômetros de diâmetro e com ventos registrados com intensidade de até 170 mph.

O furacão se enfraqueceu, virou abruptamente para o Norte nas águas do Yucatán, cruzou o Oeste de Cuba e se transformou em uma tempestade de categoria 3 antes de atingir o Alabama em 16 de setembro. Perdendo rapidamente o poder sobre o continente, cruzou o Nordeste no Atlântico ao largo da Virgínia antes de circular de volta sobre a Flórida como uma forte tempestade tropical. Ivan matou cerca de 52 pessoas nos Estados Unidos e outras setenta no Caribe, principalmente em Granada e na Jamaica, que foram atingidas diretamente. No entanto, em Cuba, onde passou como um furacão de categoria 4 em 14 de setembro, foi a tempestade mais poderosa a afetar a ilha em cinquenta anos, causando 1 bilhão de dólares em danos a edifícios, estradas e plantações, mas nenhuma morte.

O fato de tal discrepância geográfica existir entre o número de mortes causadas por "Ivan el Terrible", como foi apelidado pelos trabalhadores humanitários cubanos antes mesmo de acontecer, não é um acidente. No mês anterior, o olho do furacão Charley, também uma tempestade de categoria 4, passou a oeste de Havana matando quatro pessoas em Cuba, enquanto matou trinta na Flórida[21].O furacão Katrina, cujo olho não atingiu Cuba, mas que atingiu a ilha com ventos com força de furacão, causando evacuação maciça por precaução, não matou ninguém, embora tenha destruído 20 mil casas. Há uma série de razões específicas para o sucesso consistente dos cubanos em evitar baixas induzidas por furacões. A primeira é a educação. A prevenção de desastres é um modo de vida em Cuba, começando com o currículo escolar, mas continuando nos níveis mais altos de educação e no local de trabalho. Sessões anuais de treinamento de dois dias enfatizam a redução de riscos e novas técnicas, além de ensaiar práticas estabelecidas. Em segundo lugar, a preparação para furacões é rotineira: 48 horas antes da chegada prevista, todas as instituições da ilha – comunidade, trabalho, governo – são mobilizadas e a mídia escrita e eletrônica galvaniza a transmissão de informações sobre a tempestade e os preparativos necessários. Em terceiro lugar, seus esforços são guiados por um plano de emergência preexistente, supervisionado pela rede de Defesa Civil em toda a ilha, que opera em todas as escalas, do nível nacional ao provincial, do município à comunidade. Todos desempenham um papel nesta preparação, e as autoridades locais têm um cuidado especial para lidar com os inválidos e os idosos que necessitam de ajuda especial.

Quarto, e talvez o mais crucial, é o plano de evacuação em massa. Para o furacão Ivan, 1,9 milhão de pessoas – 17% da população do país – foram evacuadas. Para o Katrina, o número foi de 1,5 milhão. A evacuação mobiliza todas as fontes de transporte da ilha, de carros e ônibus a trens; os centros de evacuação em terrenos mais altos já estão montados e abastecidos com comida, água e assistência médica; famílias e lares em áreas mais seguras recebem evacuados; e todos sabem onde devem estar. Rebanhos e outros animais também são evacuados para terrenos mais altos. Quinto, a ampla provisão estatal de cuidados de saúde de alta qualidade em Cuba garante acesso rápido aos feridos e cuidados de recuperação de longo prazo, incluindo apoio psicológico. Finalmente, o Estado subscreve parte da reconstrução de casas e outros edifícios e a restauração de terras devastadas. Resumindo a experiência de Cuba com cinco furacões antes de Ivan, a Cruz Vermelha Internacional concluiu que "a implementação de um conjunto de procedimentos de emergência bem organizados garantiu evacuações rápidas e ordenadas de áreas de alto risco, reduzindo o impacto mortal". As Nações Unidas têm repetidamente proposto Cuba como um modelo de mitigação dos danos causados por furacões, uma conclusão ratificada à luz de Ivan pela ONG Medical Education Cooperation with Cuba: o monumental programa de planejamento da ilha… poderia servir como um modelo global"[22].

Cuba desafia as expectativas em outro aspecto. Os pesquisadores de perigos e desastres consideram axiomático que, geralmente, quanto mais pobre um país ou comunidade, mais vulnerável ele é à perda de vidas associada ao desastre. Na medida em que os desastres "naturais" atingem os países ricos, essas populações são mais capazes de absorver as adversidades resultantes, possuem instalações e conhecimentos médicos superiores e têm acesso rápido a tecnologias que facilitam a reconstrução. Entretanto, essa panaceia de pesquisadores de desastres é virada de cabeça para baixo por Cuba. O sucesso amplamente reconhecido do modelo cubano de preparação para furacões ocorre apesar dos níveis de renda muito modestos em todo o país. A vontade política e uma mobilização em massa, que integra todos em uma resposta social prática, antes que um furacão atinja, são fundamentais para seu sucesso. De acordo com avaliações acadêmicas do programa, todos se unem ao esforço, a adesão é impressionante e a prioridade central é indiscutivelmente salvar vidas[23].

O contraste com o caos individualizado que marca a maioria das respostas dos Estados Unidos a um furacão iminente dificilmente poderia ser mais

gritante. As cenas de preparação rápida, porém ordenadas, em Cuba, são curiosas, ao lado das agora rotineiras imagens da CNN do pânico obrigatório de última hora no supermercado por água, comida, lanternas, baterias, velas e placas de compensado, seguidas pelas cenas igualmente previsíveis de prateleiras vazias e longas curvas nas filas das bombas de gasolina. É cada consumidor por si mesmo. A evacuação é uma responsabilidade pessoal, em primeiro lugar dependente de carros particulares, levando a enormes engarrafamentos nas rodovias que induzem a novos tipos de perigo. O furacão Rita, que se seguiu rapidamente ao Katrina, foi provavelmente o caso mais notório.

As ofertas da Amtrak para evacuar os residentes de Nova Orleans por trem foram recusadas pela FEMA; as vítimas do Katrina, vagando pelas águas fétidas, foram, em alguns casos, repelidas por xerifes armados, milícias e militares que protegiam os subúrbios brancos em terras mais altas de refugiados desesperados do furacão[24]. Tais cenas seriam impensáveis em Cuba.

Nenhum plano coerente ou eficaz orienta a resposta ao desastre nos Estados Unidos, e nenhuma provisão organizada é feita para lidar com aqueles que conseguem escapar. O destino dos evacuados é de sua própria responsabilidade, tornando a decisão de sair ainda mais difícil e, na medida em que as pessoas são forçadas a evacuar, muitas perdem o acesso à atenção médica estabelecida no sistema privado balcanizado e burocratizado. Planos permanentes para habitação de emergência são praticamente inexistentes, e é por isso que a FEMA após o Katrina enviou em pânico um pedido de 130 mil casas móveis, para o deleite dos fabricantes, mas para o horror de muitos evacuados que se recusaram a viver nos novos acampamentos de trailers escondidos nos bosques e pântanos nos arredores das cidades do Golfo. Não é de admirar que com o Katrina, como com outros furacões que afetam os Estados Unidos, muitas pessoas optem por "aguentar", recusando-se a evacuar devido ao medo pela propriedade privada que deixariam para trás. A apreensão sobre saques, por mais reais ou ilusórios que sejam toma conta quando as decisões são tomadas entre arriscar a morte ou abandonar a propriedade[25]. Muitos atos individuais de grande bondade certamente ocorreram após o Katrina, mas a resposta oficial em vez de qualquer plano real, que era reunir aqueles que ficaram para trás em um estádio de futebol – ou, mais precisamente, dizer-lhes para irem lá sozinhos através da água, lixo e cadáveres – estendeu a credulidade atordoada das audiências de televisão em todo o mundo. Em Cuba, por outro lado, o plano meticuloso

de evacuação coletiva inclui até mesmo animais de estimação e congêneres, diminuindo ainda mais a propensão das pessoas a esperar uma tempestade em terrenos baixos e perigosos.

A recusa em evacuar é amplamente entendida como a principal causa de morte no caso de furacões, e este é o foco da preparação cubana para furacões. Em contraste, a preparação dos Estados Unidos enfatiza enormes programas de engenharia e investimento de capital, desde a canalização de rios e construção de diques até paredes marítimas e infraestrutura de construção. Por mais que essas medidas aumentem a taxa de lucro para uma faixa de interesses de construção e desenvolvimento, elas são comprovadamente ineficazes quando a tempestade é grande o suficiente, levando a uma falsa sensação de segurança física e, na verdade, custando vidas. Todo o sistema social, de fato – construído sobre uma base de propriedade privada e acumulação de riqueza por meio do investimento imobiliário, dedicado à defesa dos bens individuais e lubrificado pelas ideologias do individualismo que acompanham essas escolhas sociais – conspira para forçar uma miríade de cálculos individuais que pesam a segurança da propriedade *versus* a segurança da vida.

Não há nada de natural nessa escolha perversa; ao contrário, como sugere o caso de Cuba, é a expressão direta de escolhas sociais sobre o tipo de sociedade que se escolhe fazer. A obscenidade do Katrina não é simplesmente que um presidente surpreendentemente inconsciente continuou de férias, enquanto centenas de cidadãos da classe trabalhadora e afro-americanos morriam desnecessariamente. Como confirmam as evidências de Cuba, não existe desastre natural. Não é o evento físico em si que é tão destrutivo para a vida humana, mas a lógica do capitalismo de livre mercado, mais livre do que as melhorias superficiais do Estado, essa é a verdadeira obscenidade.

Destruição criativa

Em 1976, um terremoto devastador e, eventualmente, suas consequências, mataram 23 mil pessoas na Guatemala e deixaram 1,5 milhão de pessoas desabrigadas. O "eventualmente" é importante; a grande maioria das mortes não foi o resultado direto do evento físico em si, mas ocorreu nos dias e semanas de inundações, doenças e fome que se seguiram. Uma

ajuda internacional considerável fluiu para a Guatemala, assim como os pesquisadores de riscos, mas não foi canalizada para as pessoas e lugares mais afetados e necessitados. O regime militar totalitário do país encarregou o exército de distribuir a ajuda, fazendo com que parte dela fosse desviada para as elites guatemaltecas, enquanto alimentos e cobertores eram vendidos pelo exército para aqueles com dinheiro em vez de distribuídos aos mais necessitados. À medida que a miséria continuava, os camponeses acabaram por se referir ao desastre como um "terremoto de classe"[26].

Nas comunidades ao redor do Oceano Índico devastadas pelo tsunami de dezembro de 2004, a extensão dos danos foi grandemente ampliada por duas décadas de desmatamento de mangue, especialmente na Tailândia, onde vastas áreas de pântanos costeiros e estuários foram desmatadas para a indústria de frutos do mar dedicada à exportação de camarão para os pratos da Europa e América do Norte. Em toda a região, as classes, castas e etnias das velhas sociedades foram refeitas de forma mais profunda e ampla pelos padrões de resposta e reconstrução após o tsunami. Especialmente no Sri Lanka, mas também em outras regiões costeiras, a "reconstrução" impediu forçosamente que os pescadores locais restabeleçam seus meios de subsistência à beira-mar. Em vez disso, os planos existentes privilegiam os desenvolvimentistas nacionais e internacionais de grande escala que planejam hotéis, resorts, lojas e restaurantes à beira-mar na esperança de atrair turistas ricos.

O caminho está pavimentado para uma destruição muito maior em um desastre futuro. Pescadores e camponeses locais deslocados passaram a chamar cada vez mais o esforço de reconstrução do "segundo tsunami". Como atesta a destruição causada pelo "Furacão Bush" na Costa do Golfo dos Estados Unidos, não é apenas nas partes mais pobres do mundo que as chances de alguém sobreviver a um desastre dependem mais do que tudo de sua raça, etnia e classe social, e, de uma forma diferente, do gênero.

Em todas as fases e aspectos de um desastre – causas, vulnerabilidade, preparação, resultados, resposta e reconstrução –, os contornos do desastre e a diferença entre quem vive e quem morre são, em maior ou menor grau, um cálculo social. Com a intensificação do aquecimento global, as próprias causas dos desastres se tornam mais profundamente sociais. Os desastres não simplesmente aplainam as paisagens, desgastando-as suavemente. Em vez disso, eles aprofundam e corroem os sulcos da diferença social que encontram. Um dia ou um ano depois do Katrina, e, apesar de todas

as boas palavras do governo Bush de que Nova Orleans "voltará maior e melhor", seria preciso muita fé para imaginar que o primeiro item dos negócios federais da administração de Bush firmemente pró-mercado seria reconstruir a habitação pública para que a massa de pessoas comuns possa retornar à sua cidade. Na verdade, quando o Katrina atingiu em 2005, milhares de evacuados dos furacões Charley e Ivan um ano antes ainda permaneciam em parques de trailers "temporários" na Flórida.

"O capitalismo está sendo morto por suas conquistas", observou certa vez o economista austríaco Joseph Schumpeter[27]. Desde Schumpeter e antes dele, com Marx, entendemos que as sociedades capitalistas sobrevivem e de fato prosperam por meio do processo de destruição criativa. O capital financeiro, seja na forma de futuros ou seguros, alista a natureza para a causa. Os desastres oferecem oportunidades extraordinárias para uma reconstrução altamente lucrativa. A financeirização do desastre absorve a política de quem vive, quem morre e cuja vida é totalmente destruída, deslocando esse poder bruto para os cálculos multimilionários polidos, privatizados e anódinos dos membros das corporações. Lá, a "banalidade do mal" de Hannah Arendt está viva e bem[28]. Não há exemplo melhor do que o desastre "natural" da vontade de poder de classe sobre a natureza (humana). A financeirização do desastre baseia-se na expectativa de investimento lucrativo e produtivo no trabalho explorado da reconstrução, bem como na exploração do medo deixado pelo esvaziamento da seguridade social subscrita pelo Estado.

A ligação entre seguro e reconstrução resultante de desastres tem a ver com regular e controlar a lucratividade da natureza, em vez de prevenir ou melhorar. Mas o bem-estar das informações nas quais se baseia a previsão de futuros não é o mesmo que o bem-estar social das pessoas.

O *Nation* resumiu a origem e o significado da devastação do Katrina: "Muitas das proteções sociais gradualmente reunidas durante o século XX foram sistematicamente desmanteladas, sem fundos e desacreditadas, com resultados tão previsíveis e tão trágicos quanto o colapso dos diques"[29]. Como essa conclusão e a comparação com Cuba destacam, o ponto retórico de que o capitalismo, mais do que o Katrina, é o verdadeiro desastre, parece menos polêmico e mais uma realidade. Essa conclusão foi vislumbrada na indignação que se seguiu ao Katrina, mas em um ano havia diminuído. A administração republicana de Bush sofreu uma retumbante derrota nas eleições de 2006, mas mais por causa do fracasso da guerra do Iraque

do que por causa da contínua indignação interna. As "tocas de coelho" políticas de raça e classe, de repente no centro das atenções após o Katrina, "mostraram-se muito profundas e feias", de acordo com Gary Younge, "e no final foi uma jornada em que o país não teve vontade, curiosidade nem liderança a fazer… A raiva estava lá, mas sem nenhum movimento para aproveitá-la ou ideologia para promovê-la, a fúria queimou forte, mas se esvaiu rapidamente"[30].

À medida que a descoberta frenética do aquecimento global aumenta, os desastres podem ou não se tornar mais frequentes à medida que os processos climáticos socialmente influenciados se chocam com os hábitos da economia social. Certamente serão mais divulgados e seus casos mais destacados na esfera política. Podemos ter certeza de que esse novo reconhecimento de desastres incluirá uma erupção periódica de apocalipticismo piedoso voltado para este ou aquele grupo de pecadores sociais que estão estragando o patrimônio de Deus para o resto de nós. No entanto, esse apocalipticismo não é exclusividade da direita religiosa. Muitos da esquerda global, que até recentemente tinham muito pouca conexão com a política ambiental, aproveitaram o aquecimento global e os desastres derivados dele como uma nova alavanca para inspirar a mobilização social. O apelo do apocalipticismo encontra terreno fértil também aqui, apesar das ameaças ambientais muito reais. A esse respeito, a advertência amplamente divulgada do físico contemplado pelo prêmio Nobel, Stephen Hawking, de que a raça humana precisará colonizar o espaço para sobreviver, deve ser considerada menos como uma estratégia viável – uma estratégia para acumulação de capital transplanetário, na verdade – e mais como uma sugestão sobre a gravidade das apostas.

A acumulação desastrosa tem suas origens não em um domínio ambiental maculado além da responsabilidade do capital, mas nas relações sociais desastrosas que intrometem a acumulação de capital entre o mundo natural e a necessidade das pessoas de viver dentro desse mundo. A comercialização de questões ambientais – por exemplo, por meio de seguros ambientais ou derivativos ambientais – fortalece em vez de desmantelar a acumulação desastrosa. Os mercados futuros de carbono não necessariamente diminuem a quantidade de carbono emitida pela economia global, mas, na verdade, criam um incentivo para a poluição em alguns lugares, na medida em que é possível obter lucro. A reciclagem mercantilizada pode fazer menos para reduzir o volume de poluição do que para fornecer aos produtores originais matérias-primas com desconto para a produção cada

vez maior de lixo. Qualquer apocalipse envolvendo água subindo e céu caindo não será adiado por um desespero político que confunde a ação tecnológica e econômica capitalista com o confronto real do problema. Em contraste, a organização social e política destinada a criar o poder de alterar as regras tecnológicas e econômicas têm o potencial de mudar a história.

Notas

1 Quoted in: DOWD, Maureen. *Neigh to Cronies.* New York Times, September 10, 2005.

2 MARCUSE, Herbert. *One-Dimensional Man.* Boston: Beacon Press, 1964, p. 158.

3 Quoted in White House press release, "President, Lieutenant General Honore Discuss Hurricane Relief in Louisiana," September 12, 2005, www. whitehouse.gov/news/ releases/2005/09/20050912.html.

4 SMITH, Neil. *Uneven Development:* Nature, Capital, and the Production of Space. Oxford: Blackwell, 1991.

5 O'KEEFE, Phil; WESTGATE, Ken; and WISNER, Ben. "aking the Naturalness out of Natural Disasters, *Nature* 260 (April 15, 1976), p. 566-67; andSMITH, Neil. There Is No Such Thing as a Natural Disaster. Social Science Research Council. Disponível em: http://understandingkatrina. ssrc .org/Smith/ (accessed February 13, 2007).

6 TREASTER, Joseph B. Judge Upholds Policyholders' Katrina Flood Claims. *New York Times,* November 29, 2006. As of this writing, the case is under appeal.

7 ANDERSON, Jenny. Hedge Funds Place Big Bets on Hurricane Season. *New York Times,* August 18, 2006.

8 TREASTER, Joseph B. High Winds, Then Premiums. *New York Times,* September 29, 2006.

9 TREASTER, Joseph B. Earnings for Insurers Are Soaring. *New York Times,* October 14, 2006.

10 KATZ, Cindi. Whose Nature, Whose Culture? Private Productions of Space and the Preservation of Nature. *In:* BRAUN, Bruce and CASTREE,

Noel (ed.). *Remaking Reality:* Nature at the Millennium. New York: Routledge, 1998, p. 46-63; and SMITH, Neil. Nature as Accumulation Strategy. *In: Coming to Terms with Nature.* Leo Panitch and Colin Leys (ed.). London: Merlin Press, 2006, p. 16-36.

11 HARAWAY, Donna J. Modest_Witness@Second_Millennium.FemaleMan©_ Meets_Onco Mouse™: Feminism and Technoscience. New York: Routledge, 1997.

12 WHITE, Gilbert. *Human Adjustment to Floods:* Problems of the United States. Chicago: University of Chicago Press, 1945.

13 COLTEN, Craig. *An Unnatural Metropolis:* Wresting New Orleans from Nature. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2005; and KATES, R. W. *et al.* "Reconstruction of New Orleans after Hurricane Katrina: A Research Perspective. *Proceedings of the National Academy of Sciences 103* (2006): 14653-660. In the record monsoon rainfall (93 centimeters in one day) and deadly flooding that hit Mumbai on July 20, 2006, geographers and others cited the same combination of increased surface paving and the loss of wetlands for exacerbating the flooding.

14 TREASTER, Joseph B. A Proposal for Federal Protection from Catastrophe Divides Insurers. *New York Times,* October 31, 2006.

15 BROOKS, David. Katrina's Silver Lining. *New York Times*, September 8, 2005.

16 For the reference to Craigslist.org and the report on Florida investors, see: STREITFELD, David. Speculators Rushing in as the Water Recedes. *Los Angeles Times,* September 15, 2005, http://news.yahoo.com/s/latimests/speculatorsrushinginasthewaterrecedes. For information about the hotel owner in New Orleans, see: RIVLIN, Gary. For Hotelier, Crisis Is Another Word for Opportunity. *New York Times,* September 22, 2006.

17 Kates *et al.* Reconstruction of New Orleans, 14653.

18 Quotes are from Matthew Smith. The Katrina Legacy, Designer/Builder 13.1 (May/June 2006): 29. See also: DAVIS, Mike. Gentrifying Disaster: Ethnic Cleansing, GOP-Style. Disponível em: www.motherjones.com/commentary/columns/2005/10/gentrifying_disaster.html (accessed November 14, 2005); Katrina One Year After, Nation 283.8 (September 18, 2006): 3-4; Adolph Reed (ed.). *Unnatural Disaster.* New York: Nation Books, 2006; and YOUNGE, Gary. New Orleans Forsaken. Nation 283.8. September 18, 2006, p. 17-20.

19 BAYON, R. A Bull Market in . . . Woodpeckers? *The Milken Institute Review.* March 2002, p. 30-39.

20 See: www.investopedia.com/terms/w/weatherfuture.asp and http:// hurricanefutures .miami.edu/ (accessed November 16, 2006).

21 Cuba: A Model in Hurricane Risk Management. United Nations press release IHA/943, September 14, 2004, www.un.org/News/Press/docs/2004/ iha943.doc.htm; and GORRY, Conner. UN Lauds Cuba as Model of Hurricane Preparedness. www.medicc.org/ medicc_review/1004/pages/ top_story.html (accessed November 15, 2006).

22 RODRIGUEZA, Manuel and ESTRADA, Cristina. Cuba Prepares Itself for the Worst. Disponível em: www .reliefweb.int/rw/rwb.nsf/db900SID/ JMAN-64SCVC?OpenDocument&rc=2& (accessed November 16, 2006).

23 SIMS, Holly and VOGELMANN, Kevin. Popular Mobilization and Disaster Management in Cuba. Public Administration and Development 22 (2002): 389-400; and BERMEJO, Pedro Mas. Preparation and Response in Case of Natural Disasters: Cuban Programs and Experience. *Journal of Public Health Policy 26* (2006): 13-21.

24 HARRIS, Gardner. Police in Suburbs Blocked Evacuees. *New York Times,* September 10, 2005. The private mercenary corporation Blackwater, which enjoyed large contracts for its "private contractors" in Iraq and is owned and run by fundamentalist Christians, took it upon itself to police New Orleans. Blackwater's "forces beat most federal agencies to New Orleans after Hurricane Katrina hit in 2005," reports Jeremy Scahill, "as hundreds of heavily armed Blackwater mercenaries –some fresh from deployment in Iraq –fanned out into the disaster zone. Within a week they were officially hired by the Department of Homeland Security" and within a year the company would have "raked in more than $70 million in federal hurricane-related contracts." Scahill, Blackwater: The Rise of the World's Most Powerful Mercenary Army. New York: Nation Books, 2007, XXIV–XXV.

25 "In the days after Hurricane Katrina, terror from crimes . . . gripped New Orleans. The fears changed troop deployments, delayed medical evacuations, drove police officers to quit, grounded helicopters. Edward P. Compass III, the police superintendent, said that tourists –the core of the city's economy –were being robbed and raped on streets that had slid into anarchy." A subsequent review of crime suggested that many of the "most alarming stories" were "figments of frightened imaginations, the product of

chaotic circumstances." Crime may have been lower than normal, and no rapes were ever reported or documented. The police superintendent soon resigned. DWYER, Jim and DREW, Christopher . Fear Exceeded Crime's Reality in New Orleans. *New York Times,* September 29, 2005.

26 O'Keefe, Westgate, and Wisner. Taking the Naturalness out of Natural Disasters, 566.

27 SCHUMPETER, Joseph. *Capitalism, Socialism and Democracy.* London: Allen and Unwin, 1952, XVIII.

28 ARENDT, Hannah. *Eichmann in Jerusalem:* a Report on the Banality of Evil. London: Faber and Faber, 1963.

29 "Katrina One Year After," 3.

30 Younge, "New Orleans Forsaken," 18.

4. As Geografias satânicas da globalização: desenvolvimento desigual na década de 1990[48,49]

Nos *Versos satânicos*, publicados no final da década de 1980, Salman Rushdie relata uma história em que o Arcanjo Gabriel transmite uma revelação maliciosamente mal traduzida a Mahound (Muhammad), um "homem de negócios que se tornou profeta", que acredita somente em Alá. Um monoteísta em uma cidade com 360 deuses e deusas, Mahound nunca foi eleito para a elite empresarial de Jahilia, mas lhe foi prometido que, se seu deus reconhecer apenas três das deusas da cidade, ele será eleito. Ele fica angustiado com o que fazer, se o reconhecimento de outras deusas seria equivalente a uma renúncia de sua própria fé. Por fim, Mahound se dirige à montanha para receber orientação de Gabriel. Ele retorna com a mensagem divina, revelando em versos para as massas ansiosas que as deusas da cidade, Lat, Uzza e Manat, são de fato anjos. Mas ele não podia prever o efeito do anúncio: segue-se uma longa noite de terror e caos; muitas vidas são destruídas. Quando Mahound retorna de uma segunda viagem para encontrar o arcanjo, sua próxima revelação inverte a primeira, e ele afirma que os "versos satânicos" foram infiltrados pelo demônio na mensagem divina. É claro que tanto os versos satânicos quanto os angelicais saíram da mesma boca – a de Gabriel, que é revelado como anjo e Satanás ao mesmo tempo.

Não foi tanto essa ficção irreverente que enfureceu os muçulmanos em todo o mundo, mas a blasfêmia descrita de Maomé como o demônio

48. Originalmente publicado como SMITH, Neil. The Satanic Geographies of Globalization, Public Culture, Vol. 10, n. 1, 1997, pp. 169-189. Disponível em: https://read.dukeupress.edu/public-culture/article-abstract/10/1/169/31522/The-Satanic-Geographies-of-Globalization-Uneven?redirectedFrom=fulltext.

49. Tradução de Sandra Freitas Santos.

(Mahound), como devasso e possivelmente como homossexual. Isso, obviamente, levou a uma sentença de morte pública contra Rushdie, marcada por manifestações furiosas em vários continentes e forçando o autor a se exilar na clandestinidade. Logo após o exílio de Rushdie, todos nós fomos submetidos a uma peça de performance global, cortesia da *CNN* e do Pentágono, que foi escrita como uma guerra da Nintendo dos Estados Unidos contra o Iraque. Mais do que qualquer outra coisa, esses eventos solidificaram uma difamação dos árabes que equiparava o Oriente Médio, o Islã, os árabes e o terrorismo. Essa emulsão racista de geografia e identidade, política e religião atingiu um ponto alto com o julgamento do sheik Omar Abdel Rahman após o atentado ao World Trade Center e a conclusão assustadora, até mesmo do habitualmente moderado *New York Times*, de que o sheik liderava "um grupo acusado de conspirar para explodir a cidade de Nova Iorque".

Na atmosfera incendiária de bandos de linchadores que acompanhou esses eventos – de Nova Iorque e Bradford a Hebron e Teerã –, o poderoso motivo central do livro de Rushdie se perdeu um pouco, o que é uma pena. A história de Mahound de Rushdie oferece uma metáfora notável para certos aspectos do desenvolvimento global desigual que sucedeu a era pós-guerra e que é cada vez mais visceralmente evidente na década de 1990. Não há dúvida de que a linguagem da globalização, que capturou a imaginação do público desde o final da década de 1980, anuncia algumas mudanças importantes na economia política mundial, mas o transnacionalismo contemporâneo de bens e corpos, culturas e informações também representa uma continuidade forte com processos e padrões anteriores de desenvolvimento desigual. Em ambos os casos, a promessa de salvação econômica é sistematicamente mal traduzida na prática.

Modernização

Para grande parte do mundo além da Europa e da América do Norte, a promessa do capitalismo do pós-guerra foi revelada em uma palavra: desenvolvimento. Nas cinzas da Segunda Guerra Mundial, uma falange de organizações internacionais lideradas pelas Nações Unidas, pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional foi a que mais promoveu a promessa de desenvolvimento para as economias nacionais que compunham (na linguagem emergente da época) o Terceiro Mundo. Embora tenha tido

uma conotação política inicial – o termo foi cunhado pelo demógrafo socialista francês Alfred Sauvy, em 1951, no contexto de um movimento não alinhado emergente, e tinha a intenção de distinguir os Estados não alinhados (a maioria deles bastante pobres) dos campos políticos opostos da Guerra Fria do Primeiro e do Segundo Mundos – o *Terceiro Mundo* foi rapidamente apropriado para uma denotação aparentemente mais distanciada de subdesenvolvimento *econômico* em escala global. Se o desenvolvimento definiu a agenda para a mudança econômica global, a nomenclatura do Terceiro Mundo territorializou o problema; o que restava era delinear a arquitetura detalhada do desenvolvimento.

O discurso de desenvolvimento voltado para o Terceiro Mundo entre as décadas de 1940 e 1970 encontrou as causas do subdesenvolvimento em grande parte nas próprias nações do Terceiro Mundo, e não em suas relações políticas, econômicas e culturais mais amplas com o resto do mundo. Especificamente, a falta de desenvolvimento nos países do Terceiro Mundo foi atribuída, de várias formas, à tecnologia inadequada, ao atraso cultural e às instituições políticas e econômicas inadequadas e ineficientes. A solução, o caminho para o desenvolvimento, deveria ser encontrada na modernização: o fornecimento do que estava faltando, remédios para a ausência. As organizações governamentais globais iniciaram projetos de modernização destinados a introduzir a tecnologia e os métodos de produção ocidentais; o Banco Mundial patrocinou projetos de desenvolvimento e industrialização de recursos; as corporações norte-americanas e europeias expandiram as atividades de extração e fabricação; e a ONU e suas organizações afiliadas abordaram questões de educação, saúde, alimentação e saneamento como forma de introduzir práticas sociais modernas e ordem social (mais recentemente, projetos ambientais se juntaram a essa lista). A Operação Bootstrap, instigada pelos Estados Unidos em Porto Rico, foi apenas o projeto mais divulgado, mais ambicioso e mais explícito desse tipo, combinando vividamente um diagnóstico de culpabilização da vítima com uma exploração egoísta da mão de obra barata porto-riquenha para a produção de bens destinados ao mercado dos Estados Unidos.

O paradigma da teoria da modernização pode muito bem ter sido W. W. Rostow, que argumentou que todas as sociedades industriais modernas passaram por uma sequência de etapas estabelecida, levando à "decolagem econômica" e culminando em níveis estáveis de crescimento econômico em altas taxas de produção, consumo e prosperidade. Publicado em 1960,

o livro de Rostow, *The Stages of Economic Growth,* estabeleceu um pilar conservador da ideologia do desenvolvimento do Terceiro Mundo no pós-guerra, e seu subtítulo – *Um Manifesto Não Comunista*– tornou explícita a política por trás do discurso da modernização.[4] Mais do que qualquer outra, a teoria das etapas de Rostow expôs algumas premissas básicas da teoria da modernização. Em primeiro lugar, o desenvolvimento era uma questão econômica, e o desenvolvimento social estava amplamente subordinado ao desenvolvimento econômico. Em segundo lugar, o desenvolvimento econômico era sinônimo de desenvolvimento capitalista. Em terceiro lugar, o desenvolvimento das economias do Terceiro Mundo significava aprender as lições das economias industriais avançadas e seguir seu exemplo; o "Ocidente" havia sido o pioneiro do desenvolvimento moderno, e era loucura pensar que existia qualquer tipo de caminho independente, assim se descreve o manifesto. O Terceiro Mundo estava destinado a seguir essa sequência de etapas ou então fracassar. Quando entrei para a geografia na década de 1970, esses modelos de modernização e desenvolvimento gozavam do status de sabedoria convencional entre todos, com exceção de um punhado de descontentes, em sua maioria marxistas. Para os especialistas do Terceiro Mundo, a questão não era de endossar e promover a modernização do Terceiro Mundo, mas sim como esse bem inquestionável deveria ser alcançado: quais políticas seriam mais eficazes. A modernização era uma missão, assim como a cristianização havia sido para muitos colonizadores europeus do século anterior.

Não pretendo apresentar a teoria da modernização como monolítica ou inerentemente bem-sucedida. Para cada conservador como Rostow, havia teóricos da modernização mais liberais teóricos, até mesmo radicais, como Raul Prebisch, que, embora adotando criticamente muitas das premissas da teoria da modernização, também inspirou uma análise oposicionista do subdesenvolvimento na América Latina, que levou, nas décadas de 1960 e 1970, à teoria da dependência. De fato, é exatamente o ponto deste ensaio que a teoria da modernização acabou fracassando, pelo menos em termos ideológicos, e teve de ser reinventada como globalização.

É possível argumentar que, se os movimentos de independência nacional, os levantes políticos da década de 1960 e a oposição à Guerra do Vietnã começaram a corroer a viabilidade da teoria da modernização, o golpe mais fatal veio em 1979, com eventos distintos nos extremos opostos da Ásia. A modernização foi certamente desafiada, principalmente por teóricos e ativistas políticos do Terceiro Mundo, como Franz Fanon e Samir Amin,

que haviam se inspirado e sido inspirados pelos eventos da década de 1960. Mas em fevereiro de 1979, com a expulsão do Xá do Irã e o início de uma revolução sem precedentes *contra* a modernização, a parcialidade e a fragilidade do paradigma da modernização tornaram-se imediatamente óbvias na prática. O Irã, afinal, havia sido construído como o modelo do que seria a "decolagem" moderna para o Terceiro Mundo (literalmente, na medida em que a força aérea iraniana era a de ponta de sua industrialização militar). Junto com Israel, o Irã foi erguido pela benevolência do Congresso e do Pentágono como o porta-bandeira da modernidade na Ásia Ocidental. Se a antipatia dominante do Ocidente pelo Islã já estava bem estabelecida como parte de um orientalismo mais geral, acelerado pelo embargo de petróleo da Opep após a Guerra de Outubro de 1973, o antimodernismo descarado da revolução iraniana – finalmente desencadeada por uma greve de trabalhadores do petróleo, que retirou brevemente do mercado menos de 5% do petróleo mundial – fez mais do que qualquer outro evento recente para estabelecer o Islã no Ocidente como o inimigo natural da modernização progressiva. Depois de 1979, a modernização não podia mais ser pressuposta no Ocidente como uma agenda universal para o Terceiro Mundo. O fato de a crise do petróleo de 1979 ter sido um produto da escassez criada pelas empresas não diminui o simbolismo dramático do racionamento de petróleo – uma realidade diária crônica na maior parte da Ásia, África e América do Sul – nos próprios Estados Unidos. Econômica, política e culturalmente, o feitiço da teoria e da prática da modernização estava se voltando contra o feiticeiro. Os Estados Unidos enfrentaram um globalismo alterado, sob o qual não podiam manter-se tão prontamente.

O ano de 1979 também foi quando a China, após a morte de Mao e o julgamento da Gangue dos Quatro, iniciou uma cautelosa "mercadificação" de sua economia. Isso ocorreu depois de três décadas de desenvolvimento que foi, em grande parte, se não completamente, fechado em relação ao mercado capitalista global. Com um enorme reservatório de mão de obra muito barata e um enorme mercado interno potencial de quase 20% da população mundial, a China rapidamente se tornou uma grande produtora e agora consumidora na economia mundial. De fato, em meados da década de 1990, o governo dos Estados Unidos, em resposta a uma cacofonia de reclamações corporativas, sentiu-se suficientemente ameaçado para promulgar enormes tarifas sobre uma ampla variedade de importações chinesas. A produção industrial chinesa para o mercado, tanto internacional quanto doméstico, está concentrada no sul da China, especialmente na

província de Guangdong, adjacente a Hong Kong, e o fim da liderança de Deng Xiaoping e a repatriação de Hong Kong à China em 1997 (apesar de seu capital financeiro ambivalente) inevitavelmente aumentaram a centralidade da China no mercado global (sem mencionar a desigualdade interna da própria China).

Se Immanuel Wallerstein é insensivelmente otimista quanto ao fato de que uma "revolução fracassada" de 1968 deu início a um novo período de crise capitalista, ainda assim, a década ou mais que vai do final dos anos 1960 até o final dos anos 1970, como muitos comentaristas sugeriram, marca uma ruptura significativa com as premissas e práticas do mundo pós-guerra. Pontuada não por meras "crises do petróleo", mas por uma série de crises e depressões financeiras e econômicas – a desvalorização da libra esterlina a partir de 1967 e a retirada do dólar do padrão-ouro quatro anos depois, a depressão global de 1973 a 1975 e a depressão mais profunda de 1978 a 1982, o surgimento dos Novos Países Industrializados (NICs) e a eclosão, após 1989, das econômicas soviéticas do Leste Europeu como possíveis participantes plenos da economia capitalista global – todas essas dimensões da reestruturação global substituíram, nas últimas três décadas, em grande parte, as premissas e práticas da modernização. Isso é verdade, apesar do caso chinês; embora a mercadificação da China desde 1979 seja muitas vezes, por motivos facilmente compreensíveis, chamada de modernização (dentro e fora do país), ela é, na realidade, um híbrido entre as premissas modernas tradicionais de "decolagem" econômica, que mantém algo de uma agenda social para a modernização, e o globalismo neoconservador no qual a privatização é a agenda social.

Globalização

Se em retrospecto a teoria da modernização pareceu uma farsa cruel, o que se seguiu revelou algo ainda mais cruel. E é nesse ponto que Rushdie fornece a metáfora apropriada. Pois, em seu fim, a mensagem otimista do discurso da modernização, que prometia desenvolvimento e prosperidade para o Terceiro Mundo, foi de fato diabolicamente mal traduzida na prática, levando ao que considero as geografias satânicas da globalização. O paradigma da modernização foi reinventado como globalização, mas ambos saem da mesma boca.

Desde a década de 1970, o Terceiro Mundo vem sendo reestruturado e deixou de existir. Por um lado, as várias economias dos NICs – Taiwan, Singapura, Coréia do Sul, Filipinas, Índia, Arábia Saudita, Kuwait, Brasil, Argentina, Chile, para citar apenas alguns – foram parcialmente integradas aos circuitos globais de produção e troca. Se a teoria da modernização pudesse apontar algum sucesso, seria nessas economias. E, no entanto, a modernização ambivalente de suas sociedades civis – a manutenção de regimes fortemente religiosos ou repressivos em muitos casos – incentivou a mudança de uma rubrica de modernização para o eufemismo geográfico *globalização*. Assim, na década de 1990, não apenas os sistemas de produção dessas economias, mas também seus sistemas financeiros operavam dentro da estrutura do capital global. De acordo com a *The Economist,* "baldes de dinheiro estrangeiro – cerca de US$40 bilhões, ou um quarto de todo o investimento em ações transfronteiriças – continua a se espalhar pelos mercados de ações emergentes dos países mais pobres do mundo". A globalização é tanto um roteiro para as diretorias corporativas dos Estados Unidos quanto uma estratégia para as economias nacionais, simultaneamente um diagnóstico e uma prescrição.

Mas a globalização encobre uma série de mudanças complexas na economia espacial global. Por um lado, ela implica uma hipermobilidade do capital, de modo que as fronteiras nacionais têm menos sucesso em impedir o fluxo de capital. Daí o Acordo de Livre Comércio da América do Norte, a União Europeia ou o menos conhecido, aprovado em 1994. Isso também implica uma rede muito mais densa de conexões internacionais do que existia anteriormente, de modo que a maioria das mercadorias não é mais produzida em um único local, mas representa a coleta de força de trabalho de vários locais, geralmente em países diferentes. E isso implica uma revolução virtual no transporte e nas comunicações, de modo que não apenas as mercadorias, mas também o dinheiro, as mensagens, as imagens e, o mais importante, as pessoas – podem ser transportadas pelo espaço de forma mais rápida e barata. A globalização da economia é, portanto, acompanhada, segundo muitos, por algo como uma globalização da cultura.

Há muitas variantes desses argumentos. Os mais otimistas estabelecem uma conexão clara entre a ascensão dos NICs, a implosão dos estados comunistas após 1989, a postura cada vez mais orientada para o mercado da China e a privatização neoconservadora que tomou conta da maioria das economias da Europa e da América do Norte e é cada vez mais exportada para a América Latina e a Ásia. "Não se engane", escreve um ex-secretário

adjunto do Tesouro durante o governo Reagan: "Uma revolução capitalista está varrendo o mundo". Podemos até dizer que é uma gentrificação global, pois os indesejáveis são deslocados em favor do capital. Observe a confiança dessa retórica da globalização, de modo que a linguagem do capitalismo está sendo recuperada não como epíteto, mas como emblema. Também vale a pena ressaltar que essa visão de uma política e economia globalizadas está fortemente vinculada a um senso ressuscitado de geografia e história, independentemente do ponto do espectro político de onde emana. Assim, a globalização também é amplamente concebida em termos de uma "compressão espaço-temporal".

Mas o que exatamente está sendo globalizado, e o que está sendo encoberto pelo termo globalização, que se encaixa tão facilmente em nosso léxico atual? Há, como muitos sugeriram, uma distinção importante entre internacionalização e globalização, mas há também uma distinção importante entre as diferentes formas de capital que hoje se diz serem globais. Um mercado mundial de commodities, extração e troca de mercadorias já estava amplamente estabelecido no século XIX – foi presumido nas críticas de Marx ao capitalismo – mesmo que interstícios significativos permaneçam (mesmo agora) apenas tenuamente conectados. Com relação ao capital financeiro, os rudimentos de um sistema global estavam claramente implantados na Primeira Guerra Mundial, mas foi preciso a depressão das décadas de 1920 e 1930 e a infraestrutura pós-guerra do FMI, do Banco Mundial e o acordo de Breton Woods para torná-lo realidade. A chamada crise da dívida do Terceiro Mundo do início da década de 1980 foi o resultado sintomático.

Se os mercados globais de capital financeiro e de commodities estavam em vigor para a expansão do pós-guerra, o mesmo não pode ser afirmado com tanta facilidade em relação ao capital de produção, ao trabalho e ao capital cultural. A despeito do surgimento do capital multinacional e do amplo tráfego internacional de matérias-primas, foi somente na década de 1970 que a produção em si começou a transcender as fronteiras nacionais que antes delimitavam os sistemas e regimes de produção em regiões específicas. Por um lado, a escala da produção competitiva em muitos setores da economia simplesmente ultrapassou os mercados nacionais. Assim, como Kevin Cox argumentou, "o que é considerado o resultado da hipermobilidade do capital pode ser simplesmente uma mudança na escala em que as divisões espaciais do trabalho são organizadas". Por outro lado, os componentes, como os da fabricação de automóveis, estavam mais disponíveis e mais baratos

fora das regiões industriais preexistentes. O "carro mundial" do início da década de 1980 que, embora de forma duvidosa, passou a simbolizar essa mudança para a produção global, na verdade, decorreu de considerações de escala e preço. Na medida em que foi bem-sucedida, a modernização no chamado Terceiro Mundo consistiu precisamente em cultivar as economias nacionais, seja por meio de políticas de polo de crescimento, substituição de importações ou (mais recentemente) produção de nicho para o mercado global.

Desde o final da década de 1970, o mundo testemunha um movimento global sem paralelo do trabalho. É claro que houve inúmeras migrações internacionais no passado, mas não há nenhum período comparável em que essa fluidez do trabalho tenha afetado as economias culturais de seis continentes. Longe de ser coincidência, esses movimentos trabalhistas contribuíram para a globalização econômica, pois novas combinações de mão de obra barata ou especializada facilitam a expansão da produção em locais específicos, mas também resulta claramente da desestruturação social provocada por essa expansão. Se a mobilidade sem precedentes do trabalho dá credibilidade às alegações de uma certa cultura, é importante lembrar que a globalização do capital cultural também está intimamente ligada à expansão das tecnologias de comunicação e, portanto, ao impulso para a acumulação econômica.

Igualmente importantes são as conexões entre as dimensões econômicas e culturais da globalização, de um lado, e a política neoliberal de ajuste estrutural, privatização e desregulamentação, de outro. Centrada no Estado-nação, uma certa congruência geográfica entre as atividades econômicas e políticas caracterizou o desenvolvimento do capitalismo desde o século XVIII até o pós-guerra. A globalização inaugura a recessão sistemática dessa congruência geográfica à medida que mais capitais de tamanho cada vez menor descobrem que é possível pular as fronteiras nacionais que definiam os territórios dos estados. De fato, eles se veem obrigados a pular escalas em prol da sobrevivência competitiva e, como resultado, os governos nacionais se tornam cada vez menos dispostos a regular o capital, por medo da fuga de capitais. Aqui, novamente, a globalização econômica e social alimenta-se mutuamente: os governos nacionais da Europa e da América do Norte, sob forte pressão dos concorrentes econômicos emergentes e existentes no final da década de 1970, estavam cada vez menos dependentes de uma força de trabalho interna, de baixos salários e de reserva, que era mais dependente de assistência social e serviços sociais. Os estados de bem-estar social que

haviam sido erguidos no início do século, precisamente como um meio de garantir uma força de trabalho e evitar sua revolta, agora podiam ser desmantelados, pois as fontes, os custos e as funções da reprodução social também foram radicalmente globalizados. A privatização pode ter sido um compromisso ideológico, mas também foi uma resposta desesperada à globalização econômica por parte dos governos conservadores. As crises provocadas pela privatização e pelos cortes massivos nos serviços sociais são a face *social* da globalização do capital.

Tudo isso está bem explícito na visão global de um ex-secretário adjunto do Tesouro dos Estados Unidos:

> Em uma economia global, o capital fluirá para as áreas em que os retornos são mais altos e se afastará daquelas em que é atacado por impostos, regulamentações e responsabilidades civis. . . . Se os EUA, um estado de bem-estar social que se tornou mole e gordo, quiserem sobreviver em um mundo pós-socialista competitivo, deverão privatizar a Previdência Social e a assistência à saúde, abolir o bem-estar e parar de tributar o capital humano e físico.

Três conclusões podem ser tiradas desses argumentos. Em primeiro lugar, e de forma mais óbvia, a globalização representa uma agenda tanto política quanto econômica. Em segundo lugar, se essas pressões são sentidas de forma tão intensa nos Estados Unidos, uma das economias mais isoladas do mundo justamente por sua centralidade na escala global, quão mais intensa deve ser a pressão da globalização nas economias que não têm esse isolamento. Terceiro, na medida em que a globalização provoca compressão espaço-temporal, industrialização periférica e fluxos de capital para locais de maior retorno, ela expressa uma tendência central no desenvolvimento desigual das economias capitalistas. Essa tendência à *equalização* geográfica dos níveis e condições de produção social é um corolário espacial da teoria de Marx sobre a acumulação de capital e a equalização da taxa de lucro. Lembre-se da observação de Marx de que o capital "exige em todas as esferas de produção igualdade nas condições de exploração do trabalho", de que o capital provoca uma "anulação do espaço pelo tempo" ou de sua previsão, até o ponto em que a Índia se desenvolveria em um nível semelhante ao da Grã-Bretanha capitalista. Embora a expectativa em relação à Índia e a outras economias "atrasadas" tenha sido dramaticamente equivocada, na

medida em que Marx não previu a rigidez com que as fronteiras nacionais e coloniais seriam defendidas contra os concorrentes – externos e internos –, o surgimento dos países recém-industrializados desde a década de 1970 também sugere que uma lógica de equalização profundamente arraigada, embora nunca incontestada, ainda opera, mesmo que parcialmente.

No entanto, essa atração de algumas economias subdesenvolvidas pela pedra angular global do capital tem sido acompanhada, desde a década de 1980, por uma expulsão virtual de outras economias, muito mais dramática do que mesmo sob a égide da modernização. Essa expulsão passou praticamente despercebida, mesmo que a consequente destruição sem precedentes da vida cotidiana tenha sido registrada de forma irregular. Da fome no Sahel de 1968 a 1974, ao genocídio na África Central que começou em Ruanda (e, em menor escala, no Burundi), em 1994, e se espalhou para o Zaire, em 1997, a África Subsaariana sofreu o impacto do que nós, acadêmicos, chamamos educadamente de globalização ou reestruturação global. O acesso negado a mais do que uma gota de capital nos mercados globais, mas condenada a resolver as consequências locais de um aventureirismo global anterior das potências coloniais, grande parte dessa região vivenciou a mensagem da modernização e da globalização de forma mais cruelmente satânica. A promessa de prosperidade em troca de ajustes estruturais trouxe o obverso do desenvolvimento social, o ponto fraco da globalização.

Em retrospecto, podemos ver a fome no Sahel e as fomes crônicas na Etiópia e no Sudão que duraram até a década de 1980, como o anúncio do início de um novo episódio na história da África Subsaariana. A brutal *guetificação* da África Subsaariana na economia global tem muitos lados. Tem sido marcada pela produção e manutenção de extrema escassez; por vezes lutas sociais cruéis pelo acesso ao lugar e ao poder; a cristalização rígida de identidades étnicas, de classe e regionais; governos pós-coloniais repressivos e muitas vezes corruptos construídos com base na exploração da escassez e apoiados pelo poder militar; e guerra em praticamente todos os estados nas últimas duas décadas. Tampouco as conexões mais diretas e mais densas conexões com a economia global trazem imunidade; Nigéria e África do Sul foram, de diferentes maneiras, fundamentais para a penetração do capital na África Subsaariana, mas as populações de ambas pagaram caro no processo.

Ao fazer alusão a essa ladainha de horror no verdadeiro gueto do capital global, é importante mantermos a perspectiva. A tentação de ver esse caos como algo além da compreensão e sem precedentes na história mundial não foi evitada pelos apocalípticos de direita. Assim, em um artigo amplamente divulgado com um livro a ser lançado, o escritor de viagens Robert Kaplan apresenta, do ponto de vista da África Ocidental, "um retrato do mundo como tal como está se tornando, um mundo em que a disfunção social, política e ambiental sem precedentes constitui o tecido da vida cotidiana". Entre as gangues de rua de adolescentes de Abidjan, na Costa do Marfim, Kaplan acha que teve "um gostinho sinistro de como as cidades americanas poderão ser no futuro" – a menos que, como se deduz, os Estados Unidos intervenham para acabar com o caos ou, pelo menos, contê-lo. A "ameaça" atual é a da "natureza sem controle". "Para entender os próximos cinquenta anos", sugere Kaplan, "é preciso entender a escassez ambiental, o choque cultural e racial, o destino geográfico e a transformação da guerra". Em outros lugares, é o "tribalismo" e o "homem re-primitivizado" que parecem representar o maior perigo.

De forma previsível, talvez, Kaplan reserve uma desaprovação racista especial para o bicho-papão da modernização, o Islã: "uma onda de Islã […] corroerá a legitimidade e as fronteiras [dos estados árabes] nos próximos anos". "Israel", diz ele, "está destinado a ser uma fortaleza étnica judaica em meio a um vasto e volátil reino do Islã", no qual "a violenta cultura jovem das favelas de Gaza pode ser um indicativo da era vindoura". Como que para provar a regra, ele cita a exceção da "cultura muçulmana turca", que, segundo ele, simboliza "o esforço do homem". Na Turquia, "o Islã está dolorosamente e desajeitadamente forjando um consenso com a modernização, uma tendência que é menos aparente nos mundos árabe e persa (e praticamente invisível na África)". Como ordenado pela mistura de geografia e cultura, os turcos, para Kaplan, são os "negros domésticos" islâmicos da Europa.

O caos social em grande parte do mundo subdesenvolvido é real, mas o novo determinismo ambiental de Kaplan, que sustenta um virtuoso sobrevivencialismo global – uma leitura fácil no novo Congresso – é uma causa, não uma solução. É preciso lembrar que a guerra mais mortal do século XX envolveu principalmente o "tribalismo" europeu, com um custo de 30 a 45 milhões de vidas; que um único ato de "primitivismo" dos Estados Unidos em Hiroshima matou cerca de 135 mil pessoas (e que o Congresso dos Estados Unidos conseguiu impedir até mesmo uma discussão pública sobre *este* genocídio, por meio do Instituto Smithsonian, no ano de seu

quinquagésimo aniversário); que o ecocídio sem precedentes no deserto do Iraque foi feito pelos Estados Unidos; e que o holocausto muito verdadeiro em Ruanda não se igualou à escala do genocídio nazista contra judeus e comunistas, gays e viajantes.

Nesse contexto, faz sentido pensar na história recente da África Subsaariana em termos um pouco diferentes. De fato, desde a descolonização, aquela região da África foi submetida a um curso intensivo sobre os aspectos mais perversos do capitalismo de livre mercado, ao mesmo tempo em que lhe foi negado, em grande parte, qualquer um dos benefícios, pois o que é notável nas últimas duas décadas nessa região é sua expulsão sistemática virtual do capitalismo, apesar da ideologia da modernização. Assim, do início e em meados da década de 1980, quando a "dívida do Terceiro Mundo" liderava a lista de crises econômicas na imprensa "ocidental", o silêncio absoluto sobre a dívida subsaariana revelou em alto e bom som que essa região era pobre demais até mesmo para se dar ao luxo de ter um endividamento em nível latino-americano. Na década de 1980, os quatorze países da África Subsaariana (excluindo África Ocidental e África do Sul) acumularam uma dívida de apenas 4,8 bilhões de dólares com os Estados Unidos (a título de comparação, o Estado de Nova Iorque teve um déficit orçamentário de quase 5 bilhões de dólares em seu orçamento de 1995-1996, e a Universidade de Harvard tem um fundo patrimonial de 5,2 bilhões de dólares). Além disso, entre 1990 e 1993, a dívida externa total aumentou em apenas 1,4% ao ano. Com relação ao investimento, os empreendimentos privados em todo o continente africano caíram 25% na década de 1980 e caíram ainda mais na década de 1990, pois o capital foi desviado para algumas partes da Europa Oriental. O ano de 1989 pode ter sido um triunfo para o capitalismo, segundo alguns relatos, mas foi uma sentença de morte para muitos na África. Na linguagem anêmica do *New York Times*, "A comunidade empresarial internacional decepcionou amplamente os especialistas em desenvolvimento". Mali, para citar apenas um exemplo, não consegue atrair capital para ajudar a financiar uma nova corporação de energia, mesmo quando empresas americanas, canadenses e australianas se empenham para extrair ouro, diamantes e petróleo do país. "A esperança deles", continua o relatório, "é o tipo de extração rápida de riqueza que levou ao desencanto inicial do continente com o capitalismo". Como parte da reestruturação da economia global nas décadas de 1980 e 1990, a África Subsaariana foi sem cerimônia relegada a segundo plano nos mercados financeiros globais.

Essa estratégia de relegação não se restringe à economia privada nem, de fato, à África. No início da década de 1990, os governos britânico e francês anunciaram cortes na ajuda externa à África e, em 1994, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (AID) começou a fechar missões nos países mais pobres. A AID é a principal agência dos Estados Unidos encarregada de fornecer ajuda para projetos de desenvolvimento no exterior: seu orçamento total de ajuda em 1995 foi de 13,7 bilhões de dólares; sua reputação generalizada a classifica como uma agência política que desembolsa incentivos econômicos para fins políticos e que abriga agentes da CIA no exterior. Desde 1989, tem canalizado grandes quantidades de ajuda para a Europa Oriental e, consequentemente, em 1993, decidiu cortar operações em 21 países na África, Ásia e América Latina. Esses países incluem alguns dos mais pobres do mundo. A lista foi encabeçada pela África Subsaariana: Burkina Faso, Botsuana, Camarões, Cabo Verde, Chade, Costa do Marfim, Lesoto, Togo e Zaire. Este último foi destacado por sua ditadura de trinta anos (embora apoiada pelos Estados Unidos) e pelo fato de a renda *per capita* ter caído de 710 para 210 dólares desde 1977. Omã, Tunísia, Afeganistão, Tailândia e as Ilhas do Pacífico Sul também estavam na lista, juntamente com o Paquistão, que foi explicitamente apontado como um estado islâmico que estava desenvolvendo uma capacidade atômica. Belize, Chile, Costa Rica e Uruguai também foram incluídos. Por pouco a AID não foi abolida pelo Congresso de Gingrich em 1995, que, no processo, foi explícito acerca da função política clientelista da organização, agora obsoleta, na guerra fria, como barril de carne suína global.

Em contrapartida, o Banco Mundial e o FMI descobriram, desde o início da década de 1980, que podiam subornar quase 20% das economias nacionais do mundo para que se submetessem a programas de "ajuste estrutural" de redução da dívida e privatização do mercado. Isso levou a vários motins contra o FMI, como passaram a ser chamados, após uma revolta em Kingston, Jamaica, que visava diretamente ao programa de austeridade do FMI. Mas também levou a algo pior. Desde pelo menos 1978, o Banco Mundial financia consistentemente projetos de desenvolvimento multimilionários em Ruanda, passando por cima das objeções de antropólogos e outros que advertiram explicitamente que os projetos estabeleciam um sistema de patrocínio para os Hutus dominantes, ao mesmo tempo em que reduziam as áreas de pastagem e o acesso a outros recursos para os Tutsis. Longe de ser uma explosão imprevisível e inexplicável da chamada violência

tribal, o genocídio de Ruanda foi um resultado parcialmente previsível, de estratégias específicas de globalização aplicadas aos conflitos sociais que surgiram da administração colonial e pós-colonial.

A globalização, portanto, é apenas o último estágio do desenvolvimento desigual, sucedendo a era do pós-guerra, que durou três décadas. Dessa forma, a globalização aparece como uma forma cada vez mais pura de imperialismo. Muito diferente do imperialismo liderado pelas colônias que inaugurou o século XX, a globalização da cultura e do capital no final do século não ocorre por meio dos ditames das administrações coloniais, das preferências comerciais coloniais ou mesmo da ameaça iminente de retaliação militar pela não cooperação. Essa última não desapareceu, é claro, como Granada, Panamá, Haiti, Líbia e Iraque descobriram nas duas últimas décadas do século, mas mesmo no caso do Iraque, a estratégia militar foi um meio bastante temporário de garantir a adesão a uma "nova ordem mundial". O que era novo era a extensão sem precedentes em que a exploração imperial não mais emanava, em primeiro lugar, do controle político e militar, mas, sim, resultava da operação irrestrita do próprio mercado global.

Ao mesmo tempo em que se aceita que a globalização é mais do que um estratagema de economistas corporativos e professores de escolas de negócios em busca de uma nova racionalização das formas de exploração existentes – uma verdadeira mudança no funcionamento do capitalismo global está em andamento –, também seria um erro seguir esses mesmos especialistas ao presumir que a globalização marca, para todos os efeitos, o fim da geografia. No mínimo, essa é a visão radicalmente etnocêntrica daqueles que se acham na cabine de comando da globalização. Seja qual for a mistura de legado colonial cúmplice e de *redlining* econômico, inépcia pós-colonial e visão econômica global venal que nos trouxe até o presente, essas geografias satânicas da pós-modernização revelam, em seu âmago, as grotescas características do capital global, pois contra a tendência perfeitamente evidente de equalização dos níveis e condições de produção, há uma de produção, há uma tendência contrária igualmente importante, rastreável à divisão contínua de trabalho e capital, em direção à diferenciação geográfica do espaço global. A reestruturação global das décadas de 1980 e 1990 não encarna tanto um nivelamento dos níveis de desenvolvimento social e econômico em todo o mundo, quanto um aprofundamento e uma reorganização dos padrões existentes de desenvolvimento geográfico desigual.

O século do desenvolvimento desigual

Até agora, a questão do desenvolvimento desigual contemporâneo tem sido colocada aqui em termos dicotômicos de equalização *vis-à-vis* diferenciação: poderosos centros de controle globalizados da economia mundial inextricavelmente cúmplices das geografias de impotência e expulsão. Essa visão é suficientemente real no que diz respeito ao seu alcance. Sublinho-a aqui porque penso que, por mais de uma década, a busca por uma política de assuntos globais na esquerda tem se concentrado nas linhas de falha culturais, discursivas e sociais da diferença e que, atualmente, a conexão entre as análises econômicas políticas e esse novo e empolgante trabalho é desnecessariamente tênue. No entanto, existem apenas os rudimentos de uma análise da reestruturação geoeconômica que acompanha a globalização. Não me aprofundei nos contornos altamente marcados pelo gênero da reestruturação global nem, aliás, na reestruturação de classe que está em andamento. Na verdade, também não observei a dramática reinscrição da raça que acompanhou a valorização econômica, a elevação do Islã o inimigo global número um, as migrações asiáticas em larga escala ou o fim da Guerra Fria. E o que dizer da reapresentação das crises ambientais em escala global e da dramática cooptação da política ambiental – a redefinição corporativa do ambientalismo como um canal para a acumulação de capital? Por mais fora de moda que seja, quero ficar na escala global e tentar conectar as teorias existentes de desenvolvimento desigual com a reestruturação implícita na globalização.

Vou começar retomando um fio teórico solto. Provavelmente, terei deixado a impressão de que Marx, com sua expectativa de uma equalização global das condições e dos níveis de desenvolvimento nas mãos do capital, foi um teórico da modernização antes de seu tempo. Ele certamente parecia esperar que uma certa uniformidade de desenvolvimento acompanhasse o fim do capitalismo. Rosa Luxemburgo levou esse argumento à sua conclusão lógica, sugerindo que, quando a capitalização do globo estivesse geograficamente completa, o capitalismo estaria economicamente e socialmente completo e necessariamente se afundaria. Bill Warren fez uma defesa vigorosa de Marx como teórico da modernização. Mas essa linha de argumentação é intrinsecamente muito grosseira e, no fim das contas, inútil. Em primeiro lugar, a visão de Marx sobre a globalização se restringia em grande parte ao sentido de um mercado mundial de *commodities*.

Antes de mais nada, Marx esperava que aquilo que ele chamou de países atrasados fossem integrados à economia mundial principalmente como *mercados* para produtos manufaturados capitalistas. Isso exigiria que o reservatório de novos consumidores globais tivesse acesso a valores mais altos de renda, o que implicaria salários mais altos, pois, caso contrário, os produtos importados não seriam acessíveis: a equalização seria conduzida pela mercadificação. Obviamente, esse não é o caminho que o "desenvolvimento do subdesenvolvimento" tomou. Marx subestimou gravemente o poder econômico das fronteiras político-territoriais e a diferenciação das taxas salariais que poderiam ser impostas – politicamente ou por meio do mercado – entre os Estados-nação, pois, em vez de um reservatório de consumidores, o mundo subdesenvolvido tornou-se, no século passado, mais um reservatório de mão de obra barata (usada apenas de forma esporádica até a década de 1970), contradizendo completamente as expectativas de Marx.

Em outras palavras, o atual padrão fluido de desenvolvimento desigual representa uma solução espacial sempre fugaz para uma contradição econômica inerente às relações sociais do capital. Em meio a todo o discurso atual sobre os mercados globais, é preciso lembrar que a expansão do capital em geral e dos capitais individuais em particular depende, em última instância, de encontrar uma força de trabalho ampliada, a despeito dos desenvolvimentos tecnológicos, e é isso, mais até do que a busca por mercados, que tem direcionado o desenvolvimento desigual nas últimas duas décadas: a industrialização de várias economias do antigo Terceiro Mundo tem sido dramática. Como solução para o problema da mão de obra, várias economias subdesenvolvidas foram convidadas, a contragosto, a participar de uma cidadania condicional dentro do complexo do capital global, ainda que os muros do complexo estejam mais intransponíveis. Ao mesmo tempo, o nível de migração global para os centros de produção estabelecidos é de produção sem precedentes, mesmo quando a proliferação das chamadas subclasses nesses mesmos centros, atinge as geografias satânicas locais do núcleo. O conflito social e político assim encenado foi claro para todos verem nas ruas do centro sul de Los Angeles durante o que Mike Davis descreve como "o primeiro levante multicultural da história recente dos Estados Unidos". A resolução da dialética central do desenvolvimento desigual – a disputa entre os processos de equalização e diferenciação – torna-se, assim, ainda mais intensamente geográfica: como

um sintoma da globalização, as guerras geoeconômicas surgem em tudo, desde a escala global até a local.

Em retrospectiva, pode fazer sentido pensar no século XX como o século do desenvolvimento desigual por excelência. À primeira vista, essa afirmação pode parecer estranha: quando foi que a economia mundial testemunhou um desenvolvimento uniforme? Mas quero dizer algo mais específico aqui. No início do século, no período entre a década de 1880 e o final da Primeira Guerra Mundial, ocorreu uma transição fundamental na produção global do espaço. Ao contrário das expectativas de Rosa Luxemburgo (e de Marx), a conjuntura de expansão econômica e geográfica, que havia caracterizado o capitalismo global centrado na Europa, foi desmantelada. Figuras tão diversas quanto Vladimir Lenin e Cecil Rhodes, e os geógrafos Isaiah Bowman, Halford Mackinder e Alexander Supan, todos entenderam, de maneiras diferentes, que com o mundo completamente dividido entre os Estados-nação modernos distintos (e suas colônias), a expansão econômica deixou de estar ligada tão diretamente ao território. A partir de então, a expansão *econômica* absoluta envolveria a expansão geográfica *relativa* de um lugar em relação a outro – a constante divisão e redivisão do mundo – mais do que uma expansão geográfica absoluta. A partir desse período em diante, a desigualdade do desenvolvimento capitalista foi impulsionada menos pela diferença entre as economias capitalistas e as sociedades "atrasadas" (ou seja, pré-capitalistas) que estavam fora do mercado global do que pela *desigualdade inerente à lógica da acumulação de capital.*

Tendo como pano de fundo essa geografia econômica distinta do século XX, como podemos conceber a transição ainda incompleta da aparente estabilidade do fordismo do pós-guerra? Em primeiro lugar, é preciso lembrar que o globalismo liderado pelos Estados Unidos em meados do século sempre foi incompleto. A revolução russa, os regimes stalinistas da Europa Oriental após 1945 e a revolução chinesa severamente circunscreveram (mas não cortaram totalmente) o acesso do capital a esses lugares e populações. Com todas essas economias agora lutando para ter acesso ao mercado global, a reestruturação atual está ocorrendo sob um conjunto ampliado de condições geoeconômicas. A industrialização significativa de muitas economias da Ásia e da América Latina, a entrada da China no mercado global depois de 1979 e as tentativas agressivas de capitalizar as economias soviéticas e do Leste Europeu desde 1989 não alteram fundamentalmente a dialética central do desenvolvimento

desigual, mas a levam ao seu limite. O dilema da força de trabalho em relação ao capital é reapresentado novamente: o fluxo de capital para os espaços econômicos de menor resistência, onde os custos de mão de obra inicialmente baixos lubrificaram a integração parcial dos NICs nos circuitos centrais da economia global, criou, por sua vez, uma pressão recíproca para aumentar os salários nessas mesmas economias, seja por causa das demandas e da organização dos trabalhadores (por exemplo, na Coreia do Sul ou no Brasil) ou por causa da concorrência de novos NICs com salários ainda mais baixos que estão construindo nichos no mercado global. Assim, desde meados da década de 1980, essas primeiras NICs foram prejudicadas e não são mais os locais preferidos quando a mão de obra barata é a principal consideração. Singapura, Taiwan, Hong Kong e Coreia do Sul agora cada vez mais perdem para a intensa concorrência dos vizinhos asiáticos com salários mais baixos, como Malásia e Tailândia, e, ao mesmo tempo, exploram essas economias para produção auxiliar em eletrônicos, têxteis e outros setores industriais. Agora, no entanto, diferentemente dos períodos anteriores de expansão, a Rússia, a China, a Europa Oriental e as ex-repúblicas soviéticas estão disponíveis para capitalização. Se a expansão da economia global exigir novamente a colonização de economias de mão de obra barata, como aconteceu com os NICs após a década de 1960, a escolha de locais se expandiu drasticamente. A contradição da equalização e da diferenciação não é tão resolvida quanto deslocada – literalmente – para ser recolocada em outro lugar.

Essa expansão do espaço global do capital é uma má notícia para grande parte da África e para muitas comunidades da Ásia e da América Latina. Em primeiro lugar, ela torna ainda mais viável o *redlining* da África. J. Brian Atwood, administrador da USAID, continua a exalar o otimismo evolutivo da teoria da modernização: "A África é hoje o que os mercados da América Latina e da Ásia eram há uma década. É o último grande mercado em desenvolvimento". No entanto, em outros lugares da economia global, a realidade da *redlining* africana é suficientemente compreendida para que a "africanização" seletiva seja um espectro iminente até mesmo para economias asiáticas e latino-americanas relativamente prósperas que lutam para deslocar a desvalorização e o desinvestimento para outros lugares. Por exemplo, esse fenômeno mal apareceu nos debates mexicanos sobre o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta). Para os capitalistas mexicanos mais esclarecidos, a perspectiva do Nafta não era simplesmente

que o acordo comercial atrairia investimentos maciços de capital do Norte e abriria as fronteiras do Canadá e dos Estados Unidos. Eles previram que o Nafta também aumentaria os salários mexicanos, embora acompanhando, em vez de liderar, os aumentos de preço e produtividade, expandindo assim o mercado mexicano. A desvalorização do peso em 1995 trouxe um duro disciplinarização global dos salários mexicanos – a "africanização" é mais temida no México do que em outros lugares –, mas a continuidade do Nafta poderia muito bem exercer uma pressão significativa de aumento dos salários em *alguns* setores da economia mexicana. Enquanto isso, os oponentes, liderados pelos zapatistas, entenderam duas coisas: primeiro, qualquer aumento salarial seria, na melhor das hipóteses, setorial, com relativamente poucas migalhas para os camponeses de Chiapas. Em segundo lugar, e isso é crucial, ao contrário do Leste Asiático, o México já teria acesso privilegiado ao enorme mercado da América do Norte, e os capitalistas mexicanos teriam um incentivo menor para aumentar os salários e, assim, criar um mercado interno em casa. Sob esse ponto de vista, as perspectivas para o México parecem bastante difíceis: ou se mantêm os baixos salários, através de meios repressivos, se necessário, ou a prosperidade parcial no México será acompanhada por um deslocamento geográfico massiva da zona Maquilladora para a fronteira com a Guatemala, a nova fronteira sul do núcleo capitalista.

Mas não é apenas para o México que a expansão dos mercados de trabalho globais para o antigo bloco soviético é uma má notícia. No centro-sul de Los Angeles, em Belleville, no norte de Paris, ou no interior de Portugal, os mercados de trabalho cada vez mais globalizados ameaçam "africanizar" as economias e as comunidades locais de uma forma sem precedentes até a década de 1970. Com a concorrência salarial cada vez mais transnacional e a erosão das provisões de bem-estar social do Estado, a economia global é cada vez mais eficiente na eliminação de espaços redundantes de acumulação: a flexibilidade do investimento e das opções de mercado é acompanhada por uma flexibilidade totalmente nova em desinvestimento e abandono.

Além de tudo isso, a atual fase de expansão global é caracterizada por uma disjunção geográfica sem precedentes entre produção e consumo, entre trabalho e mercado. Ainda na década de 1970, era possível presumir que a industrialização dos NICs traria consigo um mercado doméstico expandido. O desenvolvimento da produção taiwanesa teria sido inconcebível sem o desenvolvimento paralelo de um grande mercado

consumidor para muitas das mercadorias que estavam sendo produzidas. Hoje, no entanto, o desenvolvimento de mercados pode ser separado com mais sucesso (embora nunca completamente) do desenvolvimento da produção, o que torna as economias hospedeiras excepcionalmente vulneráveis à globalização.

Em escala global, a Ásia e a América Latina encontram-se atualmente na cúspide dessa contradição entre equalização e diferenciação na economia global. Há muitos exemplos de economias nacionais e locais que estão sendo atreladas ao capital global e de outras que estão sendo efetivamente abandonadas. As favelas do Rio de Janeiro e as favelas que circundam Mumbaisão, uma geografia tão satânica da globalização quanto a África Subsaariana como um todo, apesar de uma boa porcentagem de seus moradores trabalharem e viverem em parte no interior e em parte às margens do capital global. Nada está totalmente excluído da economia global, é claro, mas muitos lugares e pessoas até agora provaram ser substituíveis de forma flexível.

As geografias satânicas do desenvolvimento desigual representam, portanto, uma espacialização impressionante das relações de classe e raça, gênero e nacionalidade que fazem da produção global um processo social. Tal como na história de Rushdie, o erro de tradução da promessa de prosperidade para a privação selvagem imposta a tantas pessoas pela modernização e pela globalização não resulta tanto de um hiato entre a teoria e a prática, mas é endêmico à própria mensagem. As geografias satânicas do presente têm uma representação cada vez mais fiel da própria mensagem – a prosperidade e a pobreza contraditórias, que resultam da exploração capitalista do trabalho. O desenvolvimento desigual propriamente dito é cada vez mais a marca registrada da geografia global do século XX.

Conclusão

Desde a década de 1970, é como se a geografia relativamente estável do capitalismo do pós-guerra tivesse sido espalhada como muitas peças de quebra-cabeça. Estamos agora no processo de juntar as peças novamente, tanto conceitualmente quanto na prática. Se no período pós-guerra a disjunção entre expansão econômica e geográfica levou à lisonja ociosa de que a economia global estava, de alguma forma,

além da geografia, os últimos vinte anos levaram a uma reafirmação bastante visceral da geografia na economia global. A extraordinária fluidez do capital hoje em dia é, portanto, comprada pela fixação de quantidades extraordinárias de capital, imobilizadas nas estruturas e infraestruturas de produção e circulação – a produção de um ambiente construído que está fixo em um lugar para além do que seria reconhecível no início do século. O global se torna um produto do local, assim como o local é refeito pelo global. Se a modernização foi subsumida pela globalização, tanto na prática quanto ideologicamente, sabemos que ambas emitem da mesma fonte: as lógicas específicas do desenvolvimento capitalista desigual.

Para concluir, gostaria de voltar a Rushdie – de fato, à epigrama que ele escolheu para anunciar o livro. Lá ele cita outro grande satírico do capital, Daniel Defoe, que, em *The History of the Devil*, escreve:

> Satã, confinado assim à instável condição de vagabundo, sem rumo, não possui morada certa; pois embora tenha, como consequência de sua natureza angélica, uma espécie de império na vastidão líquida ou no ar, decerto faz parte de seu castigo não ter […] um lugar em que possa pousar a sola do pé.

Em outras circunstâncias, eu teria considerado retorica e politicamente imprudente concluir fazendo uma comparação entre o capital e Satanás. Mas o Mahound de Rushdie era um homem de negócios, afinal de contas. Mais especificamente, talvez, tempos de desespero exigem medidas desesperadas, tanto ideológicas quanto práticas, e isto pode, pelo menos, oferecer uma alternativa a grande parte da literatura sobre desenvolvimento radical que não vê para além do capital. A diferença entre Satanás e o capital, é claro, é que, por mais líquido que seja o império do capital global, a acumulação não pode prosseguir sem que o capital caia do céu, pousado na terra e assuma, pelo menos por algum tempo, uma forma fixa, um espaço onde possa descansar a sola do pé. E em sua fixação, o capital está em sua maior vulnerabilidade. O trabalho, por outro lado, estará mais forte quando a organização internacional puder igualar a fluidez e o alcance global do capital.

Notas

1. BLUMENTHAL, R. Tangled Ties and Tales of FBI Messenger. *New York Times,* January 9, 1994.

2. WORSLEY, Peter. How Many Worlds? *Third World Quarterly* 1 (1979): 100-108.

3. As such, these social projects continued an old colonial tradition. See, for example: MAYNE, A. J. C. *Fever, Squalour and Vice*: Sanitation and Social Policy in Victorian Sydney. St. Lucia: University of Queensland Press, 1982; THOMAS, N. Sanitation and Seeing: The Creation of State Power in Early Colonial Fiji. *Comparative Studies in Society and History* 32, 1990, p. 149-170.

4. ROSTOW, W. W. *The Stages of Economic Growth*: a Non-Communist Manifesto. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

5. See, e.g.: SOJA, Edward. *The Geography of Modernization in Kenya.* Syracuse, N.Y.: Syracuse University Press, 1968.

6. See, e.g.: FANON, Frantz. *The Wretched of the Earth.* New York: Grove Press, 1965; AMIN, Samir. *Unequal Development.* New York: Monthly Review Press, 1976; FURTADO, Celso. *Development and Underdevelopment.* Berkeley: University of California Press, 1964; FRANK, Andre Gunder. *Capitalism and Underdevelopment in Latin America.* New York: Monthly Review Press, 1967. It is worth noting that only by ignoring or relegating these and related works can Escobar premise his study with the claim that the development "discourse" was total, engulfing even its critics (ESCOBAR, Arturo. *Encountering Development.* Princeton: Princeton University Press, 1995).

7. SMITH, Richard. The Chinese Road to Capitalism. *New Left Review* 199 (1993), p. 55-99; SMITH, Richard. Creative Destruction: Capitalist Development and China's Environment. *New Left Review* 222 (1997), p. 3-41; ZHAO, Bin. Consumerism, Confucianism, Communism: Making Sense of China Today. *New Left Review* 222 (1991), p. 43-59.

8. WALLERSTEIN, Immanuel. 1968 and the World Revolution. *In: Geopolitics and Geoculture.* Cambridge: Cambridge University Press, 1991, p. 65-83.

9. *The Economist*, January 8, 1994, 16.

10. This term came to public prominence following the publication and discussion around: BLUESTONE, Barry and HARRISON'S, Bennett. *Deindustrialization*. New York: Random House, 1982.

11. Cf.: The "need of a constantly expanding market for its products chases the bourgeoisie ove the whole surface of the globe. It must nestle everywhere, settle everywhere, establish connections everywhere." MARX, K. and ENGELS, F. *The Communist Manifesto.* New York: Appleton Century Crofts, 1955, 13.

12. See the discussion *in:* FEATHERSTONE, Michael (ed.). *Global Culture*: Nationalism, Globalization and Modernity. London: Sage, 1990; andCASTELLS, Manuel. *The Informational City.* Oxford: Basil Blackwell, 1989; CASTELLS, Manuel. *The Rise of Network Society.* Oxford: Basil Blackwell, 1996; APPADURAI, Arjun. *Modernity at Large.* Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

13. ROBERTS, Paul Craig. The G.O.P. contract is too mild. *New York Times*, December 3, 1994.

14. HARVEY, David. *The Condition of Postmodernity.* Oxford: Basil Blackwell, 1989.

15. COX, Kevin. The Politics of Globalization: a Sceptic's View. *Political Geography* 11 (1992), p. 428.

16. SASSEN, Saskia. *The Migration of Labour and Capital.* Cambridge: Cambridge University Press, 1988; Appadurai, *Modernity at Large*.

17. ee, for example: KATZ, Cindi. Textures of Global Change: Eroding Ecologies of Childhood in New York and Sudan. *Childhood* 2 (1994), p. 103-110.

18. Roberts, G.O.P. contract.

19. *Capital*, v. 1. New York: International Publishers, 1967, p. 397. For a development of this argument about equalization, see: SMITH, Neil. *Uneven Development*: Nature, Capital and the Production of Space. 2d ed. Oxford: Basil Blackwell, 1991, p. 113-119.

20. See the classic study by: WATTS, Michael. *Silent Violence.* Berkeley: University of California Press, 1983; and FRANKE, Richard W. and CHASIN, Barbara H. *Seeds of Famine*: Ecological Destruction and the Development Dilemma in the West African Sahel. Montclair, N.J.: Allanheld, Osmun, 1980.

21. See: MURRAY, Martin J. *The Revolution Deferred:* The Painful Birth of Post-Apartheid South Africa. London: Verso, 1994. On Nigeria, Michael Watts documents the "Shock of modernity". In: PRED, Allan and JOHN WATTS, Michael. *Reworking Modernity:* Capitalisms and Symbolic Discontent. New Brunswick, N.J.: Rutgers University Press, 1992, 21-63.

22. KAPLAN, Robert D.. Coming Anarchy: How Scarcity, Crime, Overpopulation, Tribalism, and Disease Are Rapidly Destroying the Social Fabric of Our Planet. *Atlantic Monthly*, February 1994, 44-76; KAPLAN, Robert D. *The Ends of the Earth.* New York: Random House, 1996).

23. FRENCH, Howard W. In Africa, West can pay now, or later. *New York Times*, February 26, 1995; A Rescue for Africa, *International Herald Tribune*, January 13–14, 1990. If West Africa (especially Nigeria) is included along with South Africa, the figures for debt are much higher, but despite debt service, they are not increasing rapidly. See World Bank, *World Debt Tables 1994-1995* (Washington, D.C.: 1994), 216. As one commentator has said, "You could write off all of Africa's [not just sub-Saharan Africa's] debts tomorrow, and it wouldn't affect international financial markets" Thomas Callaghy, quoted in French, "In Africa").

24. U.S. to Close 21 Foreign Aid Missions. *Washington Post*, November 20, 1993; GREENHOUSE, Steven. It's a Hard Job Saving Foreign Aid (but the Job Is Still There). New *York Times*, February 19, 1995.

25. RIDGEWAY, James. Debt Again. *Village Voice*, August 9, 1994, 11.

26. See, for example,: O'BRIEN, Richard. *Global Financial Integration:* The End of Geography. New York: Royal Institute of International Affairs and Council on Foreign Relations, 1992.

27. See: Smith, *Uneven Development*, 99-113.

28. LUXEMBURG, Rosa. *The Accumulation of Capitalism.* New York: Monthly Review Press, 1968; WARREN, Bill. *Imperialism:* Pioneer of Capitalism. London: Verso, 1980.

29. ATZ, Cindi and SMITH, Neil. LA Intifada: Interview with Mike Davis. *Social Text* 33 (1992).

30. uoted in French, "In Africa."

5. A geografia do desenvolvimento desigual[50,51]

> […] *O marxismo não é uma varinha mágica de um professor que se eleva acima da história, mas uma análise social dos caminhos e meios do processo histórico que realmente está acontecendo.* Leon Trotsky

O conceito de desenvolvimento desigual é um enigma na teoria marxista. Foi avançado com mais intensidade por Trotsky em relação à revolução permanente, mas também foi utilizado por Stalin para fins completamente opostos. Rapidamente codificado como uma "lei" nos anos 1920, transformou-se em um arcano, sendo somente recuperado várias décadas mais tarde. Uma réplica capaz de interromper a polêmica, "a lei do desenvolvimento desigual (e combinado)" foi, na verdade, submetida a uma notável falta de análise séria. Embora seja importante conhecer esta história, é ainda mais importante desenvolver a teoria do desenvolvimento desigual de uma forma que nos ajude a compreender o mundo atual. Da mesma forma que não é exagerado dizer que "desenvolvimento desigual" passou a significar tudo para todos os marxistas, a tarefa mais urgente hoje parece ser o desenvolvimento de uma base analítica para o conceito. Por conseguinte, e como contribuição para este esforço coletivo, quero aqui tentar fazer várias coisas: primeiro, discutir brevemente como e por que razão o conceito de desenvolvimento desigual se tornou arcano; segundo, ampliar o conceito a partir das suas origens especificamente políticas; e, terceiro, considerar o que poderia ser uma teoria do desenvolvimento desigual na esteira de uma globalização do capital que supostamente desafia a coerência das economias nacionais.

---

50. Publicado originalmente como SMITH, Neil. The Geography of Uneven Development. In: Dunn, B. & Radice, H. 100 Years of Permanent Revolution: Results and Prospects. London: Pluto Press, 2006, p. 180-195.

51. Tradução de José Danilo Santos Cavalcanti de Araújo.

O bom, o mau e o arcano

A discussão de Trotsky sobre Desenvolvimento Desigual e combinado externalizou (ampliou) sua teoria de Revolução Permanente. Esta última teoria, forjada no caldeirão das revoluções russas de 1905 e 1917, insistia que nenhuma teoria de estágios estritos da história determinava a transição para o socialismo e que, apesar das expectativas de muitos marxistas, uma revolução anti-tsarista na Rússia, onde o proletariado estava subdesenvolvido, mas a burguesia ainda mais (e certamente demasiadamente fraca politicamente para governar), portanto, não estava condenada a passar por um estágio capitalista preestabelecido. "Em vez disso, uma coalizão estratégica dos trabalhadores com o campesinato – que dominavam numericamente, cujas queixas eram poderosas e em ponto de ebulição, mas cuja fragmentação inveterada, argumentava Trotsky, impedia-os de liderar a revolução – poderia levar à vitória. Contrariamente à maioria das expectativas, a revolução não iria necessariamente irromper primeiro entre as classes trabalhadoras mais desenvolvidas da Europa Ocidental e da América do Norte, mas poderia, como Lenin disse mais tarde, atingir o elo mais fraco. O desenvolvimento do socialismo foi desigual, Trotsky insistiu, no que diz respeito a um certo evolucionismo histórico que permeava grande parte da teoria marxista na época (a acusação de Stalin era precisamente que Trotsky tentava "saltar etapas necessárias da história").

Em vez de se processar por fases relativamente discretas, Trotsky defendia que a revolução podia ser mais um processo contínuo, desde o controle social-democrata de uma política burguesa inicialmente para uma ditadura do proletariado, aliado ao campesinato. O desenvolvimento político não era simplesmente desigual, mas "combinado", no sentido de que nenhum país, e muito menos a atrasada Rússia, podia implantar o socialismo por si só. O desenvolvimento desigual, resumiu mais tarde, "revela-se mais acentuado e complexo no destino dos países atrasados" que, sob "o chicote da necessidade externa", "vê-se na contingência de avançar aos saltos". O desenvolvimento desigual gera, portanto, outra lei, que, "por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado…" (Trotsky 2017:34). Como baluarte contra a teoria de Stalin do "socialismo num só país" (Trotsky 1985), a teoria do desenvolvimento

desigual e combinado tornou-se assim um suporte vital para a própria teoria que a gerara em primeiro lugar – a teoria da revolução permanente.

O desenvolvimento desigual (e combinado) começou, acima de tudo, como um conceito político utilizado para analisar e avaliar as possibilidades e as trajetórias da revolução. Foi forjado nas batalhas políticas do socialismo revolucionário nas três primeiras décadas do século XX e na história específica da Rússia e da União Soviética. É curioso, dada a inversão da prioridade conceitual entre revolução permanente e desenvolvimento desigual, que nos círculos trotskistas, a primeira teoria tenha sobrevivido como, talvez, a sua contribuição mais fundamental para a teoria marxista, enquanto a sua base fundamental, a noção de desenvolvimento desigual, se desvaneceu numa relativa obscuridade. Só voltou a reaparecer como objeto de interesse analítico várias décadas mais tarde, quando havia pouca ou nenhuma divergência em todo o espectro do pensamento marxista que o "desenvolvimento desigual" representava uma "lei" universal. "A lei do desenvolvimento desigual", de acordo com Ernest Mandel, "que alguns quiseram restringir apenas à história do capitalismo, ou mesmo apenas à fase imperialista do capitalismo, é… uma lei universal da história humana" (1962:91). Louis Althusser aumenta a aposta universalista quando nos informa, com uma exuberância quase cósmica, que a "lei do desenvolvimento desigual e combinado… que não diz respeito, como se acredita por vezes, unicamente ao Imperialismo, mas realmente a 'tudo o que existe no mundo'"(Althusser 2015:162). A "grande lei da desigualdade não sofre nenhuma exceção… porque ela mesma não é uma exceção", mas antes "uma lei primitiva, anterior a esses casos particulares". O desenvolvimento desigual "existe, portanto, na essência da própria contradição" (Althusser 2015:170-172). Para Mao, em quem Althusser se baseia aqui, a lei do desenvolvimento desigual é essencial porque "no mundo nada se desenvolve de maneira absolutamente igual" (Mao 1971:117).

O desenvolvimento desigual, inicialmente concebido por Trotsky como uma condição na Rússia que exigia a teoria da revolução permanente, tinha sido transubstanciado em meados do século numa lei universal para racionalizar toda e qualquer posição política. Stalin liderou o caminho para esvaziar o "desenvolvimento desigual" de qualquer conteúdo, com a derrota política de Trotsky e a consolidação brutal do poder de Stalin, subsequente a Guerra Mundial e, eventualmente, a Guerra Fria, contribuíram para marginalizar qualquer preocupação analítica ou política mais ampliada com o conceito. No entanto, Trotsky também não ficou isento de culpas.

Ele também apelou à "lei universal da desigualdade", como "a lei mais geral do processo histórico" (Trotsky 2017:34). Mas o efeito do stalinismo foi mais decisivo e mais pessoal: Mandel regista, em algum lugar, que vários manuscritos do início dos anos 1920 sobre o desenvolvimento desigual foram destruídos por Stalin, para nunca mais serem encontrados, e os autores foram vítimas dos primeiros expurgos de Stalin. A supressão de tais ideias fez a teoria marxista recuar por muitas décadas.

O suposto universalismo do conceito foi crucial para a destruição do desenvolvimento desigual como uma teoria coerente durante o século XX e, muito francamente, passou a representar um embaraço teórico e conceitual na tradição marxista. Uma lei que explica absolutamente "tudo no mundo" não explica nada, e o fato de "nada se desenvolver uniformemente", usado como justificativa filosófica para tal lei, a reduz à trivialidade. Sob este pretexto, ela não nos diz absolutamente nada de específico sobre o capitalismo, o imperialismo e o momento atual da reestruturação capitalista. Historicamente, o "desenvolvimento desigual" tornou-se arcano precisamente porque independentemente da faísca polêmica gerada e sustentada, não tinha nenhuma utilidade explicativa real. O objetivo aqui não é criticar as figuras políticas ou acadêmicas do passado, e muito menos insistir em debates passados, mas aprender com a degeneração do conceito, pegar trabalhos mais recentes que são muito mais promissores, e o mais importante, utilizar este diagnóstico para conceber alternativas.

Um renascimento da teoria do desenvolvimento desigual ocorreu nas décadas de 1970 e 1980. Alguns destes trabalhos prosseguiram os debates políticos do período anterior (Löwy 1981; Molyneux 1981), mas outros, embora conscientes de 1968 e das várias revoltas de libertação nacional em todo o mundo, reconheciam que a situação revolucionária do início do século XX não estava em pauta nas últimas décadas, mudaram o foco em direção à economia política do desenvolvimento desigual. Não surpreendente, o trabalho resultante foi eclético, indo da teoria da dependência na América Latina às teorias do desenvolvimento desigual na África e na Europa (Frank 1967; Emmanuel 1972; Amin 1976) às geografias políticas e econômicas do desenvolvimento desigual (Smith 1984). O fato de estas últimas teorias não estarem ligadas à problemática exata da Revolução Russa, seis ou sete décadas antes, mas extrair a sua energia das lutas anti-imperialistas contemporâneas e da sede de conhecer as dinâmicas específicas do desenvolvimento capitalista desigual, foi ainda melhor. Eles foram suficientemente bem-sucedidos para que, tal como muitos marxistas

e teóricos, radicalizados nos anos 1960 e 1970, reagrupados no meio acadêmico durante este período, a rubrica do desenvolvimento desigual não se tornou apenas familiar novamente, mas quase uma moda. Uma poderosa tradição marxista na geografia desde a década de 1970 tem sido especialmente bem-sucedida em recentralizar questões do desenvolvimento desigual, de tal forma que o conceito é linguajar comum nessa disciplina. A redescoberta acadêmica do desenvolvimento desigual teve certamente um preço, tendo em vista que, em alguns círculos, implicou também, em menor ou maior medida, o afastamento de qualquer tipo de política marxista. No entanto, os ganhos no seio da teoria marxista incluíram, em primeiro lugar, um distanciamento do polêmico "beco sem saída" do início da década de 1920 e, mais positivamente, um vislumbre dos processos que criaram uma política geográfica e econômica desigual com a qual a teoria da revolução permanente de Trotsky tinha de lidar. Havia indícios de uma concepção ampliada de desenvolvimento desigual nos vários escritos pré e peri-revolucionários de Lenin (1982, 2011) e Luxemburgo (1970) sobre o imperialismo e a necessidade de colônias, e, apesar de considerar o desenvolvimento desigual como uma lei universal, Mandel (1962, 1975) começou desde cedo a falar diretamente, como ninguém mais havia feito, sobre as dimensões econômicas e geográficas mais amplas do desenvolvimento desigual. O florescimento da teoria do desenvolvimento desigual, mesmo em trajes mais acadêmicos, apresenta uma oportunidade *política*.

Política e espaço: para além da nota de rodapé de Marx

Numa famosa nota de rodapé n'*O Capital*, Marx diz o seguinte:

Para conceber o objeto da investigação em sua pureza, livre de circunstâncias acessórias perturbadoras, temos de considerar, aqui, o mundo comercial como uma nação e pressupor que a produção capitalista se consolidou em toda parte e apoderou-se de todos os ramos industriais… (2013:1397)

Esta abstração das diferenças entre diversos lugares e experiências foi vital, visto que o objetivo geral de Marx era uma crítica analítica das contradições do capitalismo na sua essência; o poder de sua análise teria sido impossível de outra forma. Não é acidental, portanto, que numa era da chamada globalização, quase um século e meio mais tarde, os atores de *Wall Street*

se voltam para Marx (Cassidy 1997) como o principal diagnosticador do sistema que lhes proporciona as suas mansões, iates e poder político. Mas a abstração de Marx também limitou a aplicabilidade da teoria. Em particular, ela simultaneamente desespacializou e destemporalizou o desenvolvimento do capitalismo, e forneceu poucos sinais teóricos para lidar com as diferenças sociais, políticas e econômicas através do espaço. No entanto, as concepções de espacialidade, ou a sua aparente ausência, podem ter profundas implicações políticas. Dito sem rodeios, uma teoria que desvende o funcionamento interno do capitalismo é uma condição *sine qua non* da análise política, mas sem uma elaboração adequada e matizada pode ser uma arma bastante contundente para avaliar o funcionamento contemporâneo do capitalismo ou para decidir o que deve ser feito – seja em 1905 ou um século mais tarde.

As diferenças histórico-geográficas significativas nos tipos e níveis de desenvolvimento capitalista produziram precisamente os enigmas que Trotsky, Lenin, Luxemburgo e muitos outros se viram obrigados a enfrentar nas suas discussões sobre o imperialismo, o colonialismo e o desenvolvimento desigual. Para Luxemburgo, era impossível compreender a reprodução do capitalismo sem colocar um "exterior" ao capitalismo, uma fonte não-capitalista de trabalho, tanto quanto os mercados: "a acumulação do capital […], sem os meios não capitalistas, torna-se inconcebível em qualquer sentido" (Luxemburgo 1970:314). Lenin foi mais circunspecto, considerando que o capitalismo não é um jogo geográfico de soma zero. A fruição do colonialismo europeu, que "completou a conquista de todas as terras não ocupadas que havia no nosso planeta" (Lenin 2011:201), não implicava necessariamente o fim do capitalismo, insistia ele, mas era susceptível de conduzir a uma "redivisão" interna e uma reestruturação do poder colonial. Em outras palavras, para Lenin já não existia um "exterior" ao capitalismo. Em vez disso, o poder de reorganização interna tornou-se de importância primordial.

Esta não é uma preocupação meramente acadêmica. Hardt e Negri (2000) afirmaram ter descoberto, recentemente, esta perda de um "exterior" na era contemporânea. Na mesma linha, se bem que a partir de uma localização política diametralmente oposta, Ellen Meiksins Wood (2014: 99) argumenta que "ainda não vimos uma teoria sistemática do imperialismo criada para um mundo em que as relações internacionais sejam internas ao capitalismo e governadas por imperativos capitalistas". Mas há cerca de sete ou oito décadas, Lenin já tinha essa perspectiva em vista, e politicamente, sem

dúvida, a discussão do desenvolvimento desigual de Trotsky estava no mesmo caminho (este era o objetivo da insistência no *combinado* com o desenvolvimento desigual – uma qualificação que hoje em dia já não é necessária, tendo em vista que está implícita, dada como certa). Além disso, os geógrafos burgueses, desde o imperialista liberal britânico Halford Mackinder, ao americano Isaiah Bowman, ao alemão Alexander Supan (que Lenin cita), eram todos explícitos quanto ao fato de que a expansão territorial do capitalismo havia chegado ao fim e o mundo se encontrava perante um "sistema político fechado", como dizia Mackinder. Escrevendo meses antes da revolução de 1905 e de *Resultados e perspectivas* de Trotsky, Mackinder (1904) compreendeu as consequências numa passagem famosa: "Toda explosão de forças sociais, ao invés de se dissipar em um circuito circundante de espaço desconhecido e caos bárbaro, será nitidamente repercutida do outro lado do globo…".[52]

Esse período, que vai de 1898 a 1917, assistiu ao nascimento do desenvolvimento desigual propriamente dito na economia política mundial. A desigualdade geográfica já não poderia mais ser considerada um acidente da geografia histórica, o resultado de estar fora do projeto de civilização, uma questão simplesmente deixada para trás pelo capitalismo "moderno". A dinâmica da desigualdade era então cada vez mais reconhecida como interna à própria dinâmica do capitalismo; a própria linguagem da civilização e do atraso começou a desvanecer-se nos seus próprios arcanos, não devido a uma moralidade política recém-descoberta entre as classes dominantes europeias, mas ao reconhecimento forçado, por meio de revoltas em todo o mundo, de que a própria distinção era obsoleta. Quaisquer resquícios históricos de sociedades pré-capitalistas que tenham sobrevivido – e eles manifestamente sobreviveram em grandes áreas do globo, bem como em enclaves menores – foram agora envolvidos, apropriados e integrados num capitalismo global mais vasto. A desigualdade emanava agora principalmente das próprias leis do capital e não da arqueologia do passado social e da diferença geográfica. A insistência de Mao de que "nada se desenvolve uniformemente" representou, em sua época, uma abstração desesperada contra uma realidade que nem mesmo sua própria revolução camponesa conseguiu estancar.

52. Mackinder dificilmente era um dos simpatizantes socialistas. Um ávido anticomunista, ele trabalhou dentro da Rússia para a inteligência britânica contra os bolcheviques em 1919.

O fato de o ponto de ruptura histórico, na história do capitalismo alcançado neste período, ter sido largamente ignorado – devido não apenas ao destino da teoria do desenvolvimento desigual como vítima do stalinismo, e à sua absurda universalização em vários sentidos, mas também à sensibilidade geográfica política que unia figuras tão improváveis como Lenin e Mackinder e, certamente, Cecil Rhodes (com a sua famosa ligação da pobreza do *East End* de Londres à necessidade do imperialismo) – também se perdeu, ou melhor, submergiu. Esta "geografia perdida" tem causas complexas (Smith 2003: cap. 1), mas permanece muito viva atualmente nas formulações de Hardt e Negri e de Wood, entre muitos outros. A perda da sensibilidade geográfica foi simultaneamente uma perda de sensibilidade política; a desespacialização facilitou uma certa despolitização, enquanto a fonte de poder tanto local quanto global, o alvo político da revolução socialista, perdeu qualquer definição espacial. A proposta de "socialismo em um só país" fez parte deste processo. Foi necessária a Revolução Russa, que era transnacional, e as revoltas de 1919, a maioria em escala urbana, que irromperam no seu rastro – de Berlim, Munique e Budapeste a Seattle, Winnipeg e Amritsar, na Índia – e as desmoronou num imaginário nacional unidimensional de possibilidades futuras. A linguagem da geopolítica dos anos 1930 e as geografias binárias da Guerra Fria enfraqueceram ainda mais a compreensão do desenvolvimento desigual e de qualquer sentido geográfico da política numa mentalidade de jogo de tabuleiro de base nacional.

Giovanni Arrighi (1996), pelo contrário, reconheceu exatamente essa ruptura histórica em termos de uma mudança de um globalismo centrado na Grã-Bretanha para um globalismo centrado nos Estados Unidos, o que é certamente correto. Mas a mudança pode ser mais ampla do que isso. O poder do imperialismo centrado na Europa envolvia certamente o poder militar em alto mar – o controle do comércio –, mas dependia cada vez mais do controle do território colonial. O imperialismo centrado nos Estados Unidos que lhe sucedeu no século XX não era, de modo geral, colonial, muito menos territorial, e mais baseado no mercado. A vitória do geoeconômico sobre o poder geopolítico nunca se tornou absoluta, é claro, como atesta a guerra que hoje se prolifera no Oriente Médio, mas a classe dirigente dos Estados Unidos começou a perceber rapidamente, depois de 1898, que a expansão geográfica já não era um meio garantido ou mesmo plausível para a expansão econômica. O cálculo geopolítico nunca foi abandonado, mas foi significativamente marginalizado a favor do cálculo econômico que passou a reger um neoliberalismo dominado pelo poder americano.

Se a desespacialização engendra uma certa despolitização, o corolário também é válido, e uma teoria do desenvolvimento desigual adequada ao século XXI tem de levar isto a sério. O mundo é muito diferente do que era há um século e o pressuposto de que as economias nacionais e os Estados-nação são a essência do desenvolvimento desigual precisa de ser radicalmente revisto. O argumento aqui jamais seria que a globalização tornou os Estados-nação obsoletos; tal conclusão é absurda. Mas sugere que, independentemente dos caprichos do poder da escala nacional atualmente, já não estamos num período de ascendência generalizada do poder nacional. Por um lado, o poder econômico dos Estados-nação é muito diferente do seu poder político e, por outro, a hegemonia intimidatória do Estado ianque é muito diferente do poder de Botsuana ou da Escócia. As novas formas de reestruturação global durante este último momento neoliberal da ambição global dos Estados Unidos alteraram dramaticamente a relação entre as diferentes escalas em que o poder é exercido – global, nacional, regional, urbano e assim por diante.

A questão da escala é, por conseguinte, especialmente importante aqui (Smith 1995; Herod e Wright 2002; Swyngedouw 2004). Não há nada dado sobre a escala do poder; pelo contrário, à medida em que as escalas no qual o poder se manifesta são elas próprias o resultado da luta política, a criação da escala é também altamente política. A escala do próprio Estado-nação é historicamente muito dependente e resulta de lutas multifacetadas. As discussões sobre o desenvolvimento desigual das primeiras décadas do século XX, não irrazoavelmente, consideravam que o Estado nacional representava a necessária, se não a única escala de análise possível. Isto apesar da ênfase num proletariado *urbano*, pelo menos para Trotsky. Atualmente, porém, qualquer teoria do desenvolvimento desigual não se pode dar a esse luxo e tem de abranger não só as economias políticas na escala nacional, mas também os processos de reestruturação econômica, movimentos políticos e revoltas culturais em escalas subnacionais – a urbana, a regional e (como o feminismo certamente já nos ensinou) a escala da casa – e simultaneamente a escala internacional. Apesar de os Estados-nação manterem um enorme poder político, cultural e, em alguns casos, militar, já não são incontestados como blocos de construção de uma economia social e política global. Vivemos hoje num mundo de governança global incipiente (FMI, Banco Mundial, ONU, OMC etc.), blocos internacionais organizados (UE, Mercosul, Asean, Nafta) e, inversamente, a crescente devolução de funções sociais reprodutivas, entre outras, para

a escala urbana. Todos esses desenvolvimentos tornaram-se alvos de luta política, de Porto Alegre ao Timor Leste, de Chiapas ao movimento antiglobalização. Uma teoria contemporânea do desenvolvimento desigual precisa ter a teoria da economia política para levar essas e muitas outras lutas em conta.

A economia política do desenvolvimento desigual

Uma teoria contemporânea do desenvolvimento desigual encontra o seu ponto de partida em Marx, não em alguns escritos desconhecidos e obscuros, mas no próprio texto que aparentemente abstraiu a diferença espacial e temporal em primeiro lugar – *O Capital* – e na distinção direta entre o valor e o valor de uso das mercadorias, especialmente da mercadoria força de trabalho. A argumentação que segue é algo abstrata e esquemática, mas inevitável[53].

Para Marx, o capitalismo distingue-se de outros modos de produção em muitos aspectos, mas o central é a incessante diferenciação e rediferenciação do trabalho concreto, impulsionada pelas exigências sistêmicas da acumulação de capital. Ao mesmo tempo, o capitalismo caracteriza-se pela conversão avarenta de valores de uso, através da aplicação do trabalho assalariado, em valor, o que, por sua vez, fornece uma métrica para comparar, no mercado, mercadorias com diferentes características físicas e qualitativas – sapatos *versus* aço *versus* textos publicitários *versus* entregas de caminhões no mercado. Isto comanda aquilo que Marx chamou de "tendência universalizante do capital". A lei do valor no capitalismo é, portanto, construída sobre uma contradição essencial entre, por um lado, uma tendência constante para a diferenciação, enraizada na divisão do trabalho, e uma tendência oposta para a universalização, que encontra a sua apoteose na tendência para a igualização da taxa de lucro. A diferenciação do trabalho é evidentemente desafiada por uma desqualificação integral, e a igualização das taxas de lucro é igualmente desafiada pelas práticas inovadoras concebidas para escapar à equalização descendente dos lucros. Marx enfatiza a falta de equilíbrio inerente às sociedades capitalistas como resultado desta contradição e, temporalizando a partir deste resultado, deriva (ainda que de modo inacabado) uma teoria multifacetada da crise capitalista.

53. Para uma versão mais elaborada deste argumento, ver Smith (1984).

Mas e se, em vez de temporalizarmos este resultado, o espacializarmos? E se, para além da temporalização de Marx, mas em sua consonância, tecermos ao longo dela uma espacialização da dinâmica crítica do capital? A divisão do trabalho é uma questão altamente espacial. O capital desloca-se para locais específicos onde é possível obter vantagens econômicas e lucros mais elevados. Mesmo que o capital tivesse encontrado um mundo completamente homogêneo – a planície de oportunidades econômicas tão apreciada pelos teóricos da economia neoclássica, que encontra um paralelo na nota de rodapé de Marx que se abstrai das diferenças nacionais –,os requisitos rígidos da acumulação levariam rapidamente ao desenvolvimento de certas especialidades e condições de trabalho, diferentes taxas salariais, diferentes recursos e diferentes tecnologias em alguns locais, em detrimento de outros. Em busca de lucro e forçado a competir, o capital concentra-se e centraliza-se não só nos bolsos de uns em detrimento dos bolsos de outros, mas nos lugares de alguns em detrimento dos lugares de outros. Intrínseco à diferenciação espacial das rendas, dos salários, dos custos de produção etc., são sistemas diferenciados de circulação financeira e de reprodução social, e todos eles estão incorporados de várias formas na geografia do capitalismo. É claro que o capitalismo não surgiu numa planície indiferenciada, mas a questão mais importante é que o cálculo físico-geográfico da consagrada lei da vantagem comparativa de Ricardo, que certamente teve alguma base histórica em condições físicas e climáticas diferenciadas, é largamente deslocado à medida que o capitalismo expande o seu domínio sobre a face da Terra. A diferenciação dos lugares, uns dos outros, é cada vez menos uma questão de localização e dotação natural e cada vez mais o produto de uma lógica espacial tão inerente a este modo de produção quanto à teoria temporal da crise capitalista de Marx (Vale a pena notar que isto não é simplesmente um pormenor histórico. O consultor e crítico do FMI Jeffrey Sachs atribui o subdesenvolvimento a "um caso de má latitude", e este determinismo geográfico requentado tornou-se quase um negócio familiar: ver Sachs 2001, 2005; Diamond 2005; Kaplan 1997).

Por outro lado, a tendência para uma equalização das condições de exploração do trabalho, facilitadas sobretudo pelo sistema financeiro que, obviamente, faz circular o valor na sua forma mais abstrata, é igualmente real. "O capital é um *leveller* [nivelador] por natureza", argumenta Marx, pois "exige, em todas as esferas da produção, como seu direito humano inato, condições iguais para a exploração do trabalho" (Marx 2013:578). De fato, a tendência universalizante do capital, que distingue o capitalismo

tardio de todos os outros modos de produção, tende para "a anulação do espaço pelo tempo" (Marx 2011:699).

Então, como vamos resolver esta aparente contradição teórica entre tendências opostas para a diferenciação radical, por um lado, e uma equalização competitiva e implacável das condições de produção e reprodução social, por outro? Na prática, esta contradição, interna à lógica da acumulação de capital, encontra a sua resolução precisamente no desenvolvimento geográfico desigual, que estabelece distintos lugares diferenciados entre si e, ao mesmo tempo, pressiona esses lugares, através das fronteiras, para um único molde. O desenvolvimento desigual representa uma resolução forçada, ainda que em disputa, momentaneamente fixa, mas sempre fluida, para essa contradição central do capitalismo. A tendência niveladora do capitalismo corrói continuamente a diferenciação radical das condições de exploração do trabalho, no entanto, a diferenciação corrosiva do trabalho também frustra eternamente essa "anulação do espaço pelo tempo". A questão da escala torna-se aqui absolutamente vital, porque sem um sentido da produção escalar, é impossível apreender a expansão da lógica essencialmente temporal de Marx para a lógica geográfica inerente ao desenvolvimento desigual. Dito de outra forma, se pudermos entender a tendência inerente para diferenciar os lugares uns dos outros, como um impulso do capitalismo por si, o que constitui exatamente um lugar coerente?

No início do século XX, partia-se simplesmente do princípio de que a desigualdade do desenvolvimento dizia respeito, em geral, à escala do Estado-nação. Esta suposição não era descabida, dado que o período testemunhou um crescimento da formação de Estados-nação na economia política global. Mas não há nada de inerentemente privilegiado na escala nacional como unidade espacial de organização política. Os primeiros séculos assistiram a um maior domínio das cidades-estados e dos reinos, ducados e províncias, condados e cantões etc., e, de fato, a divisão nacional do globo é muito semelhante à da ambição globalizante (universalizante) do capitalismo. O Estado-nação, de fato, desempenhou uma função crucial, mas muito específica, na evolução do capitalismo. Nos termos mais diretos, à medida que a escala da acumulação de capital se expandiu dramaticamente, as unidades políticas e territoriais herdadas da organização social, cultural e militar deixaram de conseguir administrar economias que haviam ultrapassado as antigas fronteiras. A escala ampliada do poder econômico exigiu a expansão das políticas para organizar o processo de acumulação de

capital, e coube aos Estados nacionais emergentes criarem uma geografia de condições mais ou menos homogêneas ao nível interno – leis trabalhistas e fiscais, sistemas de transportes, meios de comunicação social, sistemas de reprodução social, subsídios estatais ao capital etc. O Estado nacional organizou efetivamente uma solução para a contradição inerente entre a necessidade de cooperação socioeconômica, por um lado, e a concorrência econômica, agora implantada no centro da economia global, por outro. O sistema global de Estados-nação representou, assim, uma solução territorial para uma contradição político-econômica vital criada pela universalização do capital; este sistema organizou a diferenciação político-econômica num sistema global mais unificado do que nunca. Luxemburgo tinha toda a razão quando dizia que o capitalismo precisava do seu "exterior" constitutivo, mas o sistema de Estados-nação forneceu a base para a criação desse exterior *no interior do capitalismo global*.

Embora a construção da escala nacional tenha, assim, desempenhado um papel fundamental na evolução inicial do capitalismo, não é a única a oferecer soluções territoriais para as contradições político-econômicas entre competição e cooperação, diferenciação e igualização, nas sociedades capitalistas. Processos paralelos operam em outras escalas, igualmente, se bem que de forma diferente, inseridos e transformados pelas necessidades da acumulação de capital. Ao longo da história, a escala urbana proporcionou várias funções sociais, centralizando não apenas o poder econômico, mas também o militar, o religioso, o cultural e o político. Centrando-se no aspecto econômico, Marx certa vez defendeu que a "base de toda divisão do trabalho desenvolvida e mediada pela troca de mercadorias é a separação entre cidade e campo" (Marx 2013:530). Durante muito tempo, esta distinção espacial foi sinônimo da divisão geral do trabalho entre agricultura e indústria, mas na era da agricultura industrializada e do ecoturismo global, essa fronteira funcional é menos nítida. No entanto, enquanto as taxas salariais e um vasto conjunto de outros custos de produção são cruciais para determinar a desigualdade do desenvolvimento à escala nacional, o poder da renda fundiária torna-se vital à escala urbana. Qualquer área metropolitana e a sua *hinterlândia* constituem um único mercado de trabalho geográfico (se não social), pelo que a organização das atividades nas zonas urbanas é regulada mais em função da renda do que das taxas salariais. Outras escalas geográficas – seja a da casa, a da região subnacional ou a da região multinacional – são igualmente o produto de relações sociais, econômicas e políticas específicas. Em suma, assistimos,

no capitalismo, a um andaime de escalas geográficas que, em maior ou menor grau, organiza a diferenciação territorial essencial da acumulação de capital – o meio de delinear, a várias escalas, a construção do "exterior" do capital *no seu interior* – e o fluxo de capital através das fronteiras.

Podemos, portanto, conceber uma correlação espacial da derivação de Marx dos ciclos capitalistas de expansão e crise. O capitalismo gera não somente ciclos temporais de expansão e crise, mas também ciclos espaciais de desenvolvimento num polo e de subdesenvolvimento noutro. O dinamismo da acumulação de capital converte esta lógica numa espécie de modelo de "gangorra" da expansão capitalista (Smith 1984). Enquanto o desenvolvimento numa região, nação, área urbana ou distrito gera subdesenvolvimento – mais desemprego, rendas mais baixas, subinvestimento etc. –, simultaneamente cria as condições para uma nova onda de expansão precisamente naquelas áreas que eram subdesenvolvidas; por outro lado, áreas desenvolvidas tornam-se suscetíveis ao subdesenvolvimento em face da concorrência de áreas de custo mais baixo. Esta dinâmica pode ser melhor observada à escala local, onde os impedimentos políticos ao fluxo de capital são mais fracos. Assim, o desenvolvimento dos subúrbios privou as cidades de capital muito necessário, mas o consequente barateamento das cidades e o envelhecimento do capital dedicado aos subúrbios criaram a oportunidade para a gentrificação da cidade. O subdesenvolvimento intensivo e violento da Irlanda, sob os auspícios do imperialismo britânico, foi invertido semelhantemente, uma vez que este país se tornou uma das regiões mais prósperas da Europa, ultrapassando recentemente o seu antigo soberano em termos de rendimento *per capita*. O Leste Asiático, que emergiu da Segunda Guerra Mundial como uma região indiscutivelmente do "Terceiro Mundo", está agora cada vez mais integrado nos circuitos do capital global, da produção e (em alguns casos) do consumo. Taiwan, Hong Kong e, mais recentemente, a China são emblemáticos desta mudança, tal como Singapura e a Índia mais ao sul. O fato desse desenvolvimento ser altamente desigual no seio destas economias é precisamente a questão e, sem dúvida, suscita comparações com as anteriores e, em muitos aspectos, mais limitadas revoluções industriais da Europa. A Coreia do Sul pode ser o caso emblemático: um cenário de arrozais devastados pela guerra na década de 1950, ostenta atualmente o décimo primeiro maior produto interno bruto (PIB) do mundo.

A lógica da acumulação de capital é tanto espacial quanto temporal, e o desenvolvimento desigual é o seu exato resultado, embora nem

sempre previsível. Os socialistas revolucionários do início do século XX vislumbraram este fato apenas parcialmente. Trotsky (1985:11) acusou a situação geográfica adversa da Rússia, a população escassa e o "desenvolvimento econômico natural" pré-capitalista, o clima e o sistema de transportes, e o seu Estado absolutista, como fatores do "atraso" do país. Qualquer impulso progressista implícito nas primeiras teorias do desenvolvimento desigual foi abruptamente truncado pelo stalinismo e pelo interesse próprio das elites capitalistas, que mantiveram o enfoque ideológico numa equação pueril da diferença espacial com pressupostos de escala estritamente nacional, mesmo quando, como Trotsky, o objetivo político era resolutamente internacionalista. Tal como os marxistas de hoje deveriam ter pouca aderência a qualquer tipo inexorável de "lei da História" que marcaram uma época anterior, é vital, ao mesmo tempo, recuperar um sentido da geografia da acumulação do capital organizada em múltiplas escalas, embora sempre maleável. Ou, como disse Trotsky (1985:120), a força da "a lei do desenvolvimento desigual ainda existe, manifestando sua força tanto nas relações entre países como na correlação das diferentes séries de fenômenos dentro de um mesmo país", e ainda assim, a "conciliação do desenvolvimento desigual da economia e da política só pode ser obtida na escala mundial".

Que o capitalismo não opera em uma planície, e que, portanto, a lógica da gangorra da expansão geográfica capitalista não ocorre em nenhuma forma pura, não condena menos esta teoria do desenvolvimento desigual do que a irrealidade do pressuposto da nação única de Marx condena a sua análise do capitalismo. O objetivo, como sempre, é utilizar a teoria para compreender os processos geo-históricos tal como eles estão "realmente acontecendo".

Conclusão

Assim como a forma do domínio burguês difere entre os países "avançados" e "atrasados", como escreveu Trotsky, "a ditadura do proletariado terá, nos diferentes países, um caráter extremamente variado quanto à sua base social, às suas formas políticas, às suas tarefas imediatas e ao seu ritmo" (Trotsky 1985:118-119). Na maior parte do mundo atual, não estamos vivendo num momento revolucionário ou mesmo num momento peri-revolucionário. De fato, Perry Anderson (2000:17) sugere que não consegue

encontrar "nenhuma oposição significativa" ao capitalismo no "Ocidente". Seja como for, a transição para o socialismo, que preocupava os socialistas revolucionários há um século, certamente não é o contexto dominante nos dias de hoje, e a nossa compreensão do desenvolvimento desigual tem de ser avolumada em conformidade. Uma teoria do desenvolvimento desigual adequada à conjuntura atual precisa compreender a lógica capitalista que está subjacente ao "caráter variado" dos lugares, às suas "bases sociais" e "formas políticas".

Em busca de soluções para as contradições internas, as sociedades capitalistas criam geografias específicas, contudo, estas se tornam elas próprias uma prisão social, econômica e, sobretudo, de possibilidades políticas. As geografias do desenvolvimento capitalista desigual *contêm* literalmente a luta, seja nas colônias ou nos guetos, nos impérios ou nos subúrbios. As teorias do desenvolvimento desigual que se formaram no primeiro quartel do século XX vislumbraram estas possibilidades à medida que o desenvolvimento desigual propriamente dito emergia como a marca da geografia do capitalismo. Como a história das revoluções e das lutas de libertação nacional no século XX amplamente atesta, não existe uma relação necessária de um para um entre os níveis e tipos de desenvolvimento capitalista num determinado lugar e a propensão para a revolução, mas uma análise astuta das possibilidades políticas no futuro *é* dependente de uma desenvolvida teoria do desenvolvimento desigual.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. *Por Marx.* 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

AMIN, S. *Unequal Development:* an Essay on the Social Formations of Peripheral Capitalism. New York: Monthly Review, 1976.

ANDERSON, P. Renewals. *New Left Review*, 1:5-24, 2000.

ARRIGHI, G. O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Tradução Vera Ribeiro; revisão de tradução Cesar Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

CASSIDY, J. *The Return of Marx.* New York, October 20-7, 1997.

DIAMOND, J. *Collapse:* how Societies Choose to Fail or Succeed. New York: Viking, 2005.

EMMANUEL, A. *Unequal Exchange*. New York: Monthly Review, 1972.

FRANK, A. G. *Capitalism and Underdevelopment in Latin America.* New York: Monthly Review, 1967.

HARDT, M. and NEGRI, A. *Empire.* Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2000.

HEROD, A. and WRIGHT, M. W. (ed.). *Geographies of Power:* placing scale. Oxford: Blackwell Publishing, 2002.

KAPLAN, R. *The Ends of the Earth.* New York: Vintage), 1997.

LENIN, V. I. *O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo.* Campinas: Navegando Publicações, 2011.

LENIN, V. I.*O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia.* São Paulo: Nova Cultural, 1982.

LÖWY, M. *The Politics of Combined and Uneven Development.* London: Verso, 1981.

LUXEMBURGO, R. *A Acumulação do Capital.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MACKINDER, H. J. The Geographical Pivot of History. *Geographical Journal,* 23, 1904.

MANDEL, E. (1962) *Marxist Economic Theory.* London: Merlin Press,1962.
—— *Late Capitalism.* London: New Left Books, 1975.

MAO, Z. (1971) On Contradiction. *In: Selected Readings From the Works of Mao Tsé-Tung.* Beijing: Foreign Language Press,.

MARX, K. *Grundrisse/Manuscritos Econômicos de 1857-1858:* esboços da crítica de economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. *O Capital:* crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOLYNEUX, J. *Leon Trotsky's Theory of Revolution.* New York: St Martin's Press, 1981.

SACHS, J. A Case of Bad Latitude: Why Geography Causes Poverty. Foreign Policy, 2001, 122.

SACHS, J. *The End of Poverty:* Economic Possibilities For Our Time. New York: Penguin, 2005.

SMITH, N. *Uneven Development:* Nature, Capital and the Production of Space. Oxford: Basil Blackwell, 1984.

SMITH, N. Remaking Scale: Competition and Cooperation in Prenational and Postnational Europe. *In:* H. Eskelinen and F. Snickars (ed.). *Competitive European Peripheries.* Berlin: Springer Verlag, 1995.

SMITH, N. *American Empire:* Roosevelt's Geographer and the Prelude to Globalization. Berkeley: University of California Press, 2003.

SWYNGEDOUW, E. Scaled Geographies: Nature, Place, and the Politics of Scale. *In:* E. Sheppard and R. McMaster (ed.). *Scale and Geographic Inquiry.* Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

TROTSKY, L. *A Revolução Permanente.* São Paulo: Kairós, 1985.

TROTSKY, L. A história da Revolução Russa 1879-1940. 3v. Tradução de E. Huggins. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, Ed. do Centenário, 2017.

WOOD, E. M. *O império do capital.* Tradução Paulo Cezar Castanheira. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

6. Novo globalismo, novo urbanismo: gentrificação como estratégia urbana global[54,55]

Este artigo usa vários eventos ocorridos em Nova Iorque no final da década de 1990 para introduzir dois argumentos centrais sobre a mudança de relação entre o urbanismo neoliberal e a assim chamada globalização. Em primeiro lugar, por mais que o Estado neoliberal se torne um agente consumado do mercado, ao invés de um regulador, o novo urbanismo revanchista que substitui a política urbana liberal nas cidades do mundo capitalista avançado expressa cada vez mais os impulsos da produção capitalista em vez da reprodução social. À medida que a globalização evidencia um redimensionamento do global, a escala do urbano é reformulada. As verdadeiras cidades globais podem ser as economias metropolitanas em rápido crescimento da Ásia, América Latina e (em menor grau) África, tanto quanto os centros de comando da Europa, América do Norte e Japão. Em segundo lugar, o processo de gentrificação, que inicialmente surgiu como uma anomalia esporádica, pitoresca e local nos mercados habitacionais de algumas cidades *do* centro de comando, agora é completamente generalizado como uma estratégia urbana que se sobrepõe à política urbana liberal. Não mais isolado ou restrito à Europa, América do Norte ou Oceania, o impulso por trás da gentrificação agora é generalizado; sua incidência é global e está densamente conectada aos circuitos do capital global e da circulação cultural. O que liga esses dois argumentos é a mudança de uma escala urbana definida de acordo com as

54. Publicado originalmente como SMITH, Neil. New globalism, new urbanism: gentrification as global urban strategy. Antipode, Vol. 34, n. 3, 2002, pp. 427-450. Acesso em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-8330.00249.

55. Tradução de Erica Hitomi Arakaki.

condições de reprodução social para uma escala em que o investimento de capital produtivo tenha precedência definitiva.

Quatro conjuntos de eventos ocorridos em Nova Iorque no final da década de 1990 capturaram sucintamente alguns dos contornos centrais do novo urbanismo neoliberal. O primeiro diz respeito ao capital e ao Estado. Nos últimos dias de 1998, o prefeito de Nova Iorque, Rudy Giuliani, anunciou um enorme "presente de Natal" para a mais alta elite capitalista da cidade. Respondendo às "ameaças" de que a Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE, no original) poderia mudar de localização para Nova Jersey, cruzando o rio Hudson em uma milha, Giuliani anunciou um subsídio de 900 milhões de dólares do contribuinte, supostamente para manter a bolsa de valores na cidade. Este foi apenas o mais recente e maior de uma série de "geosubornos" pagos pela cidade a corporações globais. O subsídio inclui 400 milhões de dólares com os quais a cidade e o estado construirão um novo escritório de 650 mil pés quadrados para a NYSE em Wall Street. Nunca houve qualquer pretensão de que a necessidade financeira fosse sequer um problema neste negócio, uma vez que o subsídio veio em um momento em que a bolsa de valores estava desviando quantidades sem precedentes de capital excedente das economias em todo o mundo. Em vez disso, autoridades municipais e estaduais se referiram ao acordo como uma "parceria". É claro que já houve parcerias público-privadas anteriormente, mas esta foi sem precedentes em dois aspectos. Primeiro – e mais óbvio –, foi a escala do "geosuborno" para o capital privado: atingindo 1 bilhão de dólares em 2001, a escala desse subsídio era totalmente sem precedentes. Em segundo lugar, e mais importante, o estado local (município), neste caso, evitou toda pretensão de regulamentação ou orientação do setor privado em direção a resultados que de outra forma não poderia realizar por conta própria. Por sua vez, o subsídio foi justificado como um investimento pela cidade e pelo estado como "boa prática comercial". Que a suposta ameaça era possivelmente vazia e que a NYSE nunca teria considerado seriamente deixar a cidade apenas confirma o ponto: ao invés de modificar a trilha tomada pelo investimento privado, o município simplesmente se encaixava nas brechas já estabelecidas pelas lógicas de mercado, tornando-se, com efeito, um parceiro júnior, embora altamente ativo, do capital global. A destruição do World Trade Center levanta a possibilidade real de que a nova bolsa de valores vá ocupar aquele local.

O segundo conjunto de eventos diz respeito à reprodução social da força de trabalho. No início de 1998, o Departamento de Educação da cidade

de Nova Iorque anunciou que enfrentava uma escassez de professores de matemática e, como resultado, estava importando quarenta jovens professores da Áustria. Ainda mais extraordinário, em uma cidade com mais de dois milhões de falantes nativos de espanhol, a escassez de professores de espanhol seria preenchida pela importação de professores da Espanha. Agora o recrutamento internacional anual de professores do ensino médio é rotina. Mais ou menos na mesma época, foi anunciado que o Departamento de Polícia da Cidade de Nova Iorque assumiria a responsabilidade pela segurança nas escolas municipais do Conselho Escolar. Analisando em conjunto, esses eventos conotam uma profunda crise, não apenas no sistema educacional da cidade, mas também no sistema mais amplo de reprodução social.

O terceiro conjunto de eventos fala de um aumento drástico do controle social. Em 1997, veio à tona o terrível caso de brutalidade policial contra Abner Louima, um imigrante haitiano. Um ano e meio depois, o imigrante guineense Amadou Diallo, desarmado, foi morto pela polícia, com quarenta e um tiros, na entrada de seu apartamento. Dois dos agressores de Louima acabaram presos, mas – como a maioria dos policiais que mataram nova-iorquinos inocentes no final da década de 1990 – os assassinos de Diallo foram inocentados de qualquer responsabilidade criminal. No ano seguinte, em um movimento suspenso por causa do assassinato de Diallo, a Polícia de Nova Iorque (NYPD) recebeu as infames balas expansivas, projetadas para causar o máximo de dano corporal. Enquanto isso, foi revelado que entre 1994 e 1997, a cidade de Nova Iorque pagou um recorde de 96,8 milhões de dólares para resolver o crescente número de processos de brutalidade policial. Antes da catástrofe do World Trade Center, os nova-iorquinos comuns sentiam cada vez mais que sua força policial estava fora de controle; até mesmo o presidente do notório sindicato da polícia expressou o medo de que as estratégias repressivas de policiamento da cidade, no final da década de 1990, fossem "um modelo para um estado policial e tirânico" (Cooper 1998: B5; Cooper 1999). Esses eventos foram o resultado direto da imposição de Giuliani das "táticas de tolerância zero", mas foram igualmente parte de uma mudança maior na política urbana, do liberalismo que dominou grande parte do século XX para o que em outras situações foi chamado de "a cidade revanchista" (Smith 1996; Swyngedouw 1997).

O quarto evento – e possivelmente o mais intrigante – diz respeito à mudança do papel político do governo da cidade. Irritado com o abandono com que os diplomatas da ONU pareciam ostentar as leis locais de estacionamento, e

culpando-os por grande parte do congestionamento de Manhattan, Giuliani ameaçou começar a rebocar carros com placas diplomáticas estacionados ilegalmente. Agora abertamente ridicularizado por suas políticas de repressão mesquinhas, mas nem tanto, "Benito" Giuliani (como até mesmo o *New York Times* o apelidou) estava zangado com o Departamento de Estado dos Estados Unidos, por aparentemente capitular a essa infração veicular da ONU. Talvez tenha chegado ao ponto, Giuliani bufou, em que a cidade de Nova Iorque precisasse ter sua própria política externa. O ponto maior é que, em meio a uma reestruturação da relação entre o capital e o Estado, uma crise crescente de reprodução social e ondas intensificadas de repressão política, há também um redimensionamento das práticas, culturas e funções urbanas no contexto de mudanças nas relações globais e um destino dramaticamente alterado do Estado-nação.

Esses quatro eventos sugerem muito sobre o urbanismo neoliberal que vem se arrastando para o nascimento desde a década de 1980. Por neoliberalismo, quero dizer algo bastante específico. O liberalismo do século XVIII, de John Locke a Adam Smith, girava em torno de duas suposições cruciais: que o exercício livre e democrático do interesse próprio e individual levou ao bem social coletivo ideal; e que o mercado sabe melhor: isto é, a propriedade privada é a base desse autointeresse, e a troca de livre mercado é seu veículo ideal. O liberalismo americano do século XX, de Woodrow Wilson a Franklin Roosevelt e John F. Kennedy – enfatizando a compensação social pelos excessos do mercado e da propriedade privada – não é tanto um equívoco, portanto – não revogou de forma alguma esses axiomas do liberalismo –, mas é um caso atípico na medida em que, em uma resposta cooptativa ao desafio do socialismo, procurou regular sua influência. O neoliberalismo que transporta o século XX para o século XXI representa, portanto, um retorno significativo aos axiomas originais do liberalismo, embora galvanizado por uma mobilização sem precedentes não apenas do poder estatal nacional, mas do poder estatal organizado e exercido em diferentes escalas geográficas.

Consequentemente, as conexões entre o capital e o Estado, a reprodução social e o controle social foram drasticamente alterados. Essa transformação, cujos contornos estamos apenas começando a ver, está se expressando mais vividamente através de uma geografia alterada das relações sociais – mais concretamente, através de um redimensionamento dos processos e relações sociais que cria novos amálgamas de escala substituindo antigos amálgamas amplamente associados a "comunidade", "urbano", "regional", "nacional" e

"global". Neste artigo, concentro-me apenas no urbanismo neoliberal e na relação entre global e urbano. Não pretendo de forma alguma inferir que outras escalas são menos relevantes no amplo esquema das coisas, mas quero pegar o que parece ser um nexo especial que está sendo forjado entre a mudança global e a urbana. Em particular, gostaria de apresentar dois argumentos que, à primeira vista, parecerão bastante distintos. Em primeiro lugar, quero argumentar que, no contexto de um globalismo remodelado, amplamente (se parcialmente) expresso através dos discursos ideológicos da "globalização", também estamos vendo uma ampla redefinição da escala urbana – na verdade, um novo urbanismo – que redireciona os critérios de construção de escala, neste caso para processos de produção e para o extraordinário crescimento urbano na Ásia, América Latina e África. Em segundo lugar, concentrando-me mais na Europa e na América do Norte, quero argumentar que o processo comparativamente recente de gentrificação foi generalizado como uma característica central desse novo urbanismo. Portanto, ofereço duas linhas de argumentação sugerindo como o neoliberalismo desenvolve novas formas dentro da história mais ampla da urbanização capitalista. Concluindo, espero mostrar que as duas mudanças exploradas aqui estão realmente interconectadas.

Novo Urbanismo

Em seus relatos habilmente sintéticos, Saskia Sassen (1992, 1998, 2000) oferece um argumento de referência sobre a importância do lugar local no novo globalismo. O lugar, ela insiste, é central para a circulação de pessoas e capital que constituem a globalização, e o foco nos lugares urbanos em um mundo globalizado traz consigo um reconhecimento do rápido declínio da importância da economia nacional, ao mesmo tempo em que também insiste que a globalização ocorre através de complexos sociais e econômicos específicos enraizados em lugares específicos. Isso se baseia em um quadro familiar da globalização, definido em termos da mudança econômica da produção para o financiamento. As cidades globais surgiram quando, na década de 1970, o sistema financeiro global se expandiu dramaticamente e o investimento direto estrangeiro foi dominado, não pelo capital investido diretamente em funções produtivas, mas pelo capital que se movia para e entre os mercados de capital. Isso, por sua vez, polinizou uma ampla expansão dos serviços auxiliares de produção concentrados em postos

de comando e controle na economia financeira, e essas novas formas urbanas são marcadas por bifurcações extremas de riqueza e pobreza, realinhamentos dramáticos das relações de classe e dependência de novos fluxos de trabalho imigrante. Este, é claro, é o paradigma da cidade global. O equilíbrio do poder econômico mudou desde a década de 1970 "de locais de produção, como Detroit e Manchester, aos centros de finanças e serviços altamente especializados" (Sassen 1992:325).

Uma alternativa bem-vinda ao alegre otimismo das utopias globalizadas, o relato de Sassen é astuto sobre a mudança de conteúdo de algumas economias urbanas. No entanto, é vulnerável por motivos empíricos, que indicam um conjunto muito mais complicado de relações que conectam cidades globais e uma gama mais ampla de cidades que podem ser agrupadas sob o rótulo de cidades globais (Taylor 1999) e por motivos teóricos. No final, o argumento de Sassen é um pouco vago sobre como os lugares são, de fato, construídos. Todavia, ainda não vai longe o suficiente. É como se a economia social global compreendesse uma infinidade de contêineres – Estados-nações – dentro dos quais cabem vários contêineres menores, as cidades. A globalização provoca uma mudança dramática nos tipos de relações e atividades sociais e econômicas realizadas nesses contêineres, uma reordenação das atividades entre diferentes contêineres e uma maior porosidade dos contêineres nacionais, de modo que a turbulência no vasto mar global cada vez mais cutuque as cidades diretamente. No entanto, com exceção de alguns contêineres nacionais que podem realmente afundar, os próprios contêineres permanecem rigidamente intactos nessa visão, mesmo quando as relações entre eles são transformadas. Como Brenner (1998:11) coloca, o relato de Sassen permanece "surpreendentemente estadocêntrico". Quero argumentar aqui que, no contexto de um novo globalismo, estamos experimentando o surgimento de um novo urbanismo, de modo que os próprios contêineres estão sendo fundamentalmente reformulados. "O urbano" está sendo redefinido tão dramaticamente quanto o global; os antigos contêineres conceituais – nossas suposições dos anos 1970 sobre o que "o urbano" é ou era – não mais se sustentam. A nova concatenação das funções e atividades urbanas *vis-à-vis* às mudanças nacionais e globais, não só a composição da cidade, mas a própria definição do que constitui – literalmente – a escala urbana.

As cidades desempenham historicamente múltiplas funções, que vão desde o militar e o religioso ao político, comercial, simbólico e cultural, dependendo da história e da geografia de sua construção e transformação.

A escala do urbano é igualmente expressiva de determinadas geografias e histórias sociais. Com o desenvolvimento e a expansão do capitalismo industrial, as cidades emergentes expressam cada vez mais o poderoso impulso para a centralização do capital, enquanto a *escala* do urbano é cada vez mais definida em termos dos limites geográficos para a migração diária do trabalho. Ou seja, assim que a divisão *social* do trabalho entre produção e reprodução se torna simultaneamente uma divisão espacial, e quaisquer outras funções que a cidade desempenhe e atividades que incorpore, a organização social e territorial da reprodução social do trabalho – a provisão e manutenção de um exército industrial de reserva – passa a desempenhar um papel fundamental na determinação da escala urbana. Mais do que qualquer outra coisa, a escala da cidade moderna é, assim, calibrada por algo bastante mundano: as determinações contraditórias dos limites geográficos do deslocamento diário dos trabalhadores entre a casa e o trabalho (Smith 1990:136–137).

A cidade keynesiana do capitalismo avançado, na qual o Estado subscreveu amplas faixas de reprodução social, da habitação ao bem-estar e à infraestrutura de transporte, representou o auge dessa relação definitiva entre escala urbana e reprodução social. Este é um tema consistente que percorre o trabalho de teóricos urbanos europeus e americanos desde a década de 1960, desde a revolução urbana (Lefebvre 1971) até a crise urbana (Harvey 1973) e a definição explícita do urbano em termos de consumo coletivo de Castells (1977), além de ser uma preocupação duradoura da teoria urbana feminista (Hansen e Pratt 1995; Katz 2001; Rose 1981). Igualmente um centro de acumulação de capital, a cidade keynesiana era, em muitos aspectos, a combinação do local da fila de contratação com a sala de estar de cada capital nacional. De fato, a assim chamada crise urbana do final dos anos 1960 e 1970 foi amplamente interpretada como uma crise de reprodução social, tendo a ver com a disfuncionalidade do racismo, da exploração de classe e do patriarcado e as contradições entre uma forma urbana desencadeada conforme critérios de acumulação e uma que tinha que ser justificada em termos de eficiência da reprodução social.

Vamos agora dar um passo para trás e olhar para a questão da "globalização", porque se estamos falando de cidades globais, presumivelmente sua definição está implicada nos seus processos. O que exatamente está se globalizando no início do século XXI? O que há de novo no presente? Certamente não é o capital mercantil que está sendo globalizado: Adam Smith e Karl Marx reconheceram um "mercado mundial". Da mesma forma, tampouco pode ser

o capital financeiro que está sendo globalizado. Os níveis contemporâneos de troca financeira global só agora estão começando a atingir novamente os níveis do período entre a década de 1890 e a Primeira Guerra Mundial. As instituições de Bretton Woods estabelecidas após 1944, especialmente o FMI, tinham a intenção de reestimular e regular os fluxos financeiros globais interrompidos pela Depressão e pela Guerra. Visto sob essa perspectiva histórica, a expansão global dos mercados de ações e câmbio e a ampla desregulamentação financeira desde a década de 1980 podem ser mais uma resposta à globalização do que sua causa. A globalização das imagens culturais na era dos computadores e da migração sem precedentes também é muito poderosa, mas é difícil sustentar a reivindicação da novidade da globalização cultural, dada a extensão da fertilização cultural cruzada pré-existente. Muito antes da década de 1980, todas as culturas "nacionais" eram mais ou menos híbridas. Isso nos deixa com o capital produtivo, e acho que podemos argumentar que, na medida em que a globalização anuncia algo novo, o novo globalismo pode ser rastreado até a escala cada vez mais global – ou pelo menos internacional – da produção econômica. Até a década de 1970, a maioria das mercadorias de consumo era produzida em uma economia nacional para consumo interno ou para exportação para um mercado nacional diferente. Na década de 1990, esse modelo estava obsoleto, os locais definitivos de produção para modalidades específicas tornaram-se cada vez mais difíceis de identificar e a velha linguagem da geografia econômica não fazia mais sentido. Em automóveis, eletrônicos, vestuário, computadores, biomedicina e muitos outros setores industriais que variam de alta a baixa tecnologia, a produção agora está organizada além das fronteiras nacionais a tal ponto que as questões de "importação" e "exportação" nacionais são suplantadas por questões de comércio global interno ao processo de produção. A ideia de "capital nacional" faz pouco sentido hoje em dia, porque a maior parte do comércio global através das fronteiras nacionais agora é intrafirma: ocorre *dentro* das redes de produção de corporações individuais.

Há poucas dúvidas de que, em termos estritamente econômicos, o poder da maioria dos Estados organizados em escala nacional está se desgastando. Isso não invoca de forma alguma uma concepção de escala de "soma zero" (Brenner 1998; MacLeod 2001), nem é um argumento simplista de que o Estado-nação está declinando. Em primeiro lugar, o poder político e cultural de influência em escala nacional não está necessariamente erodindo e pode estar endurecendo em muitos lugares. Em segundo, a erosão do poder

econômico em escala nacional é altamente desigual e não necessariamente universal, com países como Estados Unidos ou China desfrutando de um destino bastante diferente da Malásia ou do Zimbábue. Por exemplo, Mészáros (2001) argumentou que a ambição dos Estados Unidos parece ser sua transformação em um Estado global, e a condução da brutal "guerra ao terrorismo" – na realidade, uma guerra pela hegemonia global (Smith, em breve) – aparenta confirmar essa análise. Ainda assim, as fontes de aumento da porosidade econômica em escala nacional são inegáveis: as comunicações e a desregulamentação financeira expandiram a mobilidade geográfica do capital; as migrações de mão-de-obra sem precedentes distanciaram as economias locais da dependência automática do trabalho doméstico; os Estados nacionais e locais (incluindo os governos municipais) responderam oferecendo cenouras ao capital enquanto aplicavam o bastão no trabalho e desmantelavam os apoios anteriores à reprodução social; e, finalmente, as lutas de classe e de raça recuaram bastante, dando aos governos locais e nacionais maior margem de manobra para abandonar esse setor da população excedente tanto pela reestruturação da economia quanto pela evisceração dos serviços sociais. O encarceramento em massa da classe trabalhadora e das populações minoritárias, especialmente nos Estados Unidos, é o análogo nacional da emergente cidade revanchista. Níveis comparativamente baixos de luta foram cruciais na virtual falta de resposta do governo aos levantes de Los Angeles após 1992, que contrastam dramaticamente com a resposta melhorada – se paternalista – após os levantes da década de 1960.

Duas mudanças que se reforçam mutuamente reestruturaram, consequentemente, as funções e papéis ativos das cidades. Em primeiro lugar, sistemas de produção anteriormente territorializados na escala regional (subnacional) foram cada vez mais cortados de seu contexto nacional definitivo, resultando não apenas nas ondas de desindustrialização nas décadas de 1970 e 1980, mas na indiscriminada reestruturação e desestruturação regional por atacado como parte de uma reformulação das hierarquias de escala estabelecidas. Como resultado, os sistemas de produção foram reduzidos. A territorialização da produção centraliza-se cada vez mais em centros metropolitanos estendidos, e não em regiões maiores: a escala metropolitana volta a dominar a escala regional, e não o contrário. No lugar do Nordeste ou Centro-Oeste americano, do Midlands inglês e do Ruhr alemão, por exemplo – clássicas consequências do capitalismo industrial moderno – temos São Paulo e Bangkok, Cidade do México e

Xangai, Mumbai e Seul. Enquanto as regiões industriais tradicionais eram a espinha dorsal dos capitais nacionais no século XIX e em grande parte do século XX, essas novas e enormes economias urbanas são cada vez mais as plataformas da produção global. Esse redimensionamento da produção para a escala metropolitana é uma expressão da mudança global; ao mesmo tempo, está no coração de um novo urbanismo.

Seu resultado também está ocorrendo, à medida que os Estados nacionais se afastam cada vez mais das políticas urbanas liberais que dominaram as décadas centrais do século XX nas economias capitalistas avançadas. Nos Estados Unidos, a recusa do presidente Ford em resgatar a cidade de Nova Iorque em meio a uma profunda crise fiscal (imortalizada na famosa manchete do *Daily News*: "Ford para a cidade: fim da linha"), seguida pelo fracasso da tentativa do plano urbano do presidente Carter, em 1978, deram os primeiros indícios de uma economia nacional cada vez mais desvinculada e independente de suas cidades. O desaparecimento generalizado da política urbana liberal seguiu à trancos e barrancos, trabalhando em direção ao cínico corte de Clinton do sistema de bem-estar social em 1996. Se os efeitos são muitas vezes mais suaves e assumem inúmeras formas, a trajetória da mudança é semelhante na maioria das economias mais ricas, embora a Itália – apesar da transferência de algum poder estatal nacional para a União Europeia – possa ser uma exceção.

O ponto aqui não é que o Estado nacional esteja necessariamente enfraquecido ou que a territorialidade do poder político e econômico esteja de alguma forma menos potente. Esse argumento – de que o poder global hoje reside em uma rede de conexões econômicas, e não em qualquer lugar específico – está incorporado no influente tratamento do Império por Hardt e Negri (2000), mas é falho por uma certa necromancia com o capital financeiro, e uma cegueira para as contradições do poder que vem com a necessária fixação de atividades econômicas e o controle político no espaço. Certamente, funções e atividades específicas previamente organizadas em escala nacional estão sendo dispersas para outras escalas para cima e para baixo na hierarquia da escala. Ao mesmo tempo, no entanto, os Estados nacionais estão sendo ressignificados como atores econômicos mais puros e territorialmente enraizados no e do mercado, em vez de serem externamente exaltados. A reestruturação social e econômica são também simultaneamente a reestruturação da escala espacial, na medida em que a fixação de escalas cristaliza os contornos do poder social – quem é empoderado e quem é contido, quem ganha e quem perde – em paisagens físicas reerguidas (Brenner 1998; Smith e Dennis 1987; Swyngedouw 1996, 1997).

Como várias contribuições para este volume sugerem, o urbanismo neoliberal é parte integrante desse redimensionamento mais amplo de funções, atividades e relações. Ele vem com uma ênfase considerável no nexo entre produção e capital financeiro em detrimento de questões sobre a reprodução social. Não é que a organização da reprodução social não module mais a definição da escala urbana, mas, sim, que seu poder de o fazer está significativamente esgotado. Os debates públicos sobre a expansão suburbana na Europa e especialmente nos Estados Unidos, as intensas campanhas na Europa promovendo a "regeneração" urbana e os movimentos emergentes de justiça ambiental sugerem não apenas que a crise da reprodução social é completamente territorializada, mas, inversamente, que a produção do espaço urbano também passou a incorporar essa crise. Existe uma conexão entre a produção da escala urbana e a expansão eficiente do valor, e um urbanismo "mal dimensionado" pode interferir seriamente na acumulação de capital. A crise do deslocamento diário está no centro dessa crise. Uma vez supus (Smith 1990:137) que, onde a expansão geográfica das cidades superasse sua capacidade de levar as pessoas de casa para o trabalho e de volta para casa, o resultado seria não apenas o caos urbano, mas uma "fragmentação e desequilíbrio na universalização do trabalho abstrato" que atingiria o coração da coesão econômica. Embora essa contradição entre forma geográfica e processo econômico sem dúvida perdure, as evidências de cidades em muitas partes da Ásia, África e América Latina apresentam um quadro bastante diferente. O deslocamento diário em São Paulo, por exemplo, pode começar para muitos às 3h30 e levar mais de quatro horas em cada direção. Em Harare, Zimbábue, o tempo médio de deslocamento dos municípios negros na periferia urbana também é de quatro horas em cada sentido, levando a uma jornada de trabalho em que os trabalhadores estão ausentes de casa por dezesseis horas e dormem a maior parte do tempo restante. O custo econômico do deslocamento para esses mesmos trabalhadores também se expandiu dramaticamente, em parte como resultado da privatização do transporte a pedido do Banco Mundial: os deslocamentos que consumiam cerca de 8% da renda semanal no início dos anos 80, exigiram entre 22% e 45% em meados dos anos 90 (Ramsamy 2001:375–377).

Por que isso está acontecendo? Muitos planejadores bem-intencionados acusam a falta de infraestrutura adequada, e isso é inegavelmente um problema. No entanto, se recuarmos um nível de abstração, há uma contradição geográfica fundamental entre os valores da terra

dramaticamente aumentados que acompanham a centralização do capital no núcleo dessas metrópoles e os locais marginais e ex-urbanos onde os trabalhadores são forçados a (sobre)viver dos salários lamentáveis sobre os quais essa centralização de capital é construída. Ainda assim, extraordinariamente, os deslocamentos caóticos e árduos ainda não levaram a um colapso econômico; os impulsos da produção econômica – e, especialmente, a necessidade de que os trabalhadores apareçam no local de trabalho – prevaleceram sobre quaisquer restrições que emanam das condições de reprodução social. Os rigores do deslocamento quase insuportável ainda não comprometeram a produção econômica. Em vez disso, eles provocaram uma "resiliência desesperada" e foram absorvidos em meio ao colapso social mais amplo que Katz (próximo) chama de "desenvolvimentos desintegradores".

Assim, a ponta de lança na reestruturação combinada da escala e função urbanas não reside nas antigas cidades do capitalismo avançado, onde a desintegração das regiões tradicionais baseadas na produção e o crescente deslocamento da reprodução social na escala urbana é certamente doloroso, improvável de passar sem oposição, mas também parcial. Em vez disso, encontra-se nas grandes e em rápida expansão metrópoles da Ásia, América Latina e partes da África, onde o Estado de bem-estar keynesiano nunca foi instalado significativamente, o vínculo definitivo entre a cidade e a reprodução social nunca foi primordial e o aprisionamento de velhas formas, estruturas e paisagens é muito menos forte. Essas economias metropolitanas estão se tornando os focos de produção de um novo globalismo. Ao contrário da suburbanização dos anos do pós-guerra na América do Norte e Europa, Oceania e Japão, a dramática expansão urbana do início do século XXI será inequivocamente liderada pela expansão da produção social em vez da reprodução. A este respeito, pelo menos, o anúncio de Lefebvre de uma revolução urbana redefinindo a cidade e as lutas urbanas em termos de reprodução social – ou mesmo a definição de Castells do urbano em termos de consumo coletivo – desaparecerá na memória histórica. Se "o capitalismo mudou de marcha" com o advento do keynesianismo, "de uma urbanização do 'lado da oferta' para uma urbanização do 'lado da demanda'", como Harvey (1985:202, 209) observou uma vez, o urbanismo do século XXI potencialmente reverte essa mudança.

Essa reestruturação da escala e o reempoderamento cauteloso da escala urbana – a ambição de Giuliani por uma política externa de cinco distritos – representam apenas um fio do urbanismo neoliberal. Isso se encaixa

com a avaliação mais culturalmente sintonizada do geógrafo político Peter Taylor (1995:58), que argumenta que "as cidades estão substituindo os Estados na construção de identidades sociais". Cidades como São Paulo e Xangai, Lagos e Mumbai provavelmente desafiarão os centros urbanos mais tradicionais, não apenas em tamanho e densidade de atividade econômica – elas já fizeram isso – mas principalmente como incubadoras líderes na economia global, progenitoras da nova forma, processo e identidade urbanas. Ninguém argumenta seriamente que o século XXI verá um retorno a um mundo de cidades-Estados – mas veremos uma recaptura da prerrogativa política urbana *vis-à-vis* regiões e Estados-nação.

Finalmente, a redefinição da escala do urbano em termos de produção social, em vez de reprodução, não diminui de forma alguma a importância da reprodução social na busca da vida urbana. Muito pelo contrário: as lutas pela reprodução social assumem um significado maior precisamente por causa do desmantelamento das responsabilidades do Estado. No entanto, a abstenção do Estado nesta área é acompanhada por um ativismo estatal intensificado em termos de controle social. A transformação de Nova Iorque em uma "cidade revanchista" não é um evento isolado, e o surgimento de formas e práticas estatais mais autoritárias não é difícil de compreender no contexto do redimensionamento de geografias globais e locais. De acordo com Swyngedouw (1997:138), a substituição da disciplina de mercado pela de um Estado de bem-estar esvaziado exclui deliberadamente partes significativas da população, e o medo da resistência social provoca um maior autoritarismo estatal. Ao mesmo tempo, a nova força de trabalho urbana compreende cada vez mais trabalhadores marginais e a tempo parcial, que não estão totalmente integrados em sistemas cada vez menores de disciplina econômica estatal, bem como imigrantes cujas redes culturais e políticas – parte dos meios de reprodução social – também fornecem normas alternativas de prática social, possibilidades alternativas de resistência.

Em resumo, meu ponto aqui não é argumentar que cidades como Nova Iorque, Londres e Tóquio não têm poder na hierarquia global dos lugares urbanos e das altas finanças. A concentração de funções financeiras e de comando nesses centros é inegável. Em vez disso, estou tentando colocar esse poder em contexto e, ao questionar a suposição comum de que o poder do capital financeiro é necessariamente primordial, questionar os critérios segundo os quais as cidades passam a ser apelidadas de "globais". Se há alguma verdade no argumento de que a assim chamada globalização

resulta, em primeiro lugar, da globalização da produção, então nossa avaliação do que constitui uma cidade global deve presumivelmente refletir essa afirmação.

Regeneração urbana: gentrificação como estratégia urbana global

Deixe-me agora mudar de escala e focar no processo de gentrificação. Se uma dimensão do urbanismo neoliberal no século XXI é uma inclusão desigual de experiências urbanas asiáticas e latino-americanas, especialmente na vanguarda de um novo urbanismo, uma segunda dimensão diz respeito ao que poderia ser chamado de generalização da gentrificação como uma estratégia urbana global. À primeira vista, esses certamente parecem dois argumentos bastante diferentes, um sobre moradias de luxo nos centros do poder global, o outro sobre novos modelos de urbanismo das periferias integradoras. Eles certamente expressam experiências contrastantes de um novo urbanismo, mas esse é precisamente o ponto. O urbanismo neoliberal engloba uma ampla gama de aspectos de mudanças sociais, econômicas e geográficas, e o ponto desses argumentos contrastantes é empurrar a questão de quão variada é a experiência do urbanismo neoliberal e como esses mundos contrastantes se encaixam.

A visão da maioria dos estudiosos de gentrificação permanece intimamente ligada ao processo como foi definido na década de 1960 pela socióloga Ruth Glass. Aqui está sua declaração fundadora de 1964 (Glass 1964:xviii), que revelou a gentrificação como um processo discreto:

> Um por um, muitos dos bairros da classe trabalhadora de Londres foram invadidos pelas classes médias – altas e baixas. Cabanas e chalés desgastados e modestos – dois quartos para cima e dois para baixo – foram tomados, quando seus arrendamentos expiraram, e se tornaram residências elegantes e caras. Casas vitorianas maiores, rebaixadas em um período anterior ou recentemente – que foram usadas como casas de hospedagem ou estavam em ocupação múltipla – foram renovadas mais uma vez. Uma vez que esse processo de "gentrificação" começa em um distrito, ele continua rapidamente até que todos ou a maioria dos ocupantes originais da classe trabalhadora sejam deslocados e todo o caráter social do distrito seja mudado.

Quase poeticamente, Glass capturou a novidade desse novo processo pelo qual uma nova "nobreza" urbana transformou os bairros da classe trabalhadora. Considere agora uma declaração atualizada trinta e cinco anos depois, novamente de Londres. O seguinte trecho é um decreto de 1999 para "o Renascimento Urbano" (DETR 1999), lançado por uma Força-Tarefa Urbana especial nomeada pelo Departamento de Meio Ambiente, Transportes e Regiões do Reino Unido (DETR):

> A Força-Tarefa Urbana identificará as causas do declínio urbano… e soluções práticas para trazer as pessoas de volta às nossas cidades, vilas e bairros urbanos. Estabelecerá uma nova visão para a regeneração urbana. Nos próximos vinte e cinco anos, 60% das novas habitações devem ser construídas em terrenos previamente urbanizados. Perdemos o controle de nossas cidades, permitindo que elas se tornassem estragadas devido a um design pobre, dispersão econômica e polarização social. O início do século XXI é um momento de mudança que oferece a oportunidade de um renascimento urbano.

Essa linguagem do renascimento urbano não é nova, é claro, mas assume um significado muito maior aqui. A escala de ambições para a reconstrução urbana se expandiu dramaticamente. Enquanto o patrocínio estatal para a renovação urbana das cidades ocidentais no pós-Guerra ajudou a encorajar a difusa gentrificação realizada pelo mercado privado, essa gentrificação e a intensificação da privatização dos mercados imobiliários e fundiários do centro da cidade desde a década de 1980, por sua vez, forneceram a plataforma sobre a qual planos em grande escala de regeneração urbana multifacetados são estabelecidos, superando em muito a renovação urbana dos anos 1960. A linguagem atual da regeneração urbana, particularmente na Europa, não é unidimensional, mas evidencia, entre outras coisas, uma generalização da gentrificação na paisagem urbana.

Considere algumas diferenças importantes nas visões apresentadas por Glass e pelo DETR. Para Glass, a gentrificação dos anos 1960 era uma esquisitice marginal no mercado imobiliário de Islington – um pitoresco esporte urbano das classes profissionais mais modernas sem medo de se misturar com as massas –, até que ao final do século XX tornou-se um objetivo central da política urbana britânica. Considerando que os principais agentes na teoria de Glass provavelmente eram imigrantes de

classe média e média alta para um bairro, os agentes da regeneração urbana trinta e cinco anos depois são parcerias governamentais, corporativas ou público-privadas. Um processo aparentemente fortuito e não planejado que surgiu no mercado imobiliário do pós-Guerra está agora, em um extremo, sendo ambiciosa e escrupulosamente planejado. Aquilo que era totalmente casual é cada vez mais sistematizado. Em escala e diversidade, o processo de gentrificação evoluiu rapidamente, ao ponto de projetos de reabilitação estritamente residenciais que eram tão paradigmáticos do processo nas décadas de 1960 e 1970 agora parecerem pitorescos, não apenas na paisagem urbana, mas na literatura da teoria urbana.

Mais importante, talvez, uma realidade altamente local, identificada pela primeira vez em algumas das principais cidades do capitalismo avançado, como Londres, Nova Iorque, Paris e Sydney, é agora praticamente global. Sua evolução foi tanto vertical quanto lateral. Por um lado, a gentrificação como um processo decaiu rapidamente na hierarquia urbana; evidentemente não apenas nas maiores cidades, mas em centros mais improváveis, como as cidades anteriormente industriais de Cleveland ou Glasgow, cidades menores como Malmö ou Granada, e até mesmo pequenos centros comerciais, como Lancaster, Pensilvânia ou Ceské Krumlov, na República Tcheca. Ao mesmo tempo, o processo também se difundiu geograficamente, com relatos de gentrificação de Tóquio a Tenerife (Garcia 2001), São Paulo a Puebla, no México (Jones e Varley 1999), Cidade do Cabo (Garside 1993) ao Caribe (Thomas 1991), Xangai a Seul. Com alguma ironia, mesmo em Hobart, a capital da Terra de Van Diemen (Tasmânia), onde camponeses britânicos dispostos que se tornaram caçadores furtivos e rebeldes foram exilados no século XIX e onde, por sua vez, a população local foi aniquilada, também está passando por gentrificação.

É claro que essas experiências de gentrificação são altamente variadas e distribuídas de forma desigual, muito mais diversificadas do que os primeiros casos europeus ou americanos de gentrificação. Eles nascem de economias locais e conjuntos culturais bastante variados e se conectam de muitas maneiras complicadas a economias políticas nacionais e globais mais amplas. O ponto importante aqui é a rapidez da evolução de um processo urbano inicialmente marginal identificado pela primeira vez na década de 1960 e sua transformação contínua em uma dimensão significativa do urbanismo contemporâneo. Seja em sua forma pitoresca, representada pelos escritos de Glass, ou em sua forma socialmente organizada no século XXI, a gentrificação tende a um deslocamento de

moradores da classe trabalhadora dos centros urbanos. De fato, a natureza de classe do processo, transparente na versão de gentrificação de Glass, está assiduamente escondida no palavreado do governo trabalhista britânico. Esse silêncio sintomático diz tanto sobre a geografia social e cultural em mudança da cidade, duplicada com uma geografia econômica em mudança, tanto quanto seus sinais mais visíveis e volúveis.

No contexto da América do Norte e da Europa, é possível identificar três ondas de gentrificação (Hackworth 2000). A primeira onda, a partir da década de 1950, pode ser pensada como uma gentrificação esporádica, assim como Glass a observou. Uma segunda onda se seguiu nas décadas de 1970 e 1980, à medida que a gentrificação se tornou cada vez mais entrelaçada com processos mais amplos de reestruturação urbana e econômica. Hackworth (2000) chama isso de "fase de ancoragem" da gentrificação. Uma terceira onda surge na década de 1990; podemos pensar nisso como gentrificação generalizada. É claro que essa evolução da gentrificação ocorreu de maneiras marcadamente diferentes em diferentes cidades e bairros e de acordo com diferentes ritmos temporais. Na Cidade do México, por exemplo, o processo não é tão capitalizado ou generalizado como em Nova Iorque, permanecendo confinado ao distrito central da cidade, além de Coyoacán, e a demarcação de três ondas identificáveis de gentrificação tem pouca ou nenhuma validade empírica lá. Em Seul ou São Paulo, o processo é geograficamente isolado e incipiente. No Caribe, as conexões crescentes entre gentrificação e capital global geralmente são filtradas através da indústria do turismo, dando-lhe seu próprio sabor distinto. Da mesma forma, a transformação de milhas e milhas de antigas propriedades de cais e armazéns ao longo de ambas as margens do Tâmisa sugere que a gentrificação em Londres é mais expansiva do que na maioria das cidades norte-americanas. Na medida em que é uma expressão de relações sociais, econômicas e políticas mais amplas, a gentrificação em qualquer cidade em particular expressará as particularidades do lugar na criação de seu espaço urbano.

E, no entanto, em diferentes graus, a gentrificação havia evoluído durante os anos 1990 em uma estratégia urbana crucial para os governos municipais em conjunto com o capital privado em cidades ao redor do mundo. A política urbana liberal, que na Europa remonta em alguns lugares ao final do século XIX e na América do Norte à transição da Era Progressista para o *New Deal* de Roosevelt, foi sistematicamente derrotada a partir das crises econômicas políticas da década de 1970 e das administrações nacionais

conservadoras que se seguiram na década de 1980. De Reagan a Thatcher e, mais tarde, Kohl, as disposições dessa política urbana liberal foram sistematicamente enfraquecidas ou desmanteladas em escala nacional, e as restrições de políticas públicas à gentrificação foram substituídas pela transformação subsidiada pelo mercado privado do ambiente construído urbano. Essa transformação foi intensificada pelo círculo de líderes neoliberais que se seguiu – Clinton, Blair, Schröder – e a nova fase de gentrificação, portanto, se encaixa com uma conquista de classe maior, não apenas do poder nacional, mas da política urbana. No final do século XX, a gentrificação alimentada por uma parceria concertada e sistemática de planejamento público com capital público e privado havia se movido para o vácuo deixado pelo fim da política urbana liberal. Em outros lugares, onde as cidades não foram governadas pela política urbana liberal durante grande parte do século XX, a trajetória de mudança tem sido diferente, mas a adoção de uma gentrificação amplamente concebida de centros antigos como uma estratégia urbana competitiva no mercado global leva em uma direção semelhante. A respeito disso, pelo menos, o neoliberalismo da virada do século sugere um pouco de convergência entre as experiências urbanas nas cidades maiores do que costumava ser chamado de Primeiro e Terceiro Mundos.

A generalização da gentrificação tem várias dimensões. Estas podem ser entendidas a partir de cinco características inter-relacionadas: o papel transformado do Estado, a penetração das finanças globais, a mudança dos níveis de oposição política, a dispersão geográfica e a generalização setorial da gentrificação. Vamos examinar uma por uma. Primeiro, entre a segunda e a terceira onda de gentrificação, o papel do Estado mudou drasticamente (Hackworth e Smith 2001). Na década de 1990, a retirada relativa do estado nacional dos subsídios à gentrificação que ocorreu na década de 1980 foi revertida com a intensificação das parcerias entre o capital privado e o município, resultando em desenvolvimentos maiores, mais caros e mais simbólicos, desde a orla de Barcelona à praça Potsdamer Platz em Berlim. A política urbana não aspira mais a orientar ou regular a direção do crescimento econômico, mas sim a se adequar aos sulcos já estabelecidos pelo mercado em busca dos maiores retornos, seja diretamente ou em termos de receitas fiscais.

O novo papel desempenhado pelo capital global é também definitivo para a generalização da gentrificação. Do complexo financeiro Canary Wharf de Londres ao bairro Battery Park City em Nova Iorque – desenvolvida

pela mesma empresa canadense – é fácil apontar para o novo influxo de capital global em grandes mega desenvolvimentos em centros urbanos (Fainstein 1994). Tão notável, no entanto, é a extensão em que o capital global se infiltrou em desenvolvimentos de vizinhanças muito mais modestas. Emblemático a esse respeito é um novo condomínio de sessenta e uma unidades no bairro Lower East Side em Nova Iorque, a duas milhas de Wall Street, onde todos os apartamentos estão conectados com as mais recentes conexões de internet de alta velocidade. Este é um pequeno desenvolvimento para os padrões globais da cidade, mas foi construído por mão-de-obra imigrante não sindicalizada (um desenvolvimento impressionante em Nova Iorque na década de 1990), o desenvolvedor é israelense e a principal fonte de financiamento vem do Banco Europeu Americano (Smith e DiFilippis 1999). O alcance do capital global até a escala de vizinhança local é igualmente uma marca registrada da última fase de gentrificação.

Em terceiro lugar, há a questão da oposição à gentrificação. De Amsterdã a Sydney, de Berlim a Vancouver, de São Francisco a Paris, a segunda onda de gentrificação foi acompanhada pela ascensão de uma miríade de desabrigados, ocupações, moradias e outros movimentos e organizações antigentrificação que muitas vezes estavam vagamente ligados em torno de questões sobrepostas. Estes raramente se uniram como movimentos em toda a cidade, mas eles desafiaram a gentrificação o suficiente para que, em cada caso, fossem alvo de políticos da cidade e forças policiais. Além de tudo, os altos níveis de repressão voltados para os movimentos antigentrificação nas décadas de 1980 e 1990 testemunharam a crescente centralidade do desenvolvimento imobiliário na nova economia urbana. Os regimes políticos das cidades estavam mudando em uníssono com seu perfil econômico, e o desmantelamento da política urbana liberal proporcionou tanto uma oportunidade política quanto econômica para novos regimes de poder urbano. O surgimento da cidade revanchista (Smith 1996) não foi apenas um fenômeno de Nova Iorque: pode ser visto nas campanhas antiocupação em Amsterdã na década de 1980, nos ataques da polícia parisiense contra acampamentos de desabrigados (em grande parte imigrantes) e na importação de técnicas de tolerância zero de Nova Iorque por forças policiais em todo o mundo. Em São Paulo, as táticas altamente repressivas aplicadas às pessoas de rua da cidade são racionalizadas em termos da doutrina "científica" de "tolerância zero" que emana de Nova Iorque. Em todos esses casos, o novo revanchismo foi explicitamente

justificado em termos de tornar a cidade segura para a gentrificação. O novo autoritarismo anula a oposição e torna as ruas seguras para a gentrificação.

A quarta característica desta última fase é a exterior difusão da gentrificação a partir do centro urbano. Isso está longe de ser um processo suave ou regular, mas à medida que a gentrificação perto do centro resulta em maior renda da terra e preços de habitação mais altos, mesmo para propriedades antigas e não transformadas, os distritos mais distantes ficam presos no ímpeto da gentrificação. O padrão de difusão é altamente variável e é influenciado por tudo, desde arquitetura e parques até a presença de água. Acima de tudo, é voltado para os padrões históricos de investimento de capital e desinvestimento na paisagem. Quanto mais desigual for o crescimento externo inicial do investimento de capital e quanto mais desigual for o desinvestimento nessas novas paisagens, menor será a diferença da gentrificação. Da mesma forma, em cidades onde a maior parte da expansão espacial ocorreu nos últimos anos e onde as oportunidades de desinvestimento sustentado foram circunscritas, a difusão da gentrificação pode ser igualmente limitada.

Por fim, a generalização setorial que tipifica essa fase mais recente vai ao cerne do que distingue a nova gentrificação. Enquanto a renovação urbana nas décadas de 1950, 1960 e 1970 buscava uma reconstrução em grande escala dos centros de muitas cidades e galvanizou muitos setores da economia urbana no processo, ela era altamente regulamentada e limitada econômica e geograficamente pelo fato de ser totalmente dependente do financiamento público e, portanto, ter que abordar questões de ampla necessidade social, como a habitação social. Em contraste, a primeira onda de gentrificação que se seguiu à renovação urbana prosseguiu com considerável independência do setor público. Apesar do grande subsídio público, o peso total do financiamento do mercado privado não foi aplicado até a terceira onda. O que marca a última fase de gentrificação em muitas cidades, portanto, é que um novo amálgama de poderes e práticas corporativas e estatais foi forjado em um esforço muito mais ambicioso para gentrificar a cidade do que os anteriores.

Retomar a cidade para as classes médias envolve muito mais do que simplesmente fornecer moradia gentrificada. A terceira onda de gentrificação evoluiu para um veículo de transformação de áreas inteiras em novos complexos de paisagem terrestre que são pioneiros em uma abrangente retomada urbana com novos padrões de classe social. Esses novos

complexos paisagísticos agora integram habitação com lojas, restaurantes, instalações culturais (cf. Vine 2001), espaços abertos, oportunidades de emprego – novos complexos inteiros de lazer e entretenimento, consumo, produção e prazer, bem como residência. Tão importante quanto a gentrificação, a estratégia urbana tece os mercados financeiros globais junto com promotores imobiliários de grande e médio porte, comerciantes locais e agentes imobiliários com varejistas de marca, todos lubrificados pelos governos municipais e locais para os quais se supõe que os resultados sociais benéficos derivam do mercado e não de sua regulamentação. Mais crucialmente, o desenvolvimento imobiliário torna-se uma peça central da economia produtiva da cidade, um fim em si mesmo, justificado por apelos a empregos, impostos e turismo. De maneiras que dificilmente poderiam ter sido previstas na década de 1960, a construção de novos complexos de gentrificação em cidades centrais em todo o mundo tornou-se uma estratégia de acumulação de capital cada vez mais intangível para economias urbanas concorrentes. Aqui reside uma conexão central com o esboço maior de um novo urbanismo, e retornaremos a ele em breve.

A apropriação estratégica e a generalização da gentrificação como meio de competição interurbana global encontram expressão mais desenvolvida na linguagem da "regeneração urbana". Em consonância com a importância do Estado na nova onda de mudança urbana, não foi nos Estados Unidos que esse processo avançou mais, mas sim na Europa. A administração trabalhista de Tony Blair pode ser a defensora mais falada da reinvenção da gentrificação como "regeneração urbana", mas a gentrificação é um movimento em toda a Europa. A Dinamarca, por exemplo, tornou a política oficial de regeneração em 1997 com uma Secretaria Nacional de Regeneração Urbana separada, e os burocratas de Berlim passaram a ver todo o período de reconstrução após 1991 como um período de "regeneração urbana". Uma importante conferência foi realizada em Paris, em dezembro de 2000, sobre o tema "Convergência na Regeneração Urbana e na Política de Habitação na Europa". A conferência contou com a participação de experientes diretores políticos e conselheiros representando todos os governos da União Europeia, juntamente com alguns estados vizinhos que aspiram à adesão à UE; as publicações sinalizaram a intenção de empurrar o "debate sobre habitação e regeneração […] além do estreito período de desenvolvimento físico para examinar os arranjos institucionais que devem ser postos em prática" para tornar a "regeneração urbana" uma realidade. A missão dos participantes da conferência foi prática e abrangente: a transformação

urbana em larga escala exigirá vínculos sólidos entre "os provedores de habitação social, investidores privados e responsáveis por treinamento ou policiamento", bem como entre "agências locais de regeneração, autoridades locais e governos nacionais". As políticas de regeneração são multifacetadas e incluem vários esforços que normalmente não seriam incluídos sob o rótulo de "gentrificação", mas também faz sentido ver essas iniciativas – o manifesto britânico de regeneração urbana, as políticas estatais europeias e os esforços para estabelecer uma estratégia de regeneração urbana em toda a Europa – como as tentativas mais ambiciosas de incorporar a gentrificação no coração das políticas urbanas transnacionais.

Há uma série de aspectos marcantes dessas novas agendas de "regeneração urbana". Primeiramente, uma questão de escala. A coordenação das estratégias de "regeneração" urbana através das fronteiras nacionais é inédita. Enquanto várias fontes internacionais certamente contribuíram para a reconstrução das cidades europeias após a Segunda Guerra Mundial, os programas de renovação urbana subsequentes foram resolutamente nacionais em origem, financiamento e escopo. Hoje, em contraste, as iniciativas de regeneração urbana em toda a Europa são pioneiras na gentrificação transnacional em uma escala nunca antes vista. Uma preocupação central reside nos esforços para integrar iniciativas habitacionais com "outras atividades regenerativas". Assim, como o título da conferência de Paris transmite, essa transição da política de gentrificação centrada na habitação para uma ampla "regeneração" multissetorial ainda está em processo – e, ao contrário da situação nos Estados Unidos, a questão da habitação social não pode ser totalmente excluída da visão de regeneração. Embora uma estratégia de regeneração urbana centrada no Estado em toda a Europa ainda não esteja em vigor, para os "eurocratas", desenvolvedores e financiadores em todo o continente, ela está em evidência. Uma conexão crucial com a discussão anterior do novo urbanismo torna-se clara: a gentrificação da terceira onda é cada vez mais expressiva do redimensionamento das escalas urbanas em relação às escalas nacional e global.

Em segundo lugar, a questão do enfoque geográfico. O manifesto de regeneração britânico de 1999, aparentemente atento às consequências ambientais da expansão suburbana contínua, declara que nos próximos vinte e cinco anos, 60% da nova provisão de habitação deve ocorrer em locais "abandonados" – isto é, em terras urbanas que já passaram por um ou mais ciclos de desenvolvimento. Claramente, esta iniciativa será destinada a áreas urbanas mais antigas que passaram por desinvestimento, e enquanto

estes podem ser espalhados por todas as áreas metropolitanas, é razoável esperar que eles estariam concentrados em ou perto de centros urbanos. Compreendida como regeneração, a gentrificação é assim reformulada como uma estratégia ambiental positiva e necessária.

Conectada está a questão do "equilíbrio social" e a necessidade, como diz a estratégia de regeneração, de "trazer as pessoas de volta às nossas cidades" (DETR 1999). "Equilíbrio social" soa como uma coisa boa – quem poderia ser contra o equilíbrio social? – até que se examine os bairros alvo de "regeneração", após o que fica claro que a estratégia envolve uma grande colonização pelas classes média e média alta. Para o político, planejador ou economista, o equilíbrio social em Brixton, em Londres, significa trazer "de volta" mais da classe média branca. Os defensores do "equilíbrio social" raramente, ou nunca, defendem que os bairros brancos devem ser equilibrados por um número igual de pessoas de descendência africana, caribenha ou asiática. Assim, não são as "pessoas" em geral que devem ser trazidas "de volta às nossas cidades"; esse apelo não se destina aos mineiros de carvão galeses, trabalhadores agrícolas bávaros ou pescadores bretões. Em vez disso, o apelo para trazer as pessoas de volta à cidade é sempre um apelo egoísta de que as classes média e média alta brancas retomem o controle das economias políticas e culturais, bem como a geografia das maiores cidades. Sondar o silêncio sintomático de quem deve ser convidado de volta à cidade começa a revelar a política de classe envolvida.

Depois, há a questão da inocente linguagem da "regeneração" em si mesma. Em primeiro lugar, de onde vem essa linguagem? Um termo biomédico e ecológico, "regeneração" se aplica a plantas, espécies ou órgãos individuais – um fígado ou uma floresta pode se regenerar – e insinua que a gentrificação estratégica da cidade é na verdade um processo natural. Assim, a defesa de estratégias de regeneração disfarça as origens e objetivos essencialmente sociais da mudança urbana e apaga a política de vencedores e perdedores da qual tais políticas emergem. A gentrificação geralmente envolve despejos e desocupações, mas nem o manifesto britânico para "regeneração urbana" nem a agenda da conferência de Paris em toda a Europa registram qualquer reconhecimento do destino dessas pessoas deslocadas pela proposta de reconquista da cidade.

A linguagem da regeneração adoça a gentrificação. Precisamente porque a linguagem da gentrificação diz a verdade sobre a mudança de classe envolvida na "regeneração" da cidade, tornou-se uma palavra suja para

desenvolvedores, políticos e financistas; nos encontramos na posição irônica de que nos Estados Unidos, onde a ideologia da ausência de classe é tão prevalente, a linguagem da gentrificação é bastante generalizada, enquanto na Europa é suprimida. Assim, mesmo planejadores aparentemente progressistas e conselheiros locais de Bochum (Alemanha) a Brixton, que ainda pensam em si mesmos como socialistas e que podem estar cientes dos perigos do deslocamento, foram capturados pela promessa burocrática de "regeneração" a tal ponto que a agenda integral de gentrificação generalizada dos centros urbanos é amplamente invisível. Não apenas a "regeneração urbana" representa a próxima onda de gentrificação, planejada e financiada em uma escala sem precedentes, mas a vitória dessa linguagem em anestesiar nossa compreensão crítica da gentrificação na Europa representa uma considerável vitória ideológica para as visões neoliberais da cidade.

O ponto aqui não é forçar um mapeamento individual entre estratégias de regeneração e gentrificação, ou condenar todas as estratégias de regeneração como cavalos de Tróia para gentrificação. Em vez disso, quero insistir que a gentrificação é uma intenção poderosa, embora muitas vezes camuflada, dentro das estratégias de regeneração urbana e montar um desafio crítico ao anódino ideológico que varre a questão da gentrificação de vista, mesmo quando a escala do processo se torna mais ameaçadora e a absorção da gentrificação em um urbanismo neoliberal mais amplo se torna mais palpável. A gentrificação como estratégia urbana global é uma expressão consumada do urbanismo neoliberal. Mobiliza reivindicações individuais de propriedade através de um mercado lubrificado por doações do estado.

Conclusão

Neste artigo, apresento dois argumentos bastante diferentes. Por um lado, desafio a suposição eurocêntrica de que as cidades globais devem ser definidas de acordo com as funções de comando e não por sua participação na produção global de mais-valia. Por outro, quero destacar as maneiras pelas quais a gentrificação evoluiu como uma estratégia urbana competitiva dentro da mesma economia global. A generalização da gentrificação pós-1990 como uma estratégia urbana global desempenha um papel fundamental no urbanismo neoliberal de duas maneiras. Primeiro, preenche o vácuo deixado pelo abandono da política urbana liberal do século XX. Em segundo lugar, serve os mercados imobiliários centrais e

do centro da cidade como setores fluorescentes de investimento de capital produtivo: a globalização do capital produtivo abraça a gentrificação. Isso não foi inevitável nem acidental. Em vez disso, à medida que as cidades se tornaram globais, o mesmo aconteceu com algumas de suas características definidoras. A globalização emergente da gentrificação, como a das próprias cidades, representa a vitória de certos interesses econômicos e sociais sobre outros, uma reafirmação de pressupostos econômicos (neoliberais) sobre a trajetória da gentrificação (Smith e DiFilippis 1999).

Mesmo onde a gentrificação em si permanece limitada, a mobilização dos mercados imobiliários urbanos como veículos de acumulação de capital é onipresente. Outro sintoma da intensa integração do setor imobiliário no núcleo de definição do urbanismo neoliberal vem de cidades como Kuala Lumpur, Singapura, Rio de Janeiro e Mumbai, onde os preços dos imóveis na década de 1990 se multiplicaram muitas vezes. Os mesmos processos de centralização do capital que acentuam a contradição entre produção e reprodução social também potencializam o processo de gentrificação, embora, é claro, isso funcione de maneiras muito diferentes em diferentes lugares. Em Mumbai, em particular, a desregulamentação do mercado e a concorrência global em meados da década de 1990 levaram a "preços extravagantemente altos" que eclipsaram brevemente até mesmo os de Nova Iorque, Londres e Tóquio (Nijman 2000:575). Os extremos altamente voláteis de 1996 recuaram, mas a extremidade superior do mercado imobiliário de Mumbai agora se encontra para sempre em concorrência com o setor imobiliário em cidades de todo o mundo, uma condição que trouxe gentrificação em pequena escala, mas muito real, para alguns bairros.

Enquanto o principal eixo territorial da competição econômica antes da década de 1970 colocava as economias regionais e nacionais umas contra as outras, na década de 1990 o novo eixo geográfico da competição colocava as cidades umas contra as outras na economia global. Esta competição ocorre não apenas em termos de atrair e manter a produção industrial, mas também na comercialização de cidades como destinos residenciais e turísticos. Isso tem sido explícito nas políticas de regeneração britânicas, como o City Challenge na década de 1990 (Jones e Ward neste volume), e igualmente explícito de Nova Iorque a Atlanta a Vancouver, onde as políticas antimoradores de rua foram justificadas em termos de uma indústria turística aprimorada. A revista *Travel and Leisure* agora hospeda um recurso regular que apropria a linguagem das "economias emergentes" para destacar as "cidades emergentes". Montevidéu é conhecida por sua "próspera

sociedade do café"; Túnis "tem uma grandeza que lembra Praga e Viena"; "A cidade do Panamá está se moldando como a porta de entrada culturalmente experiente" para a zona do Canal: "Uma vez que você se estabeleceu, saia e faça compras"; e "Cracóvia está experimentando um renascimento" (On the Town 2000:50). Aspirações semelhantes representam o intenso impulso urbano do prefeito Giuliani após a catástrofe do World Trade Center: "Saia e leve uma vida normal", ele exortou três dias após o 11 de setembro. "Vá a restaurantes, vá a peças de teatro e hotéis, gaste dinheiro".

Lefebvre (1971) argumentou uma vez que o urbanismo havia suplantado a industrialização como a força motriz da expansão capitalista: a industrialização poderia ter gerado a urbanização sistêmica, mas a urbanização agora engendrava a industrialização. Essa afirmação não resistiu ao teste do tempo, especialmente à luz da globalização da produção industrial e da expansão do Leste Asiático que estava bem no reboque, como escreveu Lefebvre. E, no entanto, ele parece ter antecipado algo muito real. Em um sentido global, obviamente a urbanização não suplantou a industrialização; todos os produtos que alimentam a urbanização são feitos em algum lugar da economia global. No entanto, o desenvolvimento imobiliário urbano – a gentrificação em massa – tornou-se agora uma força motriz central da expansão econômica urbana, um setor fundamental nas novas economias urbanas. Uma compreensão teórica adequada do urbanismo neoliberal terá que revisitar o argumento de Lefebvre e diferenciar seus *insights* de seus exageros.

7. Gentrificação e desenvolvimento desigual[56,57]

Tem crescido um debate sobre se a gentrificação e o redesenvolvimento urbano são processos temporários e efêmeros ou apenas o começo de uma reestruturação do espaço urbano a longo prazo. No sentido de analisar o futuro do centro desvalorizado da cidade[58], faz-se necessário compreender as origens do presente processo de redesenvolvimento, ainda que pouco ou nenhum trabalho teórico tenha sido feito. De fato, gentrificação e redesenvolvimento urbano são a ponta de lança de um processo maior de desenvolvimento desigual, é um processo específico, enraizado na estrutura do modo de produção capitalista. De acordo com essa perspectiva, a gentrificação é apenas uma pequena parte da reestruturação do espaço urbano, que é, por sua vez, parte de uma ampla reestruturação econômica demandada pela presente crise econômica.

Após uma década de intensa pesquisa, há crescentes evidências empíricas da gentrificação. Infelizmente, o desenvolvimento da teoria não seguiu o mesmo ritmo. Nesse sentido, isso pode surpreender, já que a teoria urbana tradicional tendeu a focar na morosa experiência de declínio urbano, e a

56. Orignalmente publicado como SMITH, Neil. Gentrification and Uneven Development. Economic Geography, Vol. 58, n. 2, 1982, pp. 139-155.Disponível em: https://humangeography.commons.gc.cuny.edu/wp-content/blogs.dir/3585/files/2018/01/smith.gentrification.pdf.

57. Tradução de Daniela Dias Marinho

58. innercity – O autor utiliza a noção de "innercity" como sendo uma parte de baixa renda no centro das cidades, como um centro "degradado" da cidade, diferenciando de "central city" e de "downtown". Algumas traduções entenderam como "centro antigo" da cidade, mas entendemos que a questão não é a temporalidade, mas uma dinâmica de valorização e desvalorização, como o autor irá explicar. Escolhemos nesta tradução, então, traduzir como "centro desvalorizado" da cidade, indicando que houve um processo que produziu esse fenômeno. (N.da T.)

nova realidade da gentrificação parece opor-se a essa experiência. As teorias tradicionais anteciparam o advento da gentrificação? Elas podem ao menos explicá-la? A realidade da gentrificação contradiz a base epistemológica de grande parte da teoria convencional, construída em torno dos processos concomitantes de expansão da periferia e declínio do centro? À luz da gentrificação, faz-se necessário um novo trabalho teórico? Juntamente com as questões mais empíricas acerca de quem os gentrificadores são e onde e quando o processo está ocorrendo, essas questões mais teóricas são inevitavelmente levantadas pela extensa reabilitação de bairros degradados da classe trabalhadora em todas as cidades do mundo capitalista moderno. É natural que o desenvolvimento teórico fique para trás do desenvolvimento da realidade, mas como a atenção cada vez mais se volta para o incerto futuro da gentrificação enquanto um importante processo urbano, pesquisadores serão forçados mais e mais a responder a essas questões teóricas mais amplas como forma de compreender não apenas o quem, onde e quando da gentrificação, mas também o porquê. Este trabalho não tentará apresentar respostas para todas as questões teóricas apresentadas, mas irá, preferencialmente, rascunhar um quadro teórico no qual a gentrificação possa ser fundamentada de modo mais convincente. Assim, esse é o desenvolvimento de uma pesquisa empírica e teórica anterior (36;37) e deve ser vista como o prelúdio a um futuro trabalho empírico. O quadro teórico apresentado a seguir é proposto no espírito de uma hipótese e é útil apenas na medida em que oferece um conhecimento dentro da emergência concreta e histórica da gentrificação[59].

59. Por gentrificação eu refiro-me ao processo pelo qual os bairros residenciais da classe trabalhadora são reabilitados por compradores de classe média, locatários e incorporadoras profissionais. Eu faço a distinção teórica entre gentrificação e redesenvolvimento. Redesenvolvimento não envolve a reabilitação de velhas estruturas, mas a construção de novos edifícios em terrenos previamente urbanizados. Uma série de outros termos são frequentemente usados para se referir ao processo de gentrificação, e todos eles expressam uma perspectiva particular sobre o processo. "Revitalização" e "renascimento" sugerem que os bairros envolvidos eram de alguma forma desvitalizado ou culturalmente moribundos. Embora esse seja o caso algumas vezes, é frequentemente verdadeiro que as muito vivas comunidades da classe trabalhadora são desvitalizadas através da gentrificação. Portas abertas, brincadeiras na rua, e sentar na calçada são substituídos por barras de ferro, cães de guarda, cercas altas de madeira, e um desprezo pelas ruas. A ideia de "pioneiros urbanos" é tão ofensiva quanto a ideia do "pioneiro" original do Oeste norte-americano. Agora, como então, isso implica que ninguém vive nas áreas chamadas de pioneiras – ninguém que mereça ser percebido, pelo menos. Na Australia o processo é conhecido como trendificação, e em outras partes, pessoas que se mudam para esses lugares são chamadas "hipeoise"*. O termo gentrificação expressa a óbvia característica de classe do processo e por essa razão, embora possa não ser tecnicamente um "nobre" quem se muda, mas sim profissionais brancos de classe média, é empiricamente mais realista (41)

*hipeoise - quem age de acordo com práticas da moda. (N.da.T)

Gentrificação e teoria

O futuro do centro desvalorizado da cidade e a extensão na qual a gentrificação continuará são questões cada vez mais proeminentes na literatura urbana mais geral, e uma breve análise à resposta para essas questões ilustrará a urgência do desenvolvimento de novas perspectivas teóricas à luz da gentrificação. Com o surgimento de avaliações distintas sobre o futuro da gentrificação, e, apesar do fato de serem baseadas explícita ou implicitamente no mesmo corpo da teoria urbana, essas duas avaliações são mutuamente contraditórias. Adeptos do primeiro posicionamento sustentam que a gentrificação é localizada, um processo em pequena escala, o qual, ainda que seja simbolicamente importante, é puramente temporário e de pouca significância a longo prazo. Essa é a posição que Berry (3, p.144; 4), por exemplo, constantemente tem tido. Sua argumentação é a de que fatores particulares combinados para encorajar a gentrificação são eles mesmos puramente temporários; o alto custo da moradia de subúrbio, baixas taxas de déficit habitacional, mudanças no estilo de vida da geração baby boom, e outros fatores específicos somente prevalecerão acurto prazo, e quando eles não forem mais operacionais, a "revitalização" dos centros desvalorizados das cidades cessará.

Em oposição a isso, adeptos do segundo posicionamento sustentam que a gentrificação é apenas parte de uma "revitalização" maior, no núcleo e no centro desvalorizado da cidade, e uma recentralização de certas atividades urbanas. Resumindo, há um movimento de volta-para-a-cidade, o qual neste ponto evidentemente representa apenas um pequeno fluxo migratório de volta dos subúrbios, mas que também envolve a reemergência dos próprios serviços, instalações de lazer e oportunidades de emprego que encorajarão a expansão desse fluxo. Embora isso ainda não tenha sido inteiramente provado por si mesmo de acordo com adeptos do segundo posicionamento, esse movimento tem o potencial de reverter o declínio histórico do centro e do centro desvalorizado da cidade, e isso deve ser apoiado ativamente por políticas urbanas federais. Com uma ou duas exceções notáveis, essa é a perspectiva mantida por vários autores em Laska & Spain (22). Entre pesquisadores diretamente envolvidos nas questões de gentrificação, a "escola-de-volta-para-a-cidade", se podemos nomear desta forma, ganhou muitos adeptos. Porém, qualquer que seja seu mérito, essa avaliação otimista do futuro da gentrificação é raramente

baseada explicitamente em alguma perspectiva explanatória mais ampla, como a empregada por Berry. Seu embasamento mais em otimismo do que em teoria foi vividamente ilustrado quando um de seus mais conhecidos adeptos, Jimmy Carter, escolheu o South Bronx para simbolizar decadência que poderia ser revertida; mais do que conhecimento e compreensão, foi esperança e fé nos salutares efeitos da gentrificação a longo prazo que motivou a estadia do presidente Carter no South Bronx e a Política Nacional Urbana que se seguiu.

A escola de-volta-para-a-cidade é menos preocupada em explicar a gentrificação do que documentar o processo empírico em pormenores, da idade média, raça, e profissão dos gentrificadores a seu estilo de vida e variedade de suas preferências individuais. Explicações não faltam, com certeza; elas apenas têm maior probabilidade de estarem implícitas ou dadas como garantidas. Onde essas explicações são realmente tornadas explícitas, é marcante que elas sejam similares às explicações empregadas por Berry para explicar a conclusão oposta[60]. Isso, mais do que outra coisa, deve nos levar a questionar o quadro teórico convencional no qual a gentrificação tende a ser vista. Como pode uma teoria urbana consistente levar a conclusões diretamente opostas? Nós poderíamos talvez nos aliar a Berry e argumentar que no entusiasmo deles para um aparentemente novo desenvolvimento a escola de-volta-para-a-cidade ignorou ou subestimou o conselho de teorias duramente testadas. Mas a própria posição de Berry não é livre de problemas. Não é de toda forma acidental, então, que Berry, quem adere mais consistentemente às tradicionais teorias econômicas urbanas, é levado a subestimar a extensão e o significado da gentrificação. Nos próprios pressupostos sobre os quais as conclusões de Berry estão baseadas não é possível ocorrer a gentrificação.

Contribuições importantes já foram feitas em direção a uma crítica da teoria e premissas subjacentes à teoria econômica urbana tradicional (2; 16; 32), e este não é o lugar para que seja feito mais do que sumarizar resultados dessas críticas em sua relação com a gentrificação. Para explicar mudanças contemporâneas no mercado de imóveis no centro desvalorizado da cidade, Berry adota o modelo de filtragem. De acordo com esse modelo, novas moradias são geralmente ocupadas por famílias mais favorecidas, que

60. A maioria dos ensaios na publicação Laska & Spain (22) invoca a mesma combinação de fatores demográficos, de estilo de vida, econômicos e energéticos como em Berry. Veja também os ensaios nessa publicação por Rosenthal (31).

desocupam sua habitação menos espaçosa anterior para ocupantes mais pobres, e se mudam para fora em direção ao subúrbio periférico. Desta forma, o imóvel razoável é "filtrado" e é deixado para trás para famílias de baixa renda. Os piores imóveis são retirados do mercado pelo abandono ou demolição (4, p.16; 23). Inteiramente deixando de lado a questão de se essa "filtragem" de fato garanta habitação "razoável" para a classe trabalhadora, o modelo de filtragem invoca vários pressupostos que precisam ser examinados. Como a teoria econômica urbana mais tradicional, esse modelo simplesmente toma emprestado conceitos e premissas da economia neoclássica e os aplica ao problema urbano em questão. Especificamente, o modelo de filtragem assume, como um fator exógeno, que as pessoas têm uma série de preferências de consumo, uma das quais é de cada vez mais espaço residencial. Assume-se, então, que quanto mais se pode pagar por espaço, mais espaço será comprado. Espaços menores, menos desejados, são deixados para aqueles menos capazes de pagar. Outros fatores certamente interferem na demanda por moradia, assim como em sua oferta, mas essa preferência por espaço junto aos limites de renda necessária fornece o fundamento para o tratamento neoclássico do desenvolvimento urbano.

A gentrificação contradiz os pressupostos desse fundamento. Envolve a chamada filtragem em direção oposta e parece contradizer a noção de que a preferência por espaço *per se* é o que guia o processo de desenvolvimento residencial. Isso significa tanto que esse pressuposto deve ser deixado de fora da teoria quanto que "fatores externos" e limites de renda foram tão alterados de modo a tornar a preferência por mais espaço impraticável e inoperável. A gentrificação é assim entregue ao acaso, evento extraordinário, o desfecho acidental de uma mistura única de fatores exógenos. Mas a gentrificação não é extraordinária na realidade; ela é extraordinária apenas para a teoria que pressupõe que ela seja impossível de início. A experiência da gentrificação ilustra bem os limites da teoria urbana neoclássica, já que para explicar o processo, a teoria deve ser abandonada, e deve ser adotada uma explicação superficial baseada em fatores externos *ad hoc*. Porém, uma lista de fatores não faz uma explicação. A teoria alega explicar a suburbanização, mas não pode de forma alguma explicar a continuidade histórica da suburbanização à gentrificação e redesenvolvimento do centro desvalorizado da cidade. Berry implicitamente reconhece a necessidade de (mas falta de) tal continuidade histórica quando ele conclui:

> [...] uma restruturação de incentivos desempenhou um papel crítico no aumento da propriedade de imóveis e a transformação correspondente da forma urbana após a Segunda Guerra Mundial. Não há razão para se acreditar que outra reestruturação não possa ser projetada para levar a outras direções, pois em um sistema de mercado altamente móvel nada é mais efetivo que produzir mudança como a alteração nos preços relativos. Há, então, um caminho. Se há uma vontade é outra questão, visto que sob condições depluralismo democrático, prevalece a política do interesse do grupo, e o estado normal de tal política é "os negócios de sempre". As mudanças ousadas que seguiram A Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial foram respostas a graves crises, porque apenas numa atmosfera de crise que a liderança esclarecida pode prevalecer sobre os negócios normais da política no qual há uma meta infalível para o mínimo denominador comum. Nada mais do que uma crise equivalente irá, eu sugiro, possibilitar que a necessária e substancial revitalização do centro desvalorizado da cidade realize-se (4, pp. 27-8).

Hoje, eu poderia sugerir, estamos entrando em tal crise – não apenas nacionalmente, mas internacionalmente, não apenas no setor de moradia, mas em toda a economia – e essa crise tem de fato começado a realizar uma reestruturação de preços e, por conseguinte, de "incentivos" (13; 25). Porém, crise não é um fator exógeno, uma saída acidental do equilíbrio, como presumido na teoria neoclássica. A crise econômica é um produto histórico concreto, o qual, assim como levanta novas situações e relações, realiza em um curto período várias tendências já em desenvolvimento na economia (12; 19). Resta saber se as expectativas de Berry são justificadas quanto à liderança esclarecida; quase não há espaço para otimismo no presente. E embora tal "liderança" poderia, sem dúvidas, afetar o exato desfecho da crise, é igualmente claro que, com ou sem tal esclarecimento, uma reestruturação do espaço urbano já está em andamento. Enquanto essa reestruturação certamente envolve tais "fatores" como o baby boom, preço da energia, e o custo de unidades de moradia, sua raiz e seu impulso derivam de um processo mais profundo e muito específico de desenvolvimento desigual. Na escala urbana, a gentrificação representa a ponta de lança do processo.

Desenvolvimento desigual na escala urbana

De certa forma similar à gentrificação, o processo de *desenvolvimento desigual* se tornou um tópico popular para a pesquisa na última década. Desenvolvimento desigual é frequentemente entendido como uma verdade auto evidente, pois o desenvolvimento da sociedade não acontece em todos os lugares na mesma velocidade ou na mesma direção. Uma noção tão óbvia pouco mereceria menção, muito menos o escrutínio que tem recebido. Como discutido aqui, desenvolvimento desigual é um processo específico que é tanto único para o capitalismo quanto enraizado diretamente nas relações sociais fundamentais desse modo de produção. Com certeza, o desenvolvimento social em outros modos de produção pode muito bem ser desigual, mas é assim por razões muito distintas, tem um significado social diferente, e resulta em um padrão geográfico diferente. A geografia da cidade mercantil feudal é sistematicamente diferente da geografia da metrópole capitalista. Sob o capitalismo, a relação entre áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas é a mais óbvia e central manifestação do desenvolvimento desigual, e ocorre não apenas em escala internacional, mas também nas escalas regionais e urbanas (43). Independente de qual escala, o capital move-se espacialmente por motivos similares (não idênticos), e é essa similaridade de propósito e estrutura que engendra uma desigualdade espacial semelhante em diferentes escalas. Aqui é possível apenas esboçar parte da subjacente lógica econômica, e fazer isso de maneira muito resumida; uma fonte mais detalhada está disponível em outro lugar (39). Eu tomarei três aspectos centrais de desenvolvimento desigual e, ao examiná-los sequencialmente, reconstituirei um quadro para a teoria. A cada passo, eu localizarei a gentrificação dentro da análise, deste modo providenciando uma ilustração para a teoria do desenvolvimento desigual assim como um quadro teórico mais amplo dentro do qual se compreende a gentrificação.

Tendências para a diferenciação e equalização

Inerentes na estrutura do capitalismo, há duas tendências contraditórias em direção a, por um lado, a *equalização de condições e níveis do desenvolvimento* e, por outro lado, sua *diferenciação*. A tendência em direção à equalização emerge da necessidade mais básica por expansão

econômica na sociedade capitalista: capitalistas individuais e empresas podem sobreviver apenas ao ter lucro, mas numa economia regida pela competição entre empresas separadas, a sobrevivência requer expansão – a acumulação de cada vez maiores quantidades de capital. Ao nível da economia nacional ou mundial, isso se traduz na necessidade de crescimento econômico permanente; quando tal crescimento não ocorre, o sistema está em *crise*. A expansão econômica é abastecida ao atrair mais e mais trabalhadores para a relação de trabalho assalariado, pela localização e exploração de quantidades maiores de matéria-prima e pelo desenvolvimento dos meios de transporte que proporcionam acesso mais barato e rápido para as matérias-primas e mercados. Resumidamente, a expansão é abastecida pela criação de um número maior e variedade ampla de mercadorias, ao vendê-las no mercado, e ao reinvestir parte do lucro em uma nova expansão da escala das forças produtivas. Sociedades pré-capitalistas são pressionadas para servir ao capital e subjugadas, através do mercado mundial, ao domínio da relação de trabalho assalariado. Com a transformação do planeta em um meio de produção universal, nenhum canto é imune à busca por matérias-primas; cada polegada de superfície de terra, assim como o mar, o ar, e o substrato geológico é reduzida aos olhos do capital a um meio de produção real ou potencial, cada um com sua etiqueta de preço. Isto é o que está por trás da tendência em direção à equalização. Dessa forma é que uma nova fábrica de carros em Tóquio é praticamente a mesma que uma nova fábrica de carros em Essen ou em Brasília, e exceto em detalhes superficiais, os subúrbios abastados de Santiago parecem os subúrbios de Sidney ou São Francisco.

Em termos de espaço geográfico, a expansão do capital e a equalização de condições e níveis de desenvolvimento são o que leva ao chamado "mundo em contração". O capital vai no sentido de ultrapassar todas as barreiras espaciais ao expandir e medir a distância espacial pelo tempo de transporte. Esse é o processo o qual Marx perceptivamente classificou de "anulação [ou destruição ou aniquilação] do espaço pelo tempo":

> É da natureza do capital mover-se para além de todas as barreiras espaciais. A criação das condições físicas da troca – de meios de comunicação e transporte – devém uma necessidade para o capital em uma dimensão totalmente diferente – a anulação do espaço pelo tempo. […] Assim, enquanto o capital, por um lado, tem de se

> empenhar para derrubar toda barreira local do intercâmbio, i.e., da troca, para conquistar toda a Terra como seu mercado, por outro, empenha-se para destruir o espaço por meio do tempo; […] Aqui, aparece a tendência universal do capital que o diferencia de todo os estágios de produção precedentes. (26, pp. 524, 539-40) [MARX, K. Grundrisse. Manuscrito econômicos de 1857 – 1858. Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011. pp. 373 e 384. Versão digital]

O correlato econômico desse processo de universalização é a tendência que Marx identificou para a equalização na taxa de lucro (25, III, Cap. 10). Ambas as tendências se realizam na circulação do capital, mas expressam um processo mais profundo enraizado no processo de produção: a universalização do trabalho abstrato e a consequente hegemonia do "valor" sobre o intercâmbio social (19; 42).

Para aqueles que acompanharam o desenvolvimento da teoria urbana dos últimos vinte anos, essa tendência à equalização como é operada na escala urbana terá um som familiar. Porém, antes de examinar a escala urbana *per se*, é necessário olhar para o processo de diferenciação, o qual opera em oposição à equalização. Distinta da equalização, a diferenciação de níveis e condições de desenvolvimento não emana de um único foco, mas ocorre ao longo de vários eixos. Em primeiro lugar, o capitalismo contemporâneo claramente herda um meio que é diferenciado de acordo com as características naturais. Essa base natural da diferenciação foi um ingrediente fundamental, em sociedades anteriores, do desenvolvimento *social* desigual que ocorreu. Para citar apenas um exemplo, há divisões do trabalho regionais, baseadas na disponibilidade diferencial de materiais naturais: têxteis onde ovelhas pudessem pastar, ferro e aço onde carvão e minério de ferro estivessem disponíveis, cidades em locais de porto, e assim por diante. Isso, claro, foi o feijão com arroz da geografia tradicional comercial e regional e em parte a base do tema da "diferenciação de área". Porém o desenvolvimento moderno do capitalismo tem provocado uma certa emancipação da natureza e limites naturais. "Qualquer que seja, porém, sua importância, as diferenças naturais das condições de produção passam", escreveu Nikolai Bukharin há aproximadamente setenta anos, "cada vez mais, a segundo plano, em relação Às diferenças que decorrem nos diversos países, do crescimento desigual das forças produtivas." (7, p. 20) [BUKHARIN, N. A economia mundial e o imperialismo. São Paulo:

Abril cultural, 1984. p. 19]. Deste modo, a diferenciação geográfica contemporânea, ao mesmo tempo em que retém vestígios profundamente entrelaçados de padrões anteriores de diferenciação baseados na natureza, é cada vez mais impulsionada por uma dinâmica social quintessencial que emana da estrutura do capitalismo.

Essa dinâmica envolve a divisão progressiva do trabalho em várias escalas, a centralização espacial do capital em alguns lugares à custa de outros, a evolução de um padrão espacialmente diferente das taxas salariais, o desenvolvimento de uma superfície da terra rentabilizada que é significativamente desigual sobre o espaço, diferenças de classes, e assim por diante. Seria uma tarefa colossal tentar uma dissecação geral dos meandros de cada um desses processos e relações que contribuem para a tendência à diferenciação geográfica. De qualquer modo, esses processos e relações assumem um significado radicalmente diferente dependendo da escala a ser considerada. As taxas salariais, por exemplo, são um dos determinantes centrais do desenvolvimento desigual nas escalas internacionais e regionais, mas na escala urbana, como argumentarei, são relativamente sem importância. Elaborar a dinâmica geral da diferenciação permanece um dos mais desafiadores obstáculos para a construção da teoria geral do desenvolvimento desigual (39, Cap.4), e não será aprofundado aqui. Ao invés, prosseguiremos para a discussão da escala urbana na qual a análise da diferenciação pode ser feita concreta. O ponto essencial neste estágio, porém, é que a tendência ou série de tendências operam em oposição à equalização de condições e níveis de desenvolvimento na economia capitalista, e é a contradição entre elas, e seu desenrolar na história concreta, que está por trás do padrão real do desenvolvimento desigual. Mais do que outra coisa, esse processo de diferenciação, contraposto como é pela equalização, é responsável pela oposição entre regiões e nações desenvolvidas e subdesenvolvidas e pela oposição entre subúrbio e centro desvalorizado da cidade.

No início dos anos 1960, Melvin Webber desenvolveu o conceito de "domínio do não-lugar urbano" (48; 49; 50). Webber argumentou que com o desenvolvimento da tecnologia, especialmente nas comunicações e transporte, muitas das antigas formas de diversidade social estavam sendo quebradas. Para um número cada vez maior de pessoas, propinquidade econômica e social tornou-se emancipada da propinquidade espacial; com exceção dos pobres, ele argumentou, as urbanidades as libertaram das restrições da territorialidade. À noção de Webber de um "domínio do não-

lugar urbano" foi dada uma veiculação ampla e apreciada, não apenas por seu otimismo e idealismo estar incrivelmente em sintonia com aquela época, sendo que ela parecia expressar a ascensão da visão liberal da profissão de planejador urbano, mas também porque, ainda que nebulosamente, ela realmente expressou uma tendência real e concreta no desenvolvimento urbano pós-guerra. O que Webber capturou, ainda que frequentemente de forma implícita e às vezes obliquamente, foi a tendência em direção à equalização como ela operava na escala urbana. Contra essa ênfase na equalização, David Harvey enfatizou o processo oposto, a diferenciação do espaço urbano, e destacou a importância da classe sob esse processo de diferenciação (16, p.309). Da perspectiva dos anos 1980, e da discussão anteriormente apresentada, fica claro que ambas as posições expressam pelo menos uma meia-verdade, e que sob sua aparente tradição *teórica* reside uma *real* contradição na constituição espacial do capitalismo. A subsequente obra de Harvey proporcionou um tratamento mais sofisticado da real contradição implicada (18; 19).

Na escala urbana, o padrão principal do desenvolvimento desigual está na relação entre os subúrbios e o centro desvalorizado da cidade. A força econômica crucial mediando essa relação, na escala urbana, é a renda da terra. É a equalização e a diferenciação dos níveis da renda da terra entre lugares diferentes na região metropolitana que mais determina a desigualdade do desenvolvimento. Ao fazer essa afirmação, eu estou ciente que outras forças sociais e econômicas estão envolvidas, mas muitas delas operam por meio da estrutura da renda da terra. O sistema de transporte, por exemplo, faz com que algumas localizações sejam mais acessíveis e por conseguinte (geralmente) mais favoráveis, levando a preços de terra mais altos, o que representa nada além de maior capitalização da renda da terra. Entretanto, como é de se esperar, a questão do ovo e da galinha surge aqui: um novo sistema de transporte reestrutura a superfície da terra rentabilizada, conduzindo assim a um novo desenvolvimento ou as mudanças na nova renda da terra relativa aceleram o desenvolvimento, por isso necessitando de novos sistemas de transporte? Certamente na escala urbana, o segundo é a norma no que diz respeito às alterações fundamentais. Essa é a diferença entre a suburbanização, um processo fundamental no desenvolvimento urbano, e o desenvolvimento em faixas, o qual é relativamente efêmero; embora claramente aprimorado e encorajado pelo desenvolvimento dos meios de transporte, a suburbanização foi um produto de forças mais profundas e anteriores (45; 46). O desenvolvimento em faixas, por outro

lado, é precisamente o caso em que novas rotas de transporte alteram o padrão de acessibilidade e daí a estrutura da renda da terra conduz a um novo desenvolvimento que se agarra exclusivamente à nova rota. Sem a nova rodovia, ferrovia, ou canal, o desenvolvimento não teria ocorrido.

O padrão das rendas da terra numa área urbana é altamente funcional no sentido em que é o mecanismo com o qual diferentes atividades são alocadas pelo mercado de terras para diferentes espaços. Enquanto gerencia ou media essa diferenciação do espaço urbano, a renda da terra não é em si a origem da diferenciação. Pelo contrário, a renda da superfície da terra traduz-se numa medida quantitativa as forças reais que tendem à diferenciação na paisagem urbana. Essas forças diferenciadoras pertencem a duas origens principais nas cidades capitalistas contemporâneas. A primeira é funcional, que significa a diferença entre os usos do solo residencial, industrial, recreativo, comercial, para o transporte e institucional. Em cada uma dessas categorias há uma diferenciação de acordo com a escala; complexos industriais modernos de grande escala tendem a ser geograficamente diferenciados das oficinas de trabalho intensivo de pequena escala, por exemplo. A segunda força, e isso se aplica principalmente ao uso do solo residencial, é a diferenciação de acordo com classe e raça (17). Essas duas origens da diferenciação social e funcional são traduzidas em uma diferenciação geográfica, principalmente através da estrutura de renda da terra.

Tendo feito essa generalização sobre o papel fundamental desempenhado pela renda da terra no processo do desenvolvimento desigual na escala urbana, é necessário examinar brevemente a questão dos diferenciais salariais. Geralmente se pressupõe que há pouca diferenciação espacial entre salários em todo espaço urbano, mas num perspicaz estudo recente, Allen Scott mostra o contrário: pelo menos em Toronto, e em outros lugares na América do Norte, seria razoável presumir que há um distinto e sistemático padrão espacial do diferencial salarial (35). Scott considera que quanto mais distante alguém vai em direção à franja urbana do centro, maiores são os salários. Interpretando esse resultado, ele sugere que, embora vários outros fatores serem possíveis, os salários maiores nos subúrbios são predominantemente o resultado da relação entre oferta e procura; onde a oferta de trabalho é menor, devido a baixas densidades, especificamente os subúrbios, os salários serão maiores, e vice-versa. Mesmo que este seja o caso, as taxas diferenciais salariais são vistas como o resultado da suburbanização da indústria em vez de sua causa, já que não importa quão intensivos em capital são as indústrias que se mudam para a franja

suburbana, elas irão se mover apesar e não por causa dos maiores salários. De fato, há uma outra interpretação possível do dado, sugerindo uma relação mais direta entre o tipo e a escala da indústria e a taxa salarial. É possível que as taxas salariais maiores em direção aos subúrbios são devido ao fato de que indústrias realocadas nos subúrbios tendem a representar setores mais avançados, mais novos e com mais capital intensivo da economia onde níveis de habilidade e de sindicalização e, portanto, taxas salariais, são comparativamente maiores.

Scott admite essa possibilidade, embora ele nunca a deixe suplantar a explicação essencialmente neoclássica baseada na oferta e procura por trabalho. Ultimamente, essa questão requer resolução histórica, mas, como eu vou argumentar, a história real da suburbanização apoia tratar as taxas salariais como a variável dependente, mas dependente menos da densidade populacional intraurbana e mais da natureza do processo de trabalho. Isso se aplica apenas à escala urbana; nas escalas regional e internacional o oposto obviamente é pertinente (24; 47).

O mercado de trabalho urbano não é fortemente subdividido devido às dificuldades de acesso diretamente espaciais. Essencialmente, é um único mercado de trabalho *geográfico* não importando o quão diferenciado ele possa ser de acordo com habilidades, raça e sexo. A escala urbana enquanto uma distinta escala espacial é definida pela prática nos termos da reprodução da força de trabalho e da jornada de trabalho. Toda a área urbana é relativamente acessível para a maioria dos transeuntes; pode-se chegar da cidade ao subúrbio e do subúrbio à cidade relativamente rápido, e com um pouco mais de dificuldade, ir de um subúrbio para outro. Se aceitamos ou não a explicação de Scott sobre o diferencial salarial por todo espaço urbano, o ponto essencial aqui é que esses padrões vigentes na localização industrial na escala urbana não são o produto de qualquer diferencial salarial que exista, mas sim, o apoio para se criar tais diferenciais.

Na medida em que a área urbana é um único mercado de trabalho geográfico, e que o desenvolvimento da rede de transportes estendeu significativamente a área sobre a qual o deslocamento diário pode ser feito, a tendência em direção à equalização realizou-se na realidade na escala urbana. Entretanto, essa é uma equalização num sentido bastante trivial. Uma equalização muito mais fundamental historicamente toma lugar na estrutura da renda da terra. A tradicional superfície da terra rentabilizada, presumida pelos modelos neoclássicos, geralmente é descrita

como uma função ou curva que declina com o aumento das distâncias em relação ao centro. Essa superfície tem o propósito de evoluir, por causa da participação de diferentes tipos de atores no mercado de terras, cada qual com diferentes preferências por espaço e, portanto, com diferentes "curvas de oferta". Dessa forma, quando nós desagregamos, obtemos o resultado familiar de curvas interseccionais, cada uma representando um uso do solo com um diferente ritmo de mudança. Se agora nós desagregarmos dentro dos usos de solo residenciais de acordo com classe, teremos o igualmente familiar resultado de curvas de rendimento interseccionais – baixa renda no centro, rendas maiores na periferia. Esses modelos ideais do mercado de terra urbano são inteiramente consistentes com o modelo de filtragem, e enquanto eles possam ter tido alguma validade empírica nos primórdios, eles não mais descrevem a real estrutura de renda da terra. O padrão de hoje, primeiramente reconhecido já em 1929, por Homer Hoyt (36), é uma curva bimodal da renda da terra declinando com o aumento da distância do centro. Esse padrão sugere a operacionalidade de ambos, o processo de equalização e o processo de diferenciação. Por um lado, o desenvolvimento dos subúrbios tem significativamente reduzido a diferenciação geral entre os níveis de renda da terra central e suburbano para qualquer determinado local nos subúrbios. Porém, por outro lado, um "vale de terras valorizadas" emergiu no centro desvalorizado da cidade ao redor da área central. Essa área tem sido espacialmente diferenciada de seus entornos, dando a ela um nível de renda da terra bem discrepante dos pressupostos implícitos nos primeiros modelos neoclássicos de renda por aluguel. Com um nível e renda da terra diferente, os usos potenciais dessa terra também são bem diferentes daqueles que seriam consistentes com o modelo neoclássico.

De forma a compreender a origem concreta desse padrão e para aferir o potencial para futuros usos de solo, é necessário fazer um argumento mais histórico relativo ao desenvolvimento desigual. Isso nos leva ao segundo aspecto a ser considerado sobre o desenvolvimento desigual: a *valorização* e *desvalorização* do capital investido no ambiente construído. Perceba que aqui há um pressuposto implícito, oposto àquele do modelo neoclássico. Enquanto este modelo enfatiza a demanda e o consumo do espaço e supõe uma tábula rasa geográfica, nós aqui focamos na produção do espaço pelo investimento do capital e presumimos não uma tábula rasa do espaço urbano, mas uma superfície da terra rentabilizada que é ela mesma o produto de investimentos de capital anteriores no ambiente construído.

A valorização e desvalorização do capital no ambiente construído

O capital investido no ambiente construído tem numerosas características especiais, mas a ênfase aqui é sobre seu longo período de rotatividade. Se é capital fixo investido no processo de produção direta ou capital investido para fornecer os meios de reprodução (casas, parques, escolas etc.) ou os meios de circulação (bancos, serviços[office][61], instalações de varejo etc.) o capital investido no meio construído é imobilizado por um longo período numa forma material específica. A valorização do capital no ambiente construído – seu investimento na procura de mais-valor ou lucro – é necessariamente acompanhada por sua desvalorização. Durante os períodos de seu uso pela imobilização na paisagem, o capital valorizado retorna seu valor pedaço por pedaço. O capital investido é desvalorizado enquanto o investidor recebe retorno sobre o investimento aos poucos. A estrutura física deve permanecer em uso e não pode ser demolida, sem uma substantiva perda, até que o capital investido tenha retornado seu valor. O que isso faz é amarrar, por um longo período, setores inteiros de terra em um uso do solo específico, e assim criar barreiras significantes a um novo desenvolvimento. Entretanto, se for para ocorrer acumulação, um novo desenvolvimento deve acontecer. Tanto quanto criar novas barreiras para a valorização futura do capital no meio construído, também, a desvalorização constante do capital cria possibilidades a longo prazo para uma nova fase de valorização, e isso é exatamente o que aconteceu no centro desvalorizado da cidade.

Relativo ao capital investido em imóveis, o processo de desvalorização econômica é frequentemente marcado por uma sequência óbvia de transições nos acordos de propriedade, ocupação, e condição física das propriedades numa vizinhança. Essa sequência descendente é referida como o ciclo de desvalorização[62]. Com o capital investido em fábricas, serviços [office], ou mercado varejista, o ciclo econômico de desvalorização pode não ser marcado por uma transição clara nas relações de propriedade, ocupação, ou

61. "office" – refere-se a serviços específicos de profissionais liberais. (N.da T.)

62. Num trabalho anterior (36), esse ciclo de desvalorização imobiliário foi modelado em cinco estágios: nova construção e primeira fase de uso, sistema de aluguel, sucesso de público e explosão, redlining*, abandono. Lá a sequência estava incorretamente descrita como um ciclo de depreciação ao invés de um ciclo de desvalorização. A depreciação refere-se estritamente a mudanças no preço, enquanto a desvalorização é um processo econômico mais profundo implicando a perda ou negação do valor como uma parte necessária do processo de valorização (40).

condições físicas como é com o capital investido em imóveis, mas o ciclo de desvalorização prossegue mesmo assim. A única forma de prevenir esse ciclo de desvalorização é se o capital for investido periodicamente na forma de reformas ou reposições de estoque físico. Se um bairro residencial experiencia o ciclo de desvalorização, ou se os reparos necessários e as reposições serão feitos, depende de muitas coisas. Se o bairro é predominantemente ocupado por proprietários, isso depende da habilidade e inclinação dos proprietários para financiar os reparos e as reposições necessários. Se as habitações são predominantemente alugadas, isso depende mais diretamente da lucratividade desse investimento comparado a outros investimentos plausíveis para o locador. Em ambos os casos, locadores e proprietários de seus lares estão competindo por crédito imobiliário e fundos de empréstimo, e se a instituição financeira tem oportunidades de investimentos mais lucrativos e menos arriscados, então empréstimos a donos de terra em pequena escala serão limitados e carregarão taxas de juros mais altas e outros termos desfavoráveis. Numa sociedade onde a acumulação de capital é a principal dinâmica de crescimento, é apenas "racional" que, em geral, construções novas e de grande escala atraiam capital antes da atividade de reparos em pequena escala. O declínio econômico dos bairros no centro desvalorizado da cidade é então um resultado "racional" previsível da livre iniciativa fundiária e dos mercados imobiliários (5; 23).

Historicamente, isso foi exatamente o que aconteceu com as cidades em grande parte do mundo capitalista avançado. O padrão está mais claro na América do Norte, onde o Estado está menos interessado em melhorar alguns dos efeitos negativos dos mercados fundiários e imobiliários. Assim como a desvalorização do capital está implicada em sua valorização, o declínio dos centros desvalorizados das cidades está implicado na expansão mais geral das áreas urbanas, e particularmente no desenvolvimento dos subúrbios. Como aponta Walker, uma série de forças muito complexas estáenvolvida no desenvolvimento dos subúrbios. O esboço que se segue não pretende ser uma explicação completa ou equilibrada do processo, mas procura identificar as forças principais e processos envolvidos de modo a compreender a complementação necessária entre suburbanização, o declínio do centro desvalorizado da cidade e a coerência do desenvolvimento desigual na escala urbana (46).

Suburbanização é o produto da interação dos processos de equalização e de diferenciação na escala urbana. Fundamentalmente, ela representa uma emancipação histórica considerável da forma social urbana a partir do espaço. Esse processo tem muitas dimensões. Primeiramente, já que o espaço não

é uma esfera autônoma da realidade, as relações espaciais e as propriedades espaciais da matéria estão bastante incluídas em suas propriedades naturais (38; 39, Cap. 3), a emancipação a partir dos limites espaciais é parte de uma emancipação mais geral a partir da natureza. Mais concretamente, a acumulação do capital e a expansão levam a uma anulação específica do espaço pelo tempo na escala urbana. Uma área em expansão da periferia não urbana é levada à esfera do espaço urbano. Em seu aspecto espacial, essa expansão explosiva do espaço urbano tem sido conduzida pelo processo de suburbanização. Nisso, ela progressivamente reduz toda a sociedade a uma sociedade urbana, essa urbanização do campo representa a forma mais aguda da equalização das condições de desenvolvimento sob o capitalismo avançado.

Como foi notado anteriormente, a acumulação do capital está por trás da expansão do espaço urbano e o processo de equalização. A acumulação do capital necessita da acumulação e do crescimento do mercado de trabalho[63], e com o aumento da centralização social do capital junto à operação de economias de aglomeração, há uma forte tendência para que a atividade produtora nova e expandida se localize em áreas urbanas. A centralização social do capital – sua concentração em quantidades cada vez maiores em cada vez menos empresas – é necessária pelo constante impulso de acumular (25, I, pp. 625 – 28), e essa centralização social traduz-se (pelo menos parcialmente) em centralização espacial do capital. Se isso ajuda a explicar a explosiva expansão urbana nos séculos XIX e XX, ainda permanece a ser explicado a diferenciação entre subúrbio e centro desvalorizado da cidade. Essa diferenciação foi tanto o produto da expansão quanto o meio pelo qual a expansão ocorreu.

O desenvolvimento inicial dos subúrbios residenciais de classe alta foi a expressão espacial de duas divisões do trabalho. Em primeiro lugar, representou a divisão entre casa e trabalho, ou melhor, veio a representar essa divisão enquanto a classe média se suburbanizava, porque muitos dos primeiros suburbanos não foram empregados [p. 149]. Mas em segundo lugar, também representou a divisão entre classes, espacialmente expressada, já que somente na fase mais recente da suburbanização desde a Segunda Guerra Mundial (na América do Norte) tem havido alguma considerável suburbanização da classe trabalhadora, e mesmo assim, foram seções melhores remuneradas e brancas da classe trabalhadora que tendeu a se suburbanizar. A suburbanização da

63. "Acumulação do capital é, (...), multiplicação do proletariado" (25, I, p. 614) [MARX, Karl. O Capital. Crítica da Economia Política. Vol. 1. São Paulo: Boitempo, 2017. 2ª ed. p. 690]. Mais adiante, é aumento do proletariado *urbano*.

classe trabalhadora seguiu a suburbanização da indústria, começou a sério após a década de 1890. A suburbanização da indústria também foi, em parte, um produto da progressiva divisão do trabalho, particularmente na escala da fábrica. Enquanto muitos processos de trabalho foram decompostos em um número maior de tarefas mais simples e menos qualificadas, a recombinação dessas atividades separadas em um único processo de produção composta exigiu mais espaço. Isso foi parcialmente devido à multiplicação no número de tarefas individuais, parcialmente devido à escala crescente de máquinas, e parcialmente devido ao fato de que para se manter competitivo, unidades produtivas tinham que ser maiores. Dessa forma a divisão do trabalho e a necessária recombinação dessas divisões precisavam de uma expansão na escala espacial do processo produtivo. O movimento para os subúrbios, onde a renda da terra era baixa, era a única alternativa econômica. Não é que a suburbanização fosse a única alternativa *per se*; é apenas que nesse período quando a suburbanização estava acontecendo, o redesenvolvimento da cidade estabelecida não era uma opção econômica. O centro ainda era funcional, significando que estava em processo de desvalorização. E como mostrado antes, houve um forte ímpeto em direção a uma localização urbana, então a periferia urbana se tornou o lócus racional para o crescimento.

O desenvolvimento dos subúrbios deve ser visto não tanto como um processo de descentralização, como Walker (46) tende a fazer, mas mais como a continuação da centralização vigorosa de capital nas áreas urbanas. Ainda, simultaneamente, foi a diferenciação interna do espaço urbano. Assim, a suburbanização do capital a partir do final do século XIX e adiante foi concomitantemente o abandono econômico do centro desvalorizado da cidade tanto em termos de novas construções quanto de reparos. É esse deslocamento espacial de investimento de capital que conduziu para o que foi previamente rotulado de *rent gap*[64](36). Essencialmente, a desvalorização do capital investido no ambiente construído do centro desvalorizado da

64. A teoria da diferença de renda (*rent-gap theory*) – "A diferença de renda é a disparidade entre a renda da terra potencial e a renda da terra atual capitalizada sob o presente uso do solo (...) A diferença de renda é produzida primariamente pela desvalorização do capital (a qual diminui a proporção de renda da terra capaz de ser capitalizada) e também pelo contínuo desenvolvimento e expansão urbana (os quais têm historicamente aumentando o potencial nível de renda da terra no centro da cidade" (N.T.)"The rent gap isthedisparitybetweenthepotentialgroundrentlevelandtheactualgroundrentcapitalizedunderthepresentland use (...) The rent gap is produced primarily by capital devalorization (which diminishes the proportion of the ground rent able to be capitalized) and also by continued urban development and expansion (which has historically raised the potential ground rent level in the inner city)" SMITH, Neil. The New Urban Frontier, 1996, p.65 (N.da T.)

cidade conduz a uma situação em que a renda da terra capitalizada sob o uso do solo corrente é substancialmente menor que a renda da terra que poderia potencialmente ser capitalizada se o uso do solo mudasse. Isso é porque a desvalorização conduz ao declínio físico, o que por sua vez abaixa o preço de mercado da terra na qual a construção dilapidada fica. Quando, e apenas quando, essa *rent gap* entre a renda da terra atual e potencial se torna suficientemente grande, o redesenvolvimento e a reabilitação em novos usos do solo se tornam um prospecto lucrativo, e o capital começa a fluir de volta ao mercado do centro desvalorizado da cidade.

Para resumir, o investimento de capital no centro e o centro desvalorizado da cidade causou uma barreira física e econômica para futuros investimentos naquele espaço. O movimento do capital dentro do desenvolvimento suburbano levou a uma desvalorização sistemática do capital no centro desvalorizado e no centro da cidade, e isso, por sua vez, com o desenvolvimento da diferença de *rent gap*, levou à criação de novas oportunidades de investimento no centro desvalorizado da cidade, *precisamente porque* uma *barreira* efetiva para um novo investimento havia previamente operado lá. A questão a ser examinada agora é o ritmo e a periodicidade desses movimentos de capital, e esse é o terceiro e último aspecto do desenvolvimento desigual a ser considerado.

Reinvestimento e o ritmo da desigualdade

O ritmo da desigualdade numa economia capitalista é estreitamente relacionado ao ritmo mais amplo e a periodicidade da economia nacional e internacional. Assim, Whitehand (51) mostrou como a expansão urbana e a suburbanização ocorreram em ondas consecutivas durante pontos particulares no ciclo econômico de altas e baixas. Como Harvey (18) mostrou, há uma forte tendência empírica para o capital se submeter em periódicos, mas deslocamentos relativamente rápidos e sistemáticos na localização e quantidade de capital investido no ambiente construído. Essas alterações geográficas ou locacionais estão estreitamente correlacionadas com o tempo das crises na economia mais geral. Enquanto na perspectiva da economia neoclássica, as crises são interrupções acidentais no equilíbrio geral econômico, na perspectiva de Marx, as crises são o produto necessário de um sistema econômico baseado em lucro, propriedade privada, e relação assalariada. A necessidade de acumular, demonstra Marx, leva à queda da taxa de lucro e a uma superprodução de mercadorias e por conseguinte à

crise (25, III, Cap. 13). O fenômeno que acompanha as crises, incluindo o movimento do capital tanto localmente quanto entre setores, não pode, portanto, ser descartado como acidental, mas deve ser visto e explicado como produto da própria estrutura de desenvolvimento capitalista.

Pela via da explicação mais simples, com a queda das taxas de lucro nos principais setores industriais, o capital financeiro procura uma arena alternativa para investimento, uma arena onde a taxa de lucro permaneça comparativamente maior e onde o risco seja baixo. Precisamente neste ponto, há uma tendência de haver um aumento do capital fluindo para ambiente construído. O resultado é o boom da propriedade familiar, tal como afetou várias cidades em todo o mundo capitalista moderno desde 1969 até 1973. Porém, para a questão "*onde* essa inundação de capital no ambiente construído irá se localizar?", não existe resposta automática. Isso depende de padrões geográficos criados pelo supracitado boom econômico. No caso da crise presente, o padrão geográfico confrontando o capital foi criado pelo processo dual de desenvolvimento suburbano e subdesenvolvimento do centro desvalorizado da cidade. O subdesenvolvimento do previamente desenvolvido centro desvalorizado da cidade, significando a sistemática falta de investimento de capital naquelas localizações, provocou *rent gap*, e isso, por sua vez, lançou a base para uma mudança de localização do capital investido no ambiente construído, simultaneamente em parte com uma mudança setorial.

Essa mudança de localização é raramente suave, como ilustrada por uma recente flutuação dramática na nova construção imobiliária. Desenvolvimento desigual na escala urbana, portanto, trouxe não apenas a gentrificação – uma parte relativamente menor do processo, aliás –, mas toda a gama de processos: conversões de condomínio, construção de escritórios, projetos massivos de redesenvolvimento para construir hotéis, praças, restaurantes, marinas e assim por diante. Tudo envolve um movimento de capital não apenas no ambiente construído em geral, muito em resposta à aproximação ou já presente crise econômica, mas também no ambiente construído do centro e do centro desvalorizado da cidade em particular. Nesta perspectiva, é necessário reavaliar, de alguma forma, nossa visão liberal tradicional de que os esquemas de renovação urbana subsidiadas pelo Estado nas décadas de 1950 e 1960 foram um fracasso. Independentemente de quão socialmente destrutivos eles foram, eles têm sido muito bem-sucedidos economicamente em lançar a base para a fase

de redesenvolvimento, reabilitação e conversão do uso do solo que está ocorrendo atualmente (33).

A crise econômica tanto necessita quanto proporciona uma reestruturação fundamental da economia. Junto a essa reestruturação econômica vem uma reestruturação do espaço social e econômico. A suburbanização foi uma resposta espacial concreta para as depressões das décadas de 1890 e 1930 no sentido em que o desenvolvimento suburbano abriu toda uma série de possibilidades de investimento que poderia ajudar a reavivar a taxa de lucro. Com os subsídios da Federal Housing Administration (FHA) para crédito imobiliário, a construção de rodovias, e assim por diante, o Estado subsidiou a suburbanização deliberadamente como parte de uma solução maior para a crise. Ainda que uma inversão em termos geográficos, a gentrificação e redesenvolvimento do centro desvalorizado da cidade representam uma continuação linear das forças e das relações que conduziram à suburbanização. Como a suburbanização, o redesenvolvimento e a reabilitação do centro e do centro desvalorizado da cidade funcionam como substancial fontes de lucro.

A gentrificação é parte da reestruturação do espaço *residencial* no centro desvalorizado da cidade. A isso segue-se a anterior e em andamento reestruturação do espaço de serviços [office], comercial, e de recreação, e enquanto essa reestruturação tem uma variedade de funções, ela opera primariamente para compensar a queda da taxa de lucro. Em seu Programa de Urbanização Nacional, o presidente Carter implicitamente compreendeu isso. Pela primeira vez, a "revitalização das cidades" foi vista como integral para a revitalização total da economia estadunidense. Essa percepção implícita é simbolizada pela tentativa de Carter de criar um ministério governamental consolidando a Housing and Urban Development (HUD) e a Administração do Desenvolvimento Econômico [Economic Development Administration] no Ministério de Assistência ao Desenvolvimento [Department of Development Assistance]. O programa nunca chegou a se concretizar, claro, mas foi um plano de Estado ambicioso para lubrificar a reestruturação do espaço urbano em nome da revitalização da economia nacional. A tentativa do presidente Reagan de devolver a responsabilidade do redesenvolvimento para o mercado privado deve ser um teste suficiente para a robustez do processo.

Enquanto a gentrificação representa a ponta de lança da reestruturação espacial na escala urbana, o processo também está ocorrendo nas escalas

regional (27; 28) e internacional (13; 14). E ainda que a escala urbana possa, no final, ser a menos significante em termos da reestruturação geral da economia mundial, na tentativa de prepará-la para outra fase de acumulação e expansão contínua do capital, ainda na escala urbana, a lógica interna de desenvolvimento desigual é realizada mais completamente. A lógica por trás do desenvolvimento desigual é a de que o desenvolvimento de uma área cria barreiras para o desenvolvimento futuro, assim conduzindo para o subdesenvolvimento, e que o subdesenvolvimento daquela área cria oportunidades para uma nova fase de desenvolvimento. Geograficamente, isso conduz para a possibilidade do que podemos chamar de uma "gangorra locacional[65]": o sucessivo desenvolvimento, subdesenvolvimento, e redesenvolvimento de dadas áreas enquanto o capital pula de um lugar para outro, e então de volta novamente, tanto criando quanto destruindo suas próprias oportunidades de desenvolvimento.

Há claramente limites severos para a possível extensão dessa gangorra locacional. Na escala internacional, onde, com algumas exceções, a distinção entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos é definida rigidamente, esse processo não ocorre. Na escala regional, é muito cedo para prever; o futuro de algumas áreas atualmente em depressão na Nova Inglaterra, Escócia Central, e Nordeste da Inglaterra será de particular importância, já que em cada uma há apenas o começo de um novo investimento em frente a um declínio abrupto (8). Apenas na escala urbana essa gangorra começou a completar um ciclo. Uma vez desenvolvida, e então subdesenvolvida, os centros e centros desvalorizados das cidades estão novamente no meio de um ativo redesenvolvimento. Eu não estou sugerindo de forma alguma um fim da suburbanização; assim como as novas construções e os reparos continuaram na cidade durante o período mais vigoroso de suburbanização (52), a urbanização do campo também continuará, com crescente ênfase nas áreas para além dos subúrbios atuais. É evidente que, se por nenhuma outra razão então, o redesenvolvimento do centro e centro desvalorizado da cidade, embora possa absorver quantidades massivas de capital no processo de reestruturação econômica, nunca poderá ser o foco geográfico exclusivo para o reinvestimento. A escala

65. "Locational seesaw" – Em alguns lugares é traduzido como "vai e vem". Escolhemos "gangorra" para indicar um movimento de ascender e descender, ao invés de uma representação de horizontalidade. (N.da T.)

na qual a reestruturação econômica é necessária na crise atual fará o redesenvolvimento do centro e centro desvalorizado da cidade apenas uma pequena parte do processo de reestruturação geral. A diferenciação da cidade a partir dos subúrbios, pelo redesenvolvimento e o provável declínio e subdesenvolvimento de seletos subúrbios, será acompanhado pela contínua urbanização do campo.

Conclusão

No começo foi sugerido que a revitalização era raramente um termo apropriado para a gentrificação, mas podemos ver agora que em certo sentido ela é apropriada. A gentrificação é parte de um processo de redesenvolvimento maior dedicado à revitalização da taxa de lucro. No processo, muitos centros comerciais das cidades estão sendo convertidos em playgrounds burgueses repletos de mercados pitorescos, casas antigas restauradas, fileiras de butiques, marinas de iates e Hyatt Regencies[66]. Essas alterações muito visuais da paisagem urbana não são de forma alguma um efeito colateral acidental de um desequilíbrio econômico temporário, mas estão tão enraizadas na estrutura da sociedade capitalista como foi o advento da suburbanização. Os fatores econômicos, demográficos, de estilo de vida, e energéticos citados por Berry, assim como a escola de-volta-para-a-cidade são relevantes apenas após a consideração dessa explicação básica em termos do desenvolvimento desigual na escala urbana.

As conclusões apresentadas aqui são certamente provisórias, não importa o quão firme é o fundamento teórico sobre o qual elas são baseadas. De modo a esboçar a análise inteira foi necessário cortar muitas arestas e omitir muitos detalhes, alguns desses no mínimo levantariam questões sobre a interpretação dada aqui. A análise inteira faz muito mais questões do que respostas. Se ela consegue apenas estabelecer algumas das bases para o debate sobre o futuro do centro e centro desvalorizado da cidade, isso terá eminentemente valido a pena. Em relação à validação empírica da perspectiva apresentada, dados significantes da trajetória do redesenvolvimento do centro desvalorizado da cidade são escassos.

66. Rede de hotéis. (N.da T.)

Dados de Jane sobre Atlanta e Washington, DC, por exemplo, parecem confirmar a relação entre gentrificação e crise econômica (21, p.169), mas o problema com a maioria dos dados sobre alvarás de construção é que é impossível de dizer definitivamente quais reparos e substituições realmente representam a gentrificação. Enfatizar a necessidade de verificação empírica das hipóteses e a análise apresentada é meramente afirmar o óbvio.

A gentrificação, e o processo de redesenvolvimento do qual ela faz parte, é uma ocorrência sistemática do desenvolvimento urbano do capitalismo tardio. Isso não quer dizer que nunca ocorreu antes, apenas que isso nunca foi tão sistemático. A seguinte citação de 1872 (10, pp.74-74) confere uma perspectiva histórica para a análise atual:

> Na realidade, a burguesia só tem apenas um método para resolver a questão da habitação do *seu* jeito […] Esse método se chama "Haussman." […] Entendo por "Haussman" a práxis generalizada de abrir brechas nos distritos localizados no centro de nossas grandes cidades, quer tenha sido motivada por considerações de saúde pública e embelezamento, pela demanda por grandes conjuntos comerciais localizados no centro ou pela necessidade de circulação, como a instalação de ferrovias, ruas, etc. O resultado em toda parte é o mesmo, não importa qual seja o motivo alegado: as vielas e os becos mais escandalosos desaparecem sob a enorme autoglorificação da burguesia em virtude de tão retumbante êxito, mas reaparecem imediatamente em outro lugar e muitas vezes na vizinhança mais próxima. […] Este é um exemplo contundente de como a burguesia resolve a questão da moradia na prática. Os focos de epidemias, […] em que o modo capitalista de produção trancafia nossos trabalhadores […] não são eliminados; mas apenas *transferidos para outro lugar*! [ENGELS, F. Sobre a questão da moradia. São Paulo: Boitempo, 2015, pp. 104 e 108]

A similaridade entre 1872 e os dias atuais é óbvia. A diferença é que o exemplo descrito por Engels foi isolado, se não único, enquanto hoje o processo é virtualmente universal. Por mais que o capitalismo se empenhe pela destruição do espaço pelo tempo, ele também se empenha cada vez

mais para produzir um espaço diferenciado como meio para a sua própria sobrevivência.

Um simbolismo populista previsível fundamenta o entusiasmo e o apoio com o qual a gentrificação é vendida. Ele foca em "fazer as cidades habitáveis", significando habitável para a classe média. De fato, por necessidade, elas sempre foram "habitáveis" para a classe trabalhadora. O assim chamado renascimento é anunciado e vendido como se trouxesse benefícios para todos independentemente de classe, mas as evidências disponíveis sugerem o contrário. De acordo com o Censo Imobiliário Anual da Housingand Urban Development (HUD), aproximadamente 500 mil domicílios americanos são deslocados a cada ano (44), o que pode chegar a até 2 milhões de pessoas. Oitenta e seis porcento desses domicílios são deslocados pela atividade do mercado privado, e são predominantemente da classe trabalhadora urbana. O governo federal evita o problema dos descolamentos, alegando alternativamente que não há dados precisos sobre os deslocamentos, que esse é um processo insignificante em comparação à contínua suburbanização ou que essa é uma responsabilidade do governo local (15). Além disso, o assim chamado renascimento é geralmente vendido como um meio de aumentar as receitas fiscais das cidades e diminuir o desemprego, mas há pouca evidência de que isso de fato tenha ocorrido. O desemprego urbano tem continuado a crescer, e, em alguns casos, os impostos sobre a propriedade foram reduzidos para subsidiar a gentrificação (37).

Em conexão com a crise econômica atual, uma reestruturação massiva da atividade produtiva industrial está em andamento. A reestruturação, através da gentrificação, de comunidades da classe trabalhadora – o lócus da reprodução da força de trabalho – não está separada dessa reestruturação do processo produtivo. Em ambas está se tornando cada vez mais claro que há uma luta de classes sobre o uso e produção do espaço. A gentrificação é parte de uma estratégia de classe maior para reestruturar a economia, uma estratégia que deixa a base da exploração (a relação de trabalho assalariada) intacta. Da mesma forma que a reestruturação econômica (na forma de fechamento de fábricas, fuga do comércio, corte de serviços sociais etc.) é realizada em detrimento da classe trabalhadora, também é assim o aspecto espacial da reestruturação na escala urbana – a gentrificação e o redesenvolvimento. Enquanto a oposição para essa estratégia se desenvolveu na Europa, é ainda muito esporádico e menos organizado nos Estados Unidos.

Bibliografia Citada

1. ALONSO, W. *Location and Land Use.* Cambridge: Harvard University Press, 1964.

2. BALL, M. A Critique of Urban Economics. *International Journal of Urban and Regional Research,* 3 (1979), p. 309-32.

3. BERRY, B. *The Human Consequences of Urbanization.* London: Macmillan, 1973.

4. BERRY, B. Inner City Futures: An American Dilemma Revisited. *Transactions of the Institute of British Geographers*, N.S. 5.1 (1980), p. 1-28.

5. BRADFORD, C. and RUBINOWITZ, L. The UrbanSuburban Investment-Disinvestment Process: Consequences for Older Neighbourhoods. *Annals of the American Academy of Political and Social Science,* 422 (1975), p. 77-86.

6. BRAVERMAN, H. *Labor and Monopoly Capital.* New York: Monthly Review, 1974.

7. BUKHARIN, N. *Imperialism and World Economy.* London: Merlin, 1972 edn.

8. CARNEY, J.; HUDSON, R. and LEWIS, J. (ed.). *Regions in Crisis.* New York: St. Martin's Press, 1980.

9. EDEL, M. Planning, Market or Warfare? Recent Land Use Conflict in American Cities. *Readings in Urban Economics.* Edited by M. Edel and J. Rothenburg. New York: Macmillan, 1972.

10. ENGELS, F. *The Housing Question.* Moscow: Progress Publishers, 1975.

11. GILLMAN, J. *The Falling Rate of Profit.* London: Dennis Dobson, 1957.

12. HARMAN, C. Marx's Theory of Crisis and Its Critics. *International Socialism,* 11 (1981), p. 30-71.

13. HARRIS, N. Deindustrialization. *International Socialism,* 7 (1980), p. 72-81.

14. HARRIS, N. Crisis and the Core of the World System. *International Socialism,* 10 (1980), p. 24-50.

15. HARTMAN, C. Comment on 'Neighborhood Revitalization and Displacement: A Review of the Evidence. *Journal of the American Planning Association*, 45.4, 1979, p. 488-91.

16. HARVEY, D. *Social Justice and the City.* London: Edward Arnold, 1973.

17. HARVEY, D. Class Structure in a Capitalist Society and the Theory of Residential Differentiation. *Processes in Physical and Human Geography.* Edited by Peel *et al.* Edinburgh: Heinemann, 1975.

18. HARVEY, D. The Urban Process Under Capitalism: A Framework for Analysis. *International Journal of Urban and Regional Research,* 2.1, 1978, p. 100-31.

19. HARVEY, D. *The Limits to Capital.* Oxford: Basil Blackwell, 1982.

20. HODGSON, G. The Theory of the Falling Rate of Profit. *New Left Review,* 84, 1974, p. 55-82.

21. JAMES, F. Private Reinvestment in Older Housing and Older Neighborhoods: Recent Trends and Forces. *Committee on Banking, Housing and Urban Affairs, U.S. Senate,* July 7th and 8th, 1977, Washington, D.C.

22. LASKA, S. and SPAIN, D. (ed.). *Back to the City:* Issues in Neighborhood Renovation. New York: Pergamon Press, 1980.

23. LOWRY, I. Filtering and Housing Costs: A Conceptual Analysis. *Land Economics,* 36 (1960), p. 362-70.

24. MANDEL, E. Capitalism and Regional Disparities. *South West Economy and Society,* 1 (1976), p. 41-7.

25. MARX, K. *O Capital* (3 volumes). New York: International Publishers, 1967 edn.

26. MARX, K. *Grundrisse.* London: Pelican, 1973.

27. MASSEY, D. Capital and Locational Change: The U.K. Electrical Engineering and Electronics Industry. *Review of Radical Political Economics,* 10.3 (1978), p. 39-54.

28. MASSEY, D. and MEEGAN, R. Industrial Restructuring Versus the Cities. *Urban Studies,* 15 (1978), p. 273-88.

29. MILLS, E. *Studies in the Structure of Urban Economy.* Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1972.

30. MUTH, R. *Cities and Housing.* Chicago: University of Chicago Press, 1969.

31. ROSENTHAL, D. (ed.). *Urban Revitalization.* Urban Affairs Annual Reviews. v. 18. Beverly Hills: Sage Publications, 1980.

32. ROWEIS, S. and SCOTT, Allen. The Urban Land Question. *Urbanization and Urban Planning in Capitalist Society.* Edited by M. Dear and A. Scott. New York: Methuen, 1981.

33. SANDERS, H. Urban Renewal and the Revitalized City: A Reconsideration of Recent History. *Urban Revitalization.* Edited by D. Rosenthal. Beverly Hills: Sage Publications, 1980.

34. SCOTT, A. *The Urban Land Nexus and the State.* London: Pion, 1980.

35. SCOTT, A. The Spatial Structure of Metropolitan Labor Markets and the Theory of Intra-Urban Plant Location. *Urban Geography,* 2.1 (1981), p. 1-30.

36. SMITH, N. Toward A Theory of Gentrification: A Back to the City Movement by Capital not People. *Journal of the American Planners Association,* 45 (1979), p. 538-48.

37. SMITH, N. "Gentrification and Capital: Theory, Practice and Ideology in Society Hill. *Antipode,* 11.3 (1979), p. 24-35.

38. SMITH, N. Degeneracy in Theory and Practice: Spatial Interactionism and Radical Eclecticism. *Progress in Human Geography,* 5 (1981), p. 111-18.

39. SMITH, N. Uneven Development: The Production of Space Under Capitalism. Ph.D. dissertation, The Johns Hopkins University, 1982.

40. SMITH, N. The Concepts of Devaluation, Valorization and Depreciation in Marx: Toward a Clarification. Unpublished ms., The Johns Hopkins University, 1981.

41. SMITH, N. and LEFAIVRE, M. A Class Analysis of Gentrification. *Gentrification, Displacement and Neighborhood Revitalization.* Edited by Bruce London and John Palen. State University of New York Press, 1982.

42. SOHN-RETHEL, A. *Intellectual and Manual Labour.* London: Macmillan, 1978.

43. SOJA, E. The Socio-Spatial Dialectic. *Annals of the Association of American Geographers,* 70 (1980), p. 207-25.

44. SUMKA, H. J. Neighborhood Revitalization and Displacement: A Review of the Evidence. *Journal of the American Planners Association,* 45.1 (1979), p. 480-87.

45. WALKER, R. The Transformation of Urban Structure in the Nineteenth Century and the Beginnings of Suburbanization. *Urbanization and Conflict in Market Societies.* Edited by K. Cox. Chicago: Maaroufa Press, 1978.

46. WALKER, R. A Theory of Suburbanization: Capitalism and the Construction of Urban Space in the United States. *Urbanization and Urban Planning in Capitalist Society.* Edited by M. Deer and A. Scott, New York: Methuen, 1981.

47. WALKER, R. and STORPER, M. Capital and Industrial Location. *Progress in Human Geography,* 5 (1981), p. 473-509.

48. WEBBER, M. Order in Diversity: Community Without Propinquity. *Cities and Space:* The Future Use of Urban Land. Edited by L. Wingo. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1963.

49. WEBBER, M. Culture, Territoriality and the Elastic Mile. *Papers of the Regional Science Association,* 13 (1964), p. 59-69.

50. WEBBER, M. The Urban Place and the NonPlace Urban Realm. *Explorations into Urban Structure.* Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1964.

51. WHITEHAND, J. Building Cycles and the Spatial Form of Urban Growth. *Transactions of the Institute of British Geographers,* 56 (1972), p. 39-55.

52. WILLIAMS, P. Economic Processes and Urban Change: An Analysis of Contemporary Patterns of Residential Restructuring. Unpublished ms. Australian National University, 1981.

8. O que aconteceu com a classe?[67,68]

Uma propaganda de televisão de 1998 nos Estados Unidos apresentava adolescentes descolados em roupas estilosas – jeans largos, camisetas, regatas – girando por uma paisagem urbana sombria com máxima desenvoltura corporal. A batida de fundo era rap e o anúncio deliberadamente enigmático de 15 segundos foi um de uma série de 'propagandas de consciência social' que fundiam a roupa de uma marca multinacional com um profundo significado social e político. A mensagem era diversidade: crianças asiáticas e negras, homens e mulheres, brancos e latinos. O estilo era *noir* moderno, estranhamente preto e branco em um meio que é habitualmente de um multicolorido chamativo, com movimento e expectativa expressos por uma miríade de sombras e tons de cinza. Contra as imagens do movimento corporal, a tela começou a pulsar – estilo Barbara Kruger – as palavras proibidas "RAÇA", "GÊNERO", "ETNICIDADE". Eu esperei, despreocupadamente, que a narração transmitisse algum multiculturalismo padrão sobre o respeito à diversidade, mas isso não aconteceu. Em vez disso, veio um rap muito mais ousado sobre DIFERENÇA, que poderia ser lido de maneiras bastante contraditórias. A diferença devia ser respeitada e até celebrada – isso estava claro –, mas uma diferença de iguais ou desiguais? Seria uma diferença do ativismo político engajado do tipo incorporado nos melhores movimentos de justiça social? A dança estridente nas ruas tornava isso plausível e até provável. Ou seria uma celebração da diferença que

67. Originalmente publicado como SMITH, Neil. What happened to class? Environment and Planning A, 2000, Vol. 32, pp. 1011-1032. Disponível em https://journals.sagepub.com/doi/epdf/10.1068/a3249.

68. Tradução de Leônidas de Santana Marques.

simplesmente *presumiu* a igualdade através de linhas identitárias nítidas, a igualdade como um dado filosófico desvinculado de quaisquer lutas sociais que pudessem alcançar ou proteger a igualdade e os direitos: a diferença, de fato, como separação – separada, mas igual? A escolha deliberada de identidades sociais estilizadas e aparentemente representativas – uma de cada sabor – e as igualmente discretas diferenças entre estilos de roupas tornaram esse essencialismo menos palatável igualmente plausível. A propaganda não era um apelo à ação de rua antirracista ou feminista, embora absorvesse a possibilidade de tal leitura, e não fazia menção à orientação [*preference*] sexual. Em vez disso, as categorias de diferenças raciais, de gênero e étnicas estavam sendo elevadas a um status ontológico e empregadas como mercadorias simbólicas, comerciais e poderosas.

Eu tive três reações diferentes para esta propaganda. A primeira foi um certo orgulho abafado e surpreso de que, de alguma forma, as categorias de nossos arcanos debates acadêmicos se traduziram tão rapidamente e de forma tão completa em um papel público tão proeminente. Os acadêmicos realmente fazem a diferença, eu me peguei refletindo. Minha segunda reação foi menos radiante e pode muito bem ser resumida pelo título deste capítulo: o que aconteceu com a classe? A classe, ao que parecia, era a grande "diferença" não mencionada nessa projeção empresarial global de roupas descoladas, mas em um momento de reflexão parecia igualmente claro que a classe estava inscrita por toda parte. O cenário era um bairro pobre da classe trabalhadora contra o qual as roupas gotejavam como promessas de ascensão social, mais explicitamente no caso do garoto negro cuja raça foi sutilmente feita para representar a diferença de classe, mesmo quando suas roupas expressavam a mais intensa aspiração de classe. Neste sentido, a propaganda parecia espelhar algo sobre o atual terreno político das ciências sociais e humanas na academia, onde raça, gênero, etnia – e sexualidade – eclipsaram significativamente a preocupação com a diferença de classe. Minha terceira reação foi menos direta, menos analítica. Essa ambivalência despretensiosa, mas aguda, entre uma 'boa' e uma 'má' invocação da diferença na propaganda era extremamente preocupante. Como poderia um foco aparentemente progressista nas diferenças de identidade transmitir, simultaneamente, como em uma *gestalt*[69], um essencialismo aparentemente

69. Estrutura ou experiência que, enquanto totalidade, possui qualidades que são mais do que a soma de todas as suas partes.

oposto de raça, gênero e etnia? Isso também parecia verdadeiro sobre o discurso acadêmico atual, mas a conexão parecia muito mais vaga.

Neste texto, quero argumentar que o nexo entre política cultural e política de identidade que energicamente moldou uma ampla visão intelectual e política nas últimas duas décadas começou a perder força e que isso se tornou numa cada vez mais aparente e complicada *gestalt* entre um progressismo subversivo e um essencialismo reacionário. O capitalismo corporativo capturou nossas categorias e, sem esforço, aproveitou-se de sua aquisição. Como concluiu Hal Foster (1996), em *O retorno do real*, a respeito da batalha por um pós-modernismo artístico crítico, a batalha não foi perdida. Em vez disso, "aconteceu algo pior": foi "tratado como moda, o pós-modernismo tornou-se *démodé*" (página 187).

O mesmo pode se dizer das categorias de identidade cultural e política, cada vez mais desenraizadas, e há um senso crescentemente urgente da necessidade de nos reinventarmos se o sentido político que fomentou uma política cultural continuar fermentando diante da sanha empresarial. Nesse processo, quero defender uma reanálise crítica de classe. Em primeiro lugar, o período iniciado na década de 1970 pode muito bem representar uma era de formação e reestruturação de classe global sem precedentes, mais espetacularmente na Ásia. A crise econômica na Ásia, Rússia e América Latina após 1997 agudizou significativamente as divisões de classe que já haviam se tornado evidentes nos levantes estudantis na Coréia, na ascensão do Partido dos Trabalhadores no Brasil, no amplo apoio aos zapatistas no México, e (após a crise) na deposição do presidente Suharto na Indonésia e na revolta timorense. Mas mesmo nos núcleos mais tradicionais da economia capitalista, a então chamada globalização está refazendo dramaticamente as relações de classe em uma época em que o foco de grande parte da pesquisa acadêmica europeia e estadunidense foi direcionado para outros lugares. De muitas maneiras, nossa capacidade de ver as classes, de pensar as classes, é embotada em comparação com uma ou duas décadas atrás, embora, como em nossa propaganda sobre diversidade, as classes sejam densamente grafadas por meio das paisagens culturais, políticas e econômicas que questionamos. Obviamente, a classe não foi tratada como uma moda empresarial, nem será. A falta de atenção às geografias das classes sociais nos coloca em uma vantagem considerável ao lidar com essas paisagens. Em segundo lugar, trata-se de mudar o mundo, bem como de interpretá-lo. Como indica a minha primeira reação à propaganda, as ideias podem e mudam o mundo, por isso sigo o exemplo de

Francis Fox Piven (1999) que, concluindo uma crítica ao desmantelamento do sistema de bem-estar social dos Estados Unidos nos anos 1990, afirma que a democracia depende de uma releitura de classe.

Duas ressalvas devem ser feitas de início. Primeiro, o chamado para um reencontro significativo com as questões de classe de forma alguma pretende eclipsar a amplitude dos trabalhos atuais que levam a sério a classe, e obviamente me referirei a alguns deles aqui. Em vez disso, minha posição é mais autorreflexiva, ou seja, discutir a questão do foco e da marginalidade em relação às tendências e modas acadêmicas recentes. Segunda ressalva, como minha referência à revolta indonésia vai deixar bem claro, as situações do mundo real são muito complexas e os pactos de poder realmente existentes nunca aderem a linhas nítidas de classe, raça, gênero ou qualquer outra categoria social. Seria uma leitura defensiva e equivocada de minha parte aqui, portanto, refutar tudo isso como um movimento estrito de "retorno às classes" que busca desconsiderar o que aprendemos com a virada cultural e a política de identidade. Isso seria um passo extremamente retrógrado. De fato, correndo o risco da antecipação, de curvar a vara cedo demais, parece-me que uma das tarefas intelectuais e políticas mais importantes do futuro próximo, à medida que nos reinventamos, será assegurar um senso forte, prático e duradouro acerca das razões muito reais pelas quais uma política identitária e um intelectualismo cultural emergiram inicialmente. Todos nós perderíamos, e os provedores empresariais da diversidade venceriam, se raça e gênero se tornassem "*démodé*". Isso não é de forma alguma contraditório com o chamado para que voltemos a levar seriamente em conta a diferença de classes. Em vez disso, "um desafio viável às depredações do capitalismo moderno" virá a partir de dois tipos de lutas: "comunidade de base e organização trabalhista estimulada por políticas identitárias e uma nova política identitária que luta pela identificação com outras comunidades de interesse e especialmente com os pobres e a classe trabalhadora" (Anner, 1996, página 12).

Classe e globalização (jardinagem [*gardening*] e Indonésia)

Em maio de 1998, quase na mesma época em que a propaganda da diversidade apareceu, surgiu um debate na lista eletrônica britânica, "Fórum de Geografia Crítica" (crit-geog-forum@mailbase.ac.uk), sobre a política da jardinagem. Isso envolveu muitas questões, desde a política ambiental até

a política de acesso à natureza e questões de jardinagem e colonialismo, e aprofundou-se em discussões sobre ervas e morangos, insetos e metáforas. Mais de cinquenta e-mails foram postados em menos de duas semanas, mas como o conteúdo político se tornou cada vez mais arcano – nada sobre como realmente mudar o mundo –, houve algumas suaves contestações sobre porque essa questão e não outras de importância global estavam preocupando uma lista de assinantes declaradamente "críticos". A reação à contestação foi rápida e defensiva: alguns insistiram que os membros da lista discutiriam o que quisessem e outros estavam livres para fazer o mesmo; outros justificavam a jardinagem como necessariamente política na medida em que era uma dimensão essencial da vida. Como um dos participantes, não tive dúvidas de que havia uma política para a jardinagem: mais ou menos nessa época, a ponta de lança das lutas de antigentrificação no Lower East Side de Nova Iorque, onde parte de minha pesquisa se baseia, colocou jardins comunitários [*community gardens*] em uma luta amarga contra o prefeito revanchista. Mas, como outros, fiquei impressionado com o fato de que a jardinagem estava sendo inquietantemente essencializada como necessariamente política e, acima de tudo, foi a jardinagem que atingiu o pico do interesse "político" das pessoas, mesmo quando uma perversa e socialmente produzida fome no Sudão ceifava centenas de vidas diariamente e uma corajosa revolta na Indonésia estava prestes a derrubar Suharto. Por que um primeiro questionamento sério sobre a política da jardinagem pareceu desencadear uma resposta política tão reprimida de uma forma que os eventos globais não conseguiram? A invocação do político seria meramente uma distração, camuflando a falta de qualquer substância política real, como Clive Barnett (1998) parece sugerir de forma mais geral? Surgindo apenas alguns meses após a Conferência de Abertura do *International Critical Geography* em Vancouver, onde a questão da política e da geografia estava no centro da agenda, o debate sobre jardinagem me levou a reavaliar exatamente o que há de político na "geografia crítica". Como chegamos a este ponto?

A ascensão da política identitária nas últimas décadas do século XX refletiu mudanças muito reais nas economias sociais e culturais das sociedades capitalistas avançadas. Desindustrialização e imigração; novos empregos na produção, consumo e serviços domésticos; crescentes culturas de consumo; novas economias de reprodução; a ressegmentação do trabalho de inúmeras maneiras – todas essas mudanças dramáticas concentradas em algumas décadas trouxeram uma profunda recalibração das divisões de

classe, raça e gênero na economia social. A fonte dessas mudanças não foi apenas econômica, mas política; os movimentos de direitos civis, feminista e de gays e lésbicas após os anos 1960 são fontes tão poderosas de mudança social quanto qualquer lógica econômica. Tais mudanças tiveram um efeito praticamente onipresente, desestabilizando milhões de vidas, juntamente com suposições profundamente arraigadas sobre identidade e colocando poderosamente uma série de questões não-econômicas e injustiças históricas na agenda política. Não surpreendentemente, portanto, questões de identidade e cultura passaram a enquadrar as preocupações das Ciências Sociais no final do século XX.

No entanto, o quadro global talvez seja um pouco diferente. Não há dúvida de que questões de identidade e cultura também cresceram globalmente, mas isso é totalmente diferente de declarar a obsolescência da classe (Castells, 1997). Em retrospecto, a ideologia de uma "sociedade pós-industrial" deveria ser vista como uma das grandes pretensões das Ciências Sociais do "Primeiro Mundo" no século XX. (Se isso acontecerá ou não, presumivelmente dependerá de quem terá autoridade nas primeiras décadas do século XXI para escrever histórias globais.) Mas, enquanto muitos acadêmicos ocidentais críticos passaram as últimas duas décadas se afastando da classe, a economia global experimentou uma formação e reestruturação de classes sem precedentes, focada especialmente na Ásia. Desde o final dos anos 1960, especialmente o Leste e o Sudeste da Ásia – da China e da Coréia até a Índia e o Paquistão – passaram por uma expansão industrial sem precedentes na história da humanidade. A revolução industrial inglesa do século XVIII, muitas vezes tratada como paradigmática, fica pálida em comparação. Seguindo rapidamente e integrando a reconstrução da economia japonesa após a Segunda Guerra Mundial, a expansão industrial voltada para a exportação em Taiwan, Singapura, Hong Kong e Coréia do Sul, já em andamento na década de 1960, se espalhou por toda a região na década de 1970. Tomemos como exemplo a Indonésia. Apenas 6,3% da população ativa tinha empregos industriais em 1950, enquanto em 1990 a porcentagem mais que dobrou para 13,6%. Isso pode não parecer muito, mas em termos absolutos representa um aumento de 4,8 milhões para 24,9 milhões de trabalhadores (OIT, 1995a; UNESCO, 1973; 1997). Em 1980, "os trabalhadores paradigmáticos do capital transnacional" (Salzinger, 1997, página 549) – as mulheres – tinham maior probabilidade de serem empregadas na indústria (12,4%) do que os homens (11,9%). À medida que os salários industriais aumentaram em resposta à pressão política nos

anos 1980, as taxas de participação industrial dos homens ultrapassaram novamente as das mulheres, enquanto elas substituíram cada vez mais os homens em um setor de serviços em reestruturação (OIT, 1995b). O setor agrícola ocupava quase 80% da população ativa em 1950, hoje esse número é de apenas 50%, pois a agricultura também foi seletivamente industrializada.

A expansão da classe trabalhadora na Indonésia no final do século XX abrangeu o setor agrícola e, mais recentemente, o setor de serviços, mas foi mais intensa na produção industrial. O investimento em produção representou apenas 0,6% do produto interno bruto (PIB) em 1969, mas em 1996 representou surpreendentes 25,2% de uma economia muito maior. O fato de a porcentagem ativa da população empregada na indústria ter subido apenas de 10,2% para 13,6% (1990) sugere os níveis extraordinários de exploração econômica, alimentados por intensa inovação tecnológica e organizacional, que construíram o "milagre econômico indonésio". E a situação de quase 13% das mulheres trabalhadoras ocuparem empregos manuais em 1990, em comparação com apenas 8,8% dos homens, sugere que a exploração das mulheres está no centro desse processo (OIT, 1995a). A conclusão geral de Zillah Eisenstein em nenhum lugar é mais apropriada do que nesta região: "A exploração de classe parece estar de volta com força total, e mulheres e meninas – especialmente aquelas em países do sul global – parecem sofrer com isso ainda mais" (1998, página 1).

A classe é central para entender a revolta política que levou à derrubada de Suharto em maio de 1998 quando o milagre econômico desmoronou, mas a história faz pouco sentido se contada por meio de categorias abstratas de classe separadas de gênero e raça. A revolução industrial da Indonésia produziu massas de riqueza acumuladas nas mãos de uma classe dominante muito pequena e muito rica, um grupo de apenas alguns milhares de pessoas ao redor de Suharto, e eles exerciam um poder autoritário apoiado pelos militares. Mas também produziu uma classe média em rápido crescimento de pequenos capitalistas, profissionais, gerentes e funcionários do governo, e a expansão de um enorme sistema universitário nacional. Este último funcionou simultaneamente como uma válvula de segurança política dispersando a revolta contra as brutais desigualdades da sociedade indonésia e, aos olhos de muitas famílias da classe trabalhadora e da classe média, como o veículo crucial da aspiração de classe e da ambição econômica. O colapso econômico global do final de 1997 e início de 1998 dizimou a economia da Indonésia e demoliu essas ambições, já que milhões

de pessoas anteriormente cheias de expectativa se viram caindo na pobreza, e o obstinado e corrupto regime de Suharto, várias vezes pressionado e ajudado pelas imposições do FMI, foi o alvo imediato. Estudantes lideraram a revolta com slogans como: "Procura-se: Arroz. Açúcar. Óleo de Cozinha. Democracia" (Mydans, 1998). Em grande parte desorganizados ou apenas ao acaso, a eles se juntaram, nos últimos dias, a um grande número de trabalhadores, e com uma delegação militar dos Estados Unidos recentemente no país e os militares nacionais recusando uma repressão sangrenta em massa, o regime de Suharto foi finalmente derrubado. Mil e duzentas vidas foram perdidas; rapidamente surgiram relatórios de que os empresários chineses, que em grande parte se aliaram e foram beneficiados pelo regime de Suharto, foram escolhidos para o ataque; e acreditava-se que mais de uma centena de mulheres, alegadamente violadas durante a revolta, foram vítimas dos militares indonésios.

A imbricação entre classe, raça e gênero no milagre e na revolta da Indonésia mostra expressamente os limites dos conceitos teóricos abstratos com os quais inevitavelmente travamos debates de teoria social, e a tirania não intencional que conceitos hermeticamente separados podem exercer sobre o senso comum político se permanecerem muito distantes das lutas reais. Classe, raça e gênero são teoricamente diferentes entre si, mas apenas até certo ponto. A luta de classes que derrubou Suharto foi e continua marcada por topologias de gênero e raça e foi igualmente confusa em seus contornos de classe: na verdade, as linhas e alianças de classe mal se fundiram na luta, um fato que foi crucial na resignação queixosa que encontrou o regime de Habibi substituindo Suharto. Em muitos aspectos, é uma revolta inacabada: as condições de exploração de gênero permanecem ainda mais intensas durante uma recuperação parcial pós-1998 (governada cada vez mais pelo FMI e pelo Tesouro dos Estados Unidos); a classe dirigente nacional continua muito presente no poder (forçada, por fim, a conceder autonomia à minoria étnica timorense brutalmente reprimida); o racismo antichinês ainda concentra-se muito no antagonismo anticapitalista; e aqui, como em toda a região, a prostituição ressurgiu em resposta à perda de empregos e renda. Mas a confusão da revolta indonésia é apenas uma surpresa se alguém for capturado pela pureza categórica abstrata de gênero, raça ou classe (para uma crítica fundamentada etnograficamente, ver Fernandes, 1997). Ainda há mais perguntas do que respostas sobre o significado político da revolta indonésia, e estas podem vir a ser mais concretizadas na prática do que na teoria.

Variações na experiência econômica da Indonésia (se não a extensão da revolta política) foram repetidas em todo o Leste e Sudeste da Ásia depois de 1997 e sugerem uma extraordinária reestruturação de classes nas últimas três décadas. Elas são parte de um quadro global maior. Mudanças voláteis na estrutura de classes também estão ocorrendo na Rússia e na Europa Oriental, à medida que os antigos regimes capitalistas de Estado abraçam o mercado global; mulheres e meninas pobres são as maiores perdedoras no novo capitalismo, de acordo com as Nações Unidas (Olson, 1999). Da mesma forma na Ásia e na América Latina. Do México à Índia, há uma inscrição de gênero na classe intensificada (e vice-versa) (Cravey, 1997; 1998; Wright, 1997), e a racialização da segmentação do trabalho está se intensificando como resultado da sua migração global sem precedentes (Kelley, 1997; Kwong, 1997). Na África do Sul pós-apartheid, a divisão de classes na maioria negra tem sido rápida, apesar das evidentes tentativas nacionalistas com interesse de classe de preservar a raça em discursos políticos privilegiados. Por toda a África está em andamento uma luta violenta para encaixar categorias pós-coloniais de diferença étnica não apenas em linhas geográficas distintas em um mapa, mas também em categorias de classe derivadas localmente e aspirações coerentes com o mercado global.

A reestruturação de classe nas sociedades mais ricas não é menos óbvia. Em 1999, o 1% mais rico da sociedade estadunidense (2,7 milhões de pessoas) detinha uma renda total semelhante à dos 100 milhões mais pobres. Isso representa uma expansão dramática do abismo econômico entre a classe dominante e as classes mais pobres; em 1977, o 1% mais rico "apenas" detinha uma renda igual à dos 49 milhões mais pobres (Johnston, 1999). As economias urbanas, regionais e nacionais não são mais tão dependentes do trabalho reproduzido localmente, e o Estado se retira seletivamente de muitas funções de bem-estar social, provocando uma crise de reprodução social (Katz, 1998a). A consequente remodelagem das relações sociais, local e nacionalmente, torna-se uma peça crucial do quebra-cabeça da globalização e uma consequente reenfatização da classe entre comunidades não-brancas [*of color*] (Gregory, 1992) e imigrantes (Kwong, 1997).

Há, portanto, como Mike Davis (1990, página 104) uma vez observou de seu ponto de vista em Los Angeles, uma "internacionalização da formação de classe", mas isso nem sempre é um processo suave e previsível. Em um esforço para garantir uma remodelagem politicamente ordenada da classe, o policiamento draconiano do Estado é paralelo ao policiamento

econômico estrutural perpetrado pelo FMI, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio. Da Nigéria à Malásia, da Grã-Bretanha de Thatcher à Nova Iorque de Giuliani – talvez mais flagrantemente simbolizada no setor prisional-industrial da economia dos Estados Unidos – os Estados têm reafirmado fortemente o controle político como um meio estratégico de controlar populações de imigrantes, e minorias étnicas bem como economicamente excedentes (Gilmore, 1998; Hall, 1978; Smith, 1998). Ainda assim, dois anos antes do levante de 1992 em Los Angeles, Davis argumentou que "a miséria e a destruição pavorosas nas áreas dos guetos de Los Angeles […] tornaram-se a grande não-questão da década de 1980, enquanto o impacto do crescimento sobre os bairros afluentes ocupou o centro das atenções". Ele detectou o que chamou de "nova guerra de classe […] no nível do ambiente construído", que era simultaneamente uma "continuação da guerra racial dos anos 1960" (1990, páginas 233, 239).

O retrato de destruição e miséria de Davis como o grande não-questão pode servir como uma alegoria para o dilema de muitos discursos acadêmicos no final dos anos 1980 e 1990 em meio ao que pode se tornar a mais extraordinária reestruturação social na história global até hoje. A ilusão da falta de classe, a recusa em levar a classe a sério, é um item de luxo disponível apenas nos enclaves dos subúrbios mais ricos do capitalismo global. E é lá também que nossos argumentos politicamente corretos e cuidadosamente construídos sobre o multiculturalismo se tornaram alimento inquietante para a publicidade empresarial e a mercantilização. Então o que aconteceu com a classe?

A ascensão e a queda da classe

No final dos anos 1970, embora os participantes dificilmente percebessem isso na época, a abordagem radical e, por fim, marxista passou a dominar as pesquisas de vanguarda em Geografia Humana. Alguns dos trabalhos mais interessantes abordaram questões das geografias do capitalismo em várias escalas – a urbana e regional, nacional e global – e o elaborado desenvolvimento da teoria marxista foi baseado em um pressuposto e uma política que mantinham as relações de classe como centrais para a construção e compreensão dessas geografias. Grande parte desses trabalhos encontrou evidência nas páginas de *Antipode: A Radical Journal of Geography*, fundado por estudantes de pós-graduação e jovens professores

da Clark University em 1969, inicialmente mimeografado e até 1986 digitado, impresso e enviado por um grupo de trabalho intensivo formado por qualquer um que pudesse ser convencido a ajudar. Intensa discussão também ocorreu em torno da União dos Geógrafos Socialistas (USG), um grupo dominado por estudantes de pós-graduação militantes no Canadá, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, que prosperou durante a maior parte da década de 1970. Como uma leitura atenta dos primeiros número de *Antipode* ou do *USG Newsletter* rapidamente revela, a discussão analítica de classe evoluiu em meio a uma preocupação incrivelmente eclética com o movimento Black Power e os nacionalismos ocidentais, nativos americanos e sensoriamento remoto, feminismo, comunidade, culturas da natureza (Donaldson, 1969; Blaut , 1969; Anderson, 1969; Goodey, 1970; Bunge, 1971; Doherty, 1973; Burnett, 1973; Hayford, 1974; Galois, 1976), bem como uma boa dose de autorreflexividade (Eichenbaum e Shaw, 1971) e muito mais. Eram tempos inebriantes e os debates que circulavam tinham um conteúdo perturbadoramente familiar do ponto de vista do presente (Katz, 1999), mesmo que o estilo pareça ocasionalmente misterioso e sem sofisticação, mas o ponto histórico vital é que esses locais representavam o único lugar na geografia onde tais debates, propostas radicais e análises declaradamente políticas, seja sobre classe, raça ou gênero, poderiam ser publicados.

O que ninguém no início dos anos 1970 poderia sequer imaginar era que uma agenda intelectual abertamente radical, focada, mas não restrita à pesquisa de inspiração marxista, viria a dominar grande parte das pesquisas de vanguarda no auge da década de 1980, cada vez mais conservadora. O marxismo foi inexplicavelmente influente na academia, mesmo quando os ventos políticos no mundo em geral sopravam em uma direção totalmente oposta. Os estudos radicais eram onde muitos dos mais perspicazes alunos de pós-graduação se reuniam. Não é que as hegemonias positivistas na disciplina tenham desaparecido, mas houve muitas deserções notáveis e, embora cada vez mais os positivistas da velha guarda ainda controlassem amplamente as instituições da disciplina, grande parte da agitação intelectual agora estava em outro lugar. Isso foi um caso clássico de desenvolvimento intelectual desigual. Certamente outras ciências sociais desenvolveram fortes alas radicais, mas é como se a geografia, há muito isolada do *mainstream* da teoria social (especialmente nos Estados Unidos), não tivesse imunidade às variantes do trabalho intelectual radical que atraiu cada vez mais uma nova geração de estudiosos e militantes. Um campo de

estudos reiteradamente radical, finalmente centrado no marxismo, tornou-se mais dominante na Geografia nos anos 1970 e no início dos anos 1980 do que em qualquer outra ciência social.

Os geógrafos mais jovens seguiram e absorveram os debates interdisciplinares sobre classe no final dos anos 1970, que lançaram uma ampla gama de teorias de classe: marxismo, weberianismo, novo gerencialismo etc. (Giddens, 1973; Saunders, 1981; Walker, 1979; Wright, 1978). Mas a centralidade da classe nessa emergente tradição radical foi, na melhor das hipóteses, de curta duração e, na pior das hipóteses (como uma nova geração de "geógrafos do trabalho" argumentou), inexistente. O deslocamento da classe como objeto de investigação geográfica ou como meio de entender a geografia social do mundo veio em parte de contestações diretas quando teorias sociais concorrentes explodiram na década de 1980. Movimentos políticos feministas, antirracistas e de gays e lésbicas são anteriores aos anos 1980, mas foi nessa década, juntamente com o pós-estruturalismo e o pós-modernismo, que esses movimentos explodiram em criatividade teórica, insistindo tanto quanto o marxismo havia feito uma década antes, que eles mereciam seu próprio espaço teórico. No contexto de uma virada cultural mais ampla, eles buscaram ou estabelecer uma relação com a teoria de classes ou negá-la completamente, mas o resultado foi diretamente uma mudança da autoridade intelectual para longe dos discursos das ciências sociais e da economia política e em direção às humanidades e à política cultural.

Mas o afastamento a partir da classe não foi apenas resultado de pressão externa. Resultou tanto do descontentamento interno de que a herança das categorias de classe era insuficiente para a análise contemporânea, quanto de uma relutância ou incapacidade de renovar a teoria de classe, e muitas vezes do uso de noções de classe inflexíveis. À medida que outras agendas de pesquisa interessantes se colocaram, com a política em geral movendo-se decisivamente para a direita, e à medida que a nova geração envelheceu, houve, como um crítico disse apropriadamente, um "recuo do marxismo" (Cruz, 1996, página 20). Um pesquisador como Anthony Giddens, cuja reputação inicial foi amplamente baseada em *The Class Structure of the Advanced Societies*, talvez exemplifique a mudança. De *A Contemporary Critique of Historical Materialism* no início dos anos 1980, ele passou sucessivamente para o tratamento de *The Nation-state and Violence, Modernity and Self-identity*, e mais recentemente *The Transformation of Intimacy and Beyond Right and Left* (1994). Ou podemos pensar em Donna

Haraway, cujo trabalho inicial de formação conectando fisiologia primata e natureza, trabalho e reprodução deu lugar a uma preocupação com gênero, tecnociência e raça em que trabalho e classe desempenham apenas um papel menor (Haraway, 1978a; 1978b; 1997). Refiro-me a esses autores não como forma de crítica, mas simplesmente para destacar as mudanças que ocorreram. Muitos de nós, radicalizados nas décadas de 1960 e 1970, temos biografias paralelas. Seja como for, continua sendo verdade que, no final do século XX, as análises científicas sociais que levam a classe e o capitalismo a sério são tão propensas a atrair acusações precipitadas de um essencialismo ou universalismo errantes, economicismo ou determinismo quanto deveriam ser levadas a sério. A "classe", como disse um crítico, agora "regularmente sai de cena" (Schudson, 1997, página 69).

Vários ingredientes contribuíram para o que Ellen Meiksins Wood (1986) precoce e perspicazmente identificou como um "recuo da classe" (ver também Aronowitz, 1992). Primeiro, e talvez o mais óbvio, a crescente influência intelectual do marxismo e o foco resultante na classe nos anos 1970 e no início da década de 1980 encontraram-se cada vez mais em desacordo com um contexto político geral cuja guinada para a direita foi melhor simbolizada pelas eleições de Thatcher, Reagan e Kohl. De modo mais geral, a Nova Esquerda que emergiu a partir da década de 1960 era, na melhor das hipóteses, ambivalente em relação às classes, um ponto enfatizado pela história bastante antimarxista de Todd Gitlin (1995) acerca do período, e os movimentos sociais que eram combustível para as abordagens acadêmicas de classe estavam em amplo recuo no final dos anos 1970. O radicalismo acadêmico, cada vez menos ligado aos movimentos socialistas, estava ainda mais divorciado de sua vital energia criativa, social e política. A inerente instabilidade do radicalismo acadêmico em um mar de conservadorismo tornou uma mudança para a direita muito provável, se não inevitável, especialmente nos Estados Unidos, onde o macarthismo há muito havia cortado todos os fios, exceto os mais tênues, que conectavam o socialismo acadêmico e o socialismo da classe trabalhadora. Mas esse recuo não foi simples nem discreto; afetou tanto marxistas quanto não marxistas, e só tem se intensificado desde os anos 1980 com a reinvenção do imperialismo em escala global sob a forma de neoliberalismo e a inundação de antigos partidos políticos social-democratas em direção ao muitas vezes chamado de "*new middle*" (Alemanha) ou "terceira via" (Grã-Bretanha), nas quais a consciência de classe é sublimada sob a comum autoilusão estadunidense de que agora somos todos classe média.

Por mais atraente que fosse a visão ampla e abrangente que emanava de uma crítica radical, e por mais poderosa que fosse a dissecação analítica do capitalismo, as implicações políticas dessa crítica e análise nem sempre se acomodavam confortavelmente em um nível pessoal. Na era de Reagan, Thatcher e Kohl, o que significava se considerar um revolucionário? Para muitos cujo compromisso era mais acadêmico do que de militância, o valor das ferramentas analíticas fornecidas pelo marxismo não estava em questão, mas elas deveriam ser desenvolvidas separadamente de qualquer corolário sobre a ação política. No mínimo, o campo da ação política tinha que ser suficientemente separado das conclusões revolucionárias do marxismo para legitimar uma gama ampla de plataformas políticas que, em geral, não viam mais a transformação revolucionária como alcançável, realista ou mesmo necessariamente desejável. Esta é talvez a melhor ilustração de como o contexto social e o compromisso pessoal estavam profundamente entrelaçados no recuo das classes.

Outros ingredientes de uma consciência de classe em declínio na ciência social crítica emanaram de dentro. Os marxistas falharam em teorizar criticamente as mudanças muito reais na estrutura de classes que tornaram plausíveis as ideologias do "*new middle*" ou da "terceira via". Havia pouco retorno acadêmico para fazer isso e os movimentos sociais e trabalhistas que teriam sido energizados por tal conhecimento estavam recuando. Onde estão as análises definitivas da estrutura de classes no Ocidente após a desindustrialização e a globalização, ou da estrutura de classes no Leste Asiático após a industrialização e sua integração parcial no centro global? Mas o sucesso da crítica marxista também contribuiu para o problema. O projeto que surgiu como geografia radical tinha muitas linhas diferentes, mas talvez o mais atraente fosse que, para muitos, abria "uma visão geral". Era tão irresistível quanto necessário. Armado com críticas ao capitalismo, racismo, imperialismo, patriarcado, destruição ambiental, foi possível começar a ver como diferentes dimensões de exploração, opressão e desumanidade, todas escritas nas paisagens geográficas, se encaixam em um fascinante todo interligado. A capacidade de conectar realidades e eventos aparentemente díspares em uma "visão geral" tornou o trabalho geográfico radical teoricamente e politicamente inebriante contra o qual o positivismo tradicional parecia pouco inspirador. É uma ficção patente dos debates sobre localidade do final dos anos 1980 que a análise marxista não poderia lidar com o local, mas é igualmente verdade que a visão geral era

tão absorvente que o trabalho necessário de conectar análises globais com análises locais e de nível intermediário nem sempre foi realizado.

Talvez a falha interna mais notável da pesquisa marxista em Geografia diga respeito à maneira como o debate sobre a classe trabalhadora foi tratado quase como uma caixa preta. Tornou-se um lema que o marxismo se concentrava estritamente na classe, mas como uma revisão dos primeiros números de *Antipode* irá rapidamente indicar, seria grosseiramente reducionista argumentar que os socialistas evitavam qualquer preocupação com raça, gênero ou lutas de libertação nacional em favor dos trabalhadores. Por mais irônico que possa parecer, quero argumentar que foi a s*ubjetividade de classe* que a abordagem marxista na geografia, de forma mais flagrante, falhou em abraçar. Esta é a crítica apresentada internamente por uma nova geração de estudiosos que tentam construir uma "geografia do trabalho" (Herod, 1994; 1997; 1998; Johns, 1998; Mitchell, 1996; Tufts, 1998; Vural, 1994). Em retrospecto, é surpreendente que os marxistas tenham deixado uma lacuna tão grande em termos de debate sobre classe, embora isso também esteja claramente ligado à falta de atenção teórica às mudanças nas estruturas de classe.

Em outras palavras, a insurgência radical foi vítima de seu próprio sucesso, e isso sugere um terceiro ingrediente. À medida que a primeira geração de jovens membros do corpo docente e alunos de pós-graduação envelheceram nas décadas de 1980 e 1990, eles herdaram – por vezes com relativa facilidade, por vezes apenas como resultado de lutas acadêmicas significativas – cargos de significativo poder intelectual. Fomos com sucesso, e em grande parte de bom grado, profissionalizados. A criação de um Grupo Especial de Geógrafos Socialistas como parte da estrutura de grupos especiais da Associação de Geógrafos Americanos nunca poderia ter acontecido sem a força intelectual da *Antipode* ou a eficácia organizacional da União dos Geógrafos Socialistas e, ainda assim, sinalizou para o fim da USG como uma força independente (Katz, 1999). Não apenas nos Estados Unidos, mas em todo o mundo acadêmico de língua inglesa, tornou-se cada vez mais claro nos anos 1980 que socialistas e feministas poderiam realmente conseguir estabilidade e ascender a cargos de algum poder. Na década de 1990, até nos tornamos chefes de departamentos, reitores. Mas o poder sempre foi limitado e assim tem permanecido. Até hoje, as principais associações geográficas nacionais têm geralmente escapado de uma tomada radical – às vezes por meios extremos, como na fusão de 1996 do Instituto de Geógrafos Britânicos com a Royal Geographical Society

– e há inúmeros sinais de uma reação política organizada em torno de visões mais tecnocráticas, centrada em ambições disciplinares específicas para SIG, e na procura de uma colaboração mais estreita com os interesses empresariais. Ainda assim, a institucionalização da pesquisa radical em um período de mercados de trabalho acadêmico cada vez mais restritos teve claramente o efeito de integrar muita oposição disciplinar em potencial.

Estudos culturais e políticas identitárias

A empolgação intelectual e política que girava em torno da abordagem marxista nos anos 1980 acabou se transferindo para os estudos culturais e políticas identitárias. Como disse um participante, os "estudos culturais" foram formados na "tensão entre as pressões reducionistas do marxismo ortodoxo e a tendência idealista de separar a cultura das relações sociais" (Clarke, 1991, página xv). As histórias tradicionais apontam para a Escola de Birmingham em torno de Richard Hoggart, Raymond Williams e, mais tarde, Stuart Hall como a inspiração mais duradoura para os estudos culturais. Uma série de debates foram interligados aqui, mas a intenção central era explorar a expressão das culturas da classe trabalhadora em e por meios literários. A preocupação definitiva dos Estudos Culturais com a "cultura popular" é um descendente direto dessas primeiras origens (ver Bettie, 1995).

A migração transatlântica dos estudos culturais na década de 1970 pode ser razoavelmente identificada como um episódio central na recessão de classe nesse gênero (Clarke, 1991). Refratada através das lentes das ideologias de classe dos Estados Unidos, a noção de cultura popular se transfigurou tanto social quanto geograficamente. A cultura popular, que na Grã-Bretanha nas décadas de 1950 e 1960 implicava uma orientação explícita para as culturas da classe trabalhadora, tornou-se cada vez mais identificada com a *cultura de consumo da classe média* em um contexto nacional onde a classe média era um eufemismo para a ausência de classes (DeMott, 1990). Como o pós-estruturalismo parisiense, o psicologismo filosófico e o pós-modernismo arquitetônico entraram nas ciências sociais nesse mesmo período, a "crítica da ideologia" marxista foi substituída pela teoria do discurso e pela crítica da representação, que carregavam conexões muito mais frouxas com a análise das relações sociais. O abalo do discurso e da representação das relações de classe foi para alguns uma reação bem

deliberada ao domínio intelectual mantido pelos partidos comunistas oficiais sobre muitos intelectuais de esquerda, especialmente na Europa. Para outros, proporcionou uma oportunidade mais pessoal de desconectar a teoria social da prescrição política. Mais uma vez, a migração dessas ideias através do Atlântico promoveu um recuo da classe de forma mais abrupta do que em Paris ou Bolonha. "No processo, a preocupação anterior com a estrutura de classes" foi "tirada de foco, tanto de dentro quanto de fora do marxismo":

> Em seu lugar estão concepções mais diferenciadas e contraditórias de política cultural. É neste contexto que a ideia de cultura popular voltou a ter um papel mais central nos estudos culturais. No mínimo, a cultura popular emergiu como um termo que descreve o campo dentro do qual perspectivas concorrentes podem localizar seus objetos de estudo e que não carrega nenhum peso específico para qualquer conjunto de relações sociais… (Clarke, 1991, página 15).

Os méritos de ampliar a teoria social radical de uma poderosa influência marxista para uma política cultural multidimensional são difíceis de contestar, especialmente à luz das circunstâncias políticas do período. Muitos marxistas saudaram as oportunidades de expansão política e intelectual representadas pelos estudos culturais e políticas identitárias, embora de maneiras diferentes – Stuart Hall, Nancy Hartsock, Ernesto Laclau, Stanley Aronowitz, por exemplo –, enquanto outros foram claramente mais céticos. Com um discurso de inclusão no melhor sentido, os estudos culturais ofereciam uma plataforma vital para incluir na academia pessoas, políticas e ideias tradicionalmente excluídas. Sem surpresa, isso teve o efeito de expandir e mudar o foco da pesquisa em muitos campos. Tudo isso foi expresso politicamente em termos de uma política identitária que tomou como axiomática não apenas a demanda por inclusão política (tanto não acadêmica quanto acadêmica) como um corretivo para exclusões históricas baseadas na identidade, mas também a demanda por uma epistemologia relacional suplantando pressupostos de verdade universal.

Da mesma forma que o marxismo passou a ter uma autoridade considerável sobre as pesquisas de vanguarda no início dos anos 1980, o nexo de políticas identitárias e estudos culturais, centrados nas humanidades, passou a desfrutar de uma autoridade intelectual e política semelhante, senão maior,

nos anos 1990. Embora os números ainda permaneçam pequenos e a carreira ainda seja comprovadamente arriscada, algumas pesquisadoras feministas estão agora no alto escalão, e o apelo político por inclusão é, por tabela, embotado. Nos Estados Unidos, o Departamento de Estudos Afro-Americanos de Harvard, que inclui Henry Louis Gates Jr, Anthony Appiah, Cornell West e William Julius Wilson, é destacado na imprensa popular como um verdadeiro fenômeno cultural – um departamento de intelectuais públicos – e a atenção pública e a reverência concedidas agora rivalizam com as do departamento de física de Princeton ou de economia de Chicago. Os programas de estudos sobre gays e lésbicas não são tão proeminentes, mas ainda assim desfrutam de uma segurança institucional crescente. Nada disso é para sugerir que a luta pela inclusão esteja ganha – não está – ou que os ganhos são uniformemente ou amplamente distribuídos entre todas as mulheres, pessoas não-brancas [*of color*], gays e lésbicas, ou que a inclusão não é mais azeitada pelo tokenismo. Também não se pretende sugerir que os ganhos e vitórias existentes não sejam vulneráveis à reação: embora os programas de estudos latinos e mexicanos pareçam seguros em algumas partes dos Estados Unidos, também há uma tentativa em alguns lugares de subsumi-los em programas de estudos latino-americanos mais conservadores com enfoque literário (Caban, 1998).

Como Angela McRobbie (1997, página 1) coloca delicadamente, os estudos culturais e as políticas identitárias estão agora se movendo "para um espaço institucional muito maior e mais expansivo". Embora esse sucesso tenha facilitado, para alguns, a entrada na academia e colocado a política identitária em um debate público mais amplo, ele acentua tanto quanto dissolve as contradições de poder e marginalidade. Embora os centros de estudos latinos ou estudos de gênero sejam para muitos alunos e professores um oásis vital contra muitos dos pressupostos e práticas opressivas e discriminatórias que permeiam outros setores da universidade, eles também podem facilmente se tornar um gueto. Embora ter administradores gays ou lésbicas ou pessoas não-brancas [*of color*] na cadeira de chefe represente uma vitória significativa, como aconteceu com os radicais antes deles, também tem um custo – militantes perdidos para a administração cuja política crítica encontra expressão limitada. Ao mesmo tempo, o sucesso dos estudos culturais e das políticas identitárias provoca uma reação significativa dentro e contra a academia. O ataque pós-Guerra Fria ao politicamente correto e as chamadas "guerras culturais" são os sintomas mais óbvios do tradicionalismo defensivo que impulsiona a reação.

O sucesso e a reação também provocaram reflexão crítica, pois o impulso libertador da política identitária encontrou frustração tanto quanto fruição. Primeiro, a crítica ao universalismo que ajudou a alavancar a política identitária é cada vez mais contestada (Ahmad, 1998; Harvey, 1996), tanto em termos filosóficos quanto práticos. No mínimo, a ambição sistemática e universalista do capitalismo requer uma linguagem conceitual adequada para sua crítica (Lazarus et al, 1995). Segundo, a ambição coletiva de fundir raça, classe e orientação [*preference*] sexual em uma crítica teórica e em movimento político unificados (ainda que internamente diferenciados) é agora um mantra mais do que uma realidade, e na esteira de nosso fracasso coletivo em materializar tal movimento, e à luz do amplo divórcio acadêmico das lutas sociais, a identidade silenciosamente retrocede de um grupo para uma definição individual, e identidades específicas são cada vez mais endurecidas em caixinhas separadas. O afrocentrismo, como uma imagem espelhada do eurocentrismo, é um exemplo óbvio, mas não é o único. Como Anna Pollert (1996) argumentou, quando palavras como "patriarcado" e "masculinismo" são prontamente empregadas como epítetos desvinculados das ricas análises teóricas que as geraram, elas se tornam "reducionistas" e "mecanicistas" e têm o efeito de converter alguns aspectos do discurso feminista em sua própria "grande narrativa". Denúncias abstratas do masculinismo não são mais reveladoras do que dizer que o capitalismo é ruim. Esse endurecimento das categorias de identidade é tudo menos inconteste, mas foi longe o suficiente para provocar uma corrente de competição entre diferentes identidades, cada uma colocando sua história de vitimização contra a de outras em uma luta bastante indecorosa para estabelecer uma autoridade política superior como um mapeamento direto de qual opressão é maior e mais intensa.

Este é um processo que Brackette Williams (1993) criticou apropriadamente como um "moralismo competitivo de vitimização". As imoralidades do passado devem ser a base da ambição política contemporânea, mas a boa política não é a expressão de tais comparações históricas reducionistas. A consequente ameaça de novos fundamentalismos em círculos supostamente progressistas é uma expressão do fracasso de uma política de esquerda, tanto marxista quanto identitária. Haraway (1991, página 109) apresenta a questão de uma forma mais positiva e em linguagem com aplicabilidade coletiva: "A política da diferença que as feministas precisam articular deve estar enraizada em uma política de experiência que busca especificidade,

heterogeneidade e conexão *por meio da luta*, não por meio de apelos liberais e psicológicos a cada uma de suas próprias infindáveis diferenças".

A crescente confusão entre política e moralidade nos anos 1990 – a presunção de que a política é simplesmente a correção de erros morais – também precisa ser abordada diretamente. Onde Marx escreveu sua ética social em sua crítica analítica da sociedade capitalista – a exploração era simultaneamente um conceito analiticamente derivado *e* um conceito ético – a questão da ética emergiu na década de 1990 como uma expressão direta da política identitária (Slack e Whitt, 1992). Se tal movimento é motivado em parte pela influência da política ambiental e do movimento pelos direitos dos animais cuja política é quase inteiramente circunscrita por questões éticas, ele desenvolveu uma aceitação mais ampla. Sendo direto, apesar do radicalismo do movimento pelos direitos dos animais, a confluência de um suposto moralismo com a política é tudo menos um movimento radical, remetendo para um liberalismo que, do século XVIII em diante, sempre definiu a política como a excrescência da moralidade e do interesse próprio. Não há contradição no fato de que a aparente razão para uma recentralização da ética possa vir de diversas fontes teóricas. Assim, John Champagne, para dar apenas um exemplo, propõe uma nova abordagem para os estudos gays abraçando uma filosofia da ética com base em Foucault. O conluio entre individualismo, liberalismo e ética é muito explícito. Para Foucault, diz ele, "a *ética* não se refere à moralidade, mas ao 'cuidado de si'". E ele identifica "duas correntes de crítica cultural" informando a perspectiva: "a crítica 'liberal' que busca estender ao Outro uma maior subjetividade, e a crítica 'ética' que tenta posicionar o outro em direção a uma resistência à subjetividade" (Champagne, 1995, páginas xxix, xxxiii).

A crescente confusão da ética com a política marca um amplo recuo para o liberalismo. Para Barnett (1998, página 633), é a "virada cultural" e a eventual redução da cultura a um jargão para tudo e nada que "transforma a política em um ato de vontade ética e discriminação estética" (ver também Mitchell, 1995). Na geografia, esta questão emergiu de forma mais aguda na discussão que se seguiu à Conferência de Abertura do International Critical Geography em Vancouver em 1997, e só se tornará cada vez mais visível. Enquanto alguns argumentaram que "a geografia crítica define você por seu trabalho, por sua atitude perante a vida, por seus valores morais e sentimentos sobre a injustiça social", outros responderam que "um recurso à ética" não é sinônimo de política (em Katz, 1998b, páginas 268, 272).

Uma política crítica certamente abrange uma ampla moralidade social, mas uma ética individual, coletivamente organizada, fica muito aquém de uma política coletiva adequada. Na atual conjuntura, essa insistência na distinção entre uma política mais expansiva e uma ética mais estreita – se muito – é crucial. O esforço para construir uma política de justiça é bem conhecido, mas não conseguiu estabelecer uma teoria de justiça que seja simultaneamente articulada a uma análise das relações sociais e flexível o suficiente para variar no tempo e no espaço com diferentes lutas políticas (Fainstein, 1999; Merrifield e Swyngedouw, 1997; Young, 1990). No vácuo resultante existe o perigo muito real de que uma confusão entre ética e política se intensifique em vez de dissolver o 'moralismo competitivo da vitimização'.

Nada disso é para negar o papel constitutivo da ética na política ou para oferecer um certo tipo de negação pós-moderna à possibilidade da ética. Em vez disso, é para fazer um argumento mais contextual. Por um lado, muitos vêm hoje descartar a própria ideia de mudança revolucionária ou mesmo de exercício do poder como inerentemente 'masculinista'; por outro lado, Haraway e Harvey (1995, página 519) expressa com vivacidade típica o que muitos acadêmicos e militantes sentem intensamente: "Acho que o problema mais difícil que enfrento, eu confesso, é que quase perdi a imaginação de como poderia ser um mundo que não fosse capitalista". A imaginação de mundos pós-capitalistas e a organização política e o poder necessários para tornar tais visões uma realidade necessariamente envolvem julgamentos éticos, mas não são circunscritos nem contidos por eles.

Depois do multiculturalismo

Amplamente adotado no final dos anos 1980 como um meio de arbitrar e negociar diferentes reivindicações e identidades em vários movimentos sociais e tradições políticas, o multiculturalismo é cada vez mais revelado como uma extrapolação liberal da política identitária, para além da integridade de suas raízes (Gordon e Newfield, 1996). Na melhor das hipóteses, tornou-se uma celebração da 'diferença' filosoficamente generalizada e desvinculada das realidades sociais e lutas políticas que estabelecem a diferença social. O multiculturalismo projeta uma espécie de ONU das diferentes identidades, cada uma abstratamente igual na

teoria, mas algumas mais poderosamente localizadas do que outras em uma ampla geopolítica de identidades. Se inicialmente forneceu uma força pacificadora declarada e precipitadamente ideológica entre diferentes identidades e desviou com sucesso uma série de possíveis desavenças, o custo dessa ideologia foi, no entanto, uma profunda despolitização dos signatários em torno de advertências pela 'diversidade' e pelo 'respeito à diferença'. Como tal, nos anos 1980, o multiculturalismo tornou-se a ideologia oficial do Estado em antigas colônias europeias, como Austrália e Canadá, que lutavam com a reafirmação política das primeiras nações e povos indígenas, por um lado, e as implicações dos fluxos sociais e econômicos globais, por outro.

Katharyne Mitchell (1993) foi a primeira a expor brilhantemente a sinergia entre o multiculturalismo e o que ela chama de "as cores unidas do capitalismo". Ela demonstra como, no contexto da rápida imigração de uma rica classe média alta de Hong Kong, toda a linguagem do antirracismo e multiculturalismo "foi politicamente apropriada por indivíduos e instituições para facilitar o investimento internacional e o desenvolvimento capitalista em Vancouver" (pág. 265). Em um artigo cujo título lembra deliberadamente a crítica de Fredric Jameson (1984) ao pós-modernismo, ela mostra como o multiculturalismo tem sido alistado para "suavizar o atrito racial e reduzir a resistência às recentes mudanças no ambiente urbano e nas experiências da vida cotidiana". De um modo geral, "a tentativa de moldar o multiculturalismo pode ser vista como uma tentativa de obter controle hegemônico sobre os conceitos de raça e nação, a fim de acelerar ainda mais a integração de Vancouver nas redes internacionais do capitalismo global" (ver também Cruz, 1996). Cinco anos depois, essa crítica foi confirmada quando o crítico neoliberal Nathan Glazer, há muito defensor das causas conservadoras, publicou sua própria avaliação de que "agora somos todos multiculturalistas" (Glazer, 1998). Conservadores horrorizados, recuando com a "deserção" de Glazer, não conseguiram entender a mudança que Glazer entendeu muito bem.

Também adaptando o título de Jameson, Slavoj Žižek (1997) lançou a crítica mais contundente ao multiculturalismo como "a forma ideal de ideologia" para o "capitalismo global" (página 44). Ele acumula seus próprios epítetos – elitista, liberal, idealista:

> o multiculturalismo envolve a condescendência com a distância eurocêntrica e/ou o respeito pelas culturas locais sem raízes na própria cultura particular. Em outras palavras, o multiculturalismo é uma forma de racismo negada, invertida e autorreferencial, um 'racismo com distância' – ele 'respeita' a identidade do Outro, concebendo o Outro como uma comunidade 'autêntica' fechada em si mesma para a qual ele, o multiculturalista, mantém uma distância possibilitada por sua posição universal privilegiada (pág. 44).

Žižek é implacável. O multiculturalismo, ele argumenta, é precisamente a ideologia apropriada para uma organização da propriedade e acumulação capitalistas, mercados e interesses políticos que dividiu as fronteiras nacionais e precisa encontrar uma maneira de atrair consumidores de origens sociais e nacionais muito diferentes. Foi precisamente um vislumbre dessa premonição, o medo de que o multiculturalismo fosse feito sob medida para transmitir a intensa ética consumista do capitalismo multinacional, que me fez estremecer enquanto assistia à propaganda de roupas – RAÇA, GÊNERO, ETNIA. Žižek:

> a problemática do multiculturalismo – a coexistência híbrida de vidas cotidianas culturalmente diferentes – que se impõe hoje é a forma de aparição do seu oposto, da presença massiva do capitalismo como sistema mundial *universal*… É efetivamente como se, uma vez que o horizonte da imaginação social não nos permite mais cogitar o eventual desaparecimento do capitalismo – uma vez que, como podemos dizer, todos aceitam silenciosamente que *o capitalismo veio para ficar* – a energia crítica encontrou uma saída substituta em lutar por diferenças culturais que deixa intacta a homogeneidade básica do sistema-mundo capitalista. Assim, estamos travando nossas batalhas virtuais pelos direitos das minorias étnicas, de gays e lésbicas, de diferentes estilos de vida, e assim por diante, enquanto o capitalismo prossegue sua marcha triunfante – e a teoria crítica de hoje, sob o disfarce de 'estudos culturais', está prestando o máximo serviço ao desenvolvimento desenfreado do capitalismo ao participar ativamente do esforço ideológico para tornar invisível sua presença massiva (1997, página 46).

Isso é obviamente provocativo e deliberado, parecendo indiciar os estudos culturais e as políticas identitárias em conjunto com o multiculturalismo (ver também Readings, 1996). Podemos discordar da suposição de um globalismo desimpedido já plenamente estabelecido, ou da ideia de um multiculturalismo desprovido de qualquer tensão interna ou suspeita sobre seus próprios dilemas, mas é difícil negar a conexão geral que Žižek identifica. Sua raiva certamente coloca desafios, mas uma defesa apaixonada da política identitária não desvia totalmente a crítica. Pois a questão, no final, não é tanto as especificidades da identidade, mas os meios e fins das lutas políticas, incluindo as baseadas na identidade, contra a opressão.

Classe e identidade, ética e política

Tomemos o caso dos direitos de gays e lésbicas. Presumo que podemos concordar que a discriminação contra gays e lésbicas, seja em termos de estilo de vida, trabalho, moradia ou qualquer outra questão de acesso a recursos sociais, representa uma injustiça moral e política que deve ser imediatamente eliminada. Também somos realistas o suficiente para entender que um movimento político e uma luta política serão necessários para alcançar tal resultado; claramente, muitas pessoas poderosas têm muito capital político, psíquico e até mesmo econômico associado à defesa da heteronormatividade para permitir que a normalização da homossexualidade passe sem luta. Mas como essa luta deve ser travada e para quais fins? Uma luta travada com base na imoralidade da opressão tem um poderoso apelo político imediato e, dependendo dos caprichos da moralidade legislada publicamente, pode conseguir moderar alguns dos sistemas de opressão existentes. Mas na medida em que seu desmantelamento completo deve derrotar sistemas de poder e privilégio altamente arraigados que compartilham outras formas de opressão e exploração como condição de seu poder, uma vitória substancial é improvável sem o reconhecimento prático da interconexão dessas várias formas de opressão e exploração.

Isso parece óbvio na teoria, mas nas lutas contra a aids em Nova Iorque no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, acabou sendo tudo, menos óbvio. Em todo o espectro político, a militância contra a aids encabeçado pela ACT UP, sem dúvida, representou o ativismo político mais imaginativo e bem-sucedido durante esse período em Nova Iorque, mas a ACT UP finalmente naufragou precisamente na questão de quão agressiva e ampla

a militância contra a aids tinha que ser para se conectar a um gama mais geral de lutas sociais. Um grupo comparativamente conservador de homens gays ricos que desde o início foram atores importantes na militância resistiu em ampliar o alcance político do movimento para além do foco na aids como uma questão gay masculina; eles resistiram a mais do que um abraço simbólico a pessoas não brancas [*of color*], usuários de drogas, lésbicas, militantes da classe trabalhadora ou às questões que esses grupos pressionavam (Cohen, 1998; Hodges, 2000). O fracasso em reconhecer na prática que uma luta bem-sucedida contra a aids dependia de tal ativismo colaborativo, especialmente quando o número de homens gays brancos soropositivos na cidade começou a se estabilizar, acabou significando o fim de um movimento político bem-sucedido. Apesar do claro reconhecimento retórico de que a aids não era simplesmente uma questão gay, eles falharam em combinar uma indignação moral focada, mobilizada com tanto sucesso, com agenda e ambição políticas expandidas.

A confusão entre ética e política oferece poucas alternativas aos extremos opostos de um universalismo liberal e uma organização unidimensional. Falha-se em reconhecer que a solução para injustiças específicas – neste caso, um fracasso das classes dominantes em direcionar e resolver adequadamente uma crise de aids marcada por uma letalidade altamente diferenciada – depende de uma mobilização social muito mais ampla, na medida em que as próprias elites que são os alvos da militância e da mudança social desfrutam do poder em toda a sua gama: econômico, político, cultural, militar. Como o fim do ACT UP demonstrou, é tolice pensar que uma estratégia estritamente científica ou política poderia ter sucesso sem simultaneamente desafiar as presunções mais básicas de poder cultural e estrutura econômica (Hodges, 2000).

Em tudo isso, não há nada de único na organização do movimento contra a aids ou na política da militância gay. Pode-se fazer o mesmo argumento, por exemplo, sobre a questão da falta de moradia. O trabalho feito pelo serviço aos sem-teto e pelos movimentos que os apoiam é absolutamente vital para evitar que as pessoas morram de fome, frio ou queimem até a morte, mas a solução para os sem-teto tem a ver com uma transformação muito mais sistemática das relações sociais. Uma economia social que distribui moradia com base na propriedade privada e na capacidade de pagá-la cria a própria categoria de sem-teto, consoante com a realidade dos sem-teto, e um movimento anti-sem-teto que não inclui como objetivo final o desmantelamento do sistema de propriedade privada, que arbitra

tal alocação de habitação, está fadado ao fracasso. Isso não é de forma alguma um argumento contra organizar-se, mas no sentido de organizar-se politicamente de tal forma que mantenha os objetivos maiores e mais distantes – "a imaginação de como poderia ser um mundo que não fosse capitalista", nas palavras de Haraway – centralmente em foco. Um argumento semelhante pode ser igualmente feito em termos de classe e movimentos de classe que não são de forma alguma imunes a um foco limitado a uma questão única. Os movimentos socialistas que perpetuaram o sexismo e o racismo ou qualquer outra forma de opressão social são (e provaram ser) autodestrutivos.

Muito do multiculturalismo e muitas respostas aos moralismos competitivos de vitimização recaíram na suposição de uma espécie de equivalência moral entre diferentes opressões e explorações. Isso pode ser uma sutileza filosófica razoável, mas no que diz respeito à estratégia e organização política, é certamente falacioso. Nem todas as lutas são iguais: a tradução da análise para a estratégia não é tão simples. Diferentes lutas trazem tipos muito diferentes de resultados, intencionais ou não. Podemos perguntar, por exemplo, se o patriarcado e o capitalismo, como sistemas entrelaçados de opressão e exploração, poderiam tolerar o fim da opressão baseada na orientação [*preference*] sexual. A resposta é bastante clara que, embora a luta por uma democracia de direitos sexuais rapidamente desafiasse as extraordinárias profundezas da intolerância social e interesses específicos, *na prática*, a desnaturalização da heterossexualidade não necessariamente desafiaria a estabilidade da exploração capitalista e, embora obviamente oferecesse uma alternativa aos pressupostos e práticas do patriarcado, não está claro até que ponto isso impediria a coexistência paralela de dois modelos diferentes de reprodução social.

Em outras palavras, a questão política não é algo de equivalência moral, mas de possibilidade política contextual. Em diferentes momentos e em lugares diferentes, a opressão baseada na orientação [*preference*] sexual está mais ligada ou menos ligada a outras formas de opressão, e lutar contra isso traz consigo diferentes possibilidades políticas. É perfeitamente concebível que uma luta pelos direitos de gays e lésbicas na Escandinávia, por exemplo, pudesse hoje avançar consideravelmente – de fato já o fez – sem perturbar seriamente as opressões correlatas, mas o mesmo pode não ser verdade na Guatemala. A conclusão política que se segue não é que a luta pelos direitos de gays e lésbicas seja irrelevante, mas que a luta pela democracia sexual dos homens gays em particular pode potencialmente

dar-se ao luxo de escolher se conceber em termos muito limitados, focados em objetivos estritamente definidos. É claro que pode escolher o contrário, mas a escolha permanece. Quase a mesma conclusão poderia ser tirada sobre um ambientalismo gerencial e liberal que priorizou mais a "limpeza do meio ambiente" ou salvar espécies ameaçadas do que resolver as relações sociais exploradoras que tornaram essas más produções da natureza a norma social. As duas últimas décadas demonstraram admiravelmente que uma política ambiental anteriormente radical é perfeitamente capaz de ser remodelada como um 'ambientalismo do establishment' e, de fato, como sua própria estratégia de acumulação (Katz, 1998c).

O mesmo argumento se aplica, embora de modo mais complexo, em relação à raça, classe e gênero. A opressão baseada na raça e no gênero está imbricada na exploração econômica enraizada na diferença de classe, e as lutas para desmantelar as opressões raciais e de gênero rapidamente confrontam com questões no coração da economia social: desigualdade salarial (ou a falta total de salários), condições de trabalho (físicas, sociais e políticas) e as ideologias sociais e culturais que racionalizam tais desigualdades. A ideia não é que uma visão econômica estrita esgota a análise de raça ou gênero, longe disso. Por um lado, a opressão não é universalmente funcional e pode, durante períodos relativamente longos em lugares específicos, revelar-se bastante disfuncional em termos econômicos. Ao mesmo tempo, a perpetuação de sistemas de racismo e sexismo em diferentes culturas obviamente envolve teias intrincadas de suposições sociais e culturais recalcitrantes que podem ser flexivelmente articuladas ou desvinculadas da classe. Enfim, porém, é difícil conceber uma sociedade que perpetua a exploração de classe sem usar as diferenças raciais e de gênero existentes (e criar novas) como canais para essa exploração; por outro lado, como seria o racismo ou o patriarcado que praticasse a igualdade de classes? A pergunta soa quase absurda: o capitalismo sem patriarcado e racismo é certamente concebível como uma possibilidade filosófica abstrata, mas é um conjunto vazio em termos políticos, se não exatamente em termos matemáticos.

Marx destacou a importância da classe porque, como ele pontuou, a exploração de classe é a base social da extração de mais-valor em uma economia capitalista e, portanto, da acumulação de capital e da reprodução econômica. Em lugares específicos, em momentos específicos, as classes trabalhadoras podem abranger uma gama diversa de grupos raciais e étnicos, bem como combinações específicas de homens e mulheres. A questão importante aqui é que classe para Marx é antes de tudo uma

categoria social. São as relações sociais de classe que mobilizam relações econômicas específicas e não o contrário, não importa o quanto as relações econômicas específicas da sociedade capitalista apoiem e contribuam para a reprodução dessas relações sociais e políticas; são as relações sociais que devem ser transformadas para que a economia política se abra para a mudança. A classe trabalhadora – que geralmente compreende a maioria das etnias e raças oprimidas, e a maioria das mulheres –, em qualquer sociedade contemporânea, é aqui o ingrediente crucial precisamente porque, embora os trabalhadores vendam sua força de trabalho como uma mercadoria em uma transação econômica, eles retêm o *poder social e político* direto, decorrente da recusa coletiva do trabalho, para destruir a economia social e provocar sua substituição por algo diferente. Somente para a classe trabalhadora a derrubada desse sistema de exploração é um bem coletivo. Este é um resultado que a solidariedade em termos estritamente raciais e de gênero é incapaz de alcançar na medida em que tais interesses incorporam interesses de classe radicalmente opostos.

Duas conclusões reducionistas são muitas vezes feitas a partir deste argumento. Em primeiro lugar, muitas vezes assume-se que a classe é de alguma forma filosófica ou moralmente privilegiada na análise de Marx. Tal leitura equivocada não é apenas errônea, mas sintomática do próprio reducionismo que procura evitar. Na medida em que Marx privilegia a classe como categoria e a classe trabalhadora como agente coletivo de mudança revolucionária, isso representa um julgamento político, e não moral ou filosófico. A redução da política ao moral e ao filosófico representa um colapso analítico que lembra o liberalismo moderno, não o marxismo, e desencadeia toda uma carga de leituras equivocadas; Marx, é claro, podia ser tudo, menos um liberal. Em segundo lugar, também é amplamente inferido que, tendo identificado a capacidade revolucionária na classe trabalhadora, Marx veria a classe como algo fixo e a transformação social como inevitável, garantida. É essa leitura de Marx que remove o debate não classista da cena política: a revolução decorre inexoravelmente da categoria de classe. Mas, novamente, o idealismo dessa leitura equivocada deriva mais da teoria e prática política contemporânea do que dos textos de Marx. Como até mesmo os corretores de Wall Street prontamente admitiram na véspera do aniversário de 150 anos do *Manifesto comunista*, a análise global de Marx foi radicalmente reafirmada com o advento da "globalização" (Cassidy, 1997), e isso sugere que, embora tenha subestimado profundamente a relativa inércia da geografia (a anulação o espaço pelo tempo sempre foi apenas parcial e rigorosamente desigual),

ele, no entanto, entendeu com extraordinária percepção a trajetória do desenvolvimento capitalista. Um julgamento semelhante pode ser aplicado à forma como ele trata as classes. Seu otimismo em relação à luta de classes também pode ser visto como um salto com vara para fora de seu próprio contexto histórico. Em comparação, ele certamente prestou pouca atenção aos assuntos confusos da organização política, mas nem essa lacuna, nem mesmo o fracasso da União Soviética como projeto da classe trabalhadora (não em 1989, mas em meados dos anos 1920), devem ser considerados uma negação teórica da classe e da política de classe.

Conclusões

Alguns inevitavelmente escolherão interpretar este ensaio como uma rejeição geral da política identitária e da política cultural em um esforço para instalar um debate vulgar de "retorno à classe". Espero que outros levem isso um pouco mais a sério. Lidando com o "eclipse de um imaginário socialista", Nancy Fraser expressa melhor uma ambição amplamente compartilhada em termos de justiça: "o projeto de transformar as estruturas profundas da economia política e da cultura parece ser a orientação programática abrangente mais capaz de fazer justiça a todas as lutas contra a injustiça hoje. Só ela não pressupõe um jogo de soma zero" (Fraser, 2022, páginas 30, 61). A questão mais vital poderia ser que, ao mesmo tempo em que se revive a classe como uma perspectiva crítica social e política, como sugeri no início, deve-se evitar que a vara seja curvada demais. Isso envolve manter viva a memória de por que, em primeiro lugar, os movimentos intelectuais e políticos feministas, antirracistas e lésbicos e gays foram vitais, enquanto reavaliamos como eles se encaixam em uma ampla ambição de mudança social profunda no limiar do século XXI. É fácil dizer que a importância renovada do discurso de classe não é inconsistente com uma política de raça, gênero e sexualidade em desenvolvimento, mas será mais difícil de praticar, embora pareça não haver alternativa. O 'retorno à classe' em qualquer sentido estrito é seu próprio beco sem saída autodestrutivo.

O sucesso pode depender de nossa capacidade de tirar das caixinhas as categorias teóricas abstratas de "diferença" em um contexto político específico, e é aqui que quero fazer uma observação autobiográfica. Existe um poderoso mito fundante de que o marxismo é incapaz de lidar com questões de diferença social além de uma concepção estreita de classe,

mas esse nunca foi o caso em minha própria experiência. Como membro de uma pequena organização socialista revolucionária no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, e da extinta União dos Geógrafos Socialistas, minha experiência foi totalmente contrária a essa mitologia antimarxista. Não foi nas salas de aula da universidade, mas *dentro* desses grupos que aprendi pela primeira vez sobre feminismo e li e debati Simone de Beauvoir e Alexandra Kollontai, Sheila Rowbotham e Nancy Chodorow, e foi dentro desses grupos que C. L. R. James e W. E. B. Dubois, Carlos Fuentes, e Malcolm X tornaram-se parte da minha educação política. As piquetagens e manifestações a que nos juntamos eram contra ataques a gays ou ao KuKluxKlan, antinucleares ou anti-imperialismo dos Estados Unidos na América Central, ou exigíamos proteção e extensão dos direitos ao aborto com a Rede Nacional de Direitos Reprodutivos (R2N2 – Reproductive Rights National Network), ou piquetes em apoio aos mineiros da Virgínia Ocidental e às enfermeiras de Ashtabula.

Pelo menos para os acadêmicos de esquerda da minha geração, essa experiência política está longe de ser incomum. Feministas nos anos 1970 aprenderam sobre raça e classe em movimentos feministas, grupos de leitura e grupos de formação política; militantes antirracistas aprenderam mais sobre política de classe e gênero dentro de organizações antirracistas, de direitos sociais e contra a violência policial do que fora delas. Grupos marxistas, não menos que outras organizações, foram as *incubadoras* de tais conexões políticas. De fato, as lições foram aprendidas tão bem que, quando a distante liderança da organização socialista à qual eu pertencia reagiu ao descenso político do início dos anos 1980 anunciando uma mudança de "retorno à classe" na qual o debate feminista, antirracista, antinuclear e anti-imperialista – até mesmo, inexplicavelmente, o trabalho de base – não deveriam ser enfatizados, uma luta de facções se seguiu. Não querendo truncar o que estávamos construindo como uma política socialista integrada, e com o feminismo como campo de batalha crucial – alguns de nós foram expulsos da organização e muitos outros simplesmente saíram.

Observando o desmantelamento do sistema de bem-estar dos Estados Unidos sob o álibi da globalização, Piven argumentou que, embora a "reforma" do Estado de bem-estar tenha sido realizada sob a bandeira de uma grande campanha moral, com mães solo afro-americanas – "mães do bem-estar social" – como alvo primário, a lógica subjacente era econômica. Atacar o Estado de bem-estar era um meio direto de reduzir o piso dos salários em uma época em que a proporção média da "remuneração" dos

diretores executivos em relação aos salários dos trabalhadores atingia uma proporção extraordinária e sem precedentes de 200:1 (Piven, 1999). A campanha para desmantelar o Estado de bem-estar, finalmente bem-sucedida sob o comando de Bill Clinton e de um prestativo Congresso republicano, teve sucesso porque puxou os cordões de todos os "demônios da cultura estadunidense". As divisões de classe, continua ela, tornaram-se muito profundas nos últimos quinze anos, precisamente numa época em que até os acadêmicos de esquerda tentam escapar da classe. Se estávamos fora de sincronia no início dos anos 1980, bradando por uma política marxista, feminista e antirracista em um mundo dominado por Thatcher e Reagan, então, por alguma estranha ironia, nos encontramos opostamente fora de sincronia no final do século XX. À medida que a classe volta com força ao debate – mesmo nos Estados Unidos, onde tem ocorrido uma recuperação profunda nas organizações –, nos encontramos sem a linguagem para desvelar essa realidade.

Piven também insiste que este não é um projeto de curto prazo – a construção de uma verdadeira democracia (ver também Wood, 1995). Mas, ao contrário do derrotismo em relação à política que muitos de nós ocasionalmente sentimos, isso está muito dentro dos limites do possível. Precisamos apenas olhar para a maneira como os debates acadêmicos dos anos 1980 foram traduzidos em políticas governamentais nos anos 1990 para compreender a possibilidade de mudança política inspirada a partir da academia. O multiculturalismo não é apenas uma política de Estado em vários lugares, incluindo agora a África do Sul, mas na Grã-Bretanha, onde o amálgama de uma social-democracia em disputa com o pós-modernismo acadêmico, que no final dos anos 1980 nos deu os 'Novos Tempos' (Hall e Jaques, 1989), encontra sua expressão política desenraizada no 'Novo Partido Trabalhista' dos anos 1990, sua 'Terceira Via' (Giddens, 1994; Blair, 1998) e o *New Deal* neoliberal (*workfare*) para os desempregados. Contra tal derrota política vinda nos calcanhares do thatcherismo, é fácil concordar com Piven que este será de fato um projeto de longo prazo. O quão extenso e de longo prazo esse projeto seria, há uma sugestão na crítica perspicaz de um dos maiores defensores e beneficiários do capitalismo:

> Embora eu tenha feito fortuna nos mercados financeiros, agora temo que a intensificação desenfreada do capitalismo laissez-faire e a disseminação dos valores de mercado para todas as

> áreas da vida estejam colocando em risco nossa sociedade livre e democrática. O principal inimigo da sociedade livre, acredito, não é mais o comunismo, mas a ameaça capitalista […]. Muita competição e pouca cooperação podem causar desigualdades intoleráveis e instabilidade […] A doutrina do capitalismo laissez-faire sustenta que o bem comum é mais bem servido pela busca ilimitada do interesse próprio. A menos que seja balanceado pelo reconhecimento de um interesse comum que deve ter precedência sobre os interesses particulares, nosso sistema atual… está sujeito ao colapso (Soros, 1997, páginas 45, 48).

Se o colapso capitalista já assombra a imaginação política de George Soros, deve haver espaço para isso também na nossa. Isso não acontecerá sem esforços, sob o peso da própria obsolescência do capitalismo, mas por movimentos políticos que desafiem a gama de violentos pressupostos sobre os quais ele é construído. As possibilidades de uma reconstrução coletiva do "interesse comum" podem ser avaliadas pela forma como esses movimentos políticos se unem para tornar o imaginado possível.

Agradecimentos. Gostaria de agradecer a Eliza Darling, Cheryl Gowar, David Harvey, Andy Herod, Derrick Hodge, Cindi Katz, Don Mitchell, Katharyne Mitchell, Dick Peet e Ida Susser, que de diferentes maneiras comentaram e contribuíram com as ideias aqui apresentadas. Tentando não dizer o óbvio, mas neste caso talvez deva fazê-lo: a responsabilidade pelos argumentos apresentados é minha.

Referências

AHMAD, A. The Communist Manifesto and the problem of universality. *Monthly Review* 50(2) 12 -23, 1998.

ANDERSON, J. Moral problems of remote sensing technology. *Antipode* 1(1) 1969. p. 54-57.

ANNER, J. *Beyond Identity Politics*. Boston, MA: South End Press, 1996.

ARONOWITZ, S. *The Politics of Identity:* Class, Culture, Social Movements. New York: Routledge, 1992.

BARNETT, C. Cultural twists and turns. *Environment and Planning D:* Society and Space, 16, 631-634, 1998.

BETTIE, J. Roseanne and the changing face of working class iconography. *Social Text,* 45, 1995. p. 125-149.

BLAIR, T. *Third Way:* New Politics for the New Century. London: Fabian Society, 1998.

BLAUT, J. Jingo geography: part one. *Antipode* 1(1) 10-13, 1969.

BLAUT, J. Notes toward a theory of mapping behavior.*Children's Environment Quarterly,* 4 27-34, 1987.

BUNGE, W. *Fitzgerald:* Geography of a Revolution. Schenkman: Cambridge, MA, 1971.

BURNETT, P. Social change, the status of women and models of city form and development. *Antipode* 5(3) 57-62, 1973.

CABAN, P. 1998,The new synthesis of Latin American and Latino studies. In: *Borderless Borders*: US Latinos, Latin Americans, and the Paradox of Interdependence. F. Bonilla, E. Melndez, R. Morales, M. de los Angeles Torres (ed.). Philadelphia, PA: Temple University Press, p. 195-216.

CASSIDY, J. The return of Marx. *New Yorker* 20 and 27 October, 1997. p. 248-259.

CASTELLS, M. *The Power of Identity.* Oxford: Blackwell, 1997.

CHAMPAGNE, J. *Ethics of Marginality:* a New Approach to Gay Studies. University of Minnesota, Minneapolis, MN, 1995.

CLARKE, J. *New Times and Old Enemies*: essays on Cultural Studies in America. London: HarperCollins, 1991.

COHEN, P. *Love and Anger:* Essays on AIDS, Activism, and Politics. New York: Haworth, 1998.

CRAVEY, A. The politics of reproduction: households in the Mexican industrial transition. *Economic Geography* 73, p. 166-186, 1997.

CRAVEY, A. *Women and Work in Mexico's Maquiladoras.* Rowman and Littlefield, Lanham, MD, 1998.

CRUZ, J. From farce to tragedy: reflections on the reification of race at century's end. *In: Mapping Multiculturalism.* A. F. Gordon, C. Newfield (ed.). Minneapolis, MN: University of Minnesota, p. 19-39, 1996.

DAVIS, M. *Cidade de quartzo:* escavando o futuro em Los Angeles. São Paulo: Boitempo, 2009.

DEMOTT, B. *The Imperial Middle:* Why Americans Can't Think Straight About Class. Boston, MA: William Morrow, 1990.

DOHERTY, J. Race, class and residential segregation in Britain. *Antipode* 5(3) p. 45-51, 1973.

DONALDSON, F. Geography and the Black Americans: the white papers and the invisible man. *Antipode* 1(1) 17-33, 1969.

EICHENBAUM, J.; SHAW, N. Where you're at in geography (map). *Antipode* 3(1) 87, 1971.

EISENSTEIN, Z. *Global Obscenities:* Patriarchy, Capitalism and the Love of Cyberfantasy. New York: New York University Press, 1998.

FAINSTEIN, S. Can we make the cities we want? *In: The Urban Moment.* R. A. Beauregard; S. Body-Gendrot (ed.). Thousand Oaks, CA: Sage, p. 249-272, 1999.

FERNANDES, L. *Producing Workers:* The Politics of Gender, Class and Culture in the Calcutta Jute Mills. Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press, 1997.

FOSTER, Hal. *O retorno do real:* a vanguarda no final do século XX. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

FRASER, N. *Justiça interrompida:* reflexões críticas sobre a condição "pós-socialista". São Paulo: Boitempo, 2022.

GALOIS, B. Ideology and the idea of nature. *Antipode* 8(3) 1-16, 1976.

GIDDENS, A. *The Class Structure of the Advanced Societies.* London: Hutchinson, 1973.

GIDDENS, A. *Beyond Right and Left:* the Future of Radical Politics. Stanford, CA: Stanford University Press, 1994.

GILMORE, R. *From Keynesian Militarism to Military Post-Keynesianism.* PhD Dissertation, Department of Geography, New Brunswick, NJ: Rutgers University, 1998.

GITLIN, T. *The Twilight of Common Dreams.* New York: Henry Holt, 1995.

GLAZER, N. *We're All Multiculturalists.* Cambridge, MA: Harvard University Press, 1998.

GOODEY, B. The role of the Indian in North Dakota's geography. *Antipode* 2(1) 11-24, 1970.

GORDON, A. F.; NEWFIELD, C. (ed.). *Mapping Multiculturalism.* Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1996.

GREGORY, S. The changing significance of race and class in an African-American Community. *American Ethnologist,* 19, p. 255-274, 1992.

HALL, S. *Policing the Crisis.* London: Macmillan, 1978.

HALL, S. Jaques M. *New Times:* the Changing Face of Politics in the 1990s. London: Verso, 1989.

HARAWAY, D. Animal sociology and a natural economy of the body politic. Part I: A political physiology of dominance. *SIGNS* 4(1) 21-36, 1978a.

HARAWAY, D. Animal sociology and a natural economy of the body politic. Part II: The past is the contested zone: human nature and theories of production and reproduction in primate behavior studies. *Signs* 4(1) 37-60, 1978b.

HARAWAY, D. *Simians, Cyborgs, and Women.* London: Routledge, 1991.

HARAWAY, D. Modest_Witness@Second_Millenium. FemaleeMan@_Meets_OncoMouse. *Feminism and Technoscience*. New York: Routledge, 1997.

HARAWAY, D.; HARVEY, D. Nature, politics and possibilities: debate and discussion with David Harvey and Donna Harawa. *Environment and Planning D:* Society and Space, 13, p. 507-527, 1995.

HARVEY, D. *Justice, Nature and the Geography of Difference*. Blackwell, Oxford, 1996.

HAYFORD, A. The geography of women: an historical introduction**.** *Antipode* 6(1) 1-19, 1974.

HEROD, A. On workers theoretical (in)visibility in the writing of critical urban geography: a comradely critique. *Urban Geography,* 15, p. 681-693, 1994.

HEROD, A. From a labour geography to a labour geography: labour's spatial fix and the

geography of capitalism. *Antipode* 29(1) 1-31, 1997.

HEROD, A. (ed.). *Organizing the Landscape:* Geographical Perspectives on Labor Unionism. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1998.

HODGES, D. Death of a queer ideal: class privilege and the failure of identity politics'.

Environment and Planning D: Society and Space (forthcoming) 2000.

JAMESON, F. Postmodernism, or the cultural logic of late capitalism. *New Left Review.* number 146, 53-92, 1984.

JOHNS, R. Bridging the gap between class and space: US worker solidarity with Guatamala. *Economic Geography,* 74, p. 252-271, 1998.

JOHNSTON, D. C. Gap between rich and poor found substantially wider. *New York Times,* 5september, page A16, 1999.

KATZ, C. Disintegrating developments: global economic restructuring and the eroding

ecologies of youth In: *Cool Places:* Geographies of Youth Culture. T. Skelton; G. Valentine (ed.). London: Routledge, p. 130-144, 1998a

Katz, C. 1998b, Lost and found in the posts: addressing critical human geography. *Environment and Planning D:* Society and Space, 16, p. 257-278,

KATZ, C. Whose nature, whose culture? Private productions of space and the preservation of nature. *In: Remaking Reality:* Nature at the Millenium. B. Braun, N. Castree (ed.). London: Routledge, p. 46-63, 1998c.

KATZ, C. The politics of research: the struggle for an emancipatory geography. Paper

presented to the Mapping the Millennium Conference, Seattle, WA, 5 February; copy available from the author, Graduate School and University Centre of the City University of New York, New York, 1999.

KELLEY, R. The new urban working class and organized labor. *New Labor Forum* Fall, 7-18, 1997.

KWONG, P. *Forbidden Workers:* Illegal Chinese Immigrants and American labor. New York: New Press, 1997.

LAZARUS, N.; EVANS; S.; ABNOVE, A.; MENKE, A. The necessity of universalism. *Differences.* A Journal of Feminist Cultural Studies. 7(1) p. 75-145, 1995.

MCROBBIE, A. (ed.). *Back to Reality?* Social Experience and Cultural Studies. Manchester: University of Manchester Press, 1997.

MERRIFIELD, A. SWYNGEDOUW, E. (ed.). *The Urbanization of Injustice.* London: Lawrence and Wishart, 1997.

MITCHELL, D. There's no such thing as culture: toward a reconceptualization of culture in geography. *Transactions of the Institute of British Geography:* New Series. 20, p. 102-116, 1996.

MITCHELL, K. Multiculturalism, or the united colors of capitalism? *Antipode,* 25, p. 263-294, 1993.

MYDANS, S. Indonesian students keep protest well within the pale. *New York Times,* 29 March, page A3, 1998.

OIT. *Bulletin of Labour Statistics 1995-1.* Geneva: International Labour Organization, 1995a.

OIT. *Yearbook of Labour Statistics 1995-1.* Geneva: International Labour Organization, 1995b.

OLSON, E. Free markets leave women worse off, Unicef says. *New York Times,* 23 September, page A16, 1999.

PIVEN, F. F. Welfare reform and the economic and cultural reconstruction of low wage labor markets. *City and Society Annual Review,* 21-36, 1999.

POLLERT, A. Gender and class revisited; or, the poverty of "patriarchy". *Sociology,* 30, p. 639-659, 1996.

READINGS, B. *The University in Ruins.* Cambridge, MA: Harvard University Press, 1996.

SALZINGER, L. From high heels to swathed bodies: gendered meanings under production in Mexico's export-processing industry. *Feminist Studies,* 23, p. 549-574, 1997.

SAUNDERS, P. *Social Theory and the Urban Question.* London: Hutchinson, 1981.

SCHUDSON, M. Paper tigers: a sociologist follows cultural studies into the wilderness.

Lingua Franca, August, p. 49-56, 1997.

SLACK, J. D.; WHITT, L. A. Ethics and cultural studies. *In: Cultural Studies*. L. Grossberg; C. Nelson; P. Treichler (ed.). New York: Routledge, p. 571-592, 1992.

SMITH, N.Giuliani time. *Social Text,* 57, p. 1-20, 1998.

SOROS, G. The capitalist threat. *The Atlantic Monthly,* 279(2) 45-58, 1997.

TUFTS, S. Community unionism in Canada and labor's (re)organization of space. *Antipode* 30(3) p. 227-250, 1998.

UNESCO. *Statistical Yearbook 1972.* Paris: UNESCO, 1973.

UNESCO. *Statistical Yearbook 1997.* Paris: UNESCO, 1997.

VURAL, L. *Unionism as a Way of Life:* The Community Orientation of the International Ladies' Garment Workers' Union and the Amalgamated Clothing Workers of America. PhD dissertation. New Brunswick, NJ: Rutgers University, 1994.

WALKER, P. (ed.). *Between Labor and Capital.* Boston, MA: South End, 1979.

WILLIAMS, B. The competitive moralism of victimization. *Unpublished lecture.* New Brunswick, NJ: Institute for Research on Women, 1993.

WOOD, E. M. *The Retreat from Class.* London: Verso, 1986.

WOOD, E. M. *Democracy Against Capitalism.* Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

WRIGHT, E. O. *Class, Crisis and the State.* London: New Left Books, 1978.

WRIGHT, M. Crossing the factory frontier: place and power in the Mexican Maquiladora. *Antipode,* 29, p. 278-302, 1997.

YOUNG, I. M. *Justice and the Politics of Difference.* Princeton, NJ: Princeton University Press, 1990.

ZÍZEK, S. Multiculturalism, or the cultural logic of multinational capitalism. *New Left Review,* number 225, p. 28-51, 1997.

9. O imperativo revolucionário[70,71]

> Se se pode dizer do período revolucionário que ele anda mal, seria preciso dizer do presente que ele corre mal.
>
> (Søren Kierkegaard, 1846)

> A pessoa ganha a liberdade e a vida quando as toma todos os dias de assalto.
>
> (Goethe, Fausto)

> As pessoas não estão familiarizadas com sua história, ou ainda não aprenderam que a revolução é apenas o pensamento levado à ação.
>
> (Emma Goldman, Anarchism: What it Really Stands For, 1910)

Søren Kierkegaard é geralmente visto como um filósofo religioso em vez de um revolucionário social ou político, mas é preciso admitir que seu diagnóstico do lamentável estado dos assuntos sociais, apenas dois anos antes das generalizadas revoltas revolucionárias de 1848, é estranhamente familiar hoje. No *crash* global, econômico e social, que começou a se desenrolar em 2007, pressagiado por muitos sinais de alerta prolongados, embora em grande parte desatendidos, dificilmente se poderia encontrar melhores evidências de que, no que diz respeito ao capitalismo contemporâneo, as coisas estão indo muito mal. Claro, isso dificilmente é novidade para a maioria da população mundial, para quem as coisas irem mal é o pão nosso de cada dia (ou a falta dele) do capitalismo. De maneiras muito diferentes, as revoltas generalizadas (em grande parte não noticiadas) da Índia subcontinental e os movimentos que levaram Chávez e Morales ao poder na Venezuela e na Bolívia, as insurreições no *banlieue* parisiense e nas ruas da Grécia, dão peso à observação irônica de Kierkegaard, mas também comprovam as conclusões de Red Emma, como Goldman era conhecida, de que "a revolução é apenas o pensamento levado à ação".

---

70. Originalmente publicado como SMITH, Neil. The Revolutionary Imperative. Antipode Vol. 41 No. S1 2009, pp 50–65. Disponível em https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-8330.2009.00716.x

71. Tradução de Fernando Molnar Castro. Agradeço a FAPESP pela bolsa concedida (processo nº 2022/07420-4), que possibilitou a realização deste trabalho.

1. Um mau momento para a revolução?

Em um mundo hipnotizado pelo êxtase do momento neoliberal, a própria ideia de revolução, pelo menos no Norte global, não apenas saiu de moda, como se retirou para o horizonte infinito da terra do nunca – exceto, é claro, aquelas revoluções históricas, como a estadunidense e a francesa, que sustentam e são defendidas pelo domínio burguês. Assim como há bons e maus muçulmanos, há boas e más revoluções. Hoje conhecemos George Washington como um herói da independência estadunidense sobre a tirania da monarquia feudal europeia; não nos lembramos dele como um terrorista empenhado em derrubar a ordem social vigente. Com exceção daquelas revoltas que estabeleceram as sociedades capitalistas, a revolução é simplesmente apagada dos bancos de memória das futuras possibilidades sociais. As várias ideologias do período marcharam em uma sintonia não tão surpreendente com tal negação. A avaliação tão vilipendiada, mas brilhantemente prescritiva, de Margaret Thatcher de que não há alternativa (ao capitalismo de livre mercado), pode ter se tornado o mantra da direita política, mas também se tornou o derrotismo tácito de grande parte da esquerda que, enquanto lutávamos, não tinha resposta eficaz à dissolução das demandas sociais em necessidades de mercado. Sua afirmação subsequente de que não existe tal coisa como sociedade, apenas indivíduos, parecia selar a impossibilidade de qualquer ação social fora da rubrica do capitalismo de livre mercado – cada um para seu próprio bote salva-vidas nos mares do neoliberalismo. Enquanto isso, a avaliação de Frances Fukuyama, em 1989, de que o fim da história está próximo, embora agora amplamente renunciada, inclusive pelo próprio Fukuyama, igualmente estabeleceu o clima ideológico para as últimas décadas do século XX: se de fato estamos no fim da história – capitalismo *über alles* –, o que no mundo poderia significar revolução? A própria possibilidade de revolução foi tornada ideologicamente absurda. Mesmo manter a possibilidade de mudança revolucionária foi amplamente percebido como um utopismo irremediavelmente irrelevante.

Em retrospecto, provavelmente encontraremos a violência à imaginação política forjada nas últimas três décadas de modo bastante sutil, se não imperceptível. A fúria visceral do neoliberalismo, da tortura de corpos à tortura de continentes, obviamente sustenta esse ataque à imaginação política. A tragédia é menos o ataque político da direita do que a falta de resposta política da esquerda. Assim, Donna Haraway, precisamente porque ela é uma pensadora tão imaginativa, criativa, original e autorreflexiva,

uma vez expressou nossa situação diretamente, suscitando um espanto coletivo em um público de trezentas pessoas: "Eu acho que o problema mais difícil que enfrento, se eu admitir isso", disse ela, "é que eu quase perdi a imaginação de como um mundo que não é capitalista poderia parecer. E isso me assusta" (Harvey e Haraway 1995:519). Colocá-lo desta forma é um testemunho do brilhantismo de Haraway e de forma alguma uma crítica; é uma acusação contra todos nós. E, desde então, as coisas só pioraram. Quase todos nós perdemos a imaginação política de um futuro diferente, na melhor das hipóteses nos agarramos à casca vazia da possibilidade revolucionária, e isso expressa muito bem a violência conceitual e política das últimas décadas. Porém, isso não é historicamente único. Assim, de 160 anos atrás, Kierkegaard segue sua observação incisiva sobre os tempos revolucionários com uma repreensão contundente que poderia muito bem ter sido escrita hoje:

> As indicações são, de fato, as únicas realizações da época; e sua habilidade e inventividade na construção de ilusões fascinantes, suas explosões de entusiasmo, usando uma fuga enganosa de alguma mudança projetada de forma, devem ser classificadas como altas na escala de esperteza e do uso negativo da força da paixão, da energia criativa da revolução na correspondente escala de energia. Mas a geração atual, cansada de seus esforços quiméricos, recai em completa indolência. Sua condição é a de um homem que só adormeceu pela manhã: primeiro vêm grandes sonhos, depois um sentimento de preguiça e, finalmente, uma desculpa espirituosa ou inteligente para permanecer na cama (Kierkegaard 1962 [1846]: 33–34).

A leitura de Kierkegaard hoje serve como um poderoso convite para vasculhar nossa imaginação política coletiva para alguma mudança de quadro planejada.

Se hoje a mudança revolucionária é amplamente percebida como utópica, este é um julgamento que emana tanto da esquerda quanto da direita. O pós-modernismo, em retrospecto, posou de esquerda, mas foi, em muitos aspectos, um filho do neoliberalismo. Contudo, de modo mais sério, a acusação do utopismo de esquerda ganha muito mais sobrevida no poder do sentido pós-estruturalista contemporâneo. Emanando principalmente da Europa, esse sentido cresceu para

dominar a esquerda, ao lado e não totalmente desconectado da ascensão do neoliberalismo. Com ecos claros da década de 1960, a implicação política central desse novo sentimento de esquerda reconhecidamente variado é que as aspirações de mudança revolucionária são antiquadas, falhas óbvias e irrealistas na era atual, e com sua ênfase no discurso (em vez de, por exemplo, ideologia) a implicação de muitos trabalhos pós-estruturalistas parecem ser que se muda o mundo, em primeiro lugar e, principalmente, mudando a forma como pensamos e falamos sobre ele. Isso acompanha uma rejeição maior ou menor dos partidos políticos como veículos de mudança, e também uma rejeição do Estado como alvo da ação política (cf. Holloway 2005). No caso do *Império*, de Antonio Negri e Michael Hardt (2001), e trabalhos posteriores, isso é bastante explícito: a multidão já está desde sempre no poder, o Estado sai do foco e a única tarefa política que resta é a multidão perceber o poder que já possui. Entretanto, enquanto o machado do anti-utopianismo é tão frequentemente voltado para o pescoço da esquerda – mesmo de dentro da esquerda –, é importante notar que o projeto mais descaradamente utópico dos últimos 30 anos é, obviamente, o neoliberalismo e sua cria, a globalização. A promessa inicial de um campo de jogo plano (ou seja, igualdade global de oportunidades capitalistas) evaporou-se previsivelmente em um mundo de gradientes sociais e econômicos mais íngremes do que qualquer coisa testemunhada desde a Grande Depressão: para cada novo empreendedor de Bangalore, Vale do Silício ou Xangai, há uma pobreza mais profunda nas favelas de Lagos, nas comunidades de imigrantes de Los Angeles ou nos barracos de Calcutá. Lamentavelmente, certas correntes acadêmicas de esquerda, influenciadas pelo pós-estruturalismo ou por um utopismo mais niilista, seguiram o mesmo caminho amplo em busca de ontologias planas (ou vazias).

Há exceções. De várias maneiras, a esquerda antiglobalização da virada do século e os agrupamentos anarquistas, que têm uma história mais longa e ainda trabalham em oposição ao neoliberalismo, à globalização e ao capitalismo, tendem a ter um senso muito mais poderoso de um futuro social diferente. Tanto antes como depois de Seattle (1999), em todos os continentes, a esperança e, na verdade, os sucessos desses movimentos, mesmo quando estavam sendo reprimidos, foram cruciais para anunciar a falência do neoliberalismo. Eles enfrentaram os centros do poder global de uma forma que

poucos outros fizeram. Resta saber se as várias vertentes que se desenvolveram a partir dessa oposição global agora fragmentada se transformarão em um movimento revolucionário, mas atualmente seu *ethos* não é propriamente revolucionário, mesmo quando se esforçam por uma mudança social fundamental. Apesar de toda a organização envolvida, o suficiente para atrair uma extraordinária infiltração e repressão policial em todo o mundo, e reconhecendo a extraordinária diversidade dessas redes, seu foco principal parece estar nos eventos e no espetáculo mais do que na organização revolucionária.

Dado que a História está repleta de revoluções de todos os tipos, como pode ter ocorrido essa perda mais ampla de imaginação política? Não é simplesmente uma questão de mudança ideológica, mas também político-prática. Vários eventos foram cruciais. Primeiro, a implosão do chamado mundo socialista é muitas vezes vista como o sustentáculo da transformação pós-socialista. A virada capitalista na China depois de 1978 e a implosão da União Soviética e do bloco oriental depois de 1989 são marcadores óbvios, e deve-se dizer que a globalização como a conhecemos e as guerras no Iraque (pelo menos) não poderiam ter ocorrido sem a integração da economia chinesa e o desmantelamento da União Soviética. E, no entanto, também é preciso dizer que a União Soviética se tornou seu próprio desastre político na década de 1930 e denunciou amplamente qualquer intenção revolucionária que não apoiasse explicitamente Moscou – o socialismo em um só país. Em segundo lugar, e igualmente importante, a derrota generalizada dos movimentos anticoloniais e das revoltas de libertação nacional, a partir da década de 1960, alimentaram a sensação de que a revolução era inútil. Algumas revoluções foram derrubadas de fora, outras implodiram, outras, ainda, foram cooptadas, enquanto outras se transformaram em caos interno. Muitas vezes ocorria algum amálgama de todas estas forças. A Revolução Nicaraguense de 1979, por exemplo, foi violentamente minada pelos oposicionistas patrocinados pela CIA, mas isso não deve disfarçar os problemas internos; a Revolução Iraniana do mesmo ano começou entre os trabalhadores do petróleo como uma expulsão do Xá apoiado pelos Estados Unidos, mas foi cooptada por clérigos muçulmanos; tentativas de reconstrução pós-colonial na África Central, de Ruanda ao Chade, para não mencionar partes da Índia, transformaram-se em um genocida derramamento de sangue que ainda se deve significativamente, mas de forma alguma totalmente, à divisão colonial arbitrária e maliciosa da paisagem pós-colonial. Frantz Fanon foi extraordinariamente perspicaz

a esse respeito. Mesmo no olho do furacão, o revolucionário Black Power foi diluído em uma subsunção da política pró-capitalista nos corredores de Washington, DC (Johnson 2007).

Em terceiro lugar, o palco para as vitórias ideológicas que tiraram a revolução do quadro do possível foi montado, em parte significativa, pela derrota das revoltas da década de 1960. Estes não eram nada senão transnacionais de Paris à Cidade do México, de Tóquio a Praga, e, além da condenação do capitalismo, representavam amplamente uma rejeição de qualquer tipo de política stalinista, vista como corrupta, violenta e um sinal do fracasso do utopismo. Porém, elas também eram ecléticas: revoltas estudantis aqui, revoltas dos trabalhadores lá; lutas feministas e ambientais ao lado de revoltas antirracistas e por direitos civis; o movimento antiguerra do Vietnã e muito mais, todos permeados em maior ou menor grau pelo libertarianismo hippie. A protorrevolução de 1968 acabou implodindo não apenas sob o peso da repressão estatal, que se estendeu desde o assassinato (cometidos por agentes estatais) de estudantes na Cidade do México até o assassinato de Panteras Negras nos Estados Unidos, mas também desmoronou em um vácuo autocriado de organização inadequada e, sim, um certo utopismo próprio.

O neoliberalismo está gravemente ferido hoje, dominante, mas quase morto, podemos dizer (Smith 2008), mas resta ver se ele está fatalmente ferido ou não. A Doutrina do Choque, de Naomi Klein (2007), embora não seja explicitamente um livro revolucionário, provavelmente fornece a acusação mais contundente. O pós-estruturalismo, como qualquer tipo de alternativa ideológica oblíqua, também está doente, vacilando sob o peso de seu próprio anti-utopianismo utópico. Embora muitos de seus progenitores mereçam mais, essa larga rede de tradição intelectual, especialmente no mundo anglófono, gerou a suposição implícita de que, para mudar o mundo, é necessário, antes de tudo, mudar o discurso. Diante da crise social e político-econômica global, essa presunção parece cada vez mais esfarrapada. É um momento muito particular. Uma velha piada da era soviética diz que a história do futuro é fixa; é a história do passado que continua mudando. Hoje poderíamos fazer a mesma observação sobre a história do neoliberalismo, mesmo (ou talvez especialmente) à medida que seu poder ideológico enfraquece. Considerando que há 10 anos o futuro parecia fixo e a mudança impossível, o colapso econômico global e a recessão destruíram essa certeza neoliberal, e o futuro social e político de repente parecem radicalmente abertos.

Um bom momento para a revolução

A crise econômica global tem sido culpada por muitas coisas, mas à medida que o colapso se aprofundou no final de 2008 e a incredulidade passou a ser uma negação geral e confusão entre os capitães da indústria e das finanças, popularizou-se colocar a culpa em um certo colapso psicológico dos negócios (Sen 2009:29). O mercado, por tal relato, seria um pouco como um tabuleiro Ouijada economia cujo poder é inteiramente dependente da fé dos participantes. Até agora, ninguém realmente acreditou nessa explicação o suficiente para propor que, a fim de resolver a crise econômica global, tal colapso psicológico deveria ser resolvido fazendo com que os banqueiros do mundo se submetessem à terapia psicológica de grupo.

A atrofia contemporânea do neoliberalismo se deve a pelo menos cinco causas[I]. Primeiro, a crise econômica asiática de 1997-1999 expôs o fracasso do neoliberalismo em seus próprios termos econômicos, convencendo vários adeptos de alto nível, de Jeffrey Sachs a Joseph Stiglitz, a lançar críticas fulminantes e *mea culpas*. Em segundo lugar, a oposição política incisiva, especialmente na América Latina, desafiou as ideias econômicas, sociais e políticas e as práticas bastante brutais que foram impingidas naquele continente. Isso começou notoriamente com o golpe de 1973 apoiado pelos Estados Unidos (11 de setembro), derrubando o democraticamente eleito Salvador Allende, e o subsequente envolvimento dos Chicago Boys (economistas de Chicago, incluindo o mais proeminentemente Milton Friedman) com o regime assassino e fascista de Pinochet. Isso culminou mais visivelmente na eleição de regimes de esquerda da Venezuela ao Brasil e à Bolívia, mas também na construção de movimentos sociais em todo o continente. Terceiro, o movimento antiglobalização do final dos anos 1990 e início dos anos 2000, de Vancouver a Gênova, de Seattle a Cancún, também expôs a brutalidade e a hipocrisia do neoliberalismo; embora logo tenha se fragmentado, esse movimento merece um considerável crédito por traduzir a crítica descontente ao neoliberalismo em um aberto desafio global. Em quarto lugar, a Guerra do Iraque liderada pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, que só serviu para revelar o imperialismo geoeconômico por trás da chamada guerra ao terror, foi um erro diplomático drástico, mesmo nos próprios termos do governo Bush, para não mencionar a incompetência brutal com que foi processado. Nos primeiros anos do século XXI, então, um neoliberalismo já estagnado estava, na melhor das hipóteses, preenchendo os interstícios sociais e geográficos de um projeto que já havia parado. O colapso econômico que se formou depois de 2007 com a crise do subprime

dos Estados Unidos, e o consequente colapso econômico global, foi apenas o quinto e último prego no caixão neoliberal. Embora um afrouxamento do declínio do mercado de ações em meados de 2009 encorajou alguns economistas e políticos a preverem uma atenuação da crise, outros olhando mais globalmente para a queda na produção industrial e no comércio global detectaram um declínio ainda mais acentuado do que na Grande Depressão a partir de 1929 (Eichengreen e O'Roorke 2009). Como sempre, é claro, a profundidade e a extensão do declínio econômico são altamente desiguais em todo o mundo, e seu curso futuro é imprevisível.

O neoliberalismo pode estar morto, ainda que dominante, mas sua autoimolação abre possibilidades políticas reais. Uma das maiores violências da era neoliberal foi o fechamento da imaginação política. Mesmo na esquerda – talvez especialmente na esquerda – tornou-se generalizada a sensação de que não haveria alternativa ao capitalismo. A possibilidade revolucionária foi geralmente confundida com o utopismo, apesar da história das revoluções, e a revolução foi reduzida a uma caricatura de fracasso inevitável. A história da Revolução Russa, em particular, foi amplamente reduzida a uma história de afronta utópica à natureza humana, um desafio de Sísifo à inevitabilidade da ganância humana que sustenta o capitalismo. Para muitos também, a revolução foi equiparada a uma conspiração de algum partido de vanguarda. Este não é o lugar para uma avaliação detalhada da noção de partido de vanguarda do Lenin, nem para um revisionismo da história da Revolução Russa. Basta dizer que mesmo uma história superficial mostraria que a Revolução de 1917 não foi inventada pelo Partido Bolchevique. Em vez disso, no verão de 1917, Lenin estava preocupado com as perspectivas imediatas da revolução, calculando que a classe trabalhadora russa simplesmente não tinha o poder ou a capacidade de realizá-la. Apenas três meses antes do levante acontecer, quando ficou claro que o proletariado em geral não dava a mínima para o julgamento conservador de Lenin, os bolcheviques perceberam que a fúria da classe trabalhadora e do campesinato era tão completa e tão visceral que não tinham escolha a não ser recuperar o atraso. *O Estado e a Revolução*, de Lenin, publicado em agosto de 1917, marcou a transição bolchevique para uma postura revolucionária engajada.

Em 2009, o colapso econômico global e a destruição dos negócios colocaram, como sempre, a questão da revolução de volta na agenda de muitos. A crise econômica não levaria potencialmente à revolta em cidades ao redor do mundo? Mesmo antes da crise, o governo chinês admitiu que em 2005

houve extraordinárias 74 mil insurreições e manifestações violentas apenas naquele ano, presumivelmente tornando a China não apenas o epicentro da expansão capitalista no planeta, mas também da luta de classes. Enquanto a esquerda pode estar hesitante em recuperar a perspectiva da revolta política em resposta às privações sociais da crise econômica, a direita não tem essa reticência. O medo da revolta é, na verdade, um pavor profundo para as classes dominantes do mundo. Em uma entrevista no Canadá, em 2009, Niall Ferguson, o apologista de Harvard para o Império Britânico, previu que antes que a crise fosse resolvida: "haverá sangue". Antes de tudo terminar, ele continuou: "Isso fará com que as guerras civis explodam, e derrubará governos […] e trará governos que são extremos […]" (citado em Scoffield 2009). Na verdade, os governos da Letônia e da Islândia foram as primeiras vítimas da crise econômica, enquanto outros vacilavam. A agitação civil, doméstica ou não, também está nas mentes da CIA e do MI5 da Grã-Bretanha e também nas mentes dos militares de ambos os países. Assim, em 2009 a CIA acrescentou a crise econômica global à sua lista de principais ameaças à segurança.

A direita política, é sugerido, entende que o futuro se tornou radicalmente aberto, e não necessariamente de uma forma auspiciosa para eles. A esquerda precisa alcançar esse mesmo entendimento e aproveitar a oportunidade. Desde a década de 1970, a esquerda em grande parte da Europa e da América do Norte não apenas recuou, mas lamentou amplamente sua própria falta de poder, concentrando-se, como alternativa, na crueldade da hierarquia do poder estatal e corporativo, tratando trabalhadores e camponeses muitas vezes como pouco mais do que vítimas. À medida que a raiva da crise econômica aumenta, à medida que os velhos movimentos se refazem e à medida que novos movimentos emergem em torno de (e muitas vezes combinando) questões tão diversas quanto os direitos dos imigrantes e a brutalidade policial, a destruição ambiental e a organização do trabalho, os serviços sociais dizimados e os direitos indígenas, uma reconstrução política da esquerda é urgente.

Na esteira do movimento antiglobalização e da subsequente ascensão de várias tendências políticas anarquistas, e com base em críticas à velha esquerda, muitas vezes argumenta-se que uma política apropriada para a era atual não deve se concentrar no Estado. Um sentido pós-estruturalista, alardeando o poder intersticial da interação social cotidiana, desloca o Estado como um foco crucial da revolta política. A conquista do poder do Estado para muitos é, portanto, uma estratégia equivocada (cf. Holloway

2005) e o foco deveria ser criar rupturas políticas que podem se traduzir em aberturas sociais e mudanças políticas espontâneas, expressando, assim, um poder que já emana da população (Hardt e Negri 2001, 2004). O problema com essa abordagem parece ser duplo. Em primeiro lugar, ela interpreta erroneamente o objetivo da revolução como simplesmente tomar o poder sobre o Estado, a substituição de um regime por outro. Somente uma leitura intencionalmente errada da teoria política marxista poderia cometer um erro tão elementar. Isso não só nega toda uma história do pensamento revolucionário, mas também apaga convenientemente o argumento de Engels e Lênin sobre o desaparecimento do Estado. Isso precisamente em um momento em que os neoliberais de Wall Street à City de Londres estavam alardeando seu próprio desaparecimento do Estado. Tal argumento esconde o alvo político, seja o Estado, o poder da classe corporativa ou outras fontes de poder, e encontra um paralelo desconfortável nas doutrinas antiestatais do neoliberalismo. Em segundo lugar, a invocação da espontaneidade política como um meio para um futuro diferente conjura seu próprio utopismo. A revolução do eu discursivo é necessária, ligada ou não aos movimentos políticos, mas não é um meio suficiente para a mudança social revolucionária. "Mude a si mesmo e o mundo mudará com você" era um slogan esperançoso dos anos 1960 que teve seus usos genuínos, mas a necessidade de organização política não é dissolvida. É preciso um idealismo considerável, no entanto, para confiar no eu discursivo para dissolver o poder do Estado – militar, ideológico, econômico, político – como um impedimento à mudança social.

Ao mesmo tempo, é igualmente necessário evitar qualquer economicismo barato. Um erro muito comum na esquerda é assumir que as dificuldades econômicas trazem automaticamente a revolta política em sua trilha: quanto mais as pessoas são espremidas economicamente, mais elas se revoltarão. Na realidade, a questão da revolta política é muito mais complicada. Com certeza, as pessoas não tendem a se revoltar quando as coisas vão bem, e a organização política é certamente vital para que as revoltas se realizem. Porém, as dificuldades econômicas de forma alguma garantem a revolta, e podem de fato provocar seu oposto, como aconteceu nos destroços da Alemanha de Weimar, que levou, em última instância, ao fascismo. A organização política é necessária, mas por si só não é a condição suficiente para uma revolta bem-sucedida. As pessoas geralmente se revoltam por duas razões: se estão tão desesperadas que sentem que não têm nada a perder; ou se acham que podem vencer.

"As revoluções… vêm como um ladrão na noite". Assim escreveu o revolucionário trinidiano C. L. R. James em seu livro *Beyond a Boundary*, que lê a história do imperialismo através de uma autobiografia de sua vida no críquete (James 1993:239). Os debates entre Lenin e Luxemburgo no período que antecedeu a Revolução Russa e, por fim, a Revolução Alemã se concentraram exatamente nessa tensão entre organização e espontaneidade. Infelizmente codificados na tradição marxista, esses debates precisam ser colocados em contexto histórico e geográfico como argumentos sobre as perspectivas e meios imediatos para a revolução de Munique a São Petersburgo, de 1917 a 1919. Muitos anos depois, Henri Lefebvre faz uma observação complementar que fala ao presente e simultaneamente reabilita um senso de possibilidade utópica. Para Lefebvre (2003), o pensamento utópico se afasta do real sem perdê-lo de vista. Dada a violência feita sob o neoliberalismo ao nosso senso de imaginação e possibilidade política, embora essa observação tenha sido feita pela primeira vez em 1970, parece uma correção poderosa e apropriada hoje. Não seria nada mal voltar à Revolução Russa e reavaliar a história esquecida das inovações social, cultural, política e econômica e da imaginação que se instalou, mesmo em meio às piores condições políticas e de guerra, da arquitetura ao cinema, da poesia à pintura. Como Lefebvre observou uma vez: "Entre 1920 e 1930, a Rússia experimentou uma tremenda explosão de atividade criativa. Surpreendentemente, a sociedade russa, virada de cabeça para baixo através da revolução, conseguiu produzir superestruturas (das cinzas) de surpreendente novidade" (Lefebvre 2003:183–184).

E, no entanto, nosso sentido pós-estruturalista hoje ainda é cauteloso com a revolução. No mundo anglófono, especialmente, o pós-estruturalismo passou a ser tratado como um antídoto para Marx e o marxismo. Não é exagero dizer que Foucault, em particular, foi elevado ao status de anti-Marx. Se alguém pode ser colocado como uma alternativa política progressista à revolução, é certamente o autor de *As palavras e as coisas* [*The Order of Things*]. Mas isso representa um desserviço grosseiro não apenas a Marx, mas também para Foucault, cuja sensibilidade política não estava de forma alguma confinada. De fato, Foucault revelou-se, em pelo menos uma ocasião, como um proponente da revolução. Escrevendo sobre a Revolução Iraniana de 1979, em um artigo intitulado "É inútil revoltar-se?", Foucault (2000) foi bastante explícito sobre a inelutabilidade da revolução. "As revoltas pertencem à história", observou ele, "mas de certa forma elas escapam dela. O impulso pelo qual um único indivíduo, um grupo, uma

minoria ou um povo inteiro diz 'Não obedecerei mais', e arriscam suas vidas diante de uma autoridade que consideram injusta, parece-me ser algo irredutível. […] As pessoas se revoltam; isso é um fato, e é assim que a subjetividade (não a dos grandes homens, mas a de qualquer um) é trazida para a história, dando vida a ela". A revolução aqui é um assunto bastante prático. Como Lefebvre (2003:19) colocou anteriormente, "os eventos revolucionários geralmente ocorrem na rua".

Sobre os *New Deals* e o neoliberalismo camuflado

A mudança social e a transformação política não são opcionais, mas um fato, e o status quo, como costumava ser dito, não é lá tão "quo" assim. A única questão é a forma que a transformação social e política assumirá. Às vezes pode ser gradual, às vezes cataclísmica, muitas vezes um meio termo, mas é sempre objeto das lutas de poder, explícitas ou silenciosas. O colapso econômico global após 2007 já trouxe mudanças políticas e econômicas que pareceriam impossíveis apenas alguns meses antes. Fortemente ligada ao capital financeiro, a economia islandesa quebrou virtualmente da noite para o dia; bancos na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos foram nacionalizados; a Citicorp sozinha havia recebido, no início de 2009, 60 bilhões de dólares em dinheiro dos contribuintes, com outros 340 bilhões em garantias de empréstimos; enquanto isso, o banco espanhol Santander, amplamente imune à crise bancária global, está comprando bancos menores em todo o mundo, incluindo nos Estados Unidos; duas das três maiores empresas automobilísticas da América do Norte faliram, com o sindicato e os governos dos Estados Unidos e do Canadá possuindo a maioria das empresas reestruturadas. No caso da General Motors, na primeira fase de reconstrução, apenas 10% da empresa reconstruída permaneceram em mãos privadas. Através de vários resgates e planos de estímulos, o governo dos Estados Unidos comprometeu, até abril de 2009, cerca de 12,7 trilhões de dólares em garantias, um número que quase corresponde ao produto interno bruto anual do país (New York Review of Books 2009). No Reino Unido, estima-se que os gastos do governo agora respondem por quase 50% da renda nacional, com a dívida nacional se aproximando de 1 trilhão de libras esterlinas (Giles e Briscoe 2009). A mudança pode e acontece rapidamente, a questão é: para o interesse de quem?

Diversos governos nacionais introduziram planos de estímulo econômico muito similares ao *New Deal* keynesiano da década de 1930. Um *revival* de Keynes está em pleno andamento. O plano dos Estados Unidos tem sido o maior até o momento; os planos na Europa e nas economias europeias são geralmente menores; enquanto o plano chinês enfatiza o desenvolvimento da infraestrutura. O apelo por um *New New Deal* também foi captado por muitos na esquerda como uma resposta realista à crise global. Há claramente uma sensação de que o capitalismo mudou fundamentalmente; de fato, no início de 2009, o presidente francês Nicolas Sarkozy organizou um poderoso simpósio intitulado Novo Mundo, Novo Capitalismo. O economista ganhador do prêmio Nobel Amartya Sen (2009:27) argumenta que a questão mais contundente hoje diz respeito à natureza do capitalismo e se ele pode ser mudado. Sen analisa os argumentos de Keynes da década de 1930 e sua defesa das políticas estatais de estímulo econômico, embora considere os limites do economista britânico. Ele esclarece um amplo equívoco histórico, lembrando-nos que Keynes não estava especialmente preocupado com questões sociais como desigualdade, bem-estar e serviços sociais. (Sobre esta última questão, ele faz questão de apontar que até mesmo Otto von Bismarck tinha mais a dizer sobre os serviços sociais do que Keynes; Sen 2009:29; ver também Cowen 2008.) Olhando para o presente, Sen argumenta que, no contexto dos Estados Unidos, o estímulo mais eficaz pode envolver gastos estatais com saúde, e propõe os modelos da China e do estado de Kerala, no sul da Índia, como modelos de trabalho. No final, no entanto, Sen rejeita o apelo a um novo capitalismo, chegando ao ponto de dizer que "capitalismo" pode não ser mais um termo útil.

Outros à esquerda não abandonaram a linguagem do capitalismo, e por boas razões, mas também abraçaram, ainda que provisoriamente, a noção de um *New New Deal* (cf. Harvey 2003:210). Porém, a aspiração por um *New New Deal* não parece pouco ambiciosa e, de fato, não coloca a carroça na frente dos bois? Isso fica claro a partir de um olhar de volta para o *New Deal* original. Em primeiro lugar, o *New Deal* dos Estados Unidos da década de 1930, com variantes keynesianas em todo o mundo, nem sempre foi um grande negócio para todos. Para dar apenas o exemplo da habitação, a criação do programa de seguro hipotecário da Federal Housing Authority foi supostamente destinada a dar acesso à propriedade da casa para uma seção maior das classes média baixa e trabalhadora. De fato, ao longo de mais de três décadas, funcionou como um meio de promover os subúrbios de pessoas brancas; de várias centenas de milhares de pedidos bem-

sucedidos de seguro hipotecário, uma pequena minoria estava nas cidades e um número ainda mais minúsculo foi para famílias afro-americanas (Checkoway 1980). A loucura do *New New Deal* também se torna clara a partir do destino dos primeiros esforços da administração Obama em 2009.

Em segundo lugar, é importante lembrar que o *New Deal* não foi um produto do suposto altruísmo de Franklin Roosevelt, independentemente dos relatos liberais que inclinam a história oficial nessa direção. Pelo contrário, o aristocrata Roosevelt sabia muito bem que estava se formando uma revolta como resultado da Depressão. O desemprego disparava, as greves trabalhistas aumentavam, o Partido Comunista estava crescendo, muitos socialistas também estavam nas ruas, Hoovervilles (favelas que abrigavam os sem-teto) estavam se multiplicando em cidades de todo o país. O *New Deal* representou, em primeiro lugar, uma resposta à pressão política lançada pela Depressão e a ameaça aberta da revolta. Também é importante lembrar que o *New Deal* original, qualquer que seja seu suposto benefício social, veio com uma repressão corporativa e estatal generalizada, e muitas vezes truculenta, ao longo da década de 1930, destinada especialmente a greves de trabalhadores sindicalizados.

É neste sentido que o apelo hoje para um *New New Deal* recebe os bois da política do Partido Democrata antes da carroça organizadora. A resposta à crise econômica global tem sido bastante diversa em diferentes países, mas a resposta dos Estados Unidos, dada a predominância econômica, militar e cultural do país, merece atenção especial. Como o resgate capitalista e os planos de estímulo do primeiro ano da administração Obama deixam claro, sem pressão política, de fato sem a ameaça de revolta, qualquer suposto esforço em um *New New Deal* provavelmente realizará ainda menos do que o *New Deal* original alcançado na década de 1930, ou seja, reforçará as relações sociais e de classe existentes. O *New Deal* foi um instrumento da luta de classes na medida em que deliberadamente continha a crescente revolta em nome de manter viva uma hegemonia capitalista. Com a estratégia de Obama, a mobilização otimista que o levou ao poder não conseguiu se tornar um movimento, pelo menos no primeiro ano de sua administração, e como resultado os tipos de políticas irradiadas de sua administração enfatizaram o resgate de bancos, banqueiros e executivos de automóveis, muitas vezes fornecendo a CEOs falidos um bônus de vários milhões de dólares e pacotes de indenização, enquanto os trabalhadores sofreram concessões e as vítimas da corrupção hipotecária do subprime foram geralmente confrontadas com a execução

de suas hipotecas e impulsionadas de volta à pobreza. Enquanto isso, apesar do estímulo multi-trilionário e dos subsídios de resgate às corporações, o capital efetivamente entrou em greve, recusando-se a fornecer capital aos pequenos proprietários ou às pequenas empresas. Assim como a liderança dos anos 1990 por líderes nominalmente socialistas como Tony Blair, Lula ou Schroeder representou um neoliberalismo camuflado, especialmente em comparação com o pugilismo de George W. Bush, a resposta de Obama à crise econômica global representa uma luta de classes camuflada. Na verdade, dada a falta de oposição e revolta, nos Estados Unidos e na Europa, se não comprovadamente na China, não foi necessária muita discrição.

Embora possamos discordar da conclusão de Amartya Sen de descartar a linguagem do capitalismo, sua reflexão sobre o futuro do capitalismo apresenta alguns argumentos vitais. Em particular, ele sugere que a crise econômica exige uma nova compreensão das ideias mais antigas (Sen 2009:30). Em especial, Sen tem Adam Smith em mente, e ele está, sem dúvida, correto. Um herói dos últimos dias do neoliberalismo, o trabalho de Adam Smith é poderoso precisamente porque fornece uma explicação da economia social, de antes de a economia ser dividida ideologicamente de seu tegumento social. Por mais que Margaret Thatcher idolatrasse Adam Smith, ela o negou juntamente com uma negação da sociedade. O trabalho de Smith é extraordinariamente social, mesmo quando vangloria o econômico. Sen está certo sobre a relevância de Smith, um ponto muito pouco admitido na esquerda, já que muitos de nós paramos de ler textos de referência do século XVIII. Ainda assim, Smith não era tanto um teórico das crises capitalistas quanto um analista das emergentes economias nacionais. Karl Marx, seu sucessor um século depois, em contraste, era muito mais um teórico da natureza sistêmica das crises econômicas nas sociedades capitalistas, o desequilíbrio endêmico do capitalismo, e ele é outro cujas ideias mais antigas merecem um novo entendimento.

Isso é especialmente importante hoje porque muito tem sido falado sobre o fato de que, em meados dos anos 2000, até 41% dos lucros corporativos oficialmente declarados dos Estados Unidos provinham do capital financeiro (New York Review of Books 2009:76). O lucro, em outras palavras, estava sendo gerado na medida em que os juros sobre investimentos, papel e capital eletrônico circulavam, ao invés de qualquer lucratividade da produção social do valor. A análise de Marx do capitalismo, espalhada não apenas pelos volumes d'*O Capital*, mas também em outros lugares, explica e prevê a crise, demonstrando que tais eventos são simultaneamente cíclicos e endêmicos

ao capitalismo. Eles vêm de uma mistura de três causas inter-relacionadas: primeiro, uma crise de subconsumo na qual o consumo fica defasado; segundo, uma crise de superacumulação na qual muita mercadoria é produzida para um mercado que não pode consumi-la; terceiro, uma crise de longo prazo na taxa de lucro que envia capital do setor produtivo para o setor imobiliário e, por fim, para o setor financeiro. Quando as condições estão certas, é mais fácil, mais barato e mais rápido ganhar dinheiro emprestando-o por um dia, uma semana ou um ano com uma taxa de juros garantida do que construir ruas, escritórios e fábricas. Para Marx, este é um padrão cíclico: à medida que a expansão da economia produtiva se torna cada vez mais competitiva e o capital se move para outros lugares, a crise se acumula e o setor financeiro se torna inundado de capital (daí o foco durante esta crise sobre o papel dos títulos, derivativos e instrumentos de dívida/título). Com cada vez menos capital dedicado à produção de valor social e cada vez mais capital dedicado ao cassino legalizado do sistema financeiro, a discrepância entre o valor de papel do capital e seu valor social, em termos de trabalho real, é cada vez mais ampla. Em algum momento, as reivindicações que o capital de papel faz para produzir valor social – reivindicações na forma de ações, contas bancárias, fundos de *hedge*, títulos imobiliários [*securities*], títulos [*bonds*], derivativos, *swaps* de débito-crédito, moeda e assim por diante – têm que ser racionalizadas com o valor social real produzido; os papéis reivindicam valor real e devem ser trazidos de volta à comensurabilidade, geralmente exigindo uma desvalorização maciça do capital em papel. Uma crise do capitalismo é o resultado bastante previsível.

Então, se entendermos que o modo de produção capitalista em si é o problema, e não a sociedade, a política, a economia, para não mencionar a "psicologia", como reagiremos? Por que o capitalismo é um problema? O problema é que o desequilíbrio sistêmico do capitalismo está enraizado no DNA desse modo de produção. Há três componentes centrais para isso. Primeiro, e crucialmente, há *as relações sociais de produção entre as classes*, nas quais alguns possuem os meios de produção e outros não têm nada para vender além da força de trabalho. Certamente há muitas classes médias, inclusive muitos acadêmicos e outros profissionais, mas a relação definidora das sociedades capitalistas coloca os capitalistas contra os trabalhadores. No entanto, não há nenhuma regra que diga que as sociedades devem ser organizadas dessa maneira. Em segundo lugar, temos a *propriedade privada*, uma invenção histórica relativamente nova, que toma as coisas feitas, possuídas e ocupadas em comum e as doa aos

indivíduos. Terceiro, as relações sociais entre os proprietários dos meios de produção são regidas não por acordos coletivos ou cooperativos para fins sociais produtivos, mas pela *competição econômica* incentivada pelo Estado. O amálgama desses três pilares fundamentais do capitalismo – relações de classe, propriedade privada e competição – cria um modo de produção social no qual a acumulação de capital, o crescimento econômico sem noção do custo social ou ambiental e a ganância individual absoluta são os valores sociais mais altos da sociedade.

Como isso aconteceu? Na verdade, a vitória histórica do capitalismo se deu através de múltiplas revoluções. A estadunidense e a francesa no século XVIII são as candidatas óbvias, abrindo ambos os países a um capitalismo irrestrito que substitui um feudalismo exausto, corrupto e injusto. As guerras revolucionárias britânicas, um século antes, tiveram um efeito similar, embora menos imediatamente definitivo. Várias outras revoluções europeias e lutas pós-coloniais da América Latina do século XIX (década de 1810) e Europa (1848) ao século XX na Ásia e na África, e na Europa Oriental da década de 1990, quaisquer que fossem as explorações e opressões transfronteiriças envolvidas, contribuíram igualmente para a construção do capitalismo global.

Mesmo quando a proletarização do trabalho acadêmico se expande das fileiras dos estudantes de pós-graduação aos professores efetivos e trabalhadores contratados, a maioria dos professores titulares ou associados do Primeiro Mundo levam uma vida relativamente confortável, fazem parte das classes médias e geralmente estão fora da linha de fogo direto entre os trabalhadores explorados e as classes capitalistas, entre a acumulação de capital e a destruição ambiental. Isso de forma alguma legitima uma interesseira e preguiçosa análise que se recusa a reconhecer a gravidade das crises e a gravidade de seus efeitos sobre tantas pessoas. O futuro está de fato radicalmente aberto de uma forma que não poderia ser prevista há apenas alguns meses, e seria intelectualmente indolente não antecipar algum tipo de convulsão social. Mas é preciso reconhecer também que qualquer movimento em direção a um *New New Deal*, nacional ou globalmente, provavelmente virá, como com seu antecessor dos anos 1930, com uma forte dose de repressão, desta vez implantando toda a arquitetura repressiva posta em prática após 11 de setembro de 2001. Pessoalmente, como acadêmicos, especialmente em países mais ricos, mas também em classes mais ricas, muitos de nós podem evitar a repressão resultante, mas na medida em que a sociedade como um todo se levantar, há pouca segurança intelectual ou política global nesse julgamento.

Pode não ser prematuro sugerir que uma maneira capitalista de organizar a vida social, como o feudalismo antes, se tornou esgotada, corrupta e injusta e, portanto, dispensável. O teórico social Slavoj Žižek percebeu cedo a violência ideológica em nossa imaginação política forjada pelo neoliberalismo. De olho na perspectiva de destruição ambiental planetária ou o colapso nuclear, Žižek observa que "Parece mais fácil imaginar o 'fim do mundo' que uma mudança muito mais modesta no modo de produção" – a derrubada do capitalismo (1996:7). A revolução pode, como sugere James (1993), vir como um ladrão na noite, mas para ocorrer um assalto ao capitalismo, o ladrão precisa vir com algumas ferramentas. Algumas ferramentas são ideias intelectuais; outras são ferramentas da imaginação sobre outros mundos possíveis; outras, ainda, são nossos corpos humanos, mas principalmente a organização social e política para um futuro mais humano. Como disse Goethe, "a pessoa ganha a liberdade e a vida quando as toma todos os dias de assalto".

Agradecimentos

Graciosos agradecimentos a Deborah Cowen, que como sempre contribuiu com ideias afiadas e desafiadoras para esta peça, apresentou-me o texto de Kierkegaard, mas não tem nenhuma responsabilidade pelo resultado.

Notas finais

[1] Este parágrafo é adaptado de Smith (2009).

Referências

CHECKOWAY, B. Large builders, federal housing programs and postwar suburbanization. *International Journal of Urban and regional Research*, 1980, 4: 21-44.

COWEN, D. *Military Workfare:* the Soldier and Social Citizenship in Canada. Toronto: University of Toronto Press, 2008.

EICHENGREEN, B. and O'ROURKE, K. H. A tale of two depressions. Disponível em: http://www.voxeu.org/index.php?q=node/3421&ref=patrick.net Accessed: 11 june 2009.

FOUCAULT, M. Useless to revolt? *In:* J. D. Faubion (ed.). *Essential Works of Foucault 1954–1984.* v. 3. Power (p. 449-453). New York: New Press, 2000.

GILES, C. and BRISCOE, S. The state of Britain. *Financial Times,* 22 june, 2009.

HARDT, M. and NEGRI, A. *Empire.* Cambridge MA: Harvard University Press, 2001.

HARDT, M. and NEGRI, A. *Multitude.* London: Penguin, 2004.

HARVEY, D. *The New Imperialism.* Oxford: Oxford University Press, 2003.

HARVEY, D. and HARAWAY, D. Nature, politics, and possibilities: a debate and discussion with David Harvey and Donna Haraway. *Environment and Planning D:*

Society and Space 13: 507-527, 1995.

HOLLOWAY, J. *Change the World Without Taking Power.* London: Pluto, 2005.

JAMES, C. L. R. *Beyond a Boundary.* Durham NC: Duke University Press, 1993.

JOHNSON, C. *Revolutionaries to Race Leaders.* Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007.

KIERKEGAARD (1846). *The Present Age.* New York: Harper and Row, 1962.

KLEIN, N. *Shock Doctrine.* London: Penguin, 2007.

LENIN (1935 [1917]). *State and Revolution.* Moscow: Progress New York Review of Books. The crisis and how to deal with it. 11 june, 2009.

SCOFFIELD, H. There will be blood. The Globe and Mail 10 April: A1, 2009.

SEN, A. *Capitalism beyond the crisis.* New York Review of Books, 26 March, 2009.

SMITH, N. Neoliberalism is dead, dominant, defeatable –then what? *Human Geography, 1*(2):1-3, 2008.

SMITH, N. (ed.). *After Neoliberalism.* Cites under Systemic Chaos. Barcelona: MACBA, 2009.

Zi ˇ zek S (ed.). *Mapping Ideology.* London: Verso, 1994.